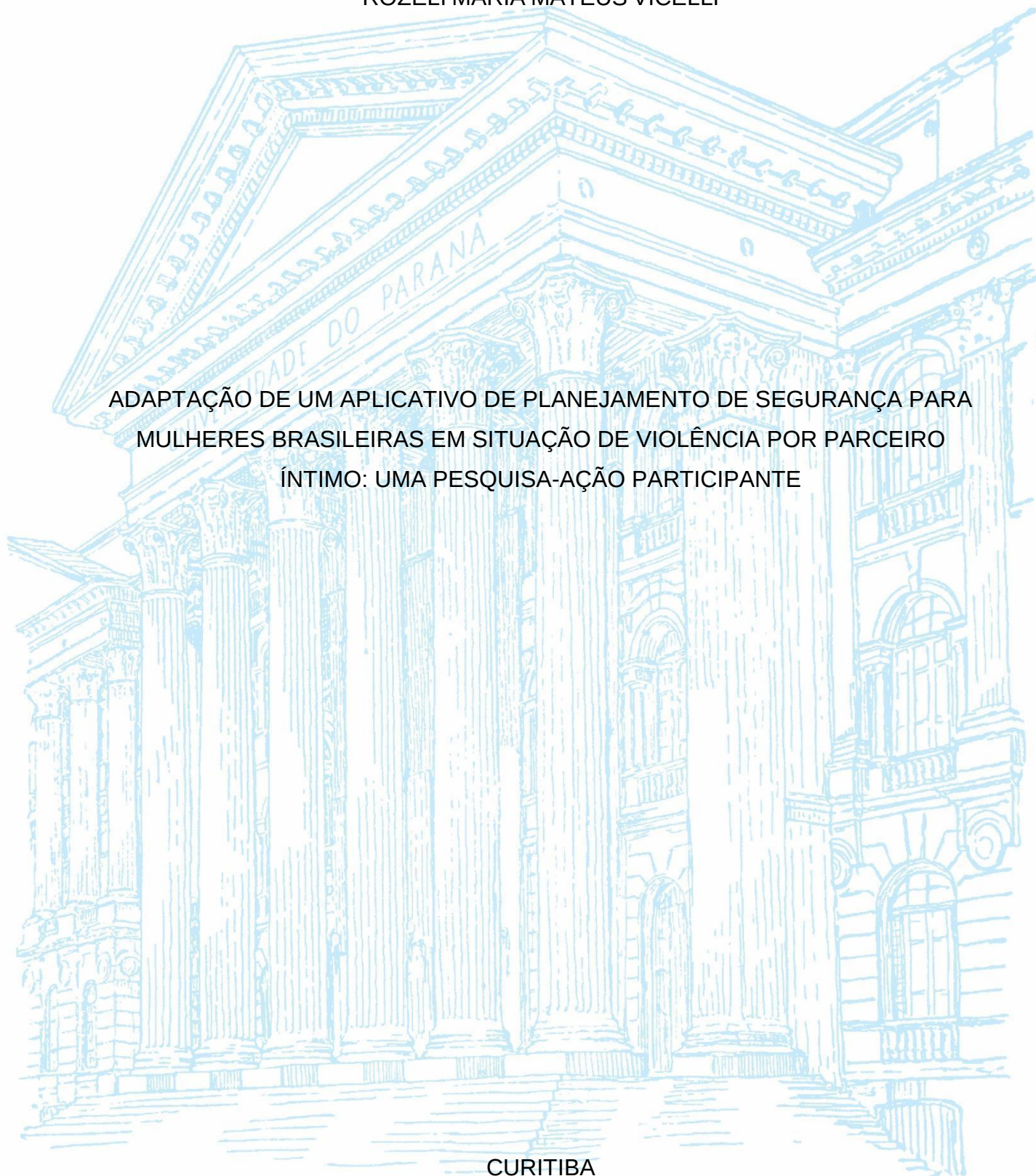


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROZELI MARIA MATEUS VICELLI

ADAPTAÇÃO DE UM APLICATIVO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA PARA
MULHERES BRASILEIRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO
ÍNTIMO: UMA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPANTE

CURITIBA
2023



ROZELI MARIA MATEUS VICELLI

ADAPTAÇÃO DE UM APLICATIVO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA PARA
MULHERES BRASILEIRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO
ÍNTIMO: UMA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPANTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial de obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli

CURITIBA
2023

V632 Vicelli, Rozeli Maria Mateus

Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante [recurso eletrônico] / Rozeli Maria Mateus Vicelli. – Curitiba, 2023.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli

1. Violência por parceiro íntimo. 2. Violência contra a Mulher. 3. Equidade de gênero. 4. Planejamento social. I. Signorelli, Marcos Claudio. II. Programa Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná. III. Título.

ATA Nº13/2023

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRA EM SAÚDE COLETIVA**

No dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três às 09:00 horas, na sala Online TEAMS, Plataforma TEAMS, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestrand **ROZELI MARIA MATEUS VICELLI**, intitulada: **Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SAÚDE COLETIVA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), DABNEY PAGE EVANS (UNIVERSITY OF ABERDEEN), SOLENA ZIEMER KUSMA FIDALSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 15 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

15/08/2023 13:32:34.0

MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/09/2023 14:52:24.0

DABNEY PAGE EVANS

Avaliador Externo (UNIVERSITY OF ABERDEEN)

Assinatura Eletrônica

15/08/2023 10:58:38.0

SOLENA ZIEMER KUSMA FIDALSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SAÚDE COLETIVA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ROZELI MARIA MATEUS VICELLI** intitulada: **Adaptação de um aplicativo de planejamento de segurança para mulheres brasileiras em situação de violência por parceiro íntimo: uma pesquisa-ação participante**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

15/08/2023 13:32:34.0

MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/09/2023 14:52:24.0

DABNEY PAGE EVANS

Avaliador Externo (UNIVERSITY OF ABERDEEN)

Assinatura Eletrônica

15/08/2023 10:58:38.0

SOLENA ZIEMER KUSMA FIDALSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às forças divinas, não importa nossa religião e sim nossa espiritualidade.

Também agradeço àqueles que passaram no meu caminho e que de certa forma contribuíram para realização dessa conquista.

Agradecimento aos núcleos:

À Família, especialmente meus amores: meu marido e meu filho.

À nossa equipe multidisciplinar que participou da construção dessa pesquisa, especialmente Rita, Jainy e Maryana.

Aos amigos que foram apoio e incentivo para prosseguir, em especial à Ana Laura.

Aos profissionais do trabalho, à Jacqueline que me incentivou a persistir e chegar até aqui.

E com muito carinho agradeço as mulheres que participaram dessa pesquisa e que dispuseram em recordar e relatar suas vivências em relação a violência, e aos profissionais da Casa da Mulher Brasileira que participaram da pesquisa e confiaram no nosso trabalho.

Agradeço afetosamente meu orientador e professor Marcos e Dabney que me inspiram para prosseguir e vencer os desafios.

*“O feminismo deve contemplar todas as mulheres, é necessário perceber que não dá para lutar contra a
opressão e alimentar outra”.*

Djamila Ribeiro

RESUMO

Neste estudo aborda-se a violência cometida por parceiros íntimos (VPI), uma vez que o Brasil está entre os países que mais registram feminicídio no mundo. O planejamento de segurança (PS) é uma estratégia promissora para evitar a escalada dessa violência, bastante utilizada e testada em países desenvolvidos. O atual estudo tem como objetivo realizar a adaptação transcultural de instrumentos/escalas para avaliação de relacionamentos abusivos e tomada de decisão e de estratégias de planejamento de segurança para as mulheres no enfrentamento da VPI visando subsidiar a versão preliminar do aplicativo on-line para o público brasileiro. Percebe-se que existem lacunas nas políticas de proteção social às mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, sugerindo, então, implementação de novas práticas sustentáveis, como a criação de estratégias de prevenção que possam identificá-la e evitar seu agravamento. Trata-se de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, alicerçada por um estudo de viabilidade realizado anteriormente (2018-2020) em parceria com a Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Curitiba, um centro de apoio único às mulheres sobreviventes de violência. Na atual fase (2021-2022), realizou-se: 1) no primeiro eixo a tradução e adaptação transcultural de sete escalas, ferramentas de avaliação e auxílio à tomada de decisão e entrevistas cognitivas com sobreviventes da VPI e profissionais que as atendem (n=12). 2) No segundo eixo realizou-se a tradução e adaptação transcultural do conteúdo de um aplicativo de PS do inglês para o português brasileiro, incluindo módulos sobre crianças, saúde e bem-estar, sentimentos sobre o parceiro(a), recursos, segurança; a revisão da tradução por especialistas; apresentação e discussão do conteúdo traduzido em quatro grupos focais (GF) com mulheres sobreviventes e profissionais (n=18) na CMB. 3) No terceiro eixo, ocorreu a aplicação teste do protótipo EU DECIDO com verificação, avaliação e abordagem dos pontos positivos e os pontos a serem melhorados, com a participação das sobreviventes e profissionais da CMB (n=20). Todo material coletado em campo (entrevistas e GF) foi gravado e transcrito, e juntamente das notas de campo, foram codificados e analisados tematicamente por meio da técnica de análise por triangulação, considerando inputs de todos participantes e combinação dos métodos de coleta. Os três eixos resultaram na versão adaptada às mulheres brasileiras de uma plataforma de PS. As categorias emergentes dos GF e que foram incluídas na versão final do PS foram: a) esclarecimento de questões jurídicas inseridas no PS e como acessar a justiça; b) o PS deve ter linguagem simples, concisa e com informações atualizadas da rede intersetorial; c) o PS precisa interligar as mulheres a serviços especializados, onde equipes treinadas possam ouvi-las e apoiá-las; d) o aplicativo pode potencializar o papel da CMB cuidando de sobreviventes, permitindo o follow-up on-line de casos presenciais atendidos. Na aplicação do protótipo EU DECIDO, as participantes navegaram pela versão tendo a oportunidade de avaliar os pontos positivos na percepção da mulher em situação de VPI, incluindo as ferramentas de tomada de decisão, planejamento de segurança, construção do plano de ação, escolha de prioridades, linguagem acessível, escalas/questionários e interligação do aplicativo à rede intersetorial. Concluiu-se com este estudo que o conteúdo traduzido do inglês não é suficiente, mas requer uma versão culturalmente adaptada às necessidades locais. A pesquisa mostrou-se essencial para materializar um PS adaptado às necessidades das mulheres brasileiras e este apresenta-se como uma intervenção inovadora e promissora na prevenção e redução da VPI e do feminicídio.

Palavras-chave: Violência por Parceiro Íntimo; Sistemas de Planejamento; Violência contra a Mulher; Iniquidade de Gênero.

ABSTRACT

In this study, we address violence committed by intimate partners (IPV), as Brazil ranks among the countries with the highest rates of femicide worldwide. Safety planning (SP) emerges as a promising strategy to prevent the escalation of this violence, widely used and tested in developed countries. The primary goal of this study is to perform the cross-cultural adaptation of instruments/scales for assessing abusive relationships and decision-making, as well as safety planning strategies for women facing IPV, with the aim of supporting the preliminary version of the online application for the Brazilian audience. It is evident that there are gaps in social protection policies for women in situations of intimate partner violence, suggesting the need for the implementation of new sustainable practices, such as the development of prevention strategies capable of identifying and preventing its worsening. This is an action research with a qualitative approach, built upon a previous feasibility study conducted in partnership with the Casa da Mulher Brasileira (CMB) in Curitiba, a unique support center for women survivors of violence, between 2018 and 2020. In the current phase (2021-2022), the following was carried out: 1) In the first axis, the translation and cross-cultural adaptation of seven scales, assessment tools, and decision-making assistance, along with cognitive interviews with IPV survivors and professionals who assist them (n=12). 2) In the second axis, the translation and cross-cultural adaptation of the content of a safety planning application from English to Brazilian Portuguese took place. This included modules on children, health and well-being, feelings about the partner, resources, security, and a review of the translation by experts. The translated content was then presented and discussed in four focus groups (GF) with IPV survivors and professionals (n=18) at CMB. 3) In the third axis, a test application of the prototype "EU DECIDO" was conducted, involving verification, evaluation, and addressing both the positive aspects and areas for improvement. This was done with the participation of survivors and professionals at CMB (n=20). All materials collected in the field, including interviews and focus groups, were recorded and transcribed. Along with field notes, these were coded and analyzed thematically using triangulation analysis techniques, considering input from all participants and a combination of collection methods. The three axes resulted in an adapted version for Brazilian women of a safety planning platform. Emerging categories from the focus groups that were included in the final version of SP were: a) Clarification of legal issues within SP and how to access justice. b) SP should use a simple, concise language and provide up-to-date information from the intersectoral network. c) SP needs to connect women to specialized services where trained teams can listen and support them. d) The application can enhance the role of CMB in caring for survivors, enabling online follow-up for in-person cases. During the application of the "EU DECIDO" prototype, participants navigated through the version, offering the opportunity to assess positive points from the perspective of women experiencing IPV. This included evaluating decision-making tools, safety planning, action plan construction, priority selection, accessible language, scales/questionnaires, and integration of the application with the intersectoral network. In conclusion, this study found that merely translating content from English is insufficient; it requires a culturally adapted version to local needs. The research has proven essential in realizing a safety planning adapted to

the needs of Brazilian women, presenting itself as an innovative and promising intervention in the prevention and reduction of IPV and femicide.

Keywords: Intimate Partner Violence; Planning; Violence Against Women; Gender Inequity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MODELO SOCIOECOLÓGICO PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA	37
FIGURA 2 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA MYPLAN APP	43
FIGURA 3 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA I-CAN	44
FIGURA 4 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA I DECIDE	46
FIGURA 5 - PLATAFORMA “EU SOU A GLÓRIA”	51
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA SOBRE A METODOLOGIA	53
FIGURA 7- ETAPAS DA ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL.....	61
FIGURA 8 - CONVITE PARA PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS	63
FIGURA 9 - PROTÓTIPO EU DECIDO.....	130
FIGURA 10 - PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO	140
FIGURA 11 – PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO.....	145
FIGURA 12 – PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO.....	149
FIGURA 13 - PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO	150

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DOS DADOS DEMOGRÁFICOS PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.	72
QUADRO 2- ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE RELACIONAMENTO PERIGOSO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	78
QUADRO 3- ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE ABUSO TECNOLÓGICO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.	80
QUADRO 4 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE LESÃO CEREBRAL PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	84
QUADRO 5 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE CONFLITO DECISÓRIO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.	85
QUADRO 6 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE ESTRATÉGIAS E COMPORTAMENTOS DE SEGURANÇA PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.	92
QUADRO 7 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE SAÚDE MENTAL PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.	111
QUADRO 8 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE PREPARO PARA TOMADA DE DECISÃO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	114
QUADRO 9 - RESULTADOS DA ETAPA 3: GRUPOS FOCAIS 1, 2 E 3	153

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS COGNITIVAS	70
TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCALIS	120
TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO EU-DECIDO.....	141

LISTA DE SIGLAS

ADS	-	<i>Safety Decision Aids</i>
AIDS	-	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BO	-	Boletim de Ocorrência
CAS	-	<i>Composite Abuse Scale</i>
CAPS	-	Centro de Atenção Psicossocial
CMBC	-	Casa da Mulher Brasileira de Curitiba
CEP	-	Comitê de Ética e Pesquisa
DA	-	<i>Danger Assessment</i>
DATASUS	-	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EUA	-	Estados Unidos da América
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Aplicada
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
SINAN	-	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
TCE	-	Traumatismo Cranioencefálico
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEPT	-	Transtorno do Estresse Pós-Traumático
TTCA	-	Traduzidos e Adaptados Transculturalmente
VPI	-	Violência por Parceiro Íntimo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1.	TRAJETÓRIA.....	23
1.1.1.	Problematização.....	25
1.2.	JUSTIFICATIVA.....	25
1.3.	OBJETIVOS.....	27
1.3.1.	Objetivo Formal	27
1.3.2.	Objetivos Específicos	28
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1.	MOVIMENTOS FEMINISTAS: DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS	29
2.2.	BREVE HISTÓRICO: GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	33
2.3.	VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS E IMPACTOS A SAÚDE	35
2.4.	POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS	38
2.5.	ESTRATÉGIAS ON-LINE: TECNOLOGIAS DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL	40
2.6.	PLATAFORMAS ON-LINE INTERNACIONAIS DE APOIO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO	41
2.6.1.	Iris e myPlan.....	41
2.6.2.	Plataforma i-Can	43
2.6.3.	i-Decide	44
2.6.4.	i-SAFE	46
2.7.	PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA PRESENCIAL E ON-LINE NO BRASIL: FERRAMENTAS DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO	47
2.7.1.	Eu sou a Glória.....	49
3	METODOLOGIA	52
3.1.	DESENHO METODOLÓGICO.....	52
3.2.	PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE	53

3.3. CENÁRIO DA PESQUISA	57
3.4. PARTICIPANTES	57
3.4.1. Critérios de inclusão	57
3.4.2. Critérios de exclusão	58
3.5. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	58
3.5.1. Eixo 1 – Tradução e adaptação transcultural de Escalas/questionários ferramentas de auxílio de tomada de decisão e segurança.	59
3.5.2. Eixo 2 - Grupos Focais	62
3.5.3 Eixo 3 - Avaliação pré-teste dos conteúdos traduzidos e adaptados transculturalmente na versão protótipo do aplicativo EU DECIDO	65
3.6. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	66
3.7. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	67
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: TRIANGULAÇÃO DOS DADOS	69
4.1. EIXO 1 – RESULTADOS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE QUESTIONÁRIOS SOBRE ABUSO (E SUAS IMPLICAÇÕES), ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E TOMADA DE DECISÃO	70
4.1.1. Dados Demográficos	71
4.1.2. Relacionamento Perigoso	77
4.1.3. Abuso Tecnológico	80
4.1.4. Lesão Cerebral	83
4.1.5. Conflito Decisório	85
4.1.6. Estratégias e comportamentos de segurança	92
4.1.7. Saúde Mental	110
4.1.8. Preparo para Tomada de Decisão	114
4.2. EIXO 2 – TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DO PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA	118
4.2.1. A primeira rodada do grupo focal: Módulo 1: filhos	122
4.2.2. Segunda rodada: Módulos saúde e bem-estar e sentimento pelo parceiro	123

4.2.3. Terceira rodada Módulos: Recursos e Segurança	128
4.3. EIXO 3 – APLICAÇÃO PRÉ-TESTE DO PROTÓTIPO EU DECIDO.....	140
4.3.1. Considerações iniciais.....	143
4.3.2. Pontos a serem melhorados.....	146
4.3.3. Pontos ruins ou confusos	146
4.3.4. Usabilidade.....	148
4.3.5. Layout.....	149
4.3.6. Comentários gerais	150
4.3.7. Análise dos grupos focais.....	153
5 DISCUSSÃO.....	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE 1 – ETAPA 2: GRUPO FOCAL – PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA	176
APÊNDICE 2 – ETAPA 3: GRUPO FOCAL – APLICAÇÃO PROTÓTIPO EU DECIDO (PERGUNTAS NORTEADORAS)	221
APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	222
ANEXO 1 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	224

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o termo violência como o uso intencional de força física, real ou ameaçada, contra si próprio, outro indivíduo, grupo ou comunidade, podendo resultar em lesões, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Pesquisas internacionais destacam o tema, uma vez que a cada ano, mais de 1,3 milhão de pessoas morrem devido à violência, totalizando 2,5% da mortalidade global (WHO, 2014; 2002).

A violência pode se manifestar em várias formas, ocorrendo em diferentes contextos e afetando diversas áreas. Cada vez mais, os diversos tipos de violência são reconhecidos como um problema de saúde pública que exige ações interdisciplinares, interconectadas e intersetoriais para minimização. Neste estudo, enfocamos a violência por parceiro íntimo (VPI) contra as mulheres, onde o perpetrador pode ser o marido, companheiro(a), namorado(a) ou ex-companheiro(a) (SIGNORELLI, 2011).

Em todo o mundo, a violência contra as mulheres é uma preocupação significativa. Inúmeras situações estão marcadas por diferentes condições que as mulheres precisam enfrentar para sobreviver e cuidar de seus filhos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Signorelli (2011) destaca que a violência tem influência direta e indireta na saúde e na qualidade de vida das pessoas. Eventos de violência contra a mulher não fazem distinção de cultura, grupo étnico, religião, classe social ou nível de educação, mas a experiência das mulheres varia de acordo com a desigualdade no acesso à justiça e aos serviços de saúde (CÚRIA, et al., 2020), independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao longo da história, a violência contra as mulheres foi normalizada e naturalizada (PINTO, et al., 2017).

Chama a atenção que, em diferentes contextos, as mulheres tradicionalmente estão sujeitas a obedecer rigorosamente aos costumes locais. Isso inclui a obrigação de cobrir todo o corpo e o rosto, o que é visto em países muçulmanos; a prática da mutilação genital em algumas nações africanas; ou a realização de abortos seletivos do sexo feminino devido à preferência por filhos do sexo masculino, uma realidade na China (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009). Todos esses exemplos ilustram questões de gênero que colocam as mulheres em

posição inferior aos homens, um tema problematizado em estudos. Pedro (2005) enfatiza a luta dos movimentos sociais das mulheres, feministas, gays e lésbicas por tratamento igualitário em relação aos homens e por uma explicação para a subordinação das mulheres.

No Brasil, esse movimento foi caracterizado como uma questão política. A autora afirma que o uso do termo "gênero" tem uma trajetória na perspectiva da Teoria do Movimento Feminista, pautada na luta pelos direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito (PEDRO, 2005).

De acordo com Sardenderg (2018), a violência de gênero engloba qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, institucional, cultural ou patrimonial baseada na representação social dos sexos e direcionada, explícita ou implicitamente, devido ao sexo e/ou orientação sexual.

A violência contra a mulher é um exemplo de violência de gênero e pode estar presente em várias fases da vida, afetando sua saúde e a de sua família (MARCACINE, et al, 2013). Isso representa lesões graves que também estão associadas a mortes evitáveis, já que são resultado de comportamentos humanos, em contraste com algumas doenças de prognóstico. Diante desse cenário, o comportamento violento, em suas diversas formas, é um sério problema de saúde pública, impactando diretamente as pessoas envolvidas e afetando aqueles que testemunham (FONSECA; LEIVAS, 2018).

Essa violência atinge uma em cada três mulheres no mundo, de acordo com dados da OMS publicados no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, que destaca os impactos na saúde das mulheres em situações de VPI, tanto os imediatos quanto os de longo prazo. Ser uma mulher vítima de VPI pode ser considerado um fator de risco para diversas doenças e sérios problemas de saúde, incluindo depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, suicídio, distúrbios gastrointestinais, dores pélvicas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada (PINTO et al., 2017; CROWELL, BURGESS, HEISE et al., 1999; HEISE, 1996; MCCAULEY et al., 1995).

Além de promover uma maior suscetibilidade ao uso de tabaco e álcool, as mulheres em situação de VPI enfrentam dificuldades para cuidar de si mesmas e de seus filhos, e raramente conseguem procurar emprego e seguir suas carreiras profissionais (WHO, 2002).

Diante do desafio e da importância dessa temática, as políticas públicas representam uma das estratégias para combater a violência contra as mulheres. Vale destacar a Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que se baseia em mecanismos de proteção e prevenção da violência contra as mulheres e suas famílias (BRASIL, 2006).

Além das políticas públicas, países desenvolvidos ou de alta renda têm utilizado estratégias de intervenção de planejamento de segurança (safety planning, em inglês). Para mulheres vítimas de abuso, o planejamento de segurança (CAMPBELL; WEBSTER; LYON, 2009) pode ser realizado tanto presencialmente quanto online. No planejamento de segurança, as mulheres devem considerar fatores complexos individuais e comunitários, como a guarda dos filhos, apoio social, acesso a moradias seguras e acessíveis, emprego com salário digno, sentimento em relação ao parceiro, bem como a gravidade da violência (DUTTON, 2004).

Para ser eficaz, o planejamento de segurança deve ser personalizado e centrado na mulher, ou seja, conduzido em colaboração com as vítimas de VPI, informando a elas como podem se planejar com segurança, ajudando-as a priorizar a segurança (por exemplo, das crianças, dos recursos e do bem-estar) e reduzindo o risco de eventos que possam colocá-las em perigo de feminicídio (DAVIES; LYON, 1998).

Nesse contexto, esta pesquisa baseia-se em estudos anteriores desenvolvidos e testados em outros países, como Estados Unidos como o website *Iris* e o aplicativo *myPlan* (GLASS, et al., 2017), no Canadá, o recurso *I Can* (FORD-GILBOE, et al., 2017); na Austrália, o *I Decide* (HEGARTY, et al., 2019); e na Nova Zelândia, o *I Safe* (KOZIOL-MCLAIN, et al., 2015); todas ferramentas de auxílios de decisão de segurança (*Safety Decision Aids - ADS*) para mulheres em situação de VPI. Os resultados desses estudos demonstraram que as mulheres nessas situações se sentiram apoiadas em suas decisões, mais seguras ao tomar decisões e tiveram menos conflitos sobre sua segurança após o uso dessas plataformas de suporte online (EDEN, et al., 2015).

No ensaio clínico randomizado controlado dos Estados Unidos, EDEN (2015) observou que as mulheres vítimas de abuso enfrentam decisões complexas, perigosas e difíceis em relação à segurança. Assim, o planejamento de segurança é um ponto de partida crucial para as intervenções em casos de VPI, uma abordagem

que apoia as decisões das mulheres. Portanto, trata-se de uma estratégia de intervenção promissora adaptada para ampliar o acesso das sobreviventes a estratégias que as ajudem a avaliar os riscos, refletir sobre situações abusivas em seus relacionamentos e planejar o futuro de forma segura, incluindo a possibilidade de deixar o relacionamento (ou não) (CAMPBELL; WEBSTER; LYON, 2009).

Em um teste piloto do primeiro ADS online para mulheres vítimas de VPI, foi destacado que intervenções personalizadas e online podem melhorar o acesso a informações e suporte para o bem-estar e planejamento de segurança, especialmente para mulheres que relutam ou não conseguem acessar recursos formais. Essa plataforma foi inicialmente chamada de Iris e operava por meio de uma página na web, sendo posteriormente aprimorada em uma nova versão como um aplicativo móvel para smartphone, denominado myPlan App (GLASS; EDEN; PERRIN; BLOOM, 2010). Inspirado no Iris dos Estados Unidos, Hegarty (2015) desenvolveu a plataforma online I DECIDE na Austrália, que ajuda mulheres que sofrem abusos a identificar prioridades de segurança e desenvolver um plano de segurança personalizado, além de adicionar uma ferramenta de relacionamento saudável à ajuda à tomada de decisão de segurança. Versões semelhantes foram adaptadas em outros países, mas, até o momento, esse tipo de ferramenta online não está disponível no Brasil.

Este estudo faz parte de um projeto mais amplo, que inclui dois estudos que fundamentam a presente dissertação. No primeiro estudo, Rocha et al. (2022) conduziram a adaptação transcultural da escala Composite Abuse Scale (CAS) do inglês para o português brasileiro. A CAS é um questionário validado composto por 30 itens que detectam se a mulher está em um relacionamento abusivo e mensuram a frequência e a gravidade desse abuso, categorizando-o em subtipos, como abuso grave, abuso físico, abuso emocional e assédio. Inicialmente desenvolvida em inglês e validada por meio de um estudo clínico com a participação de profissionais de saúde australianos (HEGARTY, et al., 2005), a CAS passou por um processo de tradução e adaptação transcultural para atender às necessidades das mulheres brasileiras.

No segundo estudo, Silva (2020) e Signorelli et al. (2023) analisaram a viabilidade de uma plataforma online de apoio à tomada de decisão e planejamento de segurança. Inspirado em projetos internacionais, os resultados demonstraram

que as mulheres em situação de VPI se sentiram apoiadas em suas decisões e tiveram menos conflitos sobre sua segurança em relacionamentos afetivos após o uso dessas plataformas de suporte online. A maioria dos participantes considerou a plataforma viável no Brasil e destacou suas vantagens, como agilidade, segurança e proteção de dados pessoais oferecida por ferramentas online, evitando exposição das usuárias. A plataforma também pode servir como um primeiro passo em direção às denúncias formais, facilitando a conexão com a rede de serviços e fomentando a identificação de situações de abuso por meio da divulgação de informações sobre violência e políticas públicas preventivas. No entanto, a segurança das usuárias ao usar a plataforma online é um desafio, pois elas podem ser surpreendidas pelo agressor enquanto a utilizam, aumentando seu risco e gerando mais violência.

Com base nessas pesquisas internacionais e nos estudos mencionados que serviram de fundamento para esta dissertação, propomos esta pesquisa, que tem como objetivo realizar a tradução e adaptação transcultural do inglês para o português brasileiro de uma estratégia de avaliação e planejamento de segurança, com o propósito de subsidiar uma plataforma online (aplicativo) de apoio às mulheres brasileiras em situação de VPI. Este projeto conta com o apoio e parceria da Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Curitiba, da Universidade Federal do Paraná e da Emory University dos Estados Unidos da América (EUA), que financia esta etapa da pesquisa.

1.1. TRAJETÓRIA

Apresento-me como mulher cis, parda, nasci em uma família com renda desfavorecida, sendo a figura do homem que predominava. Naquela época percebia, mas não entendia que a condição das meninas em relação a seus direitos era diferente das condições dos meninos. Existia uma separação muito clara entre mulheres e homens. Lembro até de uma mulher que quando o marido chegava bêbado em casa ela tinha que fugir de casa, para não apanhar e para que seus filhos também não passassem pelo mesmo, ninguém interferia.

As meninas eram ensinadas a “se comportarem”, a falar baixo, a serem educadas, e a repreensão chegava caso não o fizessem, o que implicava mais tarde a não desenvolver suas competências e habilidades. Tinham que brincar de boneca,

de casinha, como uma imposição do padrão estabelecido pela sociedade de que seu lugar era em casa, desenvolvendo suas tarefas domésticas, servindo seu marido, sendo controlada por ele.

Obrigatoriamente, as mulheres cumpriam com seu papel reprodutivo. Do outro lado, o homem ao nascer era o varão, o respeitado, tinha que ser o forte, o que não podia expressar suas emoções, não podia chorar, e tinham que mostrar que controlavam e dominavam a relação. Os meninos viviam com sua liberdade e autonomia conquistadas. O mundo masculino era delimitado pela autoridade patriarcal, o machismo, gênero superior, enquanto a mulher era oprimida, obediente, submissa e ficava apagada e invisibilizada, essas características acentuam-se principalmente nas mulheres negras e pardas que carregam uma herança do período colonial. Morei em uma cidade colonizada por europeus e assim, dominada pela branquitude. Hoje consigo perceber que nós, raças mais escuras, sofriamos preconceito pela cor.

Tive o privilégio de estudar em escola pública, desde cedo tive perspectivas e vontade de continuar estudando, trabalho na enfermagem desde 1989 como atendente de enfermagem, logo após cursei o curso técnico em enfermagem, trabalhei por muitos anos como técnica de enfermagem. Em 1988 me formei no curso de Fisioterapia e no curso superior de enfermagem em 2008. Trabalho na enfermagem há mais de 30 anos no Sistema único de Saúde (SUS), profissão representada em sua maioria por mulheres. Por anos fiz jornada tripla, dois empregos e as atividades de casa. Contudo, sempre dava um jeito de estudar mesmo que fosse nas folgas ou finais de semana, consegui fazer três especializações EAD e em Universidades Públicas.

Sempre acreditei que o conhecimento transforma as pessoas, sonhava em fazer mestrado e em uma Universidade que fosse pública, foi quando procurei no programa de saúde coletiva o currículo de orientador e fazendo a avaliação das linhas de pesquisa, me identifiquei com o professor Marcos, após alguns e-mails amadurecemos a proposta do projeto sobre o processo transexualizador, um tema complexo e desafiador. Estudei o tema por cerca de dois anos até passar no mestrado com esse projeto.

Na entrevista para o mestrado foi proposto pelo meu orientador a mudança do tema, prontamente aceitei o desafio para estudar a violência contra a mulher, um

tema sensível e complexo. Aos poucos fui me apropriando da temática, vendo os desafios relacionados à tecnologia, uma vez que a maior parte do mestrado tive aulas on-line. Ainda tenho muito que apreender sobre o tema, nossa equipe interdisciplinar e internacional construiu muito e tive a sorte de conhecer pessoas incríveis e que estão dispostas a mudar o cenário da violência no Brasil.

A pesquisa foi apresentada em três eventos, dentre eles o trabalho foi selecionado pela Conferência Internacional da violência sexual em Cancún – México, melhor evento do mundo. Concorri a uma bolsa integral para países de baixa renda, fui selecionada e representei o Brasil. Foi uma experiência inesquecível tanto em relação a vivência acadêmica como a realização pessoal.

Posso dizer com certeza que as desigualdades, assimetrias e discriminações identificadas nas relações de gênero podem ser combatidas a partir das lentes da proteção à igualdade. E todas nós mulheres podemos chegar onde queremos.

Agradeço a oportunidade em estudar o tema que trouxe para mim também muitas descobertas. Hoje posso dizer que consigo identificar nas minhas consultas como enfermeira as mulheres que sofrem violência, e que posso dizer que estou sendo a voz de muitas delas. Sonho em um mundo melhor para todas nós, não somos menos, somos todas seres humanos.

1.1.1. Problematização

Diante do exposto na seção introdutória, a pesquisa tem como pergunta norteadora: Quais são os melhores conteúdos traduzidos e adaptados transculturalmente sobre estratégias de avaliação e planejamento de segurança para alimentar um aplicativo online voltado ao apoio à tomada de decisão de mulheres brasileiras que vivenciam VPI?

1.2. JUSTIFICATIVA

Um estudo com base no Banco de Dados Global da OMS desenvolveu estimativas de prevalências globais, nacionais e regionais acerca da violência contra

as mulheres entre os anos de 2000 e 2018 e demonstrou que mais de uma em cada quatro (27%) mulheres, com idades entre 15 e 49 anos, já sofreu violências físicas ou sexuais, ou ambas, de um parceiro íntimo atual ou anterior, pelo menos uma vez na vida; e uma em cada sete (13%) havia vivenciado no último ano. Isso significa que, em 2018, cerca de 492 milhões de mulheres, com idades entre 15 e 49 anos, foram submetidas a esse tipo de violência pelo menos uma vez desde os 15 anos (WHO, 2018).

No Brasil, dados do Atlas da Violência de 2019, fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostraram que o país registrou, em 2017, um crescimento no número de homicídios femininos em relação aos 10 anos anteriores. Com um cenário brutal em que 4.936 mulheres foram mortas, equivalente a um crescimento de 30,7% entre os anos de 2007 e 2017, e que representa 13 assassinatos por dia. Entre 2007 e 2017, houve um aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando ela passou de 3,9 para 6,4 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres (IPEA, 2019).

Em relação aos dados do Atlas de 2021, houve 3.737 mulheres assassinada no Brasil em 2019, equivalente a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil. A taxa representa uma redução de 17,9% em relação a 2018, quando foram registradas 4,3 vítimas para cada 100 mil mulheres. Ressalta-se que em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso significa que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras (IPEA, 2021).

O Relatório de Violência e Saúde da OMS aponta que o fato de as mulheres estarem emocionalmente envolvidas com quem as vitimiza, ligadas à dependência econômica em relação ao agressor, têm grandes implicações para a dinâmica do abuso. No Brasil, assim como na maioria dos países, a violência perpetrada por parceiro íntimo ocorre independentemente do grupo social, econômico, religioso ou cultural (WHO, 2002).

O cenário brutal da violência contra as mulheres por parceiro íntimo está presente no cotidiano do mundo todo. São relatos e manchetes sobre a extrema

violência que afeta as mulheres, inclusive o feminicídio. No Brasil, o cenário para esse tipo de crime é de que quatro mulheres são mortas a cada dia dessa forma. Como consequência, o país ocupa o 6º lugar no mundo em feminicídio. A taxa brasileira de 4,8 homicídios femininos por 100.000 mulheres apresenta-se 2,5 vezes maior que a média mundial e coloca o Brasil em 6ª posição no ranking mundial (WAISELFISZ, 2015).

Com base nos dados apresentados, percebe-se que existem lacunas nas políticas de proteção social às mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, sugerindo, então, a implementação de novas práticas sustentáveis, como a criação de estratégias de prevenção que possam identificá-la e evitar seu agravamento. O planejamento de segurança é o ponto de partida para evitar a VPI, sendo uma estratégia de intervenção auspiciosa que está sendo adaptada e testada mundialmente para aumentar o acesso às mulheres que vivenciam a VPI ao planejamento de segurança e à tomada de decisão (GLASS, et al., 2010).

Estudos demonstraram que um auxílio de tomada de decisão online melhorou o processo de planejamento de segurança e as sobreviventes da VPI se sentiram mais apoiadas em suas decisões, apresentando menos conflito decisório. Os ADSs têm a finalidade de apoiar as mulheres a identificar comportamentos abusivos e perigosos por parte de um parceiro íntimo ou ex-parceiro, estabelecer prioridades de segurança para si e para outros membros da família, incluindo seus filhos (se apropriado), e desenvolver um plano de segurança adaptado à sua situação (GLASS, et al., 2010; DUTTON, 2004).

Por conseguinte, ressalta-se a relevância da atual pesquisa que procura traduzir, adaptar e posteriormente implementar um aplicativo de auxílio de tomada de decisão online em território nacional, o qual estamos denominando "EU DECIDO".

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Formal

Realizar a tradução e adaptação transcultural do inglês para o português brasileiro de uma estratégia de avaliação e planejamento de segurança com a

finalidade de subsidiar uma plataforma on-line (aplicativo) para apoio às mulheres brasileiras em situação de VPI.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Conduzir a tradução e adaptação transcultural dos instrumentos/escalas de avaliação de abuso, segurança e tomada de decisão, do inglês para o português brasileiro;
- Realizar a adaptação transcultural concomitante à co-criação de uma estratégia de planejamento de segurança adaptada à realidade, às necessidades e ao entendimento de mulheres brasileiras em situação de VPI e aos profissionais que as atendem;
- Investigar o entendimento do conteúdo adaptado transculturalmente com o intuito de subsidiar o desenvolvimento do aplicativo para apoio à tomada de decisão voltada às mulheres em situação de VPI.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. MOVIMENTOS FEMINISTAS: DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS

Os movimentos feministas trouxeram conquistas importantes para a vida das mulheres, como o reconhecimento dos direitos políticos e sociais, marcados pelo enfrentamento da representação de gênero criada pelas sociedades, onde a mulher era vista como o “outro”, sem autonomia e liberdade, sendo o homem a figura que representava o ser humano, ou seja, a dominação do homem sobre a mulher (BEAUVOIR, 1960). Esses movimentos têm como intenção desenvolver respostas teóricas, políticas e intervenções que possam ser utilizadas para a discussão das desigualdades de diversas ordens, amparadas a partir das diferenças entre homens e mulheres (VASCONCELOS, et al., 2017).

Inicialmente, o feminismo é considerado um movimento social moderno, surgindo com ideias transformadoras na época do Iluminismo. A Revolução Francesa e a Americana difundiram-se em torno da questão dos direitos sociais e políticos, expandindo para muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, para alguns países da América Latina, sendo marcado pela luta sufragista (COSTA, 2007).

Segundo Gohn (2008), as lutas das mulheres para se constituírem como sujeitos históricos têm início há vários séculos, destacando o papel das mulheres desde as sociedades antigas e primitivas. A autora destaca que o feminismo no Ocidente trouxe visibilidade pública e coletiva, e classifica esse movimento em três ondas ou fases.

A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos - voto, trabalho, etc. - nos séculos XVIII e XIX e início do século XX. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, ressaltando ainda o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” (PINTO, 2010).

Em 1929, o primeiro país sul-americano a estabelecer o voto feminino foi o Equador. No Brasil, Uruguai e Cuba, estabeleceu-se no início dos anos 1930, e na Argentina e Chile, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, as

mulheres do México, Peru e Colômbia conquistaram o voto na década de 1950 (JAQUETTE, 1994).

Após o período de conquista pelo direito de votar, o movimento feminista entra em um processo de desmobilização em grande parte dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994).

Mesmo com um cenário desfavorável do movimento, essa desarticulação não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Em toda a América Latina, organizaram-se em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc.), pelo direito à terra e à segurança. No Brasil, as organizações feministas, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada para atender à política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, tiveram amplo poder de articulação e mobilização feminina (PINHEIRO, 1981).

O feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, marcado pelo movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes e está em consonância com a proposta da afirmação de que o “pessoal é político” (COSTA, 2007).

Com essa afirmação, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política (COSTA, 2007).

Com novos desdobramentos, a segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. A categoria gênero surge nesse período; segundo Vera Soares, gênero se refere à construção social da identidade sexual

que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. A década de 1960 estabelece um período de grandes questionamentos sobre o papel da sexualidade humana, pois:

[...] a pílula anticoncepcional começa a ser comercializada, pois a virgindade como valor essencial da mulher para o casamento começa a ser amplamente questionada, e começa a pensar mais coletivamente, não o ocidente, que sexo poderia ser fonte de felicidade e não apenas destinados à reprodução da espécie humana (GROSSI, 1998, p. 2).

A terceira onda do feminismo começou em 1990, quando as estratégias foram repensadas e ganhou “ênfase a crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação de massa” (KNIBIEHLER, 2007, p. 10). Nesta última fase as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade (ALVAREZ, 2000).

A terceira onda do feminismo começou em 1990, quando as estratégias foram repensadas, e ganhou “ênfase na crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação de massa” (KNIBIEHLER, 2007, p. 10). Nesta última fase, as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade (ALVAREZ, 2000).

Velasco (2012) pontua que nos Estados Unidos “o movimento feminista negro surgiu no encontro e tensão entre dois movimentos, o abolicionismo e o sufragismo, em uma difícil junção”. As mulheres negras participavam efetivamente na luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos, bem como nos movimentos feministas brancos que reivindicavam a igualdade dos direitos políticos através da conquista do voto.

Após a conquista da abolição da escravidão, o movimento feminista branco não foi suficiente em perceber a intensificação da opressão quando raça e sexo eram relacionados, acabando por excluir as mulheres negras de sua pauta de lutas, tornando-se um instrumento de opressão dessas mulheres. Isso causou a separação do feminismo estadunidense, entre feminismo branco e feminismo negro (DAVIS, 2013).

Nessa perspectiva, o feminismo branco e o negro nos EUA se diferenciam pelo fato de que, enquanto o primeiro tinha um caráter construtivista em relação à categoria mulher, o segundo se propunha a paralelamente reivindicar e reconstruir a

identidade da mulher. A mulher negra na sociedade não era vista como mulher, sendo caracterizada como uma não categoria, o que reforça a desigualdade de gênero e raça ocasionando discriminações e opressões (VELASCO, 2012).

Para Carneiro (2019), tanto no Brasil como na América Latina, geralmente a identidade nacional tem início nas violências sexuais perpetradas pelos homens brancos proprietários de escravos(as), contra as mulheres negras e indígenas, resultando em uma população miscigenada. Um fator estruturante presente até hoje.

Para a autora, um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2019).

A partir da ótica de Quijano, Lugones (2014), relata acerca da colonialidade do gênero, “objetiva designar uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, bem como o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização, o processo de sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a investida de negar ao/a colonizado/a a humanidade.”

Seguindo na mesma direção, por meio da hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano, marca-se a civilização. Considerava-se civilizados(as) somente homens ou mulheres. Aos povos indígenas das Américas e aos(as) africanos(as) escravizados(as) era negada a humanidade e o gênero; dessa forma, tais povos eram entendidos e tratados como animais selvagens e sexualizados (LUGONES, 2014).

Os enfrentamentos das mulheres negras têm suas reivindicações pautadas na igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho, na inclusão de questões que afetam a raça e atuam como barreiras que intensificam a estratificação social. São colocadas como pontos centrais das discussões: a violência, na qual os movimentos feministas negros trabalhavam denunciando as diferentes expressões que atingem a população negra e principalmente as mulheres negras, para além da violência física e sexual, visibilizando a violência racial, resultante da hegemonia da branquitude, demandas trazidas pelo movimento de grupos subalternos (WASELFISZ, 2015; CARNEIRO, 2003).

Com as colocações e reivindicações dos feminismos negros, Lugones (2014) propõe a descolonização do gênero enquanto práxis e convida os feminismos a pensar criticamente a opressão de gênero numa perspectiva racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Além disso, a tarefa das feministas descoloniais tem início no ato de “dar-se conta” da diferença colonial e, a partir daí, enfaticamente resistir ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ademais, a autora convida feministas e pesquisadoras a se colocarem “no lugar das outras”, dedicando-se ao exercício de entender os lugares de fala e onde cada mulher se situa na diferença colonial para que se possa construir uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber e amar.

Nesse sentido, Carneiro (2019) argumenta que os movimentos feministas negros, ao denunciarem e combaterem as opressões de raça e gênero tem contribuído para a ação política feminista e antirracista no cenário nacional. Destarte, a articulação das categorias raça, gênero e classe têm enegrecido:

“(...) de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (VELASCO, 1999, p. 70).

As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (GONZALEZ, 1988).

2.2. BREVE HISTÓRICO: GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O tema da violência contra as mulheres é cada vez mais estudado no meio acadêmico, fornecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas, pautado nas agências nacionais e internacionais sobre Direitos Humanos e na sociedade brasileira (PINTO, et al., 2017).

Para a problematização da violência contra as mulheres, deve-se considerar o entendimento do que é gênero. Segundo a OMS (2012), o gênero ressalta o patriarcado, as relações de poder hierárquico e as construções de masculinidade e

feminilidade como motivadores predominantes e generalizadores do problema. Constituem o controle das mulheres e originam a desigualdade estrutural de gênero.

A discussão da violência contra a mulher surgiu na década de 1960 (PINTO, et al., 2017), sendo o conceito de gênero construído no interior dos movimentos feministas com o escopo de construir respostas teóricas, políticas e intervenções que possam contrapor as desigualdades de diversas ordens sustentadas a partir das diferenças naturalizadas entre homens e mulheres (VASCONCELOS, et al., 2017).

Para a teórica Judith Butler, a mulher como sujeito do feminismo deve problematizar:

“se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida [...] o gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” (BUTLER, 2003, p.20-25).

Nessa perspectiva, Dutton (1992) realizou um estudo sobre o perfil das “mulheres espancadas” e essas características podem ser usadas para explicar por que muitas mulheres vivenciam um relacionamento abusivo. Relata que características como déficits em resolução de problemas, falta de assertividade, dependência emocional e atitudes tradicionais de papéis de gênero têm sido usadas para culpabilizar as mulheres que estão em situação de violência por permitir que o abuso ocorra, por não interromper o abuso e por buscar relacionamentos abusivos.

Assim, é preciso compreender a resposta da mulher agredida à violência, abuso e controle, compreender o trauma psicológico e outras sequelas, uma vez que esses pilares são a base para orientar uma avaliação de intervenção que tem como finalidade aumentar a segurança da mulher que vivencia a violência, ajudá-la, empoderá-la através da tomada de decisão e contribuir para a cura do trauma psicológico (DUTTON, 1992).

Para Simone de Beauvoir, ser mulher não é somente nascer com o sexo designado, mas é, principalmente, ser vista de forma negativa pela sociedade. É ser educada, desde o nascimento, a ser frágil, passiva, dependente, apagada, delicada, discreta, submissa e invisível. A autora refere que ser mulher não é um dado da

natureza, mas da cultura, já que não há um destino biológico que define a mulher como ser inferior ao homem. A situação de subordinação social está atrelada à história da civilização, sendo que para cada mulher em particular é a história da sua vida, principalmente a sua infância, que define como “inessencial perante o essencial” (GOLDENBERG, M., et al., 2019; BEAUVOIR, 1960).

Outra questão relacionada à situação de submissão imposta socialmente e culturalmente à mulher é evidenciada pelos casos de relação forçada pelo parceiro, uma vez que um estudo demonstrou que 47% das mulheres relatam tentativa ou realização de sexo forçado praticado pelo parceiro íntimo ao longo de suas vidas (JEWKES, et al., 2002).

Assim, estudiosos definem a VPI como comportamento inserido em uma relação íntima que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores realizados por cônjuges, parceiros atuais e/ou ex. Os conflitos são vistos como resultado de desigualdades de valor e poder nessas relações (SCHRAIBER, et al., 2010).

2.3. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS E IMPACTOS A SAÚDE

O problema da VPI compreende diversas repercussões para a saúde das mulheres e meninas (SCHRAIBER, 2002). Além de ser uma violação de direitos humanos, causa danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social do indivíduo e da família (WHO, 2010).

Para Gomes et al. (2012), as repercussões da VPI comprometem a saúde física e mental das mulheres e seus filhos, manifestando sinais visíveis, como hematomas e cortes, além de baixa autoestima, tristeza, medo e depressão. No que se refere à saúde reprodutiva das mulheres, a violência por VPI está correlacionada com dores pélvicas crônicas, doenças sexualmente transmissíveis, como a síndrome da imunodeficiência adquirida humana (AIDS), assim como doenças pélvicas inflamatórias e gravidez indesejada. Existem uma série de complicações relacionadas com a gravidez, como aborto espontâneo, trabalho de parto prematuro e baixo peso ao nascer, associados com a violência durante a gravidez (WHO, 2010).

Em um estudo multicêntrico de prevalência da violência por VPI, as comparações das médias segundo algumas questões de saúde e vida das regiões da Zona da Mata (PE) e São Paulo (SP) mostraram, na ZM, diferença entre as médias de tentativa de suicídio, mas não em SP. Em ambos os locais de estudo, as maiores médias do escore de violência foram encontradas entre as mulheres com baixa avaliação de saúde, com problemas para realizar atividades diárias, que sentiam alguma ou muita dor, com ideação suicida pregressa e que consumiam álcool quase todos os dias e possuíam transtorno mental comum (SCHRAIBER, 2010).

Na Austrália, em um estudo com mulheres de faixa etária de 18 a 44 anos, foi utilizada a metodologia da carga de doenças, que demonstrou que a VPI representa 7% da carga total de doenças, sendo um fator de risco bem maior para a hipertensão arterial, uso de tabaco e aumento do peso corporal (VOS et al., 2006).

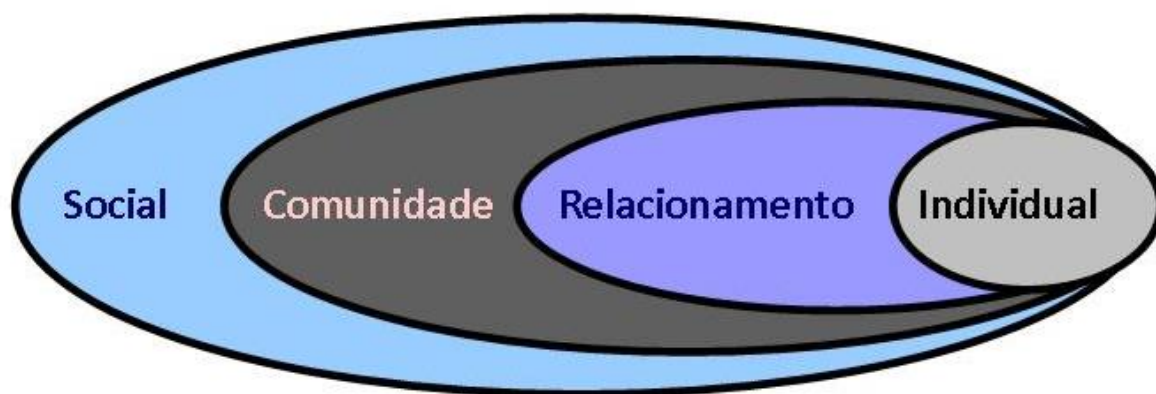
Para traçar estratégias e programas de identificação de fatores de risco, é de suma importância sugerir melhorias ou proteção contra riscos – e até mesmo orientar a política de prevenção. O modelo ecológico da violência é fundamental para entender o contexto e os fatores de risco e proteção que influenciaram na ocorrência da VPI para poder preveni-la (CDC, 2004).

Estudiosos tentam descrever os fatores de risco e de proteção da VPI com base em conceitos biológicos, psicológicos, culturais e de igualdade de gênero. Os fatores de risco aumentam a probabilidade de alguém se tornar a vítima ou o perpetrador de violência sexual e praticada pelo parceiro íntimo, e sua redução deve, portanto, ser um objetivo-chave dos esforços de prevenção, bem como um conceito integral nos esforços de monitoramento e avaliação de programas. Da mesma forma que os fatores de proteção, que são uma margem de segurança contra o risco de alguém se tornar uma vítima e/ou perpetrador de violência sexual e violência pelo parceiro íntimo, podem precisar de promoção – inclusive através de intervenções estruturais ou de outra natureza para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher (CDC, 2004).

O modelo ecológico da violência foi apresentado no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, porque permite a inclusão de fatores de risco e de proteção a partir de vários domínios de influência. Entretanto, existindo evidências de modelos psicológicos sobre fatores de risco individuais e de modelos de gênero sobre fatores

de risco sociais, elas poderão ser incorporadas no mesmo modelo socioecológico (WHO, 2002).

FIGURA 1 - MODELO SOCIOECOLÓGICO PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA



Fonte: WHO (2022).

O modelo socioecológico sustenta também uma abordagem de saúde pública abrangente, a qual não apenas trata do risco de um indivíduo se tornar a vítima ou o perpetrador de violência, mas também das normas, crenças e sistemas sociais e econômicos que criam as condições favoráveis para a ocorrência da violência sexual e praticada pelo parceiro íntimo. A utilização do modelo socioecológico ajuda também a promover o desenvolvimento de políticas e programas intersetoriais de prevenção ao ressaltar os vínculos e as interações entre os vários níveis e fatores. Como resultado, ao se elaborar abordagens abrangentes para prevenir a violência sexual e a praticada pelo parceiro íntimo, a incorporação de estratégias eficazes nos principais programas vigentes, tratando essas questões, aumentará sua relevância e sustentabilidade (WHO, 2002).

Assim, o aspecto relacional inclui fatores que aumentam o risco resultantes de relacionamentos com pares, parceiros íntimos e membros familiares. Esses são o círculo social mais próximo à pessoa e podem moldar seu comportamento e os tipos de experiências; o comunitário refere-se a contextos comunitários, nos quais estão contidas essas relações; e os sociais que incluem fatores mais amplos e em nível macrossocial que influenciam a violência sexual e a praticada pelo parceiro íntimo, tais como desigualdade de gênero, sistemas de crenças religiosas ou culturais,

normas sociais e políticas econômicas ou sociais que criam ou sustentam lacunas e tensões entre grupos de pessoas (WHO, 2002).

No que tange às relações de gênero e violência, tomou-se como base Acosta et al. (2015), que relatam que o número de mulheres vitimadas ainda é elevado e apontam que mais de 40% das violências resultam em lesões corporais em consequência de socos, tapas, chutes, queimaduras e espancamentos.

Revelam-se ainda repercussões para as relações sociais das mulheres, em consequência do isolamento e da não qualificação para o mercado de trabalho, e das crianças, relacionadas à diminuição no rendimento escolar, introspecção e vulnerabilidade para o uso de drogas. Portanto, faz-se necessário sensibilizar profissionais de saúde para o reconhecimento dos casos e qualificá-los para conduzi-los da maneira mais assertiva.

2.4. POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS

Em um estudo transversal da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 sobre o panorama da prevalência brasileira de violência contra as mulheres por VPI nos últimos 12 meses, apontou-se que 7,6% das 34.334 mulheres de 18 a 59 anos já sofreram tal violência. A maior parte dessas mulheres era da faixa etária de 18 a 39 anos, vivia com companheiro sem união formal, era solteira ou divorciada, e aproximadamente 69% delas relataram consequências psicológicas como resultado da VPI (SIGNORELLI, 2022).

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.778, que estabeleceu a necessidade de notificação compulsória, obrigando os serviços de saúde públicos e privados a notificar casos suspeitos e confirmados de qualquer tipo de violência, incluindo violência contra a mulher (BRASIL, 2003). No entanto, somente a partir de 2009, os dados sobre os tipos de violência passaram a ser registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em serviços sentinela ou de referência para o atendimento às vítimas de violência.

No ano de 2011, a notificação compulsória foi universalizada para todos os serviços de saúde, tanto públicos quanto privados. A partir dessa determinação, a

ficha de notificação individual de violência passou a ser o instrumento estratégico utilizado para notificar qualquer caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar contra a mulher e outros grupos específicos da população (BRASIL, 2016).

Em um estudo transversal nacional, Mascarenhas et al. (2016), realizou análise das notificações, embasados nos dados registrados no Sinan entre 2011 e 2017, sendo notificados 454.984 casos de violência perpetrados por homens contra mulheres, dos quais 62,4% eram VPI.

Para o monitoramento dos feminicídios em um território, é preciso dispor de informações fidedignas. No Brasil, as declarações de óbito que fazem parte do Sistema de Informação de Mortalidade/DATASUS, mas não contêm dados referentes à causa do crime, sendo impossível classificar as mortes femininas por agressão, como femicídios ou feminicídios, já que não contam com informação referente ao agressor e à intencionalidade do evento.

Outros documentos que se referem aos óbitos femininos por agressão, mas não os tipificam, são os prontuários de serviços de emergência, laudos e inquéritos periciais, porém o acesso é restrito, o manuseio é difícil e podem demandar um longo espaço de tempo até sua conclusão (MENEGHEL, PORTELLA, 2017).

Na perspectiva das políticas públicas, são exemplos a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha, 2006), que visa coibir os atos de violência e punir os agressores, e a Lei nº 13.104 (Lei do Feminicídio, 2015), que não visa incluir no Código Penal um novo crime, mas transformá-lo em homicídio qualificado (BRASIL, 2015; 2006).

A partir da promulgação dessa última, a pena para os crimes de feminicídio, aqui entendido como o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de gênero, vai de 12 a 30 anos de reclusão. Ainda é possível acrescentar a Lei da Violência Psicológica nº 14.188/2021, que definiu o programa de cooperação Sinal Vermelho como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2021).

Em resposta à VPI e ao feminicídio, o Brasil criou em 2015 um programa inovador que é a Casa da Mulher Brasileira, centros públicos especializados que atuam de forma intersetorial no atendimento às mulheres em situação de violência 24 horas por dia durante os sete dias da semana. Estão planejadas para as 27

capitais do Brasil, no entanto são apenas sete em funcionamento, incluindo o local de estudo da presente pesquisa em Curitiba, localizada no sul do Brasil (EVANS et al., 2022; JOHNSON et al., 2020; BRASIL, 2013).

Ademais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres é um tratado internacional aprovado em 1979 e em vigor desde 3 de setembro de 1981, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Exige que os países signatários da Convenção tomem todas as medidas adequadas para pôr fim à violência contra as mulheres (UN WOMEN, 2009).

No que diz respeito ao panorama nacional, houve a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará, no ano de 1994, sendo a única convenção regional abordando especificamente essa violência. Nesse contexto, o art. 1º desta, conceitua violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (BRASIL, 1996).

A abordagem da justiça criminal se baseia fundamentalmente na dissuasão, no encarceramento e na punição e reabilitação dos agressores e vê como sua tarefa principal responder à violência sexual e praticada pelo parceiro íntimo, depois de sua ocorrência, através do cumprimento da lei, garantindo que “a justiça seja feita”. Trata-se de identificar adequadamente os autores, determinando a culpa e garantindo que eles sejam devidamente condenados (BRASIL, 1996).

2.5. ESTRATÉGIAS ON-LINE: TECNOLOGIAS DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Uma das estratégias recomendadas para mulheres que vivenciam a violência é o planejamento de segurança. Nesse processo, devem-se levar em conta fatores complexos individuais e comunitários, como, por exemplo, a guarda dos filhos, rede de apoio, acesso à habitação segura e preços acessíveis, emprego com salário digno, sentimento em relação ao parceiro, bem como a intensidade da violência (CAMPBELL, WEBSTER, GLASS, 2009; DUTTON, 2005, 2004).

O planejamento de segurança para mulheres vítimas de violência por meio de aplicativos móveis é inédito no Brasil. Aprender com as experiências

internacionais é necessário, mas ouvir as vozes e necessidades locais é fundamental, por meio da discussão do conteúdo com mulheres brasileiras sobreviventes e profissionais que cuidam delas.

2.6. PLATAFORMAS ON-LINE INTERNACIONAIS DE APOIO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

Nessa seção, discorre-se resumidamente sobre as plataformas online que inspiraram e embasaram o atual estudo, como a “Iris” e “myPlan App”, desenvolvida nos Estados Unidos pela Johns Hopkins University; a Plataforma “i-Can”, testada no Canadá e desenvolvida pela University of Western Ontario; a plataforma “i-Decide”, testada na Austrália pela University of Melbourne, e a plataforma online “i-Safe” na Nova Zelândia, desenvolvida pela Auckland University of Technology. Esses estudos prévios foram desenvolvidos em países de alta renda e embasaram a adaptação do aplicativo “EU DECIDO” para o contexto brasileiro.

2.6.1. *Iris e myPlan*

As autoras Nancy Glass, Karen B. Eden, Tina Bloom e Nancy Perrin (2010), da Johns Hopkins University, desenvolveram o website Iris e, posteriormente, o aplicativo myPlan (<https://myplanapp.org/>) (FIGURA 2) para mulheres que estão em situação de VPI. Essa estratégia tem como objetivo apoiar e melhorar a tomada de decisão, fornecendo uma resposta sobre o risco da violência, oferecendo assistência às prioridades e um plano de segurança individualizado. Os estudos foram desenvolvidos com base na Teoria do Empoderamento de Dutton (1992). Segundo a autora, para que a mulher vítima de VPI possa pensar no planejamento de segurança, existem diversos fatores que envolvem a tomada de decisão, como, por exemplo, a custódia das crianças, a moradia, o emprego, além do sentimento pelo parceiro íntimo e o medo de novas ameaças e violência.

A VPI é o fator de risco mais significativo para o homicídio por parceiro íntimo; em média, mais de três mulheres norte-americanas são assassinadas todos os dias por um parceiro, companheiro ou ex. Diante desse alarmante cenário de violência doméstica, as mulheres americanas vítimas de abuso enfrentam decisões de segurança complexas, perigosas e difíceis. A Internet representa uma maneira

potencialmente inovadora de conectar mulheres vítimas de abuso com recursos e informações de planejamento de segurança personalizado (GLASS et al., 2017).

No que se refere ao planejamento de segurança, este é acessado espontaneamente por meio de serviços formais, ou seja, serviços de crise, suporte jurídico, serviço social e ambientes legais, grupos de apoio e aconselhamento individual. Entretanto, as mulheres vítimas de violência muitas vezes desconhecem os recursos disponíveis de atendimento, ou a maioria não acessa os serviços formais, o que representa possibilidades perdidas para reduzir a exposição à VPI e suas repercussões negativas para a saúde.

A VPI é um problema generalizado que causa consequências negativas na vida da mulher, sua família e a comunidade, atingindo a saúde física, mental e social. Assim, as participantes puderam acessar a pesquisa através do site disponível em vários ambientes: em casa (53,1%), no trabalho (12,3%), na casa de amigos/família (17,1%), na biblioteca pública (11,3%) ou em outros locais 6,2% (campus, cafeterias, centros comunitários de recursos, e outros). Embora o site não tenha sido disponibilizado inicialmente para smartphones, algumas relataram acessar a partir de um telefone (GLASS et al., 2017).

As evidências sugerem que os auxílios à decisão clínica podem apoiar a tomada de decisão informada para pacientes que enfrentam dificuldades de escolhas, por exemplo, decisões em fase terminal da vida e curso de tratamento para doenças crônicas. Ferramentas de auxílio à decisão demonstraram reduzir efetivamente o conflito decisório, fornecendo informações e riscos envolvidos e esclarecendo prioridades pessoais dos pacientes (STACEY et al., 2017).

Os estudos demonstraram que após o uso das plataformas online (Iris e myPlan), as mulheres que vivenciam a VPI relataram que o auxílio à tomada de decisão foi benéfico, oferecendo privacidade em um momento importante para pensar e tomar decisões de segurança. Tendo como resultado, pelo menos 69% das mulheres relataram perigo severo a extremo em seu relacionamento, pontuado conforme a escala de avaliação de perigo (Danger Assessment - DA), em tradução para o português brasileiro: “Avaliação de Perigo” (GLASS et al., 2017).

Apenas 60% relataram ter feito um plano de segurança e, com seu uso, evidenciou-se que as mulheres randomizadas no grupo intervenção (teste) se sentiram mais apoiadas em suas decisões e relataram menos conflito de decisão em

comparação com as mulheres do grupo controle (que tiveram apenas o planejamento de segurança usual). Além disso, mulheres abusadas randomizadas no grupo intervenção que queriam terminar seu relacionamento eram significativamente mais propensas a deixar o relacionamento abusivo com segurança em comparação com mulheres abusadas do grupo de controle (GLASS et al., 2017; EDEN et al., 2015). As mulheres que usaram a intervenção experimentaram uma maior redução nos sentimentos de incerteza e no sentimento de falta de apoio em relação à segurança em comparação com o grupo controle (GLASS et al., 2017).

O planejamento de segurança online é amplamente recomendado e é considerado uma ferramenta promissora para reduzir o impacto da VPI e do feminicídio.

FIGURA 2 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA MYPLAN APP



Fonte: Glass, et al. (2017).

2.6.2. Plataforma *i-Can*

A plataforma online *i-Can* foi desenvolvida no Canadá e tem sua proposta ancorada no planejamento de segurança, uma intervenção promissora e amplamente recomendada baseada em evidências para mulheres que sofrem VPI. Menos de 1 em cada 5 mulheres canadenses acessa o planejamento de segurança por meio de serviços formais de violência doméstica. No Canadá, a VPI afeta 1 em cada 3 mulheres canadenses em suas vidas e muitas vezes persiste mesmo após a separação (FORD-GILBOE et al., 2017).

Um estudo realizado em uma população de mulheres da zona rural, indígenas, mulheres não-brancas e imigrantes que utilizaram a intervenção online concluiu que a prevalência média de depressão foi estimada em 47,6% e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático em 63,8% (três a cinco vezes, e cinco vezes mais em relação às taxas gerais da população feminina, respectivamente) (FORD-GILBOE et al., 2017).

Participaram do estudo 450 mulheres canadenses que vivenciam a VPI, fazendo parte dos métodos atividades destinadas a aumentar sua conscientização sobre os riscos de segurança, refletir sobre seus planos para seus relacionamentos e prioridades e criar um plano de ação personalizado de estratégias e recursos para abordar suas preocupações de segurança e saúde (FORD-GILBOE et al., 2017).

Para Ford-Gilboe, et al. (2017), o estudo do "i-Can" revelou que a capacidade das mulheres para tratar de sua segurança em um relacionamento abusivo está atrelada à sua saúde; por exemplo, mulheres com problemas de saúde mental são mais propensas a retornar para um parceiro abusivo. Portanto, para melhorar a saúde mental e a qualidade de vida das mulheres que vivenciam a VPI, são necessárias urgentemente intervenções específicas de gênero, considerando aspectos culturais seguros dentro de seu contexto. Poucas intervenções demonstraram melhorar a segurança, a saúde ou a qualidade de vida das mulheres experimentando VPI. Para as autoras da plataforma i-CAN, as intervenções online adaptadas às características únicas da vida das mulheres maximizam a eficácia dos grupos e têm o potencial de reduzir as barreiras de acesso e melhorar a inclusão dos grupos (FORD-GILBOE et al., 2017).

FIGURA 3 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA I-CAN



Fonte: Ford-Gilboe, et al. (2017).

2.6.3. *i-Decide*

O i-Decide, idealizado por Hegarty et al. (2015) e desenvolvido na Austrália, é uma plataforma online de relacionamento saudável e auxílio à decisão de segurança para mulheres que vivenciam a VPI. Segundo a autora, muitos estudos demonstraram que as mulheres que vivenciam a VPI não se sentiam à vontade ao visitar profissionais de saúde, não viam o profissional de saúde (médico) como uma forma de ajuda, apontaram ainda a falta de acesso a cuidados de qualidade, preocupações com a confiança e com o julgamento de suas respostas por

profissionais de saúde. Percebeu-se que as mulheres se sentiram seguras e tiveram mais confiança quando optaram por recursos online para avaliar a saúde de seus relacionamentos e realizar um plano de segurança e bem-estar para si e seus filhos.

A metodologia do i-Decide foi um estudo do tipo ensaio clínico randomizado controlado, no qual foi testada a eficácia de uma ferramenta de relacionamento saudável baseada na Web como um auxílio à decisão de segurança. Fundamentado e com base na plataforma Iris dos EUA (EDEN et al., 2015), foi adaptado para o contexto da Austrália e utiliza o Modelo de Prontidão Psicossocial como pilar para a intervenção (TARZIA et al., 2016).

Para Hegarty et al. (2015), as mulheres que sofreram abuso ou que têm medo de um parceiro acessaram a plataforma "i-Decide", realizando exercícios de reflexão autogerenciados sobre seu relacionamento que incluíam avaliação do nível de perigo, definição de prioridades e a partir de suas avaliações, a plataforma fornecia resultados em um plano de ação personalizado e individualizado.

O teste neste estudo avaliou uma ferramenta de autoinformação, autorreflexão e autogerenciamento baseado na web (i-Decide) para a VPI com aumento do apoio percebido e da conscientização, encorajando mudanças positivas a partir da própria decisão da mulher. A partir dos resultados, o i-Decide pode ser facilmente incorporado ao setor comunitário e aos serviços de saúde, oferecendo uma alternativa aos serviços formais para mulheres que não estão prontas ou capazes de reconhecer abusos e acessar serviços especializados presencialmente (HEGARTY et al., 2005).

Em um artigo científico publicado no Journal of Women's Health Issues sobre o "i-Decide", ressaltou-se que, embora as intervenções de aconselhamento centradas na mulher tenham se mostrado promissoras, ainda existem várias barreiras impedindo que as mulheres revelem a VPI. Dentre elas, o medo do parceiro abusivo, o constrangimento ou a crença de que a violência praticada pelo parceiro íntimo é uma questão privada (TARZIA et al., 2016). Concluiu-se que as tecnologias de formato online no setor da saúde podem ser utilizadas como um método de intervenção para abordar condições sensíveis e estigmatizantes em que muitas mulheres se encontram. Portanto, sugere-se que as intervenções online possam ser úteis no campo da violência praticada pelo parceiro íntimo, em relação à

capacidade de adaptar intervenções para necessidades individuais da vítima, sem uma extensa despesa com recursos humanos.

Contudo, as intervenções baseadas na web para mulheres que sofrem VPI têm sido sugeridas como uma alternativa às abordagens tradicionais presenciais, que poderiam superar algumas barreiras na busca de ajuda. Uma intervenção oferecida pela internet pode ser acessada em particular, em um horário conveniente para a mulher, sem a necessidade de revelar a alguém que ela está sofrendo violência, até que ela esteja pronta para fazê-lo.

FIGURA 4 - LOGOTIPO DA PLATAFORMA I DECIDE



Fonte: Hegarty, et al. (2015).

2.6.4. *i-SAFE*

A Plataforma online i-Safe foi organizada e coordenada pela Professora Jane Koziol-McLain e sua equipe da Auckland University of Technology. Esse recurso online foi desenvolvido na Nova Zelândia e financiado pelo New Zealand Health Research Council. A VPI e suas consequências negativas associadas à saúde mental são significativas para as mulheres nesse país. Além dos conhecidos impactos negativos na saúde física, pesquisas demonstram consistentemente uma forte associação entre VPI e aumento das taxas de depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), abuso de substâncias e suicídio (KOZIOL-MCLAIN, et al., 2018; 2015).

O i-Safe teve como modelo para seu desenvolvimento uma colaboração internacional e simultânea com a Plataforma Iris. Testou a eficácia de um auxílio online para decisões de segurança baseado na Web, focado na melhoria da saúde mental e na redução da exposição à VPI. Contou com a participação de 340 mulheres, as quais autorrelataram seu conflito decisional referente a um relacionamento abusivo. As mulheres com triagem positiva para suicídio receberam mensagens com encaminhamento a seus profissionais de saúde de referência, bem como recursos de prevenção de suicídio (Depression Helpline 0800 111 757 ou

Lifeline 0800 111 777). Se as mulheres determinassem que era seguro, elas podiam também imprimir uma cópia do relatório personalizado com seu plano de segurança e de ação (KOZIOL-MCLAIN et al., 2018; 2015).

Para Vandal et al. (2010), essa intervenção sustentou-se em fornecer uma ferramenta que apoia as mulheres a entender e clarificar conflitos decisoriais, avaliando seu risco de violência letal e identificar prioridades de segurança em um ambiente privado e seguro, resultando em menores conflitos de decisão e aumento dos comportamentos de busca de segurança. As recomendações relativas aos comportamentos de busca de segurança são personalizadas, com base nas informações fornecidas pelas mulheres por meio do auxílio à decisão de segurança baseado na Internet e da avaliação de perigo.

Na sequência, 412 mulheres foram recrutadas de setembro de 2012 a setembro de 2014. As participantes tinham entre 16 e 60 anos, 27% (111) se identificaram como indígenas do grupo Maori (indígena da Nova Zelândia) e 51% (210) relataram no início do estudo que não tinham certeza de seus planos futuros para o relacionamento com seus parceiros (KOZIOL-MCLAIN et al., 2018).

O estudo concluiu que o uso individualizado da plataforma online de auxílio à decisão i-SAFE foi eficaz na redução da exposição à VPI, porém com resultados limitados às mulheres indígenas Maori. A descoberta de um efeito de tratamento em um grupo populacional que apresenta vulnerabilidades significativas de saúde é uma descoberta importante e bem-vinda (KOZIOL-MCLAIN et al., 2018).

Com base na Teoria do Empoderamento de Dutton (1992), as mulheres com conhecimento e entendimento de segurança e recursos disponíveis terão autonomia para tomar decisões de segurança (em vez de atrasá-las). Isso, por sua vez, impedirá a exposição repetitiva e escalonamento da VPI, reduzindo os impactos negativos de saúde mental associados à VPI.

2.7. PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA PRESENCIAL E ON-LINE NO BRASIL: FERRAMENTAS DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO

Em 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu no Rio de Janeiro a Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Nela, foi elaborada uma Agenda 2030 composta por um plano de ação

que busca fortalecer a paz mundial com mais liberdade e erradicar a pobreza. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressalta-se o objetivo cinco intitulado como “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, visto que a questão de gênero faz parte da agenda pública do mundo, sendo uma forma de enfrentamento da VPI. A meta 5.b vem de encontro com a pesquisa visando “aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres” (ONU, 2015).

Globalmente, estima-se que mais de 6 bilhões de pessoas possuem smartphone. Os avanços e as inovações nas tecnologias digitais e o domínio mundial de smartphones e aplicativos criaram uma grande oportunidade para a prestação de serviços e intervenções de saúde mental em escala global (YAZDY et al., 2022).

Atualmente no Brasil, segundo levantamento de dados de 2022 da Fundação Getúlio Vargas, existem 242 milhões de celulares smartphones em uso no país. Adicionando os notebooks e os tablets, são 352 milhões de dispositivos portáteis ou 1,6 por habitante, de acordo com o IBGE (2022). A distribuição entre homens e mulheres que possuem telefone móvel é relativamente uniforme (IBGE, 2018). Na questão da acessibilidade à internet, 90% das casas dos brasileiros têm acesso à internet, o que significa 65,6 milhões de domicílios conectados, sendo 5,8 milhões a mais que em 2019 (PNAD, 2021).

Em contrapartida às metas da ODS, a Google Play Store, considerada a maior plataforma de aplicativos no Brasil, dispõe de poucas opções com foco na erradicação e prevenção da violência contra as mulheres no país (CARVALHO et al., 2021; DALL’IGNA, 2017). Os aplicativos analisados no país não observaram possibilidades de educação e construção de evidências. Na questão das funcionalidades, podem ser desenvolvidas para auxiliar em medidas preventivas, de saúde, entre outras formas para o desenvolvimento da autoestima e do empoderamento feminino (CARVALHO et al, 2021).

Em resposta à violência contra as mulheres, a CMB dispõe desde 2015 de um dispositivo denominado botão do pânico, uma estratégia utilizada para monitorar o descumprimento de medidas protetivas, atuando de forma paralela na segurança das mulheres sobreviventes (DALL’IGNA, 2017). O dispositivo é semelhante ao

aparelho de celular, tratando-se de um pager com um chip de operadora telefônica, com sensor de GPS. As informações permitem a localização da vítima e do autor da violência. O “botão do pânico” transmite dados a uma central de monitoramento cada vez que é acionado pela vítima em situação de risco de segurança. Quando o dispositivo é acionado, ele se conecta com a rede socioassistencial de proteção Souza (2020), e ao mesmo tempo um microfone é ligado para gravar sons externos em um raio de 5 metros. Imediatamente, a viatura da Patrulha Maria da Penha mais próxima se desloca ao local para prestar o atendimento. O material dessa abordagem materializa o descumprimento da medida protetiva, ou seja, são provas que podem ser acrescentadas no processo criminal.

Essa escassez pode decorrer de problemas multifatoriais como o fato de os aplicativos não funcionarem corretamente, questões sociais, falta de iniciativas do poder público, desinteresse da comunidade de desenvolvedores.

Uma questão importante levantada nesta pesquisa é a falta de atualização dos aplicativos durante longos períodos. O tempo médio de atualização é de 10 meses, tendo a versão mais antiga permanecido 17 meses sem atualização e a mais nova atualizada há 20 dias. Devido a isso, muitos recursos podem deixar de funcionar à medida que o Android é atualizado no seu respectivo dispositivo. O estudo sugere que as funcionalidades podem ser ampliadas para auxiliar em medidas preventivas, de saúde, entre outras formas para o desenvolvimento da autoestima e do empoderamento feminino. Dentre os aplicativos abordados no estudo, nenhum aborda o planejamento de segurança. No entanto, será escolhido um deles (Eu sou Glória), um dos mais baixados/utilizados, para abordar algumas de suas funcionalidades na próxima seção (CASTRO, 2018).

2.7.1. Eu sou a Glória

A plataforma brasileira foi criada em 2018 e está disponível online na forma de um site (<https://eusouagloria.com.br/home>). Glória é um robô que funciona por meio de inteligência artificial, amparada em um conceito de transformação social de alcance internacional que permite identificar, intervir, apoiar e educar na questão da violência (CASTRO, 2018).

É conhecida como a plataforma Círculo de Ouro: Glória nasceu com o ideal de reduzir e enfrentar a opressão e a violência física, psicológica e sexual contra as mulheres e a desigualdade de gênero. A partir da coleta de dados, gerou-se conteúdo educacional e a criação de uma rede de apoio com ferramentas necessárias para otimizar os meios que já existem para garantir seus direitos. Assim, uma plataforma segura para acolher vítimas e possíveis vítimas da violência contra mulheres de forma anônima e de fácil acesso para mulheres em situação de vulnerabilidade e repressão, alicerçada por três pilares: machine learning (aprendizado de máquina), people analytics (análise de pessoas) e skills management (gerenciamento de habilidades) (CASTRO, 2018).

Glória funciona de duas maneiras online: em redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook ou pelo site) e de maneira offline em totens instalados em lugares públicos e grandes eventos, onde eles coletam os dados e informações entendendo os discursos de mulheres e meninas que sofreram violência ou que podem vir a sofrer (CASTRO, 2018).

O lema da plataforma é "por um mundo onde as mulheres estejam seguras, por um mundo onde mulheres sejam respeitadas, por um mundo onde mulheres decidam quem são por um mundo onde mulheres sejam livres" (CASTRO, 2018). O estudo dessas plataformas online estrangeiras, assim como as plataformas nacionais, serviu de subsídio para refletir sobre os limites, lacunas e potencialidades para o desenvolvimento de uma plataforma voltada ao planejamento de segurança de mulheres em situação de VPI, adaptado ao cenário brasileiro. Todo esse processo de desenvolvimento será relatado a seguir.

FIGURA 5 - PLATAFORMA “EU SOU A GLÓRIA”



Fonte: Castro (2018).

3 METODOLOGIA

3.1. DESENHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, utilizando como referencial teórico-metodológico a pesquisadora qualitativa Maria Cecília Minayo (2006), cuja abordagem contribui para “compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados”.

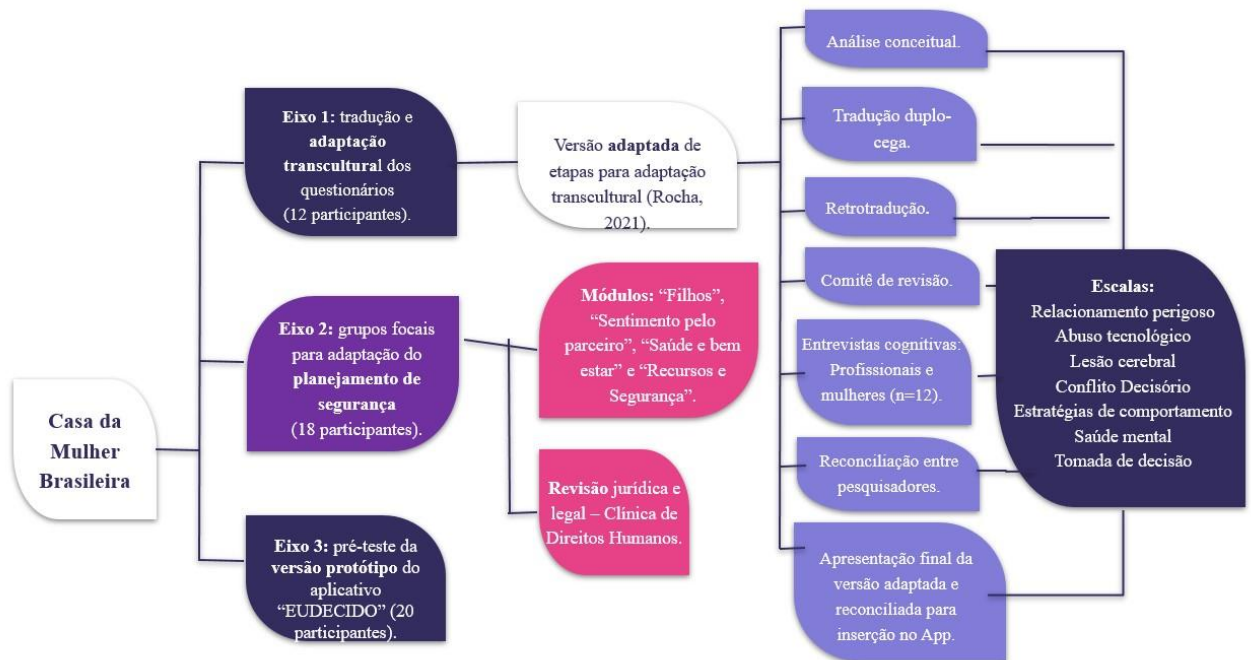
A metodologia de pesquisa-ação participativa tem sido associada a muitas concepções filosóficas das ciências humanas e sociais e envolve um arcabouço de práticas abrangendo áreas como investigação, diagnóstico, treinamento, educação e planejamento (THIOLLENT, 2012).

Na perspectiva da pesquisa-ação e da pesquisa participativa, deve-se focar no trabalho que constitui a pesquisa, criação ou produção de conhecimento local. A coleta de informações sobre as necessidades e vida das pessoas locais concentra-se no processo de produção de conhecimento, auxiliando no desenvolvimento de programas e soluções que levam em consideração as situações específicas de cada local (LIAMPUTTONG, 2013).

Tripp (2005) defende que se considere a pesquisa-ação como uma das muitas formas diferentes de investigação-ação, a qual é por ele sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.

Nessa pesquisa, a pesquisa-ação participativa foi realizada em etapas, conforme o organograma (Figura 6), com profissionais da Casa da Mulher Brasileira e com mulheres vítimas de VPI atendidas no local. O local, os critérios e os procedimentos serão descritos a seguir.

FIGURA 6 - ORGANOGRAMA SOBRE A METODOLOGIA



Fonte: A autora (2022).

3.2. PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE

O método Pesquisa-ação originou-se das aplicações da psicologia social por Kurt Lewin nos Estados Unidos, na década de 1940. É orientado por uma mudança de valores democráticos, como cidadania, luta contra a discriminação, humanização do cuidado e emancipação. Já o método da Pesquisa participante origina-se das práticas de conscientização e da teoria da libertação desenvolvidas especialmente na América Latina, a partir das décadas de 50 e 60, presentes em cenários sociais, religiosos e educativos, em particular, sob o impulso de Paulo Freire (THIOLLENT, 2011).

A participação em pesquisa por atores sociais foi construída no mundo todo a partir da Carta de Ottawa de 1986, sendo uma estratégia central para a promoção da saúde. Essas estratégias participativas têm uma história mais longa no desenvolvimento comunitário e na organização para promover a equidade social e econômica (WALLERSTEIN et al., 2017).

A metodologia participativa integra um conjunto de práticas envolvendo áreas como investigação, diagnóstico, treinamento, educação e planejamento. Todas essas práticas exigem a participação dos pesquisadores e atores sociais nos problemas a serem enfrentados e na busca de possíveis soluções. Ainda, concentra-se no empoderamento ativo para aqueles para os quais a pesquisa é relevante, garantindo que seus representantes tenham a oportunidade de se envolver no seu desenvolvimento, realização de estudos e na divulgação dos resultados da pesquisa (SPONG, WATERS, 2015; THIOLENT, TOLEDO, 2012).

Os métodos participativos e a pesquisa-ação podem ser aplicados a áreas muito diversas: educação, organização, mídia e comunicação, saúde e tecnologias apropriadas (THIOLENT, 2011). Nas universidades, esses métodos podem ser aplicados ao ensino e à pesquisa e, em maior medida, a projetos extracurriculares ou comunitários. Na saúde, existem muitas aplicações em várias áreas de especialização profissional (por exemplo, enfermagem, medicina, nutrição, educação sanitária e saúde coletiva, em particular a promoção da saúde). Também é utilizado de forma interdisciplinar para alcançar a interação com o ambiente ou as condições de trabalho, tanto no meio rural quanto no urbano (THIOLENT, TOLEDO, 2012).

No Brasil, a participação da comunidade é reconhecida como parte da adoção mais ampla da linguagem da Organização Mundial da Saúde de mobilização comunitária e saúde para todos. No contexto dos Estados Unidos, os parceiros acadêmicos e comunitários compartilham os mesmos princípios e objetivos no empreendimento de pesquisa na comunidade. Internacionalmente, há também um movimento crescente em direção a uma perspectiva participativa unificada. Com a criação em 2009 do International Collaborative on Participatory Health Research e redes de pesquisa-ação em outras áreas, como a Collaborative Action Research Network, pesquisadores de todo o mundo têm buscado legitimidade e conhecimento mais profundos sobre a ciência e o impacto da pesquisa participativa em vários setores, países e resultados em saúde e educação, entre outros setores (WALLERSTEIN et al., 2017).

Em âmbito nacional, fatos históricos como a colonização impuseram uma estrutura social tradicional e uma economia baseada em famílias e empresas oligárquicas dominantes. A participação social começou a aparecer em oposição a essas estruturas no início do século XX. Na saúde, a partir da década de 1920,

fundações externas, principalmente norte-americanas, forneceram acesso participativo por meio de programas comunitários de controle de doenças infecciosas. Posteriormente, na década de 1960, o financiamento dessa fundação se expandiu para outras ações sanitárias e educativas com modelo participativo (FARIA, 2006; COSTA, 2004).

Com seu exílio, Freire tornou-se uma figura internacional, defendendo a construção social do conhecimento e a aprendizagem emancipatória. Sua metodologia, adotada por muitos praticantes da pesquisa-ação participante na comunidade dos Estados Unidos. No período de redemocratização do Brasil na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 adotou princípios de participação social e acesso universal à saúde, logo após codificado na política democratizadora através do SUS, fortalecendo o controle social, ou seja, a participação da comunidade nas decisões das políticas de saúde. (WALLERSTEIN, 2017; THIOLENT, 2011).

A partir desses eventos, as Agências científicas brasileiras, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), seguindo fundações americanas anteriores, começaram a financiar diversas iniciativas, gerando correntes brasileiras de pesquisa participativa e parcerias críticas (TOLEDO, JACOBI, 2013).

Nesse período no Brasil existia a necessidade de ouvir as demandas e problemas da comunidade, criar diálogo para que as pessoas avaliem criticamente e aprofundem a compreensão de suas próprias situações dentro das condições sociais de pobreza ou desigualdade, promover ações para que as pessoas mudem essas condições e, em seguida, engajar-se na reflexão sobre suas ações, a fim de iniciar o ciclo novamente, ou seja a pesquisa ação participante dá voz às comunidades carentes (WALLERSTEIN, 2017; WALLERSTEIN, AUERBACH, 2004).

Com o avanço das metodologias de pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e no Brasil, como alternativa à ênfase que geralmente era dada aos métodos quantitativos de pesquisa e processamento de dados, a metodologia atual enfatiza métodos e técnicas de coleta de dados documentais, verbais e visuais, com um processamento de classificação (categorização e interpretação), auxiliado por software de pesquisa

qualitativa (NVIVO, ATLASTI, entre outros). Os métodos de pesquisa qualitativa mais comumente usados são as técnicas de narrativa e entrevista episódica (além das bem conhecidas entrevistas focadas), grupos focais, o método de estudo de caso, história de vida, análise de discurso, pesquisa-ação, dentre outras formas de pesquisa participativa. Isso traz uma nova legitimidade à pesquisa participativa, acompanhando a expansão da pesquisa qualitativa, quebrando o quase monopólio da pesquisa quantitativa que funcionava como um sinal de validade científica e respeitabilidade no mundo acadêmico (THIOLLENT, 2011).

A pesquisa-ação participante tem como base nove princípios, características que procuram captar os elementos-chave desta abordagem com base no estado atual do conhecimento de campo: 1) O reconhecimento da comunidade como unidade de identidade; 2) A pesquisa é estruturada de acordo com a capacidade e os recursos da própria comunidade; 3) A pesquisa realiza-se por meio de parceria colaborativa e equitativa entre os pesquisadores e a comunidade em todas as fases da investigação, mediante capacitação e empoderamento de todos os parceiros de maneira a reduzir as desigualdades sociais; 4) A pesquisa deve promover a aprendizagem e capacitação de todos os parceiros; 5) Integrar o conhecimento e ações em prol de benefícios mútuos para todos os parceiros; 6) Focar na relevância local dos problemas de saúde pública por meio de perspectivas ecológicas que englobem os múltiplos determinantes de saúde; 7) A pesquisa se desenvolve mediante um processo interativo e cíclico; 8) Os resultados obtidos devem ser divulgados a todos os parceiros, os quais devem ajudar na disseminação dos dados; 9) Requer envolvimento de longo prazo e comprometimento com a sustentabilidade (BORGES, 2019; WARD et al., 2018; ISRAEL et al., 2013; GREEN et al., 1994).

Esses princípios são apresentados com o reconhecimento da extensão em que qualquer esforço da pesquisa pode alcançar qualquer um ou uma combinação desses princípios irá variar dependendo do contexto, objetivo e participantes envolvidos no processo (ISRAEL et al., 1998).

Evidentemente, quando se considera a pesquisa-ação como um método possível, praticável ao lado de métodos e técnicas qualitativas, ainda que pressionada a responder aos propósitos de quem detém responsabilidades políticas ou sociais, uma metodologia participativa deve resistir ao fascínio do poder (e também ao poder da sedução), para não se tornar um procedimento de

conveniência ou uma mera técnica consultiva, com as mesmas más condutas que muitas vezes acarretam. É preciso um forte compromisso com os stakeholders, como a Casa da Mulher Brasileira, que devem ser considerados como participantes efetivos e não meros figurantes que apenas eventualmente são consultados sobre assuntos menores (THIOLLENT, 2011).

No que se refere à dimensão ética da pesquisa, pensa-se que em qualquer pesquisa experimental envolvendo seres humanos existe um código de ética que exige a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por parte daqueles que serão objeto da investigação. Na pesquisa participativa e na pesquisa-ação, esse procedimento também deve ser usado (THIOLLENT, 2012).

3.3. CENÁRIO DA PESQUISA

O cenário do estudo é a Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Curitiba, um centro especializado no atendimento a mulheres em situação de violência. Conta com uma rede intersetorial que oferece serviços integrados e articulados, incluindo atendimento de escuta especializada realizado pelos profissionais do setor psicossocial. Esses profissionais também realizam a triagem, orientação e encaminhamento das mulheres atendidas para a Delegacia da Mulher, que funciona na sala ao lado. A Delegacia da Mulher, por sua vez, realiza o registro do boletim de ocorrência, reunião e organização de provas para destino e despacho ao Juizado e varas especializadas.

A Casa da Mulher Brasileira dispõe de serviços na área de segurança pública, como a Patrulha Maria da Penha e a Polícia Militar, oferecendo atendimento à mulher em situação de violência, conexão com o número de emergência 190 e o Disque 153 para mulheres com medida protetiva. Quando o atendimento envolve o dispositivo do botão do pânico, ele é realizado pela guarda municipal especializada. Além disso, a CMB oferece serviços de justiça, como juizado e defensoria pública, alojamento de passagem e apoio para autonomia financeira. Todos esses serviços estão localizados no mesmo local e funcionam 24 horas diariamente.

3.4. PARTICIPANTES

3.4.1. Critérios de inclusão

Foram considerados os seguintes critérios: a) idade acima dos 18 anos; b) Mulheres que foram vítimas de violência e atendidas na CMB-Curitiba; c) Funcionários da CMB-Curitiba de qualquer categoria profissional; d) Especialistas das áreas de informática, direito, saúde e educação relacionados ao tema; e) Com capacidade de leitura em português.

3.4.2. Critérios de exclusão

Foram considerados os seguintes critérios: a) mulheres não vítimas de violência; b) mulheres não atendidas na CMBC; c) profissionais ou especialistas não relacionados ao tema.

3.5. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados da pesquisa foi composta por três fases, classificadas em Eixos. No Eixo 1, as escalas/questionários tiveram seus conteúdos traduzidos e foram submetidos a entrevistas cognitivas, adaptadas transculturalmente, seguindo o protocolo metodológico adaptado de Rocha et al. (2020). Participaram 12 participantes, sendo 06 mulheres atendidas na CMB e 06 profissionais da CMB das áreas da administração, psicossocial e segurança.

No Eixo 2, foram realizados grupos focais em três rodadas. No primeiro momento, abordou-se, em cada rodada, perguntas sobre o entendimento do que é planejamento de segurança e, em seguida, sobre o planejamento de segurança, com os seguintes módulos: filhos, sentimento pelo parceiro, saúde e bem-estar, recursos e segurança. Todos os conteúdos foram traduzidos e adaptados transculturalmente, considerando a equivalência idiomática, semântica, experimental e cultural em português brasileiro a partir do original em inglês (ROCHA et al., 2020). Participaram dessa etapa 18 participantes, sendo 04 mulheres sobreviventes e 14 profissionais da CMB (administração, psicossocial e segurança).

No Eixo 3, foram realizados grupos focais em três rodadas para aplicação do teste da versão preliminar (protótipo) do Eu Decido. No primeiro momento, os participantes navegaram pelo aplicativo e, em seguida, o grupo respondeu a perguntas sobre o layout, pontos positivos e pontos a serem melhorados. Participaram dessa etapa 20 participantes, sendo 06 mulheres sobreviventes e 09

profissionais da CMB das áreas (administração, psicossocial e segurança) e 05 especialistas das áreas (educação, informática e direito).

Em todas as etapas, os participantes concordantes com a pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam ao formulário de dados demográficos com a finalidade de caracterização da população participante da pesquisa.

3.5.1. Eixo 1 – Tradução e adaptação transcultural de Escalas/questionários ferramentas de auxílio de tomada de decisão e segurança.

Para a realização das entrevistas, elencaram-se os conteúdos das sete escalas/questionários, a saber: Relacionamento perigoso; Abuso tecnológico; Lesão cerebral; Conflito decisório; Estratégias e comportamentos de segurança; Saúde Mental; e Preparo para tomada de decisão. Todos passaram pelo processo de tradução e adaptação transcultural (TTCA), seguindo o referencial metodológico de Rocha et al. (2020). As etapas do TTCA serão descritas a seguir (Figura 6):

1) Análise conceitual: nessa primeira etapa, organizou-se a equipe, realizou-se a análise conceitual e o contato com a literatura referente a cada questionário. Fizeram parte da equipe os condutores, responsáveis pelo processo e pela manutenção de todos os dados, composta por um líder (investigador principal - P1) e um supervisor com experiência no tema. Também participaram dois tradutores (T1 e T2), um retrotradutor (RT) e revisores (R). Previamente, os condutores investigaram se existia tradução em andamento para o mesmo idioma de destino.

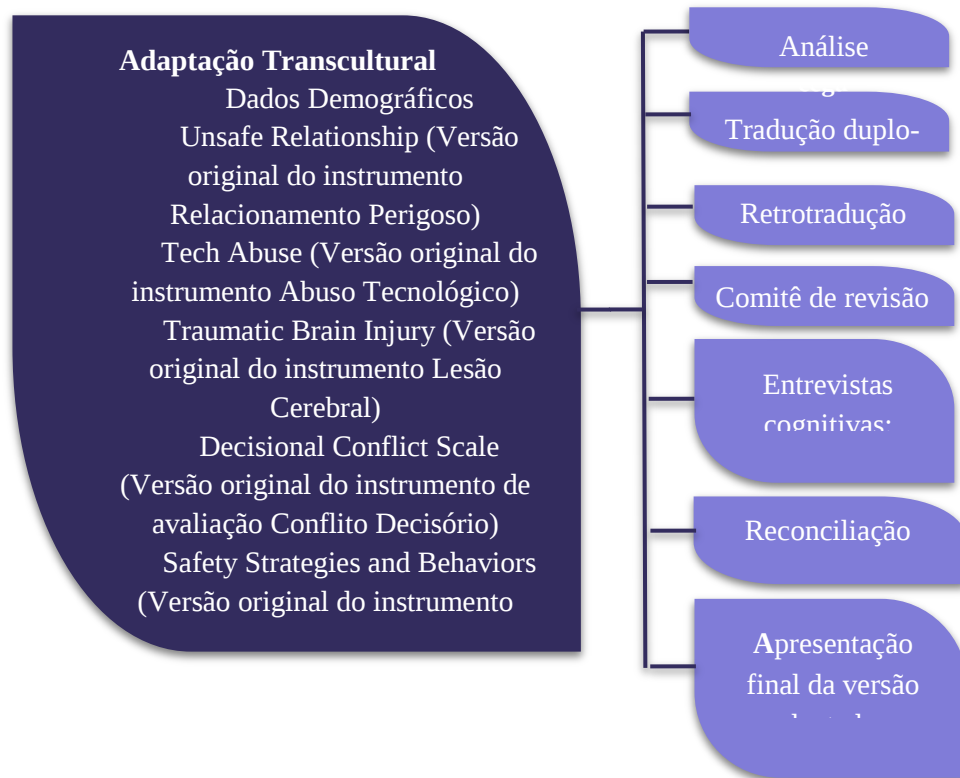
2) Tradução duplo cega: nessa etapa, dois tradutores (T1 e T2), fluentes nas línguas do conteúdo que foi traduzido, trabalharam. T1 era especialista na temática da VPI, com conhecimento dos conceitos examinados no instrumento traduzido, e T2, um tradutor profissional juramentado que não foi informado sobre os conceitos e métricas a serem quantificados e não era da área da saúde. Dois tradutores brasileiros participaram dessa etapa, chamados de T1 e T2, seguindo os preceitos da tradução duplo cega. Cada um traduziu do idioma original (inglês) para o idioma de destino (português brasileiro). As duas versões traduzidas foram comparadas pela equipe de pesquisa, a fim de chegar a um consenso. Se necessário, o supervisor (neste caso, o orientador) foi consultado para o "voto decisivo".

3) Retrotradução: é o estágio em que o instrumento resultante em português brasileiro (da etapa 2) foi enviado para um tradutor bilíngue (RT1), com um grau acadêmico de Bacharelado em Letras (Inglês-Português), que não tinha conhecimento a respeito dos processos trabalhados na etapa 1.

4) Comitê de Revisão do documento: nessa fase, a versão traduzida foi enviada para um grupo de especialistas fluentes em português brasileiro e inglês, com pesquisas acadêmicas na área de VPI, que tiveram acesso a todas as versões traduzidas e retrotraduzidas. Contribuíram com a revisão do documento, que será utilizado na Etapa 5 e no documento final. A partir das considerações dos especialistas e reuniões de conciliação entre os pesquisadores, chegou-se à versão 3 do instrumento traduzido. O momento de conciliação, decorrente das divergências de análise por parte dos(as) especialistas, foi importante para que os pesquisadores e o supervisor pudessem discutir quais propostas estavam mais alinhadas com o objetivo do instrumento.

5) Entrevistas Cognitivas: para a execução das entrevistas cognitivas, recrutaram-se, primeiramente, profissionais da CMB das áreas da administração, psicossocial e segurança que realizam atendimentos na CMB, e mulheres que vivenciaram a VPI e foram atendidas na CMB. O recrutamento das mulheres ocorreu por convite e avaliação do serviço psicossocial, sendo selecionada a mulher que aceitasse participar da entrevista e não estivesse em crise imediata. Quanto aos profissionais, o convite foi estendido aos que tivessem interesse em participar das entrevistas. Nessa etapa, verificou-se o entendimento do conteúdo que estava sendo perguntado (escalas/questionários). Os participantes foram incluídos na pesquisa somente após serem informados verbalmente sobre o instrumento e os objetivos da pesquisa, posteriormente lerem o TCLE, concordarem com a pesquisa e o assinarem.

FIGURA 7- ETAPAS DA ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL



Fonte: A autora (2022).

Antes da aplicação das entrevistas cognitivas, ocorreu uma reunião no campo da pesquisa entre dirigentes e profissionais da CMB de Curitiba. Nessa reunião, os pesquisadores apresentaram a proposta de construção do planejamento de segurança online. Esse momento foi de suma importância, pois, além de proporcionar a aproximação com o cenário de pesquisa, é crucial estabelecer a empatia da pesquisadora com os participantes da pesquisa para desenvolver um vínculo interprofissional e dar continuidade às próximas etapas. Vale ressaltar que o estudo de viabilidade já estava em andamento na CMB desde 2018, e essa etapa é um desdobramento da pesquisa-ação que vinha ocorrendo desde então, sendo necessária com o ingresso da mestrandia no campo.

Durante a preparação das entrevistas, uma das preocupações foi a implementação de medidas de precaução sanitária contra a Covid-19: ambiente arejado, uso de máscara, álcool em gel e distanciamento de 1 metro e meio entre as pessoas.

Quanto ao planejamento das entrevistas, destacou-se a necessidade de clareza quanto ao objetivo a ser alcançado, conhecimento prévio do conteúdo,

agendamento da entrevista com data e horário, garantia do sigilo das informações para o entrevistado, contato com dirigentes do cenário da pesquisa, preparação do ambiente para a pesquisa e criação de um ambiente acolhedor, estratégia importante na abordagem de temas sensíveis e densos como a violência.

Na aplicação das entrevistas cognitivas, contou-se com duas pesquisadoras para aplicá-las, com abordagem do conteúdo traduzido das escalas/questionários relacionados à tomada de decisão e estratégias de comportamento de segurança para mulheres que vivenciam a VPI e profissionais da CMB. Para cada entrevista, foi disponibilizado material impresso das escalas/instrumentos para os participantes. Durante as entrevistas, verificou-se o entendimento do conteúdo, aproximando os termos ao contexto da realidade local e não apenas à tradução do inglês. Nas entrevistas cognitivas, não foi simplesmente aplicado o questionário; em vez disso, os participantes foram questionados sobre o que entendiam de cada item de cada escala. Eles explicavam com suas próprias palavras e utilizando sinônimos.

Após a realização das entrevistas sobre o entendimento dos participantes, foram realizadas as seguintes etapas: 1) transcrição de cada entrevista; 2) análise de todas as entrevistas pelas pesquisadoras para aproximação dos termos sugeridos para o contexto local; 3) conciliação dos termos por especialistas nas áreas das ciências humanas, sociais e saúde coletiva; 4) finalização para implementação dos questionários traduzidos e adaptados transculturalmente na versão protótipo online EU DECIDO, seguindo o protocolo de Rocha et al. (2020).

Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas cognitivas, com seis (06) profissionais da CMB e seis (06) mulheres que passaram por atendimento no local. As entrevistas tiveram duração de 1h a 2h, respeitando os momentos de intervalo, nos quais era oferecido café com lanche. Nessa fase, também houve o cuidado de realizar triagem prévia pelos profissionais do psicossocial para garantir que as mulheres entrevistadas não estivessem em crise imediata. Os questionários e escalas estão descritos na seção de resultados.

3.5.2. Eixo 2 - Grupos Focais

Para a execução do Eixo 2, realizou-se a tradução e adaptação transcultural do inglês para o português brasileiro dos módulos de planejamento de segurança online, com base no aplicativo i-DECIDE (Austrália). Inicialmente, foram traduzidos

os módulos do planejamento de segurança: 1) filhos, 2) saúde e bem-estar, 3) sentimentos pelo parceiro, 4) recursos e 5) segurança.

Neste eixo, após a tradução, o conteúdo foi revisado por especialistas e, em seguida, submetido à discussão em três rodadas de grupos focais. Nesta etapa, participaram 18 pessoas, sendo quatro (4) mulheres sobreviventes e 14 profissionais da CMB.

Para a captação dos participantes, foi enviado convite (Figura 09) por WhatsApp e realizado contato telefônico para explicar do que se tratava a pesquisa. Foram selecionadas as mulheres que tinham medida protetiva ou botão do pânico, preservando sua segurança. Nesta fase, percebeu-se que muitas mulheres optaram por não participar da pesquisa.

FIGURA 8 - CONVITE PARA PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS



Fonte: A autora (2022).

A técnica de Grupo Focal (GF) foi utilizada nesta pesquisa e tem sido uma referência nos trabalhos de campo qualitativos. Consistem em grupos pequenos, homogêneos, que atuam de forma planejada para obter informações relativas a um tema específico, compostos por seis a 12 participantes, tem como ponto principal a interação destes com o pesquisador sobre determinado assunto, com objetivo de cunho científico (MINAYO, 2014).

Para a realização do GF dois participantes são fundamentais, o moderador (animador) e o observador (relator). O moderador tem como papel focalizar o tema, colocar as questões previamente estabelecidas ao grupo e permitir a livre expressão

de todos os participantes; a função do observador é captar informações não verbais, utilizando um instrumento de registro (WESTPHAL, BOGUS, FARIA, 1996).

Segundo Scrimshaw (1987), cabe ao moderador: 1) Introduzir a discussão e mantê-la acesa; 2) Enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; 3) Observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; 4) Buscar as lacunas de continuidade da própria discussão e fala dos participantes; 5) Construir relações com os informantes para aprofundar individualmente respostas e comentários considerados relevantes pelo grupo ou pelo pesquisador; 6) Observar as comunicações não verbais e o ritmo próprio dos participantes, dentro do tempo previsto para o debate.

O tempo de duração de cada reunião foi de 1 hora e meia, não sendo recomendado ultrapassar esse tempo. Compreende-se que esse limite permitirá maior segurança e maior confiabilidade, quando da análise dos dados.

Por fim, sistematizando as etapas de realização do Eixo 2, tem-se: tradução do conteúdo de um aplicativo de planejamento de segurança (I DECIDE) do inglês para o português brasileiro incluindo módulos sobre: a) filhos; b) saúde e bem-estar; c) sentimentos por meu parceiro(a); d) recursos; e) segurança; revisão da tradução por especialistas; apresentação e discussão do conteúdo traduzido em 3 GFs, a primeira e a segunda rodadas foram realizadas no período da tarde e a terceira rodada no período da noite, a fim de oportunizar às mulheres sobreviventes que trabalhavam durante o dia e os profissionais que trabalham no período noturno na CMB. Para a realização das rodadas foi disponibilizado material impresso dos módulos abordados. Participaram dessa etapa 18 participantes, sendo 04 mulheres e 14 profissionais da CMB. Uma mulher sobrevivente participou do 1º eixo (entrevistas cognitivas) e 04 profissionais também participaram do 1º eixo. A primeira rodada do GF sobre o módulo filhos tivemos 5 participantes (5 funcionários e 01 mulher), o segundo GF sobre os módulos saúde e bem-estar e sentimentos por meu parceiro(a) com 06 participantes (05 profissionais e 1 mulher), e o terceiro sobre os módulos recursos e segurança tivemos 6 participantes (04 profissionais e 02 mulheres).

Após transcrição das gravações dos GF e notas do diário de campo, os conteúdos foram codificados e analisados tematicamente; revisão do conteúdo traduzido por uma equipe de profissionais/estudantes de direito; reconciliação final,

considerando análises de todos os participantes, com resultado inserido na versão protótipo de planejamento de segurança on-line, desse modo, adaptado para versão brasileira (APÊNDICE 2).

3.5.3 Eixo 3 - Avaliação pré-teste dos conteúdos traduzidos e adaptados transculturalmente na versão protótipo do aplicativo EU DECIDO

Após a inserção de todo o conteúdo traduzido e adaptado transculturalmente (questionários e planejamento de segurança) na versão protótipo do aplicativo EU DECIDO, foi realizada a avaliação pré-teste dos conteúdos no protótipo por meio de três rodadas de grupos focais. Para esta terceira fase, foi realizado contato telefônico com as mulheres e funcionários participantes das etapas anteriores.

Nesse estágio, contou-se com a participação de especialistas das áreas de educação, direito e informática, que também contribuíram com seus pontos de vista sobre o conteúdo. Ao aceitar o convite para o encontro, foi solicitado o e-mail utilizado no aparelho celular do participante, para que o desenvolvedor do aplicativo pudesse autorizar o acesso para navegação no protótipo do aplicativo EU DECIDO, já que não se encontra disponível para download por qualquer pessoa.

Na época, a versão protótipo podia ser acessada por aparelhos Android, e para quem não dispunha de um, nos grupos focais foi disponibilizado um aparelho celular codificado para teste. No primeiro momento, foi realizada uma breve explicação de como seriam desenvolvidas as atividades: 1) download, registro e acesso ao protótipo EU DECIDO, incluindo o cadastro do usuário – login e senha, com apoio da equipe de pesquisa; 2) navegação no aplicativo, sendo estabelecido um tempo estimado de aproximadamente 30 a 40 minutos, para que os(as) participantes avaliassem os conteúdos traduzidos e adaptados transculturalmente do protótipo; 3) em seguida, foram colocadas para o grupo algumas perguntas para discussão.

Nesse eixo foram realizadas 3 rodadas de GF, e a coleta de dados ocorreu até a saturação (LIAMPUTTONG, 2010). Na primeira rodada do GF, participaram 07 participantes, sendo 05 profissionais, 01 mulher sobrevivente e 01 especialista da área de informática. Na segunda rodada do GF, participaram 06 participantes, sendo 03 mulheres sobreviventes e 03 especialistas das áreas de informática e educação.

Na terceira rodada, tivemos a participação de 07 participantes, sendo 04 profissionais e 02 mulheres sobreviventes e 01 especialista na área de Direito, totalizando 20 participantes que avaliaram e contribuíram com sugestões para o aprimoramento dos conteúdos da versão protótipo (APÊNDICE 3).

3.6. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A triangulação dos dados foi realizada com o objetivo de avaliar o entendimento de mulheres vítimas de violência, profissionais que as atendem e especialistas de diversas áreas do conhecimento em relação ao conteúdo mais adequado para o planejamento de segurança no contexto de violência por parceiro íntimo para mulheres brasileiras.

Na análise de dados, utilizamos o referencial metodológico da triangulação de métodos proposto por Minayo (2005). A organização e o processamento de dados são alguns dos aspectos mais complexos da avaliação, estando profundamente conectados com as etapas anteriores da pesquisa e com a interpretação analítica adotada, sendo, portanto, de fundamental importância. A coleta de dados também foi por meio dessa modalidade avaliativa, fazendo uso, nas abordagens, de vários informantes e pontos de observação, visando à verificação e validação da pesquisa (MINAYO, 2005).

Segundo Minayo (2005), a avaliação por triangulação é um processo sistemático de questionamentos sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa, que tem como sentido mais nobre fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos. Tal modelo sugere que a compreensão da realidade acontece por aproximação e que é preciso exercitar a óptica de vários ângulos.

A primeira fase da análise por triangulação de dados consiste na organização dos materiais para a interpretação qualitativa, com sua classificação de acordo com o modo como foram construídos e coletados, por exemplo, "materiais criados a partir das entrevistas (individuais ou grupais)", "materiais de observação participante" e "materiais preparados por outras pessoas".

A segunda fase é a de preparação e reunião dos materiais de cada classificação inicial, de avaliação da sua qualidade e de elaboração de estruturas de análise. Em relação à preparação e reunião dos materiais, como a transcrição das

entrevistas (individuais e grupais), algumas observações são relevantes para garantir sua qualidade, sendo elas: cada entrevistado deve receber um código para que seja garantido o anonimato, como, por exemplo, na pesquisa em questão – “P1” (profissional nº 1), “M1” (mulher nº 1), e “E1” (especialista nº 1); os nomes mencionados por entrevistados devem ser registrados somente com suas iniciais, também para garantir seu anonimato; todas as palavras devem ser transcritas na íntegra; quando não é o entrevistador quem transcreve, ele deve conferir o trabalho com a gravação original e editá-lo de maneira correta, se for o caso; à medida que as transcrições foram lidas, deve-se ressaltar as ideias que vêm à mente (MINAYO, 2005).

No presente estudo, a organização, processamento e análise dos dados quantitativos coletados do formulário de dados demográficos em todas as etapas foram sistematizados utilizando o software Excel. Já os dados qualitativos foram todos gravados e posteriormente transcritos para subsidiar a análise temática de categorias emergentes.

3.7. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O estudo seguiu as recomendações éticas e de segurança da Organização Mundial de Saúde para pesquisa com mulheres em VPI, como o consentimento e a confidencialidade do participante, considerados essenciais para garantir o sigilo, anonimato e segurança das mulheres e profissionais entrevistadas, bem como respeito às mulheres em momentos de crise (WHO, 2016).

Os participantes somente foram incluídos na pesquisa após serem informados verbalmente sobre os objetivos da pesquisa; posteriormente, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes foram identificados por códigos, denominados “E” (especialistas), “M” (mulher) e “P” (profissional). Nessa fase, realizou-se triagem prévia das mulheres pelos profissionais do serviço psicossocial para que as entrevistadas não estivessem em crise.

Os formulários de pesquisa que foram aplicados junto aos profissionais da CMB e com as mulheres em situação de violência constam em anexo. A pesquisa ocorreu em três etapas: 1) entrevistas cognitivas, 2) grupos focais de Planejamento

de segurança e 3) grupos focais - aplicação da versão protótipo, seguindo todos os preceitos éticos com relação à pesquisa envolvendo seres humanos da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba e aprovada sob parecer n. 2.754.448, número do protocolo CAAE 89411818.4.0000.0102 (ANEXO 1).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados do estudo que tem como proposta a tradução e adaptação transcultural de conteúdos sobre o planejamento de segurança e apoio à tomada de decisão para alimentar um aplicativo voltado a mulheres que vivenciam a VPI. Ressalta-se que os resultados seguem uma proposta de pesquisa-ação participante, realizada no período de 2021 a 2023, na Casa da Mulher Brasileira de Curitiba.

O presente trabalho, ainda com os resultados preliminares, foi apresentado no Fórum Internacional de Violência Sexual Contra a Mulher que aconteceu em Cancun, México, em setembro de 2022, e no I Congresso Luso-Brasileiro de Educação, sob o tema "Independência e Identidade", promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil), realizado na modalidade online, no período de 3 a 6 de outubro de 2022, e no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - Salvador/BA de 21 a 24 de novembro de 2022. Além disso, envolveu as atividades de graduandas para o desenvolvimento da iniciação científica e será apresentado no 29º Evento de Iniciação Científica (EVINCI-2023).

O primeiro artigo, "TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE ESCALAS PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO E PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA PARA MULHERES QUE VIVENCIAM VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO: TRABALHO PREPARATÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO MÓVEL", foi submetido à Revista Cadernos de Saúde Pública em julho de 2023. Aborda o 1º eixo, que é a tradução e adaptação transcultural dos instrumentos "Conflito Decisório", "Estratégias e Comportamento de Segurança" e a "Escala de Preparo para Tomada de Decisão". Dadas as limitações de palavras e páginas na submissão de artigos a periódicos, optamos por incluir apenas essas três escalas no artigo submetido. Todavia, nesta seção de resultados da dissertação, como não há limite de palavras, será descrita a tradução e adaptação transcultural de todos os questionários incluídos na pesquisa.

4.1. EIXO 1 – RESULTADOS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE QUESTIONÁRIOS SOBRE ABUSO (E SUAS IMPLICAÇÕES), ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E TOMADA DE DECISÃO

Na etapa de tradução (2) e retrotradução (3), as divergências entre os três tradutores (T1, T2 e RT) foram discutidas entre a equipe de pesquisa (mestranda, orientadores e especialistas) em reuniões de comparação, análise e síntese entre as versões traduzidas e os instrumentos originais que geraram a versão traduzida em português brasileiro.

Desta forma, os resultados serão apresentados organizados por instrumento. Cada tabela apresenta o conteúdo original, a primeira tradução, os comentários das participantes e a versão reconciliada final. As escalas foram adaptadas transculturalmente do inglês para o português, considerando a tradução do instrumento e sua adaptação, que compreende uma tradução literal das palavras e sentenças. Adaptando essas escalas ao contexto cultural e estilo de vida das mulheres que vivenciam a VPI no Brasil.

A caracterização dos participantes está demonstrada na tabela 1, sendo 06 mulheres em situação de VPI atendidas na CMB e 06 profissionais que realizaram o atendimento na CMB. A idade média das participantes foi de 50,58 anos (IC95%: 45,00 – 55,91).

Em relação às mulheres sobreviventes à VPI, a maior parte era branca, possuía ensino fundamental completo ou incompleto, com filhos e renda mensal abaixo de 2 salários-mínimos. Já em relação às profissionais da CMB, a maioria também era branca, com filhos, ensino superior completo e renda acima de 3 salários-mínimos.

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS COGNITIVAS

ID	IDADE	COR/ RAÇA	TEM FILHOS	ESCOLARIDADE	TRABALHO	RENDA	ESTADO CIVIL
M1	53	Parda	Não	Ensino fundamental incompleto	trabalho informal	De 1 a 2 salários- mínimos	Solteira
M2	39	Parda	Sim	Pós-graduação	Outro: Pensão dos	De 1 a 2 salários-	Separada/ Divorciada

					filhos	mínimos	
M3	54	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	trabalho informal	De 3 a 5 salários-mínimos	União estável não formal
M4	61	Branca	Sim	Ensino superior incompleto	aposentada/pensionista	Até 1 salário-mínimo	Viúva
M5	38	Branca	Sim	Ensino fundamental incompleto	trabalho informal	Até 1 salário-mínimo	Casada ou união estável formalizada
M6	47	Branca	Sim	Ensino fundamental completo	trabalho informal	Até 1 salário-mínimo	Separada/Divorciada
P1	60	Branca	Não	Pós-graduação	Coordenadora	Mais de 10 salários-mínimos	Solteira
P2	61	Branca	Sim	Pós-graduação	Chefe do Setor de Economia	De 3 a 5 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P3	33	Branca	Sim	Ensino médio completo	Patrulha Maria da Penha	De 3 a 5 salários-mínimos	Solteira
P4	42	Branca	Não	Pós-graduação	Advogada	De 6 a 10 salários-mínimos	Solteira
P5	59	Parda/Indígena	Sim	Ensino fundamental incompleto	Encarregada da Limpeza	Até 1 salário-mínimo	Separada/Divorciada
P6	60	Branca	Sim	Pós-graduação	Psicóloga	Mais de 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada

M: Mulher vítima de Violência por parceiro íntimo.
P: Profissional da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba.

Fonte: Autora, 2023.

4.1.1. Dados Demográficos

A abordagem dos dados demográficos se faz necessária para caracterizar o perfil da população estudada, analisar os preditores de risco para a VPI e para o

feminicídio. No processo de tradução (2) e retrotradução (3), houve a inserção de questões pertinentes elencadas pelos especialistas para avaliação do perfil da mulher brasileira, que não estavam na versão original (QUADRO 1).

No processo de adaptação transcultural, houve a reformulação das opções em relação à raça/etnia, questão 2, pois as brasileiras não estão familiarizadas com termos relacionados à origem étnica como “Afro-americano”, “Latinos” ou de região como “Havaiano nativo”, e sim com identificação pelo fenótipo, cor da pele ou outras características físicas. Nessa fase, também houve a inserção das opções do grau de escolaridade; na questão 4, muitas vezes definido por anos de estudo, mas que no Brasil, de forma geral, é mais bem compreendido pela classificação de ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação.

Dentre as questões inseridas, estão sobre renda (nº6), em que a resposta reside no número de salários-mínimos; identificação sobre sexualidade (nº12), atentando para descrever se é um relacionamento com o mesmo sexo, uma vez que esses termos não são de conhecimento geral; se possui deficiência (nº13) e se possui religião (nº14).

QUADRO 1 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DOS DADOS DEMOGRÁFICOS PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão traduzida em português brasileiro	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
We'll start with general questions about you.	Vamos começar com perguntas gerais sobre você.	Sem comentários significativos.	Para nós, é importante conhecer o perfil das usuárias do EU-DECIDO. Vamos começar com perguntas gerais sobre você.
1- How old are you?	1-Quantos anos você tem?	Sem comentários significativos.	1-Quantos anos você tem?
2-What is your race/ethnicity? (Please select only one) ☐ White ☐ Black or African American ☐ Asian Please specify _____ _____	2-Qual é a sua raça/etnia? (escolha apenas uma opção) ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Asiática ☐ Indígena	Sem comentários significativos.	2-Qual é a sua raça/etnia? (escolha apenas uma opção) ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Asiática ☐ Indígena

☐ American Indian or Alaskan Native Name of Tribe _____ ☐ Native Hawaiian or Other Pacific Islander ☐ Latina ☐ Other Please specify: _____	☐ Outra Especifique: _____		☐ Outra Especifique: _____
3- Do you have children? ☐ No ☐ Yes If yes, how many children? _____	3-Você tem filhos? ☐ Não ☐ Sim Se sim, quantos? _____	Sem comentários significativos.	3-Você tem filhos? ☐ Não ☐ Sim Se sim, quantos? _____ E quais as idades?
4- What is your education level?	4-Qual é o seu nível de escolaridade?	M1 – <i>Apresentou dificuldade em identificar se era fundamental completo ou incompleto, apenas mencionou que estudava até a 8ª série.</i>	4-Qual é o seu nível de escolaridade? (escolha apenas uma opção) ☐ Sem estudo ☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo ☐ Pós-graduação
5- What is your current work situation? (Please select only one) ☐ I am not working and I have no income ☐ I am not working, but I receive social benefits/scholarship ☐ I have an informal work ☐ I have a formal work/I am employed	5-Qual é a sua situação de trabalho atual? (escolha apenas uma opção) ☐ Não estou trabalhando e não tenho renda ☐ Não estou trabalhando, mas recebo benefícios sociais/bolsa de estudos ☐ Tenho um trabalho informal	P5 – <i>“Benefício social eu acho também que é uma coisa que elas não entendem muito. Eu penso que poderia ser o nome do auxílio do governo, alguma coisa mais acessível, bolsa família, agora é outro, auxílio emergencial. Porque os benefícios sociais a gente precisa falar na grande maioria</i>	5-Qual é a sua situação de trabalho atual? (escolha apenas uma opção) ☐ Não estou trabalhando e não tenho renda ☐ Não estou trabalhando, mas recebo benefícios sociais/bolsa de estudos ☐ Tenho um trabalho informal ☐ Tenho um trabalho formal/estou empregada

☐ I have my own business ☐ I am retired/pensionist ☐ Other Please specify _____	☐ Tenho um trabalho formal/estou empregada ☐ Tenho meu próprio negócio ☐ Sou aposentada/pensionista ☐ Outro. Especifique:	<i>gente, a gente não lida com exceção e com a maioria. É claro que a gente tem pessoas das diferentes camadas aqui, mas sem dúvida nenhuma de 80 a 90% é um pessoal de uma origem muito simples".</i>	☐ Tenho meu próprio negócio ☐ Sou aposentada/pensionista ☐ Outro. Especifique:
6-Não tinha na versão em inglês	6-Qual é sua renda familiar média mensal? (escolha apenas uma opção) ☐ Até 1 salário-mínimo ☐ De 1 a 2 salários-mínimos ☐ De 3 a 5 salários-mínimos ☐ De 6 a 10 salários-mínimos ☐ Mais de 10 salários-mínimos	P6- "poderia ser mais concreto, você ganha mais que R\$ 1.000,00, até R\$ 1.000,00. Veja, salário-mínimo, primeiro você tem que multiplicar o salário-mínimo porque todo ano modifica".	6-Qual é sua renda familiar média mensal? (escolha apenas uma opção) ☐ Até R\$1.210,00 ☐ De R\$1.210,00 a R\$2.420,00 ☐ De R\$3.630,00 a R\$6.0050,00 ☐ De R\$7.260,00 a R\$12.100,00 ☐ Mais de R\$12.100,00
7-Place of living City: _____ Suburb: _____ Zipcode: _____	7-Local de residência Cidade: _____ Bairro: _____ CEP: _____	Sem comentários significativos.	7-Local de residência Cidade: _____ Bairro: _____ CEP: _____
8-Relationship status:	8-Estado civil (escolha apenas uma opção) ☐ Solteira ☐ Casada ou união estável formalizada ☐ Namorando ☐ Ficando (tenho um(a) ficante/peguete, mas não estou namorando) ☐ União estável não formal/morando junto ☐ Separada/Divorciada ☐ Viúva ☐ Outro. Especifique:	P2 – "Ficando é quando você fica com uma pessoa que não é namorado, não é nada, só fica. Ficante ou peguete é quando você pega muito menos sem ter namoro ou simplesmente vai numa balada e pega alguém para mim isso é peguete".	8-Estado civil (escolha apenas uma opção) ☐ Solteira ☐ Casada ou união estável formalizada ☐ Namorando ☐ Ficando (tenho um(a) ficante/lance, mas não estou namorando) ☐ União estável não formal/morando junto ☐ Separada/Divorciada ☐ Viúva ☐ Outro. Especifique:

9-Did you end your last relationship less than a year ago? (Please select only one) ☐ No ☐ Yes	9-Você terminou seu último relacionamento há menos de 12 meses? ☐ Não ☐ Sim	Sem comentários significativos.	9-Você terminou seu último relacionamento há menos de 12 meses? ☐ Não ☐ Sim
10-Are you currently pregnant? ☐ No ☐ Yes ☐ I don't know	10-Você está grávida? ☐ Não ☐ Sim ☐ Não sei	Sem comentários significativos.	10-Você está grávida? ☐ Não ☐ Sim ☐ Não sei
11-If yes, are you currently receiving prenatal care? ☐ No ☐ Yes	11-Se sim, você está fazendo acompanhamento pré-natal? ☐ Não ☐ Sim	Sem comentários significativos.	11-Se sim, você está fazendo acompanhamento pré-natal? ☐ Não ☐ Sim
12- Não existia na versão em inglês, então os especialistas fizeram adaptações para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.	12-Como você se identifica? (pode escolher mais de uma opção) ☐ Heterossexual (me relaciono apenas com homem) ☐ Homossexual/lésbica (me relaciono apenas com mulher) ☐ Bissexual (me relaciono com homem e com mulher) ☐ Travesti ou transexual ☐ Outro. Favor especificar: _____	P5 – “por incrível que pareça muito difícil para elas, principalmente essa coisa de bissexual, tanto do homem quanto mulher, do travesti, do transexual”.	12-Como você se identifica? (pode escolher mais de uma opção) ☐ Heterossexual (me relaciono apenas com homem) ☐ Homossexual/lésbica (me relaciono apenas com mulher) ☐ Bissexual (me relaciono com homem e com mulher) ☐ Travesti ou transexual ☐ Outro. Favor especificar: _____
13-Não existia na versão em inglês, então os especialistas fizeram adaptações para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.	13-Você tem alguma deficiência? (escolha apenas uma opção) ☐ Física ou motora ☐ Auditiva ☐ Visual ☐ Intelectual ☐ Múltiplas	Sem comentários significativos.	13-Você tem alguma deficiência? (escolha apenas uma opção) ☐ Física ou motora ☐ Auditiva ☐ Visual ☐ Intelectual ☐ Múltiplas

	☐ Não tenho deficiências		☐ Não tenho deficiências
14-Não existia na versão em inglês, então os especialistas fizeram adaptações para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.	14-Você é praticante de alguma religião? ☐ Não ☐ Católica ☐ Evangélica/Protestante e ☐ Espírita ☐ Umbanda/Candomblé ☐ Islâmica ☐ Judaica ☐ Budista ☐ Outra. Especifique:	P6- <i>“Mas a gente tem uns três anos que não tinha na nossa ficha essa questão da religião e a gente levantou uma hipótese que a maioria ou delas era evangélica ou protestante. Porque é pecado, não tem o reino de Deus se separar, a família é tudo, a gente tem que aguentar, a gente tem lá a questão da culpa, em nome do senhor você vai ter que se sacrificar, essa fala recorrente nas mulheres evangélicas”.</i>	14-Você é praticante de alguma religião? ☐ Não ☐ Católica ☐ Evangélica/Protestante ☐ Espírita ☐ Umbanda/Candomblé ☐ Islâmica ☐ Judaica ☐ Budista ☐ Outra. Especifique:

Fonte: A autora (2023) adaptada de GLASS, et al (2021).

Na etapa das entrevistas cognitivas (5), as participantes ressaltaram a dificuldade em compreender determinados termos pela falta de um exemplo real, como na questão 4 sobre o nível de escolaridade, em que M1 apresentou dificuldade em saber se o ensino fundamental era completo ou incompleto. E na questão 5 sobre a condição de trabalho, P5 ressalta: *“Benefício social eu acho também que é uma coisa que elas não entendem muito. Eu penso que poderia ser o nome do auxílio do governo, alguma coisa mais acessível, bolsa família, agora é outro, auxílio emergencial”*. No entanto, ambas as questões apresentam dificuldade para inserção de exemplos, pela existência de expressões diferentes de acordo com a região e a mudança de termos como série, que gerariam mais dúvidas.

Nessa etapa, as opções da questão 6 de renda, P6 recomendou a inserção dos valores que correspondessem ao número de salários-mínimos. Ela diz: *“poderia ser mais concreto, você ganha mais que R\$ 1.000,00, até R\$ 1.000,00. Veja, salário-mínimo, primeiro você tem que multiplicar o salário-mínimo porque todo ano modifica”*. A versão final incluiu a sugestão, pois, diferentemente dos termos das

questões de benefício social ou nível de escolaridade, o salário-mínimo é unificado para todo o país.

Nas opções da questão 8, P2 ressalta que é bom estar presente a explicação quando há um relacionamento, mas é casual. *“Ficando é quando você fica com uma pessoa que não é namorado, não é nada, só fica. Ficante ou peguete é quando você pega muito menos sem ter namoro ou simplesmente vai numa balada e pega alguém para mim isso é peguete”*. Assim como na questão 12, em que P5 fala sobre a dificuldade dos termos sobre sexualidade *“por incrível que pareça muito difícil para elas, principalmente essa coisa de bissexual, tanto do homem quanto mulher, do travesti, do transexual”*.

Em relação à questão 14 inserida na versão brasileira, P6 apresenta o impacto dessa informação nos atendimentos na CBMC, *“Mas a gente tem uns três anos que não tinha na nossa ficha essa questão da religião e a gente levantou uma hipótese que a maioria ou delas era evangélica ou protestante. Porque é pecado, não tem o reino de Deus se separar, a família é tudo, a gente tem que aguentar, a gente tem lá a questão da culpa, em nome do senhor você vai ter que se sacrificar, essa fala recorrente nas mulheres evangélicas”*. Demonstrando um importante fator a ser considerado no contexto sociocultural da mulher brasileira.

Na etapa de reconciliação para a versão final, também foi considerada a abordagem inicial da participante, inserindo além do conteúdo traduzido o motivo das perguntas antes do questionário: *“Para nós, é importante conhecer o perfil das usuárias do EU-DECIDO. Vamos começar com perguntas gerais sobre você”*.

4.1.2. Relacionamento Perigoso

A escala de relacionamento perigoso (do inglês "Unsafe relationship") está relacionada com as características do relacionamento (atual ou ex-parceiro) e a duração desse relacionamento (QUADRO 2).

Na etapa de tradução (2) e retrotradução (3), houve a testagem de termos como "ficante" e "peguete" para avaliação das participantes sobre o relacionamento casual. Na questão 3, o termo sobre relacionamento "on again/off again" foi traduzido para "vai e volta", considerado pelos especialistas como de maior compreensão entre as mulheres.

QUADRO 2- ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA **ESCALA DE RELACIONAMENTO PERIGOSO** PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão traduzida em português brasileiro	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
In these questions, “partner” means an intimate or romantic relationship (more than friends). This can mean a boyfriend/girlfriend (or ex), a partner (or ex), a husband/wife (or ex), a casual hookup, etc. We will be asking you questions about one specific current or ex partner who hurt you, threatened to hurt you or made you feel unsafe. We will call them “your partner”, even if you are no longer together with that person. When we use the words “relationship” or “unhealthy, unsafe or abusive relationship” we mean the relationship between you and this partner.	Nestas perguntas, “parceiro(a)” significa um relacionamento afetivo ou conjugal, (além da amizade). Isso pode significar um(a) namorado(a) (ou ex), parceiro(a) (ou ex), Testar: “peguete”, “ficante” (sem o “casual”) e pedir sugestão de outros termos para esse tipo de relacionamento (marido/esposa (ou ex), ficante casual etc.). Vamos fazer perguntas sobre um parceiro (ou parceira) específico, atual ou ex, que te machucou, ameaçou te machucar ou fez com que você se sentisse insegura. Vamos chamar essa pessoa de “seu parceiro(a)”, mesmo que não estejam mais juntos. Quando usamos as palavras “relacionamento” ou “relacionamento tóxico, perigoso ou abusivo”, queremos dizer o relacionamento entre você e essa pessoa.	M2- “É alguém que você se relaciona esporadicamente, você não tem compromisso de fidelidade, comprometimento, para tem que dar satisfação para ela”. P1- “Não falar peguete. Peguete muito chulo e vulgar.” P2- “O termo peguete para mim não é comum”	Nestas perguntas, “parceiro(a)” significa um relacionamento (presencial ou virtual) além da amizade (de vez em quando ou todos os dias) atual ou do passado (ex). Vamos fazer perguntas sobre um parceiro (ou parceira) específico, atual ou ex, que te machucou, ameaçou te machucar ou fez com que você se sentisse insegura. Vamos chamar essa pessoa de “seu parceiro(a)”, mesmo que não estejam mais juntos. Quando usamos as palavras “relacionamento” ou “relacionamento tóxico, perigoso ou abusivo”, queremos dizer o relacionamento entre você e essa pessoa.
1-What is your partner’s age?	1- Qual é a idade de seu parceiro(a)? _____	Sem comentários significativos.	1-Qual é a idade de seu parceiro(a)?
2-How does your partner identify? ☐ Male ☐ Female ☐ Other gender identity, please specify: _____	2-Qual o gênero de seu parceiro(a)? ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outra identidade de gênero, especifique: _____	Sem comentários significativos.	2-Seu parceiro (a) é homem ou mulher? ☐ Homem ☐ Mulher ☐ Outra identidade de gênero, especifique: _____
3-In the past 6	3-Nos últimos 6	Sem comentários	3-Nos últimos 6 meses,

months, have you had an "on again/off again" relationship with this partner? ☐ No ☐ Yes	meses, você teve um relacionamento "vai e volta" com esse parceiro(a)? ☐ Não ☐ Sim	significativos.	você teve um relacionamento "vai e volta" com esse parceiro (a)? ☐ Não ☐ Sim
4-How long have you been/were you together with your partner? ____ Years ____ Months	4-Há quanto tempo você está/estava com esse parceiro(a)? ____ anos ____ meses	Sem comentários significativos.	4-Há quanto tempo você está/estava com esse parceiro(a)? ____ anos ____ meses
5-If you are no longer together, how long have you been separated/broken up? ____ Years ____ Months ____ Days	5-Se vocês não estão mais juntos, há quanto tempo vocês se separaram/terminaram? ____ anos ____ meses ____ dias	Sem comentários significativos.	5-Se vocês não estão mais juntos, há quanto tempo vocês se separaram/terminaram? ____ anos ____ meses ____ dias
6-Do you live with your partner NOW? ☐ Yes ☐ Not "officially", but we spend most nights together ☐ No	6-Você mora com esse parceiro(a) ATUALMENTE? ☐ Sim ☐ Não "oficialmente", mas passamos a maioria das noites juntos ☐ Não	Sem comentários significativos.	6-Você mora com esse parceiro(a) ATUALMENTE? ☐ Sim ☐ Não "oficialmente", mas passamos a maioria das noites juntos ☐ Não
7-If you are no longer together, are you currently in a new relationship? ☐ No ☐ Yes	7-Se vocês não estão mais juntos, você está em um novo relacionamento? ☐ Não ☐ Sim	Sem comentários significativos.	7-Se vocês não estão mais juntos, você está em um novo relacionamento? ☐ Não ☐ Sim
8-If in a new relationship, how long have you been together with your new partner? ____ Years ____ Months ____ Days	8-Se está em um novo relacionamento, há quanto tempo você está com o novo parceiro(a)? ____ anos ____ meses ____ dias	Sem comentários significativos.	8-Se está em um novo relacionamento, há quanto tempo está junto com o novo parceiro(a)? ____ anos ____ meses ____ dias
9-If in a new relationship, has your new partner hurt you, or threatened to hurt you physically or sexually?	9-Se você está em um novo relacionamento, alguma vez o novo parceiro(a) te machucou, ou ameaçou te machucar	Sem comentários significativos.	9-Se você está em um novo relacionamento, alguma vez o novo parceiro(a) ameaçou ou machucou você fisicamente ou te forçou

☐ No ☐ Yes	fisicamente ou sexualmente? ☐ Não ☐ Sim		durante a relação sexual? ☐ Não ☐ Sim
---	---	--	---

Fonte: A autora (2022) adaptada de GLASS, et al (2021).

A escala não apresentou dúvidas entre as participantes; o conteúdo traduzido foi compreendido de forma direta. Apenas o termo "*peguete*" foi considerado por P1: "*Não falar 'peguete'. 'Peguate' é muito chulo e vulgar.*" E por P2: "*O termo 'peguete' para mim não é comum*".

4.1.3. Abuso Tecnológico

Para a escala de Abuso Tecnológico (do inglês "Tech Abuse"), incluíram-se 07 perguntas que examinam o abuso digital/tecnológico, com respostas "sim" ou "não". Essas perguntas foram inseridas com base em itens adaptados de estudos existentes (GLAUBER et al., 2007; MUISE et al., 2009; TOKUNAGA, 2011) (QUADRO 3).

Na etapa de tradução (2) e retrotradução (3), algumas expressões foram adaptadas para melhor se adequar à língua e cultura portuguesas. Por exemplo, na introdução ao questionário, "*stalk, harass, or intimidate*" foi traduzido como "perseguir, assediar ou intimidar", e houve ajustes na estrutura das frases, sendo que a pergunta "*Has your partner done any of the following?*" foi traduzida como "Seu parceiro(a) fez alguma das seguintes coisas?".

Na questão 1, algumas palavras foram trocadas por sinônimos mais comuns ou equivalentes, sendo que "*check up on you*" foi traduzido como "obter informações sobre você". Alguns termos específicos foram traduzidos de forma apropriada para o contexto da língua portuguesa. Por exemplo, na questão 3, "*cellphone*" foi traduzido como "celular" e "*web chat*" como "bate-papo na web".

QUADRO 3- ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE ABUSO TECNOLÓGICO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão traduzida em português brasileiro	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
--------------------	--	---	---------------------------

There are many types of abuse and all are serious. Digital abuse is when someone uses technology, such as email, texts and social media to stalk, harass or intimidate a partner. In the last 12 months, has your partner done any of the following:	Existem vários tipos de abuso e todos são graves. O abuso digital é quando alguém usa tecnologia, como e-mail, mensagem e redes sociais para perseguir, assediar ou intimidar um parceiro(a). Nos últimos 12 meses, seu parceiro(a) fez alguma das seguintes coisas:	P3- <i>“Agora veio uma lei nova que está falando deste assunto, mas as mulheres não vão entender, então elas vão se identificar nessa situação, somente quando ler a respeito do assunto, mas não vai entender que é uma violência”</i>. P1 – “Incluir abuso digital. Incluir o WhatsApp. Ah, eu acho que sim principalmente porque toda a mulher tem WhatsApp, além de e-mail, WhatsApp, redes sociais entendendo (Instagram, facebook, tinder)”. M2 – “Não seria nenhuma dessas palavras nem monitorar e nem obter, porque na verdade ele te vigia de alguma forma, deixa eu pensar, seria mais uma perseguição. É porque na verdade, é um controle. Porque o que ele não quer perder é seus passos e o que você está fazendo. Ele tenta te cercar te todas as formas”.	Existem vários tipos de controle e todos são graves. A violência digital é quando alguém usa a internet, como WhatsApp, Telegram ou redes sociais para perseguir, assediar ou intimidar um parceiro(a). Nos últimos 12 meses, seu parceiro(a) fez alguma das seguintes coisas:
1-Called, texted or emailed you repeatedly so they could check up on you (eg. where you are, what you’re doing, who you’re with, etc.)?	1- Ligou ou enviou mensagem ou e-mail repetidamente para obter informações sobre você (por exemplo, onde você estava, o que estava fazendo, com quem estava etc.)	Sem comentários significativos.	1-Ligou ou enviou mensagem várias vezes para obter informações sobre você (por exemplo, onde você estava, o que estava fazendo, com quem estava etc.)
2-Asked you via cellphone, email, IM, text, chat, etc. to have sex or engage in sexual acts when you didn’t want to?	2-Pediu via chamada, e-mail, mensagem de texto, chamada de vídeo, etc. para fazer sexo ou outros atos sexuais quando você não queria?	P3- <i>“Achei um pouco confusa essa pergunta, dá para fazer mais simples: Pediu através de qualquer meio tecnológico para fazer sexo sem que fosse</i>	2-Forçou você a fazer atos sexuais pela Internet quando você não queria?

		<i>quisesse?”</i>	
3-Spread rumors about you using a cellphone, email, IM, text, web chat, a blog, or social media site like Instagram, Twitter, Facebook, etc.?	3-Espalhou boatos sobre você via chamada, e-mail, mensagem de texto, blogs ou redes sociais como WhatsApp, Instagram, Twitter, Facebook, etc.?	P5 - “ <i>Redes sociais estão entendendo bastante, e-mail é uma coisa que elas usam muito pouco, cada vez menos</i> ”.	3-Espalhou boatos sobre você usando a Internet (WhatsApp, Telegram, redes sociais, etc.)?
4-Posted or said something to embarrass or humiliate you using social media like Instagram, Twitter, Facebook etc?	4-Postou ou disse algo para constranger ou humilhar você para outras pessoas em redes sociais como WhatsApp, Instagram, Twitter, Facebook, etc?	Sem comentários significativos.	4-Postou ou disse algo para constranger ou humilhar você para outras pessoas via WhatsApp, Telegram, redes sociais, etc.?
5-Looked through your cell phone without permission or pressure you to show them your cellphone when you didn't want to?	5-Vasculhou seu celular sem permissão ou te pressionou para mostrar o celular quando você não queria?	P1 – “O termo vasculhou está certo. Todo mundo vai entender o que é. O outro termo olhou no seu celular não, vasculhou mesmo porque mexeu”. P2 – “Vasculhar você vai pegar os detalhes”	5-Vasculhou seu celular sem permissão ou te pressionou para mostrar o celular quando você não queria?
6-Used technology or social media to monitor your interactions with other people?	6-Usou tecnologia ou redes sociais para monitorar suas interações com outras pessoas?	P6- “essa palavra interação eu sei, mas muitas não vão saber, ficar mais uma palavra comum, em algumas situações, sugiro ao no lugar de interação (conversas, contatos)”.	6-Usou a Internet para ver e controlar com quem você estava conversando?
7-Shared (or threatened to share) content that was supposed to be private (e.g., a nude picture)?	7-Compartilhou (ou ameaçou compartilhar) conteúdos que deveriam ser privados (por exemplo, uma foto sua nua)?	Sem comentários significativos.	7-Compartilhou ou ameaçou compartilhar conversas, vídeos ou fotos de sua intimidade?

Fonte: A autora (2022) adaptado de de GLASS, et al (2021).

Durante as entrevistas cognitivas, o conteúdo introdutório foi reformulado, inserindo exemplos de redes sociais e demais programas online, conforme P1 disse: “*Incluir abuso digital. Incluir o WhatsApp. Ah, eu acho que sim, principalmente porque toda mulher tem WhatsApp, além de e-mail, WhatsApp, redes sociais (Instagram, Facebook, Tinder)*”.

Além disso, foi inserido o termo "controlar" após o comentário de M2: *"Não seria nenhuma dessas palavras, nem monitorar e nem obter, porque na verdade ele te vigia de alguma forma, deixa eu pensar, seria mais uma perseguição. É porque na verdade, é um controle. Porque o que ele não quer perder são seus passos e o que você está fazendo. Ele tenta te cercear de todas as formas"*.

A questão 3 foi reformulada de modo mais direto com palavras simples, após a contribuição de P3: *"Achei um pouco confusa essa pergunta, dá para fazer mais simples: Pediu através de qualquer meio tecnológico para fazer sexo sem que você quisesse?"*. Os exemplos da questão 3 foram adaptados com mais redes sociais, e P5 apresenta que *"Redes sociais estão sendo entendidas bastante, e e-mail é uma coisa que elas usam muito pouco, cada vez menos"*.

O termo "vasculhou" foi escolhido, pois P1 diz: "O termo 'vasculhou' está certo. Todo mundo vai entender o que é. O outro termo, 'olhou no seu celular', não, vasculhou mesmo, porque mexeu". P2 diz: *"Vasculhar, você vai pegar os detalhes"*. A questão 6 foi adaptada sem o termo "interação" para maior entendimento, e P6 diz: *"Essa palavra 'interação' eu sei, mas muitas não vão saber. Ficar mais uma palavra comum, em algumas situações, sugiro no lugar de interação (conversas, contatos)"*.

No processo de análise dos especialistas, a última questão foi reformulada com exemplos diretos como conversas, vídeos ou fotos sobre a sua intimidade, pois poderia gerar confusão manter o exemplo de *"uma foto sua nua"*.

4.1.4. Lesão Cerebral

A escala de lesão cerebral (do inglês "Traumatic Brain Injury") é composta por itens que examinam a VPI relacionada ao traumatismo cranioencefálico (TCE) (espancamento na cabeça, asfixia/estrangulamento), e foi criado um escore dicotômico (sim/não) para qualquer experiência relacionada à VPI (QUADRO 4) (GLASS et al., 2021).

As etapas de tradução (1) e retrotradução (2) ajustaram algumas palavras e frases para melhorar, por exemplo, *"violence"* foi traduzido como *"violência"* e *"drown"* foi traduzido como *"afogar"*. A estrutura das frases foi adaptada para o português, mantendo o sentido original.

QUADRO 4 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE LESÃO CEREBRAL PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão traduzida em português brasileiro	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
Some types of violence can cause specific kinds of injury. Has your partner done any of the following to you in the last 12 months?	Alguns tipos de violência podem causar diferentes danos. O seu parceiro(a) fez alguma das seguintes coisas para você nos últimos 12 meses?	M3- <i>"Para mim lesão cerebral é como se fosse uma agressão"</i> .	Alguns tipos de violência podem causar diferentes danos. O seu parceiro(a) fez alguma das seguintes coisas para você nos últimos 12 meses?
1-Tried to drown you?	1-Tentou te afogar?	Sem comentários significativos.	1-Tentou te afogar?
2-Tried to suffocate or smother you?	2-Tentou te sufocar ou te asfixiar?	Sem comentários significativos.	2-Tentou te sufocar ou te asfixiar?
3-Beating to the head?	3-Bateu na sua cabeça?	Sem comentários significativos.	3-Bateu na sua cabeça?
4-Choked you?	4-Te estrangulou?	Sem comentários significativos.	4-Te estrangulou?
5-(If yes to any) Did you lose consciousness? ☐ No ☐ Yes	5-(Se sim para alguma) Você chegou a perder a consciência? ☐ Não ☐ Sim	M2 - <i>"Talvez não usar o termo consciência, perdeu os sentidos? porque daí fica mais fácil dela entender"</i> .	5- (Se sim para alguma) Você perdeu a consciência ou perdeu os sentidos? ☐ Não ☐ Sim
6- (If yes), If you lost consciousness, how long did it last? _____	6- (Se sim) Se você perdeu a consciência, foi por quanto tempo?	Sem comentários significativos.	6-(Se sim) Se perdeu a consciência/sentidos, foi por quanto tempo?

Fonte: A autora (2022) adaptado de *Traumatic Brain Injury* (1995).

Durante as entrevistas cognitivas, as participantes mostraram estranheza com o termo "lesão cerebral", conforme P1: *"Acho que a gente deve repensar essa lesão cerebral. Não tenho sugestão"*. P3: *"Termo lesão cerebral - para falar de agressão acho que dá para colocar agressão mesmo. A gente vê nas palestras que a gente faz, aborda o tema da violência psicológica e tudo mais, e a gente chegar no último estágio que é a agressão mesmo, a violência sexual, então, ela vai estar respondendo o aplicativo sabendo o que ela está fazendo ali. Para mim, lesão cerebral é como se fosse uma agressão, por isso estou pensando na questão*

cerebral na cabeça, entendeu, relacionado depois do que ela viveu, uma situação, uma ameaça, que deixou ela perturbada, pensando, com medo etc. também. Eu acho que agressão física mesmo ela vai entender". Após a apresentação das questões, no entanto, elas não apresentaram questionamentos ou comentários.

4.1.5. Conflito Decisório

A escala "Decisional Conflict Scale", em português chamada de Escala de Conflito Decisório, é definida como um estado de incerteza acerca de uma ação (GRAHAM, O'CONNOR, 1995). Com base na escala de conflito decisório, quando uma pessoa se informa sobre alternativas, define prioridades para a decisão, sente-se apoiada no processo e tem certeza da decisão, o conflito diminui. Nessa perspectiva, a escala de conflito decisório é, primeiramente, uma forma de avaliar as opções disponíveis, pensando-se em prós e contras de cada decisão. Adicionalmente, é também um recurso de apoio à tomada de decisão, que compõe a plataforma online de auxílio à tomada de decisão e planejamento de segurança para sobreviventes de VPI, com base na prevenção da violência existente e na avaliação de conflitos decisórios. Avaliando o conflito decisório de cada usuária, a plataforma online é capaz de fornecer feedback mais individualizado, ajudando mulheres vítimas de abuso a avaliar o perigo, definir prioridades de segurança e planejar a segurança de acordo com o seu contexto (QUADRO 5).

Na análise dos especialistas, evidenciou-se que a escala de conflito decisório é um instrumento de difícil compreensão para as mulheres devido à sua complexidade, exigindo um aprofundamento. Para as mulheres, a linguagem deve ser clara e objetiva. Na etapa de tradução (1) e retrotradução (2), foram realizadas as seguintes traduções: "unhealthy" para "tóxico", "I am clear" para "tenho certeza", e "please do your best" para "tente", visando maior compreensão.

QUADRO 5 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE CONFLITO DECISÓRIO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão reconciliada 2 (VR2)	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final (VRF)
Next we will ask you about making decisions for your safety while in an	A seguir, vamos perguntar sobre a tomada de decisões para a sua segurança	M3 - "Normalmente quando você está num relacionamento abusivo e tóxico normalmente você	A seguir, vamos perguntar sobre suas atitudes para diminuir o perigo em um

unhealthy or abusive relationship in the last 6 months. Remember there are no right or wrong answers to these questions. Please do your best to answer the questions even if you are no longer in your relationship.	durante um relacionamento tóxico ou abusivo nos últimos 6 meses. Lembre que não há respostas certas ou erradas para essas perguntas. Tente responder às perguntas mesmo que você não esteja mais nesse relacionamento.	<i>não vê saída, você pensa em terminar, em fugir, mas você não vê saída. Claro que você quer terminar".</i> <i>P3- "Eu sei o que é um relacionamento tóxico mas a mulher vai ter visto alguma coisa até chegar para saber o que é um relacionamento tóxico para responder; porque ela não vai enxergar é difícil ela se ver".</i>	relacionamento tóxico ou abusivo nos últimos 6 meses. Não há respostas certas ou erradas. Tente responder mesmo que você não esteja mais nesse relacionamento.
1-I know my options for keeping myself safe in an unhealthy or abusive relationship.	1-Conheço minhas opções para me manter segura em um relacionamento tóxico ou abusivo.	<i>P1- "Que tipos de ações eu posso ter para aumentar minha segurança".</i>	1-Conheço minhas opções para me manter segura em um relacionamento tóxico ou abusivo.
2-I know the benefits of taking steps to increase my safety in my relationship	2-Conheço os benefícios de realizar ações para aumentar minha segurança no relacionamento.	<i>P1- "Vantagens porque não é benefício, benefício é uma coisa boa, entende e esse relacionamento abusivo não é bom. Ela precisa de vantagens, ganhar tempo, ganhar, sabe.Vantagens que ela pode ter por conhecer todos os mecanismos que vão aumentar a segurança dela".</i> <i>P4- "benefícios é aumentar, não é beneficiar, é melhorar então conheço quais são as ações para melhor aumentar a segurança do relacionamento".</i> <i>M2 - " Benefícios – conheço os recursos? Benefícios é estranho. Conheço as vantagens das ferramentas que eu tenho para me proteger"</i>	2-Conheço as vantagens de ficar fora de perigo no relacionamento.
3-I know the risks of taking steps to increase my safety in my relationship.	3-Conheço os riscos de realizar ações para aumentar minha segurança no relacionamento	<i>P3-" O risco está relacionado com alguém que te controla digamos um relacionamento abusivo".</i> <i>M2 - eu acho interessante porque linka com o primeiro lá. Se você não ficar quieta você corre risco.</i>	3-Sei que posso correr riscos se tentar me manter mais segura no relacionamento.

		<i>Depende como você se posiciona.</i>	
4-I am clear about which benefits of the relationship are most important to me.	4-Tenho certeza de quais benefícios do relacionamento são mais importantes para mim.	<i>P3- "O benefício digamos um relacionamento por status ou até parte financeira, ou porque a pessoa é conhecida".</i> <i>M2 – "...que aqui nem seria benefício seria custo/benefício, o que engrandece ela nesse relacionamento para que ele permaneça nele, acho que seria mais interessante nessa frase. Qual o custo/benefício de permanecer aí? Porque querendo ou não, tudo é uma troca. O preço que você está pagando é alto suficiente pelo benefício que você está recebendo."</i>	4-Eu sei quais as maiores vantagens do meu relacionamento (por exemplo, financeiro, filhos, etc.).
5-I am clear about which risks in the relationship are most important for me to avoid.	5-Tenho certeza de quais riscos no relacionamento são mais importantes eu evitar.	<i>M2- "Não entendi, como posso dizer: eu acho que o que a mulher mais pode até ela sair é não mostrar que entendeu o que estava acontecendo. Deixa eu te explicar, você não consegue segurar a língua na boca, então ela começa assistir palestras lá, ela começa ir no youtube, treinamentos, ela chega para a pessoa e diz: eu sei o que você está fazendo comigo, o que está fazendo tem nome".</i> <i>M5- "Evitar quer dizer evitar conflito?".</i> <i>P6 – "Eu acho importante essa pergunta, mas eu faria de outro jeito. Eu conheço essa pessoa, o que eu poderia fazer para evitar isso".</i>	5-Eu sei quais situações do meu relacionamento são mais perigosas.
6-I am clear about which is more important to me (the risks or benefits).	6-Tenho certeza do que é mais importante para mim (os riscos ou benefícios).	<i>P6-"Ela não ter certeza disso ela não entende. O que é mais importante para você, é você ter a segurança com ele, porque ele te dá dinheiro, te dá comida, ou por isso ele te bate. O que é mais</i>	6-Eu sei o que é bom e o que é ruim no relacionamento.

		<i>importante ele fazer as coisas para você ou bater em você. Porque elas ligam muito isso. É uma troca”.</i>	
7-I have enough support from others to make decisions about my safety.	7-Tenho apoio suficiente de outras pessoas para tomar decisões sobre minha segurança.	<i>P6- “Você tem mãe, pai, você tem alguém, amigos, com quem você pode possa trocar e eles podem te ajudar. É a tal rede de proteção, porque é essa que vale gente, vizinho é fundamental nessa relação quando essa mulher está em risco”.</i> <i>M2 – “Aqui tem duas coisas quando a pessoa nessa situação... você pode falar para ela você vai morrer e ela vai voltar, a pessoa não te escuta, ela fica. Ela só vai ouvir o que na cabeça dela faz sentido, então, você pode estar auxiliando falando um monte de coisa e ela não vai te ouvir, você pode fazer pressão com ela e também não vai adiantar”</i>	7-Sinto que outras pessoas me ajudam a tomar decisões para minha segurança.
8-I can make decisions about my safety without pressure from others.	8-Posso tomar decisões sobre minha segurança sem a pressão dos outros.	<i>P6- “Você consegue se decidir, você está decidida? Nesse sentido”.</i>	8-Consigo tomar decisões para me manter segura sem cobrança dos outros.
9-I have enough advice to make decisions about my safety.	9-Recebo conselhos suficientes para tomar decisões sobre minha segurança.	<i>P3- “Então é interessante disso tudo que a mulher se enxergue sozinha, ela consiga se avaliar sem a opinião dos outros, porque a partir do momento sem a opinião de alguém que não está vivendo, mesmo que você tenha amizade, você não conta 100% do que está vivendo dentro da sua casa”.</i> <i>M2 – “Aqui você poderia adicionar. Busco recursos, busco informações, tipo buscar informações não de boca a boca mas com base teórica, base científica,</i>	9-Recebo conselhos para tomar decisões sobre minha segurança.

		<i>com base num terapeuta, com base em profissionais qualificados”</i>	
10-I am clear about the best safety decisions for me.	10-Tenho certeza sobre quais são as melhores decisões de segurança para mim.	<i>P3- “Ela vai saber o que está vivendo até ali, a ideia é que ela dê o primeiro passo, ela está num relacionamento abusivo, mas ela precisa de alguma coisa para dar o primeiro passo, o que eu faço agora”.</i>	10-Sei as melhores decisões para me manter segura.
11-I feel sure about what to do about safety.	11-Tenho certeza do que fazer com relação à segurança.	<i>M2- “Uma coisa é ela buscar ajuda, e outra é alguém que viu você passar por isso, denunciar...algum parente, algum vizinho... porque hoje pode”. M3 – “Não é fácil para ninguém”.</i>	11-Sei o que vou fazer para me manter segura.
12-These safety decisions are easy for me to make.	12-Para mim é fácil tomar essas decisões de segurança.	<i>M3- “Não está sendo fácil, eu nunca me imaginei num lugar como esse [CMB], eu jamais imaginei estar aqui”. M2 – “Certeza que não é [fácil], principalmente no começo. Hoje se eu pudesse pegar, abraçar, vem cá, você faz todas as decisões se culpando, pelo que você está fazendo, você faz com culpa, você não deveria ter culpa nenhuma, você só percebe quando o laço emocional quebrou”.</i>	12-Para mim é fácil tomar essas decisões de segurança
Response Scale: ☐ Strongly Agree ☐ Agree ☐ Neither Agree or Disagree ☐ Disagree ☐ Strongly Disagree	Escala de respostas: ☐ Concordo completamente ☐ Concordo ☐ Não concordo nem discordo ☐ Discordo ☐ Discordo completamente	Sem questionamentos ou dúvidas.	Escala de respostas: ☐ Concordo completamente ☐ Concordo ☐ Não concordo nem discordo ☐ Discordo ☐ Discordo completamente
What plans do you have for the future of your relationship? ☐ End the relationship	O que você vai fazer com esse relacionamento? ☐ Terminar o relacionamento ☐ Continuar no	<i>M4- “Não é fácil para ninguém, nesse meu relacionamento para mim é terminar o relacionamento mesmo... posso até gostar dele e</i>	O que você vai fazer com esse relacionamento? ☐ Terminar o relacionamento ☐ Continuar no

☐ Stay in the relationship ☐ I'm not sure ☐ Not applicable, I'm not currently in a relationship with this partner	relacionamento ☐ Não tenho certeza ☐ Não se aplica, não estou em um relacionamento com esse parceiro(a)	<i>tal".</i> <i>P6 - "Ela sabe, ela chega aqui querendo terminar ou já terminou... é muitas vezes ela diz que não tem certeza, raramente diz que vai continuar naquele momento".</i>	relacionamento ☐ Não tenho certeza ☐ Não se aplica, não estou em um relacionamento com esse parceiro(a)
--	---	---	---

Fonte: Autora, 2023 adaptado de FORD-GILBOE et al., 2020; KOZIOL-MACLAIN, 2015; FORD-GILBOE et al., 2017; O'CONNOR, 1995.

As participantes das entrevistas, da mesma forma, apresentaram preocupações semelhantes ao mencionar "tomada de decisão sobre sua segurança" durante um relacionamento tóxico ou abusivo. Tanto as profissionais quanto as mulheres ressaltaram que muitas mulheres não se reconhecem na situação de violência e não têm conhecimento das opções para sair do relacionamento abusivo. P6: *"Eu acho que tudo bem, mas muitas delas muitas vezes não sabem as opções."* Além disso, M3 apresenta que não é a falta de decisão, mas sim quais caminhos ela pode seguir para sair da situação: *"Normalmente quando você está num relacionamento abusivo e tóxico, normalmente você não vê saída, você pensa em terminar, em fugir, mas você não vê saída. Claro que você quer terminar."*

Quanto ao termo "benefícios", na opinião das participantes, "benefícios" dava a impressão de algo bom. M2: *"Benefícios – conheço os recursos? Benefícios é estranho. Conheço as vantagens das ferramentas que eu tenho para me proteger."* Sendo assim, o termo "benefícios" foi adaptado para "vantagens".

Na questão 3, foi sugerido reformular a frase. P1: *"Eu não acho risco, eu acho cuidados, talvez, sabe, eu não acho que é risco. Porque ali em cima a gente já falou sobre ações que aumentem a minha segurança, agora são os cuidados."*

Ressaltaram que é melhor evitar o uso de palavras que possibilitem interpretar que viver na situação de violência é algo bom, muitas vezes por relacionar que a manutenção do relacionamento lhe fornece determinada segurança, financeira, psicológica ou emocional. Sugerindo o uso de palavras que na realidade brasileira fomentem a mulher a pensar sobre os riscos que ela tem ao estar ou tomar alguma atitude frente à violência e apresentar os recursos que ela pode procurar para auxiliá-la no processo.

Na questão 4, a sugestão foi colocar exemplos de vantagens para manutenção do relacionamento. P3: *"O benefício, digamos, um relacionamento por*

status ou até parte financeira, ou porque a pessoa é conhecida.” M2: “O que engrandece ela nesse relacionamento para que ele permaneça nele, acho que seria mais interessante nessa frase.”

Um ponto importante foi a colocação das frases de forma pessoal direta com o pronome “Eu” no início da frase, conforme sugerida na questão 5 pela profissional P6: *“Eu acho importante essa pergunta, mas eu faria de outro jeito. Eu conheço essa pessoa, o que eu poderia fazer para evitar isso.”*

Para lidar com a dificuldade da mulher em situação de VPI ter que formular estratégias, as profissionais e mulheres sugerem que seja ressaltado que familiares e amigos podem contribuir para a manutenção da relação ou de atitudes que configurem um maior risco, sendo necessário sempre procurar auxílio profissional. Principalmente porque trata-se de um aporte psicológico intenso, com envolvimento e dependência emocional e financeira. Além disso, toda atitude contra a violência pode gerar riscos maiores de uma nova violência.

Na questão 9, sugerem P4: *“Entendo que nessa questão deveria estar conselho de profissionais da área.”* M2: *“Aqui você poderia adicionar. Busco recursos, busco informações, tipo buscar informações não de boca a boca, mas com base teórica, base científica, com base num terapeuta, com base em profissionais qualificados.”*

Desta forma, as principais contribuições do questionário estavam em fomentar a mulher a refletir sobre o seu relacionamento e os riscos que esse o fornece, assim como começar a questionar os motivos que a fazem permanecer. As principais dificuldades estavam relacionadas à falta de conhecimento e de suporte profissional às mulheres em situação de VPI, uma vez que faltam locais especializados de atendimento e uma rede de suporte específica que possa fornecer estratégias não apenas de saída do relacionamento, mas de sobrevivência, integração e estabilidade da mulher. Como na questão 6 que avalia o que é mais importante, P6: *“Ela não ter certeza disso ela não entende. O que é mais importante para você, é você ter a segurança com ele, porque ele te dá dinheiro, te dá comida, ou por isso ele te bate. O que é mais importante ele fazer as coisas para você ou bater em você. Porque elas ligam muito isso. É uma troca.”*

4.1.6. Estratégias e comportamentos de segurança

A escala de estratégias e comportamento de segurança (do inglês "safety strategies and behaviors") é composta por desfechos primários que incluem o uso e a utilidade de 34 estratégias de segurança (PARKER, et al., 1999) em 12 meses, com uma escala de resposta de "não tentou", "tentou, mas não ajudou" ou "tentou e ajudou". Os comportamentos de segurança são pontuados tomando o número de itens considerados úteis, dividindo pelo número tentado e multiplicando por 100 para obter a porcentagem de estratégias de segurança testadas que foram úteis (QUADRO 6).

Na etapa de tradução (b) e retrodução (d), foi optado por termos mais próximos das mulheres brasileiras, como "seu último acesso" para "your last interview", "advogado" para "such as a victim advocate", "programa de violência doméstica" para "hotline worker" e "conselheiros religiosos" para "clergy". Na avaliação dos especialistas, muitas informações de planejamento presentes na escala enfrentam barreiras para sua aplicabilidade, sendo inicialmente, para a mulher brasileira, um instrumento de acesso à informação, pois muitas desconhecem os serviços e as possibilidades diante da VPI. Ressaltam também a complexidade de fatores que influenciam a decisão e o planejamento, como a dependência emocional e financeira.

Dos desafios da aplicabilidade da escala está a sua extensão, gerando desistência da mulher ao responder, a necessidade de informações complementares para as mulheres, como a rede de serviços disponíveis, sua função e localização. Além da falta de políticas públicas que ofereçam serviços de modo efetivo à mulher vítima de violência, muitas têm descrença nos serviços públicos.

QUADRO 6 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE ESTRATÉGIAS E COMPORTAMENTOS DE SEGURANÇA PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão reconciliada 2 (VR2)	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final (VRF)
Women do different things to stay safe while in a violent relationship. I'm going to ask you about the kinds of things you have done	As mulheres fazem coisas diferentes para se manterem seguras em um relacionamento violento. Vamos perguntar sobre os tipos de	Sem questionamentos ou dúvidas significativas.	As mulheres fazem coisas diferentes para se manterem seguras em um relacionamento violento. Vamos perguntar sobre os tipos de coisas que

to stay safe. I will also ask you about types of community resources, you may have used. When we ask you how helpful each item is, we're asking about how helpful it is in coping with the abuse you've experienced. Please answer the following questions thinking about what has happened in the past year. Please answer the following questions thinking about what has happened since your last interview. Please answer the questions even if you are no longer in a relationship with an abusive partner.	coisas que você fez para se manter segura. Também vamos perguntar sobre os tipos de recursos da comunidade/rede de apoio que você pode ter usado. Quando perguntamos se cada item te ajudou, perguntamos se ele ajudou a lidar com o abuso que você vivenciou. Responda às seguintes perguntas considerando o que aconteceu no último ano. Responda às seguintes perguntas considerando o que aconteceu desde o último atendimento. Responda às perguntas mesmo se você não estiver mais em um relacionamento com um parceiro(a) abusivo(a).		você fez para se manter segura. Também vamos perguntar sobre os tipos de recursos da comunidade/rede de apoio que você pode ter usado. Quando perguntamos se cada item te ajudou, perguntamos se ele ajudou a lidar com o abuso que você vivenciou. Responda às seguintes perguntas considerando o que aconteceu no último ano. Responda às seguintes perguntas considerando o que aconteceu desde o último atendimento. Responda às perguntas mesmo se você não estiver mais em um relacionamento com um parceiro(a) abusivo(a).
1-Have you talked with a professional (such as a victim advocate, hotline worker, clergy, doctor/nurse, counsellor, case worker) about your partner hurting you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes	1-Você conversou com um profissional (como um advogado, programa de violência doméstica, conselheiros religiosos, médico/enfermeiro, conselheiro, assistente social) sobre o parceiro(a) te machucar fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não ☐ Sim	<i>P1-"Faltou psicólogo aqui, geralmente todas as entidades tem". P1-"Esse emocionalmente, vamos colocar psicologicamente, acho melhor". M5-"Conversei com o pastor da igreja, eu não voltei porque eles falaram que era para eu resolver ou separasse de vez e deixasse ele, só falaram isso, o meu marido enchia tanto a cabeça deles, tanto, eu passava por ruim para eles, eu que estava judiando dele."</i>	1-Você conversou com um profissional (como um advogado, programa de violência doméstica, conselheiros religiosos, médico/enfermeiro, assistente social, psicólogo) sobre o parceiro(a) te machucar fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim

If yes, who have you talked to? ☐ Staff at a women's shelter, domestic violence program or hotline ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful ☐ Clergy/Spiritual advisor ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful ☐ Health professional, such as a doctor or nurse ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful ☐ Counselor/therapist ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful ☐ Case worker ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful ☐ Other ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	Se sim, com quem você conversou? ☐ Equipe de um serviço de acolhimento para mulheres, programa de violência doméstica ou uma linha direta ☐ Padre, pastor ou conselheiro espiritual ☐ Psicólogo(a) ☐ Assistente social ☐ Outro	<i>P1- "outro - delegacia, fui falar com o delegado ou autoridade policial. Aqui nós temos a Patrulha Maria da Penha".</i> <i>M2- "Aqui apesar de, vocês não colocaram questão de polícia, justiça, seria interessante adicionar força policial, algo assim".</i>	1a-Se sim, com quem você conversou? ☐ Equipe de um serviço de acolhimento para mulheres, programa de violência doméstica ou uma linha direta ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Padre, pastor ou conselheiro espiritual ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Profissional da saúde, como médico ou enfermeira ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Psicólogo(a) ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Assistente social ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Profissional de segurança pública (policial, delegado, Patrulha Maria da Penha, etc.) ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Outro ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
2-Have you talked with a non-professional (eg. friend, family member, co-worker) about your	2-Você conversou com alguém não profissional (exemplo: amigo (a), parente, colega de trabalho,	<i>P2 – "Normalmente as mulheres não falam e sabe o que eu aprendi porque elas não falam? Porque elas têm</i>	2-Você conversou com algum não profissional (exemplo: amigo(a), parente , colega de trabalho, vizinhos)

partner hurting you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	vizinhos) sobre seu parceiro(a) te machucar fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	<i>vergonha. Elas têm vergonha de apanhar, vergonha de ser machucada, então elas inventam coisas de um casamento que não existe”.</i> <i>P3 - “No trabalho dificilmente ela vai falar, porque tem medo de perder o emprego”.</i>	sobre seu parceiro(a) te machucar fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
3-Have you stayed in a women’s shelter to avoid your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	3-Você já ficou em um serviço de acolhimento para mulheres para evitar seu parceiro(a) abusivo(a)?	<i>P1-“...Serviço de acolhimento eu entendo, a acolhida é um abraço. Aqui faço o acolhimento da mulher para o alojamento”.</i> <i>P3 – “Muitas mulheres nem sabem que tem o serviço de acolhimento nem aqui o pessoal sabe que tem, a mulher tem os abrigos e tudo mais, mas ela não sabe que tem. Não é um serviço divulgado”.</i> <i>M2 – “Você conhece esse tipo de serviço?”</i>	3-Você já ficou em alojamento para mulheres que estão em situação de violência para evitar seu parceiro(a) abusivo? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
4-Have you stayed with family or friends in order to avoid your partner hurting you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	4-Você já ficou na casa de familiares ou amigos para evitar que seu parceiro(a) te machucasse fisicamente, sexualmente ou emocionalmente?	<i>P1-“Emocionalmente por psicologicamente”.</i> <i>P3 – “Não vou para a casa de parente. Exatamente pelo pré-julgamento, o que você fez para acontecer isso, não mesmo”.</i>	4-Você já ficou na casa de familiares ou amigos para evitar que seu parceiro(a) te machucasse fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
5-Did you get or try to get housing assistance (for example rent assistance, transitional housing program, other financial assistance to pay for housing) to move to a safe location? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	5-Você obteve ou tentou obter assistência para moradia (por exemplo, auxílio-aluguel, programas sociais de acesso à moradia ou outra assistência financeira para pagar pela moradia) para se mudar para um local seguro?	<i>P3 – “Também é pouco divulgado, muita gente nem sabe que têm, abrigo, assistência para moradia. A pessoa não sabe que tem, não é divulgado. Mas a gente oferece aqui. O pessoal de outra cidade, elas nem acreditam... A mulher não sabe, às vezes fica naquela situação porque não tem para onde ir, não pode contar com família. A</i>	5-Você tentou obter auxílio moradia ou programas sociais para se mudar para um lugar seguro? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou

		<i>família é de fora, ou as vezes não quer voltar. E esse é um serviço que não é divulgado”.</i> <i>M4 – “Não, nunca consegui e não sabia que existia esse tipo de ajuda”.</i>	
6-Have you left home and stayed anywhere else (such as a hotel, your car) to get away from your partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	6-Você já saiu de casa e ficou em outro lugar (como um hotel ou seu carro) para ficar longe do seu parceiro(a)?	<i>P1 – “Eu já tive gente que não quis ficar aqui alojada e ficou dentro do carro no estacionamento. Porque estava mais segura no estacionamento do que aqui.”</i> <i>P3 – “Essa ideia de pergunta eu não sei, a quantidade de pessoas que vai responder o tipo da condição financeira de cada um, mas a maioria que a gente atende aqui não tem carro, então ela não tem carro e não tem um lugar para pagar para ela ficar, as vezes não tem renda então ela vai ficar naquela situação porque ela não tem outro meio, o que fazer? Não tenho para onde ir, a gente escuta... o que eu vou fazer, as vezes tem criança pequena, para onde que eu vou? Então ela fica nessa situação exatamente porque ela não sabe da assistência para moradia e abrigo”.</i>	6-Você já saiu de casa e ficou em outro lugar (como um hotel ou seu carro) para ficar longe do seu parceiro(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
7-Is there a place you can go if you need to get away from your abusive partner? ☐ No ☐ Yes	7-Tem algum lugar para onde você possa ir se precisar ficar longe do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim	<i>M5 – “No momento não, eles têm medo, meus parentes têm medo. Porque eu já não recebo ninguém em casa, ele não gosta. Ele fala se eles virem eu saio. Então eu nunca tive visita da minha família sabe”.</i> <i>M2 – “Aqui é importante pela questão do stalker e sempre me falavam para mim sair das redes sociais, sai do facebook, sai do instagran, você precisou sair de alguma</i>	7-Tem algum lugar para onde você possa ir se precisar ficar longe do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim

		rede social? Preciso trocar seu número de celular? É uma coisa que vocês vão precisar saber, o quanto ele isola ela”.	
Where? ☐ Family member's house ☐ Friend's house ☐ Neighbor's house ☐ Shelter ☐ Other	Se sim, onde? ☐ Casa de parentes ☐ Casa de amigo(a) ☐ Serviço de acolhimento ☐ Outro	P1 -” Aí o serviço de acolhimento fica porque aqui entendo como mais amplo, mas pode colocar: alojamento/acolhimento/abrigo. Ela pode ficar comigo o dia inteiro e só no final do dia ir embora, elas ficaram acolhidas, não ficaram nem abrigadas e nem alojadas, mas ficaram acolhidas”.	Se sim, onde? ☐ Casa de parentes ☐ Casa de amigo(a) ☐ Casa de vizinho(a) ☐ Alojamento para mulheres em situação de violência ☐ Outro
8- Have you tried to get your abusive partner help for alcohol or substance abuse? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes If yes, Is your partner currently receiving help ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful If yes, did your partner receive help in the past? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	8-Você tentou fazer com que seu parceiro(a) procurasse ajuda para o consumo excessivo de álcool ou drogas. Se sim, você está recebendo ajuda atualmente? Se sim, você recebeu ajuda no passado? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim	P3 – “Relacionamentos abusivos ele não vai deixar que ela busque ajuda e ele não vai se colocar nessa situação. Você me conheceu desse jeito e pronto e acabou. Então a pessoa não vai admitir que ela procure ajuda, primeiro vai se negar, está bom assim, vou embora, não você vai embora, vá, mas eu não deixo você ir”. M5 – “Ele estava fazendo no postinho a consulta com a psiquiatra e ele não foi. Eu que queria levar ele, eu que marquei as consultas, buscar remédio para ele, eu que perguntava, você está tomando remédio? Eu ajudava ele, ele achava que por estar ajudando, eu estava controlando ele. Eu levei ele no CAPS, só que ele acabou não indo mais e foi no postinho”.	8-Você tentou fazer com que seu parceiro(a) procurasse ajuda para o consumo excessivo de álcool ou drogas. ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim Se sim, seu parceiro(a) está recebendo ajuda atualmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou Se sim, seu parceiro recebeu ajuda no passado? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
9-Have you tried to get help for yourself for alcohol or substance abuse? ☐ Not applicable	9-Você tentou obter ajuda para si mesma para o consumo excessivo de álcool ou drogas?	P3 – “As mulheres que eu atendi aqui, nem 10% procurou ajuda para resolver o problema, ela não acredita no serviço”.	9-Você tentou obter ajuda para si mesma para o consumo excessivo de álcool ou drogas?

☐ No ☐ Yes If yes, are you currently receiving help? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful If yes, did you receive help in the past? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim Se sim, você está recebendo ajuda atualmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou Se sim, você recebeu ajuda no passado? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou		☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim Se sim, você está recebendo ajuda atualmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou Se sim, você recebeu ajuda no passado? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
10-Have you gone to a healthcare provider to get help when your partner has injured you physically, sexually, or emotionally? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes, but it was not helpful for me in coping with abuse ☐ Yes, this was helpful	10-Você foi a um profissional de saúde para obter ajuda quando seu parceiro(a) te machucou fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou a lidar com a violência ☐ Sim, isso me ajudou	Sem comentários significativos.	10-Você foi a um profissional de saúde para obter ajuda quando seu parceiro(a) te machucou fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou a lidar com a violência ☐ Sim, isso me ajudou
11-Has your faith, religion, or spirituality been helpful to you when coping with abuse from your partner? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes	11-A sua fé, religião ou espiritualidade te ajudou a lidar com o abuso do seu parceiro(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim	<i>P1 – “A maioria vai responder que sim. Ela voltou para o parceiro”</i> <i>P3 – “Religião é tensa, muito tensa mesmo de lidar, especialmente falando a religião evangélica e é onde o pastor intervém muito no relacionamento do casal, tentando administrar de alguma forma que se resolva como se ela fosse obrigada a aceitar a situação”</i> <i>M2 – “Se eu escondesse que eu ajudei e eles descobrissem eu iria perder minha credibilidade. Prefiro contar do meu desespero para que eles me</i>	11-A sua fé, religião ou espiritualidade te ajudou a lidar com o abuso do seu parceiro(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim

		entendessem e me ajudassem. A gente sente muita vergonha de tudo que a gente faz". M5 – "Por isso que eu estou aguentando até agora".	
12-Have the police come out to you when your partner was hurting you or threatening to hurt you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	12-A polícia veio quando seu parceiro estava te machucando ou ameaçando te machucar fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	P2 – "Normalmente vai. Com esse botão do pânico, não demora a polícia militar leva nove minutos. Aqui em Curitiba funciona. Em outros lugares a gente não sabe" P6 – "Ocorre que elas não têm esse entendimento: a polícia civil investiga e a polícia militar é que faz o policiamento extensivo e faz a emergência de qualquer ser. Eu falo para elas se eu precisar de ajuda numa via pública, na calçada ou dentro de casa, a quem que eu devo recorrer? À polícia militar (190). Não adianta vir na delegacia ou pedir ajuda, o policial civil ele só prende numa prisão preventiva, quando já está investigado. Ou quando ele vai ser punido. Elas não sabem disso. E outra coisa elas também não sabem o que é um boletim de ocorrência para abrir uma investigação. Para abrir um inquérito, quando ela chamou lá a polícia já está tudo certo, eu já fiz um monte de BO, não existe nada, nenhum BO". M5 - Vendo as perguntas eu estou na minha cabeça pensando.	12-A polícia veio quando seu parceiro estava te machucando ou ameaçando te machucar fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
If yes the police came out to you, were you the person who called them? ☐ No	Se a polícia veio, foi você que chamou? ☐ Não ☐ Sim	Sem comentários significativos.	Se a polícia veio, foi você que chamou? ☐ Não ☐ Sim

☐ Yes			
13-Did you get or try to get an order of protection (or restraining order) against your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	13-Você já tentou ou conseguiu uma ordem de proteção (ou medida restritiva) contra seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	<i>P1- "Medida protetiva".</i> <i>P2- "Então é uma medida que a juíza dá para quem vai reclamar e chama medida protetiva aqui. Depois, chegando aqui a juíza pede além dessa medida, o dispositivo [botão do pânico] que é dado para mulheres".</i>	13-Você já tentou ou conseguiu uma medida protetiva contra seu parceiro(a) abusivo(a) ? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
14-Have you filed or tried to file criminal charges against your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	14-Você registrou ou tentou registrar um boletim de ocorrência contra seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	<i>P6 - Daí ela diz já fiz 2, 3, nossa, deve ter toda a minha história aí. Porém, ela só chamou a polícia. A polícia normalmente militar, uma ou duas frases que é a situação de urgência ali, e é um registro somente de um atendimento, ponto e não é mais nada. Para elas o Disque 180 é outra coisa. Boletim online, esse boletim online é uma mentira do serviço público, sabe, porque para que uma mulher abra um processo ou um inquérito ela precisa assinar, ou reconhecer que não sabe ler. Ela precisa representar, então um boletim online só posterga o atendimento à mulher. Eu não tenho dúvida disso, e agora na pandemia, então, a gente viu isso claramente. Porque mais de 80% das mulheres que fizeram boletim online não vieram até aqui, então esse boletim não existe, ele não se efetivou.</i>	14-Você registrou ou tentou registrar um boletim de ocorrência contra seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
Não existia na versão em inglês, então as participantes sugeriram para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.		<i>P1- "Não porque ele não era culpado. Na verdade eu fui culpada de tudo, tudo porque sou mulher que não sirvo para ninguém, só ele que me entende. Se eu perder ele eu não sirvo para mais</i>	14a-Caso tenha feito o Boletim de Ocorrência (BO), você fez sua representação? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me

		<i>ninguém”.</i>	ajudou
15-Have you sought any other legal assistance (for example legal aid, talked to a lawyer) for protection from an abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	15-Você procurou algum outro tipo de assistência jurídica (por exemplo, recorreu a um advogado(a) ou outra autoridade) em busca de proteção contra seu parceiro (a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	<i>P1- Pode ser uma Defensoria Pública também. No nosso país e nos Estados Unidos também muitos defensores públicos. É melhor especificar, especificar aqui. A maioria das mulheres busca a Defensoria Pública</i>	15-Você procurou algum outro tipo de assistência jurídica (por exemplo, recorreu a um advogado(a), defensoria pública ou outra autoridade) em busca de proteção contra seu parceiro (a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
16-Have you sent your kids to stay with a friend or family member because you did not want your kids to be around your abusive partner? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	16-Você mandou seu(s) filho (as) ficar(em) com amigos ou parentes porque não queria que ficasse(m) perto do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	<i>P2 – “Ela tinha medo que eles matassem os filhos dela. Isso acontece”</i> <i>P5 – “Até eu iria perguntar para vocês, esse questionário é voltado exclusivamente para o companheiro porque nós temos aí um universo enorme de filhos agredindo mãe, é o que mais temos”.</i>	16-Você mandou seu(s) filho(as) ficar(em) com amigos ou parentes porque não queria que ficasse(m) perto do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
17-Have you made sure there were other people around so that your partner would not hurt you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	17-Você já se certificou de que havia outras pessoas por perto para que seu parceiro(a) não te machucasse fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	Sem comentários significativos.	17-Você já se certificou de que havia outras pessoas por perto para que seu parceiro(a) não te machucasse fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
18-Have you tried to learn more about abuse by reading/researching online/talking about it to others? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	18-Você já tentou aprender mais sobre abuso lendo e pesquisando online ou falando sobre isso com outras pessoas? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	Sem comentários significativos.	18-Você já tentou aprender mais sobre abuso lendo e pesquisando online ou falando sobre isso com outras pessoas? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou

19-Have you taken steps to protect yourself from your partner online/with your cell phone (e.g. changing privacy settings, changing passwords, disabling GPS)? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	19-Você já realizou ações para se proteger do seu parceiro(a) online ou com o seu celular (por exemplo, mudando configurações de privacidade, alterando senhas, desativando o GPS)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou	Sem comentários significativos.	19-Você já realizou ações para se proteger do seu parceiro(a) online ou com o seu celular (por exemplo, mudando configurações de privacidade, alterando senhas, desativando o GPS)? ☐ Não ☐ Sim, isso me ajudou ☐ Sim, mas isso não me ajudou
20-Have you made an escape plan so that you would know how to quickly get away from your abusive partner if you needed to? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	20-Você já fez um plano de fuga caso precise fugir rapidamente do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	P2 – “Normalmente as mulheres não tem esse plano de fuga, acham que vai dar certo, vai ter uma oportunidade e está querendo melhorar, normalmente elas não têm.” M2 – “Outra coisa é bom dar ideia, um grupo de whats, se acontecesse alguma coisa comigo, a primeira coisa que eu iria fazer é colocar uma localização ali, ou um SOS. Se eu mandasse uma localização é porque alguma coisa estava acontecendo. Ou uma frase, se elas perguntassem: está tudo bem? O céu está estrelado. Ou está muito sol. Uma forma de você divulgar o que estava acontecendo por mais que eu jogasse o celular, no carro, as pessoas iriam atrás de você. Só as pessoas que não iriam desistir e iriam te ajudar”.	20-Você já fez um plano de fuga caso precise fugir rapidamente do seu parceiro (a) abusivo (a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
If yes, did you discuss this escape plan with your friends or family? ☐ No ☐ Yes	Se sim, você discutiu esse plano de fuga com amigos(as) ou família? ☐ Não ☐ Sim	Sem comentários significativos.	20a-Se sim, você discutiu esse plano de fuga com amigos(as) ou família? ☐ Não ☐ Sim
21-If you have children, have you made an escape plan with the children so that they know what to	21-Se você tem filhos(as), já fez um plano de fuga com eles(as) para que saibam o que fazer	M2 – “Uma coisa que me veio na cabeça em momento de emergência sempre em questão de filhos, o que fazer? Meu	21-Se você tem filhos(as), já fez um plano de fuga com eles(as) para que saibam o que fazer quando seu

do when your abusive partner becomes violent? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	quando seu parceiro(a) abusivo(a) ficar violento(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>filho quando eu iria buscar, filho se acontecer algo diferente do que nós combinamos, você não tome ação sozinho, você me ligue na hora, se acontecer alguma coisa eu te ligo na hora.”</i> <i>P3 - Pode ter alienação parental porque se você fala que teu parceiro é agressivo, você está automaticamente falando mal dele, do teu companheiro, pai etc.”</i>	parceiro(a) abusivo(a) ficar violento(a)? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
22-Have you kept an extra supply of basic necessities for yourself and your children, or packed an extra bag, just in case you needed to quickly escape your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	22-Você guardou um Kit extra de necessidades básicas para você e seus filhos(as) ou deixou uma mochila pronta caso precisem fugir rapidamente do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P1 - “É muito importante, inclusive no nosso alojamento de passagem. A gente sempre pede que pegue os documentos das crianças, dos filhos e dela, os remédios de uso contínuo. Para o plano de segurança deve ter os remédios, às vezes depende de insulina, às vezes a gente vai ter, mas só que é mais difícil remédio de uso contínuo. Mas esses com receita controlada e que só o SUS dá. Tem que vir com isso daí, ter sempre um kit emergencial e com os documentos prontos”.</i> <i>P2 – “Não gente isso aqui não existe. Mulher faz as coisas no emocional assim, não pode então vou sair. A mulher não traz nada, por isso nós temos busca de pertence”.</i>	22-Você preparou um kit de sobrevivência de necessidades básicas para você e seus filhos(as) (como seus documentos, documentos dos filhos, cartão transporte, cartão bolsa família, medicamentos de uso contínuo, receita de medicação controlada, cópia da chave de casa, dinheiro, etc.), ou deixou uma mochila pronta caso precisem fugir rapidamente do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
23-Have you hidden money and other valuables from your abusive partner in a secret place? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	23-Você escondeu dinheiro e outros pertences de valor em um lugar secreto para que seu parceiro(a) abusivo(a) não encontrasse? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P2 – “Sabe o que acontece com as mulheres. Elas nunca pensam que vai acontecer isso com elas.”</i>	23-Você escondeu dinheiro e outros pertences de valor em um lugar secreto para que seu parceiro(a) abusivo(a) não encontrasse? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou

24-Have you developed a code so others would know when you were in danger from your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	24-Você criou algum código para que outras pessoas saibam quando você estiver em perigo por causa de seu(a) parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P4 – “Nunca falaram sabe, as pessoas que vem aqui, a maioria são muito de imediato. Ah, vou sair e sai, de código nunca ouvi falar”.</i>	24-Você criou algum código para que outras pessoas saibam quando você estiver em perigo por causa de seu(a) parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
25-Have you hidden a copy of your car and/or house key so that you would have access to them even if your abusive partner tried to take them away? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	25-Você escondeu uma cópia da chave do carro e/ou da casa para que você tivesse acesso mesmo que o seu parceiro(a) abusivo(a) tentasse tirá-las de você? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P2 – “Ok. Infelizmente a mulher não faz isso, quantas coisas que podem ser faladas sabe, mulher gasta, o homem planeja. Eles são muito racionais. A mulher é coração, a gente tem que mudar isso.”</i> <i>P3 – “Isso é bem comum elas terem a cópia, mas quando o relacionamento é abusivo, mesmo tendo duas cópias, o agressor fica com as duas. Brigou, ele tranca ela dentro de casa ou fora, ela não pode entrar, ela vem aqui e a gente não consegue acessar a casa porque ele trancou ela para fora, mudou a fechadura etc. Mesmo ela fazendo uma cópia não resolve porque ele muda da fechadura.”</i>	25-Você escondeu uma cópia da chave do carro e/ou da casa para que você tivesse acesso mesmo que o seu parceiro(a) abusivo(a) tentasse tirá-las de você? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
26-Have you removed or hidden weapons, such as a gun, knives, or ammunition from your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	26-Você removeu ou escondeu armas (como facas, armas de fogo ou munição) do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P6 – “Hoje muito comum essa questão da arma de fogo. Então ela também não esconde, ela tem tanto medo desse parceiro e ela não faz iss.”.</i> <i>M4 – “Eu nunca tive arma, faca por parte dele nunca escondi, mas quando surgiu por parte dele a situação.”</i>	26-Você removeu ou escondeu armas (como facas, armas de fogo ou munição) do seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
27-Have you changed locks or somehow improved security for protection from your	27-Você já trocou a fechadura ou melhorou a segurança para se proteger do seu	<i>P3 – “Ela não vai fazer isso enquanto ela estiver com ele. Ela pode fazer depois que ela tenha dado</i>	27-Você já trocou a fechadura ou melhorou a segurança para se proteger do seu

abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou	<i>o primeiro passo de terminar o relacionamento, mas durante é impossível, num relacionamento abusivo ela não consegue nem respirar. O cara está em cima dela o tempo inteiro. Se ela vai no trabalho o cara está lá, leva e fica esperando na frente. Então ela não consegue, para trocar a fechadura já terá que ter terminado.”</i>	parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou
28-Have you written down or programmed into your phone important phone numbers you can use to get help if you get in a situation where you need them? ☐ No ☐ Yes, but have not used it yet ☐ Yes, used it and it was not helpful ☐ Yes, used it and it was helpful	28-Você anotou ou registrou no seu celular números de telefone importantes para obter ajuda caso precise? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou	<i>P1 – “Verdade, isso é bem legal, que a mulher tenha num papel físico onde ela vai guardar estes documentos, alguns números importantes, de todos os abrigos que ela vir, ou todos os alojamentos, o celular vai ficar contido. A primeira coisa que o agressor faz é tirar o celular dela e inutilizar esse celular dela e ela não sabe o telefone da mãe, da irmã, não sabe o telefone de ninguém. Uma agendinha junto com os documentos”. P2 – “Por exemplo, tem a Casa da Mulher Brasileira, 190, Patrulha Maria da Penha, algumas anotam, eu acredito que as mulheres estão mais preparadas para esse tipo de relacionamento, sabe.”</i>	28-Você anotou (em cardeneta, agenda, etc.) ou registrou no seu celular números de telefone importantes para obter ajuda caso precise? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
29-Do you have access to transportation for when you need it? ☐ No ☐ Yes	29-Você tem acesso a transporte caso precise? ☐ Não ☐ Sim	<i>P3 – “Difícilmente vai ter. Ela não vai ter acesso, ela tem vergonha de falar, a família não, o dinheiro dificilmente, o cara que é abusivo sabe quanto ela ganha e controla o dinheiro dela inteiro do pagamento. Relacionamento abusivo é assim: quanto você ganhou? Ele que vai controlar o dinheiro dela. Então ela não vai ter dinheiro, a maioria faz isso, deixa ela sem dinheiro, sem cartão, sem</i>	29-Você tem acesso a transporte caso precise? ☐ Não ☐ Sim

		acesso à família, sem ninguém para que ela não tenha com quem ela posso contar. Se ela não pode falar pelo celular com ninguém porque o cara tem acesso ao telefone dela, ela não vai poder contar com uma pessoa por celular que precisa de ajuda. Não vai ter dinheiro, se trabalha fora o cara vai estar lá no portão esperando ela sair, até mais fácil alguém do trabalho identificar um relacionamento abusivo do que a própria pessoa”.	
30-Do you have access to dependable childcare for when you need it? ☐ Not applicable ☐ No ☐ Yes	30-Você tem um lugar ou pessoa de confiança para deixar o(s) filho(as) caso precise? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim	P2 – “Elas têm vizinho. Mas dizer que confia não. A criancada num lar desestruturado os pais, ela deixa na casa da mãe.” P6 – “E elas nunca tem e aí essa nossa brinquedoteca é um local super importante aqui na Casa”	30-Você tem um lugar ou pessoa de confiança para deixar o(s) filho(as) caso precise? ☐ Não se aplica ☐ Não ☐ Sim
31-Do you have access to a phone that you can use in case of an emergency? ☐ No ☐ Yes	31-Você tem acesso a um telefone para usar em caso de emergência? ☐ Não ☐ Sim	P2 – “Normalmente não, ou tem o celular deles ou nenhum.” P3 – “Elas nunca vão ter, nem o delas.”	31-Você tem acesso a um telefone para usar em caso de emergência? ☐ Não ☐ Sim
32-Do you have pets/farm animals who would need to be taken care of if you decided to leave your abusive partner? ☐ No ☐ Yes	32-Você tem algum animal de estimação/criação que precisaria de cuidados caso você decidisse largar seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim	P1 – “Pode incluir o abuso de animal. Pode deixar animal de estimação e criação.” P2 – “Aqui nós temos um lugar para os pets ficarem. Senão, as vezes as mulheres não queriam ficar por causa dos pets.” P3 – “Hoje em dia um animal de estimação é como se fosse um filho, a gente entende. Até as vezes, começa o relacionamento, compram o pet juntos. Daí separa, inclusive até tem a definição de guarda compartilhada de pet, para ter uma noção de como	32-Você tem algum animal de estimação/criação que precisaria de cuidados caso você decidisse largar seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim

		<i>que é hoje como funciona as coisas. O que que o agressor usa nesse caso, é não liberar. De falar que é dele, que foi ele que comprou, de usar desse meio. A mulher tem um apreço ao pet para que ela não saia, se você sair eu não vou dar de comer, vou matar ou vou bater, então ela fica.”</i>	
33-If you needed a quick emergency loan to get to a safe place, is there someone you could get it from? ☐ No ☐ Yes	33-Se você precisasse de um empréstimo de emergência para ir a um lugar seguro, você teria para quem pedir? ☐ Não ☐ Sim	<i>P2 – “Normalmente não tem. Gente, mulher quando separa fica sozinha. Ela é condenada pela sociedade e não é só pela família.”</i>	33-Se você precisasse de um empréstimo de dinheiro de emergência para ir a um lugar seguro, você teria para quem pedir? ☐ Não ☐ Sim
Who? ☐ Family member ☐ Friend ☐ Neighbor ☐ Co-worker ☐ Boss/Supervisor ☐ Other	Se sim, quem? ☐ Familiar ☐ Amigo (a) ☐ Vizinho (a) ☐ Colega de trabalho ☐ Chefe/Supervisor(a) ☐ Outro	Sem comentários significativos.	33a-Se sim, quem? ☐ Familiar ☐ Amigo(a) ☐ Vizinho(a) ☐ Colega de trabalho ☐ Chefe/Supervisor(a) ☐ Outro
34-Have you ended (or tried to end) the relationship with your abusive partner? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	34-Você terminou (ou tentou terminar) o relacionamento com seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou	<i>P3 – “Pensando num relacionamento abusivo, até vai tentar, aquele negócio de chantagem emocional, o cara faz um turbilhão na cabeça da mulher invertendo toda a situação e como ela não se enxerga na situação de violência, ela aceita.”</i>	34-Você terminou (ou tentou terminar) o relacionamento com seu parceiro(a) abusivo(a)? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou
35-Have you fought back physically when your partner was hurting you physically, sexually, or emotionally? ☐ No ☐ Yes, this was not helpful ☐ Yes, this was helpful	35-Você revidou fisicamente quando seu parceiro(a) estava te machucando fisicamente, sexualmente ou emocionalmente? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou	<i>P2 – “Normalmente gente do céu, as vezes revida, mas na hora que não aguenta mais”. M3 – “São coisas que a gente não pensa, tem uma fé, uma esperança, normalmente você pensa na tua família, você acha que você vai transpor aquilo de alguma forma porque você vai manter a sua família.”</i>	35-Você revidou fisicamente quando seu parceiro (a) estava te machucando fisicamente, sexualmente ou psicologicamente? ☐ Não ☐ Sim, mas isso não me ajudou ☐ Sim, isso me ajudou
Não existia na versão em inglês, então as participantes		<i>M2-“Botar assim: Você printou, você registrou, o que você faz para registrar</i>	36-Você juntou provas dos abusos que sofreu (por exemplo: printou

sugeriram para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.		esse tipo de acontecimento porque é isso que a mulherada falha. Se documentou de alguma forma, você tem testemunha, porque se não fica a palavra da pessoa contra ela.”	mensagens, registrou vídeos/áudios de ameaças, tem testemunhas que possam depor a seu favor)? ☐ Não ☐ Sim, mas ainda não usei ☐ Sim, usei e não ajudou ☐ Sim, usei e ajudou
---	--	---	---

Fonte: A autora (2023) adaptada de GLASS, et al (2021).

Durante a aplicação da escala, percebeu-se, nas falas dos profissionais, que as mulheres carecem de conhecimento sobre como se manter seguras em um relacionamento violento. Repetem-se os mesmos questionamentos sobre a falta de conhecimento das mulheres sobre a violência. Na questão 4, sobre acolhimento, P3 ressalta: *“Muitas mulheres nem sabem que têm o serviço de acolhimento. Nem aqui o pessoal sabe que tem. A mulher tem os abrigos e tudo mais, mas ela não sabe que tem. Não é um serviço divulgado”*. M2 pergunta: *“Você conhece esse tipo de serviço?”*.

A rede de serviços, como na questão 13 sobre as medidas protetivas e serviço jurídico, é mencionada por P2: *“Então, é uma medida que a juíza dá para quem vai reclamar e chama medida protetiva aqui a juíza e depois, chegando aqui, a juíza pede além dessa medida, o dispositivo que é dado para mulheres”*. P3 acrescenta: *“Ela não sabe o que significa uma medida restritiva. Quando chega para mim depois que está pronto o BO e na hora de responder o questionário, ela não vai saber também. Dá para explicar: você sabia que pode solicitar uma medida protetiva para que ele não entre em contato com você? É válida para os dois, tanto para você quanto para o homem. Como ele não pode ligar, ela também não pode. Porque às vezes ela pede e liga”*.

Sobre os recursos disponibilizados para assistência de segurança e a função de cada recurso, como a polícia militar, civil, e os trâmites para a denúncia do parceiro, P6 comenta: *“Ocorre que elas não têm esse entendimento. A polícia civil investiga, e a polícia militar é que faz o policiamento extensivo e faz a emergência de qualquer ser. Eu falo para elas se eu precisar de ajuda numa via pública, na*

calçada ou dentro de casa, a quem que eu devo recorrer? A polícia militar (190). Não adianta vir na delegacia ou pedir ajuda, o policial civil ele só prende numa prisão preventiva quando já está investigado. Ou quando ele vai ser punido. Elas não sabem disso, e outra coisa, elas também não sabem o que é um boletim de ocorrência para abrir uma investigação. Para abrir um inquérito, quando ela chamou lá, a polícia já está tudo certo. Eu já fiz um monte de BO, não existe nada, nenhum BO”.

M2 sugere: *“Botar assim: Você printou, você registrou, o que você faz para registrar esse tipo de acontecimento? Porque é isso que a mulherada falha. Se documentou de alguma forma, você tem testemunha, porque se não fica a palavra da pessoa contra ela”.* M5 comenta: *“Vendo as perguntas, eu estou na minha cabeça pensando”.* Essa sugestão foi incorporada ao final do questionário, pois foi considerada por muitas como uma informação importante. Se soubessem antes, teriam juntado essas provas antes de procurar os meios de denúncia, o que facilitaria a instrumentalização e materialização de provas do processo legal.

Assim como a ausência de serviços públicos também foi ressaltada na questão 5. P1 menciona: *“Existe mais, é muito difícil. Mas em outro tipo de programa. Não existe um programa específico de violência doméstica. É Assistência Social”.* P3 comenta: *“Também é pouco divulgado, muita gente nem sabe que tem abrigo, assistência para moradia. Pessoa não sabe que tem, não é divulgado”.* M4 afirma: *“Não, nunca consegui e não sabia que existia esse tipo de ajuda”.*

Os impactos da violência doméstica na rede de apoio também são ressaltados na questão 7. M5 diz: *“No momento não, eles têm medo. Meus parentes têm medo. Porque eu já não recebo ninguém em casa, não gosta. Ele fala se eles virem eu saio. Então eu nunca tive visita da minha família sabe”.* Na questão 11, M2 acrescenta: *“Se eu escondesse que eu ajudei e eles descobrissem, eu iria perder minha credibilidade. Prefiro contar do meu desespero para que eles me entendessem e me ajudassem. A gente sente muita vergonha de tudo que a gente faz”.*

Ressaltam também o impacto da religião na manutenção do ciclo da violência e a importância de informar sobre essa situação (questão 3). P3 comenta:

“Se for uma mulher evangélica, vai procurar o pastor da igreja que vai aconselhar ela a mudar o comportamento dela para permanecer naquele relacionamento. E é fato”.

Um ponto importante colocado na Escala de Estratégias e Comportamentos de Segurança foi como a mulher foi incentivada a planejar e realizar ações para manter a sua segurança e a de seus filhos. As mulheres têm medo dos seus parceiros. O plano de segurança é primordial para ela se manter segura dentro de um relacionamento abusivo ou quando sair desse relacionamento. O planejamento de segurança deve ser personalizado e individualizado. P2 comenta: *“Ela tinha medo de que eles matassem os filhos dela. Isso acontece”*. P2 diz: *“Normalmente as mulheres não têm esse plano de fuga. Acham que vai dar certo, vai ter uma oportunidade e está querendo melhorar. Normalmente elas não têm”*. P1 afirma: *“É muito importante, inclusive no nosso alojamento de passagem. A gente sempre pede que pegue os documentos das crianças, dos filhos e dela, os remédios de uso contínuo. Para o plano de segurança, deve ter os remédios. Às vezes depende de insulina, às vezes a gente vai ter, mas só que mais difícil remédio de uso contínuo, mas esses de com receitas controladas e que só o SUS dá. Tem que vir com isso daí, ter sempre um kit emergencial e com os documentos prontos”*.

No Brasil, além das situações difíceis e complexas da VPI, as mulheres enfrentam outros desafios como as desigualdades sociais incluindo gênero e raça, pobreza, que também perpetuam a violência. Os desafios de lidar com a dependência emocional, financeira e o medo do parceiro. Dentre as contribuições do questionário está o fato de fomentar as mulheres a pensarem nas atitudes que devem tomar, o planejamento de ações para não intensificar o escalonamento da violência. Além de expor a fragilidade da realidade brasileira em relação à estratégia de segurança da mulher em situação de VPI. As mulheres que vivenciam a violência não têm o conhecimento e não estão preparadas para esse enfrentamento do risco real da violência, uma vez que, essas não encaram assim, e nem a sociedade considera essas formas de violência como risco muitas vezes letal para essas mulheres.

4.1.7. Saúde Mental

A escala de saúde mental foi baseada na Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (CESD-R) (EATON et al., 2004; RADLOFF, 1977), que se fundamenta no autorrelato de itens que avaliam sintomas depressivos. Os itens são classificados com base na frequência, indo de raramente, nenhuma vez ou menos de um dia a quase todos os dias por duas semanas (QUADRO 7).

Na etapa de tradução (1) e retrotradução (2), a introdução foi adaptada para melhor se adequar à língua portuguesa, e a frase "These questions are about how you have been feeling recently" foi traduzida como "Estas perguntas são sobre como você tem se sentido recentemente". As opções de resposta foram traduzidas para o português de acordo com a escala de frequência.

As perguntas sobre os sentimentos e sintomas foram traduzidas mantendo o significado original. A questão 1, "My appetite was poor", foi traduzida como "Tive falta de apetite", e a questão 7, "I could not shake off the blues", foi traduzida como "Não consegui espantar a tristeza". Foram adicionadas algumas perguntas que não estavam presentes no conteúdo original em inglês, como a pergunta 19, "ganhei muito peso", e a pergunta 21, "Você já ameaçou ou tentou se matar?".

QUADRO 7 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE SAÚDE MENTAL PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão traduzida em português brasileiro	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
These questions are about how you have been feeling recently. Please check the boxes to indicate how often you have felt this way in the past week or so.	Estas perguntas são sobre como você tem se sentido recentemente. Selecione as opções para indicar quantas vezes você se sentiu assim nas últimas semanas.	Sem comentários significativos.	Estas perguntas são sobre como você tem se sentido recentemente. Selecione as opções para indicar quantas vezes você se sentiu assim nas últimas semanas.
☐ Not at all or less than 1 day ☐ 1-2 days ☐ 3-4 days ☐ 5-7 days ☐ Nearly every day for 2 weeks	☐ Nem um pouco ou menos de 1 dia ☐ 1-2 dias ☐ 3-4 dias ☐ 5-7 dias ☐ Quase todos os dias por 2 semanas	Sem comentários significativos.	☐ Nem um pouco ou menos de 1 dia ☐ 1-2 dias ☐ 3-4 dias ☐ 5-7 dias ☐ Quase todos os dias por 2 semanas
1-My appetite was poor.	1-Tive falta de apetite.	Sem comentários significativos.	1-Tive falta de apetite.
2-I could not shake off	2-Não consegui	Sem comentários	2-Não consegui espantar

the blues.	espantar a tristeza.	significativos.	a tristeza.
3-I had trouble keeping my mind on what I was doing.	3-Tive dificuldade para me concentrar no que estava fazendo.	P3 – “vai associar a de cima não consegui espantar a tristeza e me senti deprimida vai dar na mesma”.	3-Tive dificuldade para me concentrar no que estava fazendo.
4-I felt depressed.	4-Me senti deprimida.	Sem comentários significativos.	4-Me senti deprimida.
5-My sleep was restless.	5-Meu sono estava agitado.	Sem comentários significativos.	5-Meu sono estava agitado.
6-I felt sad.	6-Me senti triste.	P3-“Vai associar as duas outras”.	6-Me senti triste.
7-I could not get going.	7-Não tive motivação.	M3 - “Me senti sem ânimo”. M6- “Não consegui fazer as coisas” P1 - “Não tive vontade de fazer as coisas porque é diferente de se sentir triste e ter vontade”. P3 - “A gente entende, mas acho que ela vai entender que não quero fazer nada, você está sem vontade de fazer as coisas, fazer nada, se não tivesse necessidade, acho que nem levantava da cama, como a gente tem obrigações a gente faz”.	7-Não tive motivação para fazer as coisas.
8-Nothing made me happy.	8-Nada me deixou feliz.	Sem comentários significativos.	8-Nada me deixou feliz.
9-I felt like a bad person.	9-Me senti uma pessoa ruim.	Sem comentários significativos.	9-Me senti uma pessoa ruim.
10-I lost interest in my usual activities.	10-Perdi o interesse nas minhas atividades habituais.	Sem comentários significativos.	10-Perdi o interesse nas minhas atividades habituais.
11-I slept much more than usual.	11-Dormi muito mais do que de costume.	Sem comentários significativos.	11-Dormi muito mais do que de costume.
12-I felt like I was moving too slowly.	12-Senti que estava me movendo muito devagar.	Sem comentários significativos.	12-Senti que estava me movendo muito devagar.

13-I felt fidgety.	13-Me senti inquieta.	Sem comentários significativos.	13-Me senti inquieta.
14-I wished I were dead.	14-Quis morrer.	Sem comentários significativos.	14-Quis morrer.
15-I wanted to hurt myself.	15-Quis me machucar.	Sem comentários significativos.	15-Quis me machucar.
16-I was tired all the time.	16-Estava cansada o tempo todo.	Sem comentários significativos.	16-Estava cansada o tempo todo.
17-I did not like myself.	17-Não gostei de mim mesma.	Sem comentários significativos.	17-Não gostei de mim mesma.
18- I lost a lot of weight without trying to.	18-Perdi muito peso sem tentar.	Sem comentários significativos.	18-Perdi muito peso.
Não tinha na versão original em inglês no documento	19-Ganhei muito peso sem tentar.	Sem comentários significativos.	19-Ganhei muito peso.
20-I had a lot of trouble getting to sleep.	20-Tive muita dificuldade para pegar no sono.	Sem comentários significativos.	20-Tive muita dificuldade para pegar no sono.
21-I could not focus on the important things.	21-Não consegui me concentrar nas coisas importantes.	P1 - “Repete, vamos colocar falta de concentração”	21-Não conseguir ter concentração nas coisas importantes
Não existia na versão em inglês, então os especialistas fizeram adaptações para ficar mais voltado à realidade do contexto brasileiro.	22-Você já ameaçou ou tentou se matar?	Sem comentários significativos.	22-Você já pensou ou tentou se matar?

Fonte: A autora (2022) adaptado de Radloff (1977).

Durante as entrevistas cognitivas, foi ressaltada a importância do questionário, conforme P6: *“Isso é bastante importante. Agora elas chegam aqui, quase todas, com o rótulo de 'eu tenho depressão', porque hoje é uma palavra muito em voga, muito comum, muito banalizada. Hoje, a melancolia, a tristeza e a felicidade já são consideradas doenças. Quem é muito feliz é considerado maníaco, quem está muito triste está deprimido. Hoje, as emoções boas não são mais mensuráveis, dependendo do tipo de frequência, da intensidade”*.

Dentre os comentários, também está a similaridade entre as perguntas, como P3 apresenta: *“Vai associar a de cima, 'não consegui espantar a tristeza', e*

'me senti deprimida'; vai dar na mesma", referindo-se à questão 3. E P1 diz que a questão 10 e a questão 18 são semelhantes.

4.1.8. Preparo para Tomada de Decisão

A Escala de Preparo para Tomada de Decisão (do inglês "Preparation for Decision Making") (BENNET et al., 2010; GRAHAM; O'CONNOR, 1995) é uma escala de 10 itens que avalia a percepção sobre a utilidade de uma intervenção de apoio à decisão na preparação para tomar uma decisão e possui uma escala de resposta de 1 (nada) a 5 (muito).

Após as etapas de tradução (1) e retrotradução (2), as sentenças estavam escritas no presente do indicativo com pronome plural "eles" (ex. Te ajudaram; te prepararam). As principais contribuições para a adaptação dos especialistas foram em colocar as sentenças no singular (ex. Te ajudou; te preparou), forma mais próxima do modelo de comunicação coloquial que as mulheres brasileiras utilizam, pois indica uma ação que ocorre naquele exato momento. Na análise dos especialistas, destacou-se a importância da existência do aplicativo para que a mulher se perceba como sofrendo VPI.

As escalas deste artigo são fundamentais para a instrução e planejamento das mulheres, sendo um mecanismo importante para o acesso à informação e a construção de estratégias eficazes para a sua realidade. Na escala de preparo, ressaltam que é o momento de a mulher avaliar o impacto das informações para compreensão da sua realidade e a avaliação das atitudes que ela planeja ter.

QUADRO 8 - ETAPAS DA TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA DE PREPARO PARA TOMADA DE DECISÃO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Original em inglês	Versão reconciliada 2 (VR2)	Comentários significativos das entrevistas cognitivas	Versão reconciliada final
Please give your opinion on how much you agree with the statements below. The numbers indicate: 1 = Not at all 2 = A little 3 = Somewhat	Dê sua opinião sobre o quanto você concorda com as afirmações abaixo. O Eu-Decido e as informações fornecidas sobre o planejamento de segurança e recursos... 1 = Nem um pouco	P4 – “ <i>Eu achava uma questão importante a respeito: Se ela viu que a segurança é importante? Que qualquer expressão a respeito está ligada a segurança dela? Acho que qualquer decisão que eu tome, a minha segurança está em jogo.</i> ”	Dê sua opinião sobre o quanto você concorda com as afirmações abaixo. O Eu-Decido e as informações fornecidas sobre o planejamento de segurança e recursos...

4 = Quite a bit 5 = A great deal. Did MyPlan . . .	2 = Um pouco 3 = Mais ou menos 4 = Muito 5 = Muitíssimo		1 = Nem um pouco 2 = Um pouco 3 = Mais ou menos 4 = Muito 5 = Muitíssimo
1-Help you recognize that decisions about safety need to be made?	1-Te ajudaram a reconhecer que decisões sobre segurança precisam ser tomadas?	P2 - <i>"Vou falar que isso é um curso que está fazendo. Só que acho que isso deve ser trabalhado, desperta coisas que ficam lá no fundinho, elas tem que sentir importante, precisam sentir que tem capacidade. Elas tem que se empoderar sim. Mas a mulher tem que saber do lugar dela como gente, como ser humano na sociedade".</i> P3 – <i>"Sim, tendo o explicativo de cada violência que tem ela vai se identificar. Vendo as perguntas ela vai se identificar no final se sim ou não".</i>	1-Te ajudou a perceber que decisões sobre segurança precisam ser tomadas?
2-Prepare you to make better safety decisions?	2-Te prepararam para tomar decisões melhores de segurança?	P6 – <i>"Todas as perguntas são bem boas. Sendo que a que, eu repito, a mais importante: Te ajudaram a pensar sobre quanto envolvimento você quer ter para com você mesma, com a própria pessoa... senão a responsabilidade continua no outro".</i>	2-Te ajudou a tomar decisões para se manter mais segura?
3-Help you think about the risks and benefits of each safety decision?	3-Te ajudaram a pensar sobre os riscos e benefícios de cada decisão de segurança?	P2 - <i>"Riscos e benefícios confunde muito a gente. O benefício é o que vem de bem para a gente e o risco aquele que você tem para o bem ou para o mal. Riscos e vantagens fica melhor para a gente entender".</i> M3 – <i>"E tem muitas coisas aqui... algumas perguntas me fizeram pensar, você sabia que você pode buscar ajuda financeira em tal e tal órgãos. Normalmente você não sabe, não tem ideia disso."</i>	3-Te ajudou a pensar sobre os riscos e vantagens das suas decisões?
4-Help you think about which risks and benefits of each safety option are most important to you?	4-Te ajudaram a pensar sobre quais riscos e benefícios de cada decisão de segurança são mais importantes para você?	P3 - <i>"Ela vai se identificar".</i>	4-Te ajudou a pensar em quais riscos e vantagens são mais importantes para você?

5-Help you know that these safety decisions depend on what matters most to you?	5-Te ajudaram a perceber que as decisões de segurança dependem do que é mais importante para você?	M3 – <i>“Isso é muito interessante, colocar coisas que a mulher tenha onde ela pode procurar. Ela está tão em pânico que ela só quer proteger a família, apesar que ela coloca a vida dela em risco para proteger os filhos primeiro lugar. E para proteger os filhos ela vai aguentando, só que chega uma hora que ela vai morrer e ela prefere não ficar”.</i>	5-Te ajudou a definir o que mais importa na sua decisão?
6-Help you organize your own thoughts about safety?	6-Te ajudaram a organizar os próprios pensamentos sobre segurança?	P2- <i>“Isso daqui é um dos itens que a gente bate muito aqui na Casa, que as mulheres estão sabendo, tendo mais consciência que podem nos procurar e será bem acolhida”.</i>	6-Te ajudou a pensar na sua segurança?
7-Help you think about how involved you want to be in making safety decisions?	7-Te ajudaram a pensar sobre quanto envolvimento você quer ter no processo de tomada de decisões de segurança?	P6 - <i>“Isso aqui é bem importante. Porque ela só vai conseguir tomar uma decisão quando ela se envolver”.</i>	7-Te ajudou a pensar sobre seu envolvimento na tomada de decisões?
8-Help you identify questions you want to ask a trusted person (a friend, family member, domestic violence advocate or other safe person)?	8-Te ajudaram a identificar o que perguntar para uma pessoa de confiança (amigo(a), parente, profissional que trabalha com violência doméstica ou outra pessoa confiável)?	P2 - <i>“Eu sempre digo que a mulher é mais emocional, a organização dos pensamentos precisa ser racional, para a gente ser racional a gente precisa conhecer quem procurar, conhecer seus direitos”.</i>	8-Te ajudou a escolher o que perguntar para pessoas de confiança (amigo, familiar ou profissional)?
9-Prepare you to talk to a trusted person (a friend, family member, domestic violence advocate or other safe person) about what matters most to you for safety?	9-Te prepararam para falar com uma pessoa de confiança (amigo(a), parente, profissional que trabalha com violência doméstica ou outra pessoa de confiança) sobre o que é mais importante para você em termos de segurança?	M3 – <i>“Eu não tinha ideia que eu tinha direitos, que eu poderia vir em uma delegacia, que eu tinha”.</i>	9-Te ajudou a falar com alguém de confiança sobre o que é mais importante para você se manter segura?
10-Prepare you for a discussion with a service provider or authority (domestic violence advocate, police,	10-Te prepararam para uma discussão com uma autoridade ou profissional (alguém que trabalha com violência doméstica, polícia, assistente social)	M3 - <i>“Com o acesso ao aplicativo eu teria. Quando você está nesse processo, você evita falar, evita que as pessoas falem disso para você olhando no teu olho, tem vergonha, se sente incomodada. E de repente por um aplicativo, isso vindo, a</i>	10-Te preparou para buscar ajuda profissional (policial, saúde, assistência, etc.) para você se manter segura?

campus administrator) about safety?	sobre segurança?	<i>pessoa se obriga a pensar”.</i> P2- <i>“As mulheres precisam conhecer quem elas podem procurar, os direitos dela, os não direitos, o que ela precisa, o que ela não precisa fazer. São uma das coisas que eu acho, que a organização do pensamento dela para alcançar, para ela poder buscar alguma coisa”</i>	
--	------------------	--	--

Fonte: A autora (2022) adaptado de GRAHAM, O’CONNOR, (1995).

As participantes não apresentaram falta de compreensão dos itens do questionário, mas sugeriram que as perguntas deveriam ser mais amplas, pois as escalas do aplicativo ultrapassavam o planejamento de segurança, assim como as especialistas haviam pontuado, é um aplicativo de instrução. A questão 1 foi adaptada para *“Te ajudou a perceber que decisões precisam ser tomadas?”*, diferentemente da versão original que avaliava diretamente sobre a questão de segurança. P2 - *“Vou falar que isso é um curso que está fazendo. Só que acho que isso deve ser trabalhado, desperta coisas que ficam lá no fundinho, elas têm que se sentir importantes, precisam sentir que têm capacidade. Elas têm que se empoderar sim. Mas a mulher tem que saber do lugar dela como gente, como ser humano na sociedade”*.

Na pergunta nº 3, destacamos que o termo benefícios sobre sua decisão de segurança foi adaptado por vantagens, como nas escalas apresentadas anteriormente, concordando com o contexto das mulheres em VPI no Brasil. P2 - *“Riscos e benefícios confundem muito a gente. O benefício é o que vem de bem para a gente e o risco aquele que você tem para o bem ou para o mal. Riscos e vantagens - fica melhor para a gente entender”*.

Outras questões como a nº 5, adaptada na versão final para *“Te ajudou a definir o que mais importa na sua decisão?”*, pois a versão original traduzida é de difícil entendimento e, como pontuado por M3 – *“Ela está tão em pânico que ela só quer proteger a família, apesar de ela colocar a vida dela em risco para proteger os filhos em primeiro lugar, e para proteger os filhos, ela vai aguentando. Só que chega uma hora que ela vai morrer e ela prefere não ficar”*.

Na aplicação da Escala de Preparo para Tomada de Decisão, revelou-se que é necessário alimentar o aplicativo Eu-Decido com informações relacionadas aos subtipos de violência, como identificar cada tipo de violência, os recursos

disponíveis que ela pode procurar, sua localização e a função de cada instituição. Dessa forma, dentre os desafios para a aplicabilidade da escala para a realidade brasileira está a associação à presença de uma cartilha de informações para a mulher. P2 - *“As mulheres precisam conhecer quem elas podem procurar, os direitos dela, os não direitos, o que ela precisa, o que ela não precisa fazer. São uma das coisas que eu acho que a organização do pensamento dela para alcançar, para ela poder buscar alguma coisa”*. P3 – *“Sim, tendo o explicativo de cada violência que tem, ela vai se identificar. Vendo as perguntas, ela vai se identificar no final se sim ou não”*.

A escala abrange estratégias informais, como apoio de familiares, amigos ou pessoas de confiança. Já as estratégias formais, como programas contra a VPI, alojamentos para sobreviventes, sistemas de proteção social, podem reduzir a frequência ou a gravidade das agressões. As participantes ressaltam a importância do aplicativo na realidade brasileira. M3 – *“E tem muitas coisas aqui. Se você, algumas perguntas me fizeram pensar, você sabia que você pode buscar ajuda financeira em tal e tal órgão. Normalmente você não sabe, não tem ideia disso”*.

Ressaltam que as escalas colocam a mulher como instrumento principal para mudar sua realidade, colocando-a como dona de si. P6 – *“Todas as perguntas são bem boas. Sendo que a que eu repito a mais importante: Te ajudaram a pensar sobre quanto envolvimento você quer ter para com você mesma, com a própria pessoa que ela aprender a ter. Senão a responsabilidade continua no outro.”* Isso é, a empodera ao ponto de ser capaz de tomar decisão de sair do relacionamento. Colocam a importância dos conteúdos apresentados, um mecanismo não apenas para planejar, mas para educar as mulheres sobre a violência. M3 - *“Com o acesso ao aplicativo, eu teria, quando você está nesse processo, você evita falar, evita que as pessoas falem disso para você olhando no teu olho, tem vergonha, se sente incomodada, e de repente, por um aplicativo, isso, vindo a pessoa se obriga a pensar”*.

4.2. EIXO 2 – TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DO PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA

Ao iniciar os grupos focais, realizou-se uma apresentação dos objetivos do estudo para os participantes, uma explicação breve de como seria conduzido o encontro, a assinatura do TCLE e o preenchimento do formulário dos dados demográficos. Também foi realizada a introdução do tema para discussão, no caso, a apresentação da proposta do aplicativo EU DECIDO, alimentado pelos resultados do Eixo 1. Foram demonstradas na tela de uma TV a Escala de Avaliação de Perigo e a Avaliação da Violência por Parceiro Íntimo (Composite Abuse Scale), que geram escores visuais com os resultados.

A partir da etapa anterior (entrevistas cognitivas), muitas dúvidas foram surgindo entre as participantes (mulheres sobreviventes e profissionais da CMB), tais como: “A mulher consegue acessar serviços da rede se ela precisar buscar algum serviço presencial?”; “Quais os endereços, horários de atendimento e funções de cada local que compõe a rede intersetorial?”; “O que é uma medida protetiva?”; “O que é um boletim de ocorrência? Quais direitos sociais as mulheres em situação de VPI podem acessar em Curitiba (ex.: auxílio financeiro, vale-luz, vale-gás, etc)?” Respostas a essas dúvidas foram, então, sendo incluídas nos módulos de planejamento de segurança do EU DECIDO, gerando um produto exclusivamente brasileiro.

Como se trata de um tema sensível e denso, e para tornar o ambiente acolhedor, foi oferecido lanche com café em cada encontro. Nesse momento, também foi colocado e informado aos participantes que tudo que fosse falado no grupo não seria divulgado, em respeito ao sigilo e confiabilidade dos dados dos participantes. Também foi esclarecido que nas questões não existia certo ou errado; o importante era a participação e o ponto de vista dos participantes em relação ao planejamento de segurança.

O uso de estratégias de comunicação amigáveis e calorosas pode aumentar a sensação de apoio e segurança. Cada encontro teve a duração de aproximadamente 2 horas, em sala arejada, com precauções para a Covid-19, e em todos eles, o material de cada módulo foi disponibilizado impresso e discutido. Nesse momento, também foi colocado e informado aos participantes que tudo que fosse falado no grupo não seria divulgado, em respeito ao sigilo e confiabilidade dos dados dos participantes. Também foi esclarecido que nas questões não existia certo ou errado; o importante era a participação e o ponto de vista dos participantes em

relação ao planejamento de segurança. Canetas também foram disponibilizadas para os participantes se quisessem realizar anotações.

A tabela 2 representa a caracterização dos participantes, sendo 04 mulheres em situação de VPI atendidas na CMB e 14 profissionais que realizam o atendimento na CMB. A idade média das participantes foi de 54,11 anos (IC95%: 49,28 – 58,94).

Em relação às mulheres sobreviventes à VPI, a maioria era parda, possuía ensino médio completo ou pós-graduação, com filhos e renda mensal de 2 salários-mínimos, estado civil separada. Já em relação às profissionais da CMB, a maioria era branca, com filhos, ensino superior completo e renda acima de 3 salários-mínimos, casadas.

TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

ID	IDADE	COR RAÇA	TEM FILHO	ESCOLARIDADE	TRABALHO	RENDA	ESTADO CIVIL
M1-G1	38	Parda	Sim	Ensino médio completo	trabalho formal	De 1 a 2 salários-mínimos	Solteira
M2-G2	39	Parda	Sim	Pós-graduação	Outro: Pensão dos filhos	De 1 a 2 salários-mínimos	Separada/ Divorciada
M3-G3	36	Parda	Sim	Pós-graduação	trabalho formal	Até 1 salário-mínimo	Separada/ Divorciada
M4-G3	43	Parda	Sim	Ensino médio completo	trabalho informal	De 3 a 5 salários-mínimos	Viúva
P1-G1	56	Branca	Sim	Pós-graduação	Psicóloga	De 6 a 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P2-G1	43	Branca	Não	Ensino Superior Completo	Assistente Social	De 3 a 5 salários-mínimos	Solteira
P3-G1	60	Branca	Não	Pós-graduação	Coordenadora Geral da Casa da Mulher Brasileira	Mais de 10 salários-mínimos	Solteira
P4-G1	60	Parda	Sim	Pós-graduação	Administrativa	De 6 a 10 salários-mínimos	Viúva

P5 – G1	33	Parda	Não	Ensino Superior Completo	Agente Administração	De 6 a 10 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada
P6 -G2	61	Branca	Sim	Pós-graduação	Chefe do Setor da Economia Econômica	De 3 a 5 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada
P7 – G2	60	Branca	Sim	Ensino médio completo	Educadora Social	De 3 a 5 salários- mínimos	Separada/ Divorciada
P8 – G2	60	Branca	Sim	Pós-graduação	Assistente Social	Mais de 10 salários- mínimos	Separada/ Divorciada
P9 – G2	52	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Gestão Botão do Pânico	De 6 a 10 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada
P1 0 – G2	41	Branca	Não	Pós-graduação	Psicóloga	De 6 a 10 salários- mínimos	Separada/ Divorciada
P1 1 – G3	53	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Policia Civil	De 6 a 10 salários- mínimos	União estável não formal/mor ando junto
P1 2 – G3	54	Branca	Sim	Ensino fundamental completo		De 3 a 5 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada
P1 3 – G3	55	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Assistente Administrativo	De 3 a 5 salários- mínimos	Separada/ Divorciada
P1 4 – G3	54	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	De 3 a 5 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada

M: Mulher vítima de Violência por parceiro íntimo.
P: Profissional da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba.

Fonte: Autora (2023).

O conteúdo dos módulos de planejamento de segurança do aplicativo i-
Decide (Austrália), após tradução e adaptação transcultural (gerando um produto
exclusivo brasileiro, criado neste estudo), foram submetidos à discussão nos grupos
focais nesta segunda etapa metodológica. Na primeira rodada do GF, foi discutido

com os participantes o módulo "Filhos"; na segunda rodada do GF, os módulos "Sentimento pelo Parceiro" e "Saúde e Bem-estar"; e na terceira rodada do GF, os módulos "Recursos" e "Segurança".

No primeiro momento, foi lançada a pergunta “O que é planejamento de segurança em um relacionamento abusivo?”; e logo em seguida: “O que vocês recomendam para que a mulher se mantenha segura em um relacionamento abusivo?”. E no segundo momento, seguia a sequência dos módulos.

4.2.1. A primeira rodada do grupo focal: Módulo 1: filhos

Ao iniciar a discussão no grupo, foi perguntado aos participantes o que é planejamento de segurança e como seria esse planejamento. Considerando as falas das participantes, o planejamento de segurança refere-se às estratégias de tomada de decisão que uma mulher pode traçar para tornar sua vida mais segura quando está vivendo em um relacionamento abusivo ou após ter saído desse relacionamento. As mulheres que enfrentam a violência adotam diversas medidas para garantir sua segurança.

Segundo os profissionais, a escuta qualificada é essencial para atender às necessidades das mulheres sobreviventes, de modo que o planejamento de segurança seja elaborado de forma individualizada e personalizada. É necessário que esse planejamento seja trabalhado em colaboração com as redes intersetoriais mais próximas a essas mulheres, como, por exemplo, a unidade básica de saúde, que é a porta de entrada para os usuários resolverem problemas de saúde. Outro setor frequentemente mencionado é a educação, onde a escola pode auxiliar mulheres em situação de violência, acompanhando mais de perto as manifestações que seus filhos possam apresentar. Não podemos deixar de mencionar a rede de apoio dos vizinhos, visto que no Brasil existe a lei dos condomínios.

“Eu penso que planejar a segurança seja desenhar caminhos para promover a segurança. Um caminho: existe o agressor? Vou para um lugar público. Então, são caminhos para satisfazer essa ideia de segurança. O que é segurança? O que é se sentir segura? E quais caminhos eu vou trilhar para me sentir segura?” (P1).

“Ainda tem um sentimento de culpa, uma dependência emocional com aquela pessoa. Na hora a gente não percebe, mas a gente se sente responsável por coisas que não temos responsabilidade nenhuma. Por isso que eu acho que seria importante ter um ponto de referência sua” (M1).

“Então a riqueza no primeiro encontro/escuta é essa, é a gente perceber o que aquela mulher está precisando nesse momento. Fazer um trabalho lá na ponta, nas igrejas que é um grande produtor de violência. Até por causa das crenças limitantes. Nos postos de saúde, que é um dos grandes polos, porque está mais próximo da mulher e na escola” (P5).

“No meu condomínio eu já avisei a síndica, para a central de segurança, para o meu vizinho. Então, eu estou exposta para todo mundo. Se acontecer algum barulho diferente, eles estão espertos” (M1).

Na continuação da discussão, quando se aborda o tema de sair de um relacionamento abusivo, os participantes apontaram que as mulheres que têm filhos frequentemente consideram a saída do relacionamento devido ao temor pela vida de seus filhos. Outra questão que se destaca na discussão é relacionada aos termos como custódia, tribunal, bem como aos procedimentos que uma mulher adotaria caso precisasse solicitar a guarda de seus filhos. Durante a pesquisa, nossa equipe percebeu a necessidade de consultoria jurídica para adaptar tanto os termos quanto a legislação ao contexto do Brasil.

“Uma coisa que a gente escuta muito é que muitas mulheres deixam de fazer a denúncia por causa dos filhos. E uma coisa que eu sempre digo é: explique para seus filhos uma coisa é o papel do pai como marido e mulher e outra é pai e filhos. Porque, só você sabe o que você está passando” (P1).

Uma dúvida levantada pelo grupo relaciona-se à segurança da mulher e de seus filhos, uma vez que a CMB atende especificamente mulheres em situação de violência. No caso em que os filhos estejam em risco, caberia ao Conselho Tutelar a competência para a proteção e segurança das crianças. No entanto, se a mãe teme pela segurança de seus filhos devido ao parceiro, além de acionar o Conselho Tutelar, as mulheres que vivenciam a VPI podem reunir provas, como fotos, áudios, vídeos, testemunhas e prontuário médico, materializando assim os fatos. Elas também podem solicitar ao juiz que seus filhos sejam incluídos em sua medida protetiva.

4.2.2. Segunda rodada: Módulos saúde e bem-estar e sentimento pelo parceiro

Para iniciar o GF, lançamos a pergunta norteadora: o que é planejamento de segurança? Para uma das participantes, o planejamento de segurança está atrelado não só ao fato de a mulher se planejar, mas tem a ver com o comportamento humano, sendo que a VPI é responsabilidade de todos os segmentos da sociedade.

“Estratégias de políticas públicas” (P1).

“A segurança não é só da mulher, não é só violência doméstica, a violência doméstica, ela é o que a gente vê, é a nossa lida aqui, mas o que eu acho, assim que está pegando muito pesado, é o comportamento do ser humano e só a política pública, hoje não dá pra política abraçar essa tamanha responsabilidade. Hoje isso tem que ser responsável de todo o mundo em todos os segmentos, nas escolas, em todos os locais” (P3).

“Assim, eu acho, assim que em termos de violência da mulher a primeira coisa que eu falo com relação a isso, é a tomada de consciência das mulheres. Porque o que acontece muito, não só aqui em Curitiba. Mas em termos de Brasil mesmo, a gente vê que as mulheres que estão sofrendo violência, elas não sabem que aquilo é uma violência” (P2).

a) Módulo saúde e bem-estar

O texto apresentado no módulo oferece informações sobre diversos serviços confidenciais e recursos disponíveis para mulheres em relacionamentos perigosos ou violentos. O destaque é dado ao Disque 180, um número de ajuda para vítimas de violência doméstica, e à Casa da Mulher Brasileira, que oferece suporte e informações sobre relacionamentos abusivos.

Na questão número 1, que fala de serviço confidencial para mulheres em relacionamentos perigosos, foi sugerido especificar qual o serviço que as mulheres poderiam procurar apoio: “O Serviço de Apoio à Violência Doméstica ajuda mulheres que queiram conversar com alguém sobre o relacionamento. Os funcionários também podem ajudar as mulheres a encontrar outros serviços”. Isso gerou as seguintes dúvidas nas participantes:

“Os funcionários da onde?” (P2).

“Eu acho assim que é além do 180 né? Porque a gente pergunta da rede de apoio. Você percebe que ela não quer se separar e eu acho que é isso, porque quando ela escuta outras pessoas além de 180, outros serviços, outras pessoas que empoderam ela, dão outras estratégias” (P1).

“O texto está dizendo, eu acho que pra mim tá bom, elas falam muito do 180, um bom número para encontrar ajuda, aqui não está fechando que é

só o 180. Mas aí nós temos que ver assim. a rede, é muito claro. A gente tem que pensar que, por exemplo, só Curitiba tem 75 bairros. Então você tem que pegar tudo o que é possível encontrar naquela comunidade, seja uma escola, unidades de saúde, o pessoal do terceiro setor (as ONGs), que está mais próximo dela” (P2).

Também são mencionados outros serviços de apoio, como unidades de saúde, assistência social, polícia, serviços de apoio a vítimas de violência sexual e suporte jurídico em Curitiba. Durante os grupos, a profissional destaca:

“Mas aqui, ó, aqui nós temos posto de saúde, eu tenho uma rede de escolas, tem os CRAS, os CREAS estão a as redes são muito intensas, não é eu que trabalhei muito na área de segurança alimentar, então nos armazéns da família, o pessoal que trabalha com horta comunitária, então realmente parece que um é um cuidando do outro, né?” (P1).

Na questão da rede de apoio de segurança, em relação aos riscos, foi problematizado pelas participantes que tipo de riscos, sugerindo que na questão, quando estiverem em risco com sua segurança (agressão física, sexual, ameaças, perseguição), devem ligar para o número 190 da polícia militar e, quando estão com medida protetiva ou monitoradas pelo botão do pânico, podem ligar para o número 153: Patrulha Maria da Penha.

“A polícia militar é o apoio primário. Então, quando a mulher está sendo vítima, vai chamar 190 Polícia Militar ou 153 Patrulha Maria da Penha que é o atendimento primário” (P2).

“Te fala pra ela assim porque eu vejo que as mulheres que se calam, que não querem dividir, querem guardar para si ou porque têm vergonha, ou medo de ser julgada ou porque de novo, de novo, ela sofre muito mais” (P1).

Na mesma direção, quando se abordou a questão da rede de serviços à violência sexual, tanto a mulher quanto muitos profissionais não sabiam como era o fluxo para encaminhamento de violência sexual. Nesse momento, a pesquisadora explicou como era o fluxo do encaminhamento de vítimas de violência sexual.

“Eu vou falar que eu conheço para vocês, o Hospital de Clínicas e Hospital Mackenzie são referências para casos de violência sexual é porta aberta para atendimento 24hs de vítimas de violência sexual para maiores de 12 anos tanto para ocorrências para mulheres e homens. O Hospital de Clínicas, é referência para a violência sexual. É um serviço bem estruturado, porque ali eles vão pedir todos os exames. É ali tem um perito que fica já de Plantão. A enfermeira faz o acolhimento, a notificação de

violência sexual, faz contato com a delegacia, solicita avaliação do perito e exames. Tem a pílula do dia seguinte tem a terapia pós exposição PEP, aborto legal e a mulher não necessita fazer boletim de ocorrência”.

Um dado importante a ser destacado é em relação à prescrição do crime da violência sexual e doméstica.

“Ocorrido nos últimos 6 meses. Não adianta a mulher vir aqui contar, olha 5 anos ele me arrebentou, passado esse tempo o crime já prescreveu. A violência sexual não, se a mulher foi violentada quando tinha 5 anos e hoje ela tem vinte ela pode vir aqui” (P3).

Além dessas questões, também foi colocado pelos participantes do GF que se deve ter clareza nas informações e que a mulher deve ser respeitada em suas decisões. Como foi citado anteriormente, a violência causa prejuízos à saúde mental a longo prazo, como o estresse pós-traumático, dor física e psicológica. O uso de álcool e drogas intensifica a VPI.

O módulo orienta formas de encontrar apoio emocional e compartilhar experiências com outras mulheres que enfrentaram situações semelhantes, tanto através de grupos formais quanto de ONGs e comunidades religiosas. Também é ressaltada a importância de buscar ajuda de profissionais de saúde em casos de ferimentos causados por parceiros ou ex-parceiros. E há menção à disponibilidade de serviços de apoio à prevenção do suicídio.

A CMB ainda não dispõe de grupo de apoio. Na atenção primária, a Unidade Básica de Saúde (UBS), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) são portas abertas para acolhimento das mulheres que vivenciam a VPI.

“É então na casa, a gente está com essa ideia, assim mais entre nós. Vai ter logo uma reunião sobre fazer essa escuta. É no próprio local ter uma rede de apoio para o grupo de mulheres que sofrem VPI” (P1).

“A porta de entrada é uma unidade básica de saúde. A unidade de saúde muito provavelmente vai ser atendida por um médico generalista. E daí, baseado na sua necessidade, vai fazer o encaminhamento. Isso não impede que você, pessoalmente, vá ao CAPS. Porque muitos casos que a gente atende de violência, a gente não pode somente culpar o álcool e as drogas, eles intensificam o problema” (P3).

As participantes relataram que, além dos CAPS, existem nos parques as academias ao ar livre, uma alternativa para amenizar o estresse decorrente da violência. Os prejuízos, como o adoecimento mental, não só para as mulheres que vivenciam a VPI, mas também para seus filhos e muitas vezes até para seus animais de estimação. Em suma, procurar a rede de serviços formais e informais é uma estratégia crucial para obter apoio e bem-estar em situações de violência e relacionamentos abusivos.

b) Módulo sentimento pelo parceiro

O texto do módulo fornece orientações para lidar com relacionamentos violentos e buscar ajuda. Para mulheres em relacionamentos com homens, sugere-se conversar com o parceiro sobre buscar ajuda e menciona o Disque 188 como um recurso confidencial. Também aborda a possibilidade de encaminhar o parceiro para grupos de apoio. No caso de relacionamentos homoafetivos, a Casa da Mulher Brasileira oferece suporte. Sugere-se falar com pessoas de confiança sobre a situação e considerar terapia de casal ou individual.

Pois ainda existe por parte da mulher, quando está em uma situação de VPI, um turbilhão de situações acontecendo ao mesmo tempo, como se sentir culpada pelas brigas, xingamentos, o controle e manipulação por parte do parceiro, dizendo que a ama e que isso não vai acontecer mais. Os desdobramentos da violência acabam por trazer repercussões na vida das mulheres e de seus filhos.

“Então eu não sabia que eu vivia uma violência. Ela achava que eu estava errada. Eu achava que realmente porque eu fiquei 3 anos sem trabalhar, dependendo dele, aí chegou 1 hora que eu não aguentei mais. Eu falei não, eu não estou errada. Eu achava que eu era culpada de tudo. Por ser mulher, por ser mãe. Por ser dona de casa. Foi aí que eu falei, não, não mereço isso. Me levantei e falei, preciso trabalhar, preciso me assegurar” (M1).

Dessa forma, é importante separar sentimentos pelo parceiro do comportamento violento. O texto também aborda a possibilidade de retomar o relacionamento, incentivando a discussão de um plano alternativo com alguém de confiança. Recomenda-se buscar apoio emocional e lidar com o término e o luto através de terapeutas ou a linha de apoio (Disque 180).

4.2.3. Terceira rodada Módulos: Recursos e Segurança

Para iniciar os participantes definiram planejamento de segurança como:

“Planejamento é ter a capacidade de saber e ter segurança em mim mesma, em qualquer aplicativo e realmente ter resultado mesmo não tendo pacote de dados” (M1).

“Infelizmente tive que abrir mão da minha vida da minha casa, porque não tinha outra coisa para fazer, o meu planejamento foi sair de casa, sair, não deixar pista, não deixar rastro” (M2).

a) Módulo Recursos

Nesse módulo, abordamos os recursos disponíveis na rede intersetorial em casos de risco grave de violência. Uma das estratégias para se manter segura é encontrar um alojamento seguro e acessível, podendo ser alojamento de passagem ou um alojamento temporário, casa de um familiar ou amigos em outra cidade. A CMB dispõe de alojamento de passagem onde as mulheres que vivenciam a VPI, seus filhos menores e animais de estimação podem ter acesso a esse tipo de alojamento por até 72 horas. Pode ter acesso junto à CMB a uma ajuda de custo para pagamento de aluguel temporário, bem como auxílio emergencial para passagem para casa de familiares em outros municípios ou estados.

Em relação a recursos para encontrar emprego, as profissionais da CMB podem encaminhá-la para a agência do trabalhador. O Sistema Nacional de Empregos (SINE) oferece alguns serviços para ajudá-la a encontrar um emprego. Para qualificação profissional, as mulheres podem encontrar na rede pública vagas que oferecem cursos e treinamentos. Esse encaminhamento pode ser realizado através da CMB.

No caso de separação ou divórcio para regularizar sua situação, é necessário procurar apoio jurídico para saber de seus direitos, como pensão alimentícia, divisão dos bens e guarda dos filhos. Buscar um advogado(a) especialista em Direito de Família pode facilitar esse processo de separação, ou se não tiver recursos financeiros, pode ter acesso gratuito aos serviços da Defensoria Pública, que também podem ser encontrados na CMB.

b) Módulo Segurança

O que fazer para se manter segura em um relacionamento abusivo. Caso as mulheres que vivenciam a VPI decidam terminar seu relacionamento, é necessário planejar sua saída ou permanecer nesse relacionamento com segurança; uma ferramenta promissora é o planejamento de segurança. Algumas estratégias são muito importantes para se manter segura. O 180 é um serviço de apoio à violência doméstica que ajuda a fugir em segurança. Estabelecer um lugar seguro depois de terminar o relacionamento, se estiver em situação de VPI e não for uma emergência, no caso de risco de morte, poderá recorrer aos serviços de apoio à violência contra as mulheres, e a CMB pode apoiá-la a fugir com segurança. Quando as mulheres percebem que estão vivendo em uma situação de violência, devem ter muito cuidado para se manterem seguras. Se estiver morando com o parceiro, não diga que está planejando.

Elabore um plano de segurança de acordo com suas prioridades. Para se manter segura após a separação, devem-se tomar algumas medidas de segurança importantes, tais como: a) Não divulgar seu endereço. Comunicar familiares, amigos e colegas de trabalho para que não divulguem seu endereço. b) Comunicar a escola de seus filhos para que seu endereço e telefone não sejam divulgados, principalmente para o autor da violência. c) O contato com seus filhos deve ser em local público. d) Em caso de perseguição e ameaça, anote horário, local, tire fotos, grave vídeos; as provas materializam os fatos, e você pode solicitar a medida protetiva e Botão do Pânico. Entre em contato com a polícia no 190; se tiver com medida protetiva, peça ajuda para a Patrulha Maria da Penha no 153, em horário comercial até 17hs; após esse horário, Guarda Municipal no 153.

Essas funcionalidades são importantes para a construção do planejamento de segurança e plano de ação e estão sendo aperfeiçoadas. Quando a participante avança na navegação do aplicativo, ela pode encontrar endereços da rede de apoio para mulheres em situação de violência, caso precise de um serviço presencial, pois muitas mulheres não têm conhecimento de que existem esses recursos e a rede de apoio. Avançando um pouco mais no aplicativo, para que a usuária possa estabelecer seu plano de segurança personalizado, ela precisa primeiro estabelecer

o que é prioridade para ela: se a prioridade são os filhos - para aquelas que têm filhos -; se a prioridade é a sua saúde e o bem-estar; ou se é ter recursos (trabalho, dinheiro, moradia); ou se é a sua segurança; ou ainda se a prioridade é o sentimento que sente pelo seu parceiro. Então, o que é prioridade para você? A usuária do aplicativo terá então de escolher entre várias combinações dessas prioridades, vinculando aquela que é mais importante para si, conforme demonstrado na Figura 9.

FIGURA 9 - PROTÓTIPO EU DECIDO

O protótipo do aplicativo 'EU DECIDO' é dividido em duas partes principais. A primeira parte, intitulada 'PRIORIDADES', apresenta a 'Escolha de prioridades' com o seguinte texto: 'Há muitas coisas que afetam a decisão sobre o que fazer no seu relacionamento. Pense no que é mais importante na sua vida para decidir o que é melhor para você. O que é mais importante para uma mulher pode não ser tão importante para outra. A seguir, vamos pedir para você pensar sobre quais fatores são mais importantes para você.' Abaixo, há cinco opções de prioridades, cada uma com um ícone e um botão 'Voltar':

- Bem-estar do meu filho(s) tem a ver com o bem-estar e a segurança do meu filho(s) ou enteado(s)
- Minha saúde e bem-estar tem a ver com minha saúde física e emocional
- Recursos tem a ver com moradia e renda
- Segurança tem a ver com minha segurança e também a segurança da minha família e dos meus amigos
- Sentimentos pelo parceiro(a) tem a ver com o meu sentimento ou preocupação com meu parceiro

A segunda parte do protótipo, intitulada '1. Qual desses fatores é mais importante para VOCÊ?', apresenta uma barra deslizante com os valores 20% e 80%. Abaixo, há dois ícones: 'SAÚDE E BEM-ESTAR' e 'MINHA SEGURANÇA'. A terceira parte, intitulada '2. Qual desses fatores é mais importante para VOCÊ?', apresenta uma barra deslizante com os valores 100% e 0%. Abaixo, há dois ícones: 'SENTIMENTOS PELO PARCEIRO' e 'MINHA SAÚDE E BEM-ESTAR'. Ambas as partes possuem botões 'Voltar' e uma barra de status vermelha na base com o texto 'SAÍDA RÁPIDA' e 'Em caso de risco a vida, ligue a qualquer momento para 190.'

Fonte: A autora (2022).

Durante a realização dos encontros e após as transcrições, foi percebida a necessidade de suporte jurídico, primeiro para responder às demandas das mulheres que vivenciam a VPI em relação à legislação vigente do país, assim como para a adequação do conteúdo. Quanto às informações sobre decisões de segurança, o aplicativo deve estar com informações atualizadas e precisas, evitando retrocesso na busca de ajuda de determinados serviços. Muitas mulheres mencionaram que não sabiam quais eram seus direitos, nem que existia a Casa da Mulher Brasileira até aquele momento e que ali poderiam encontrar uma rede de apoio multissetorial com os serviços necessários.

Em relação ao Planejamento de segurança, elegeram-se algumas categorias (números) e subcategorias (letras) como temas emergentes dos grupos focais, sendo elas:

1) Apoio jurídico: durante os grupos focais, discutiu-se como a mulher que vivencia a violência pode planejar e agir em situações de risco de segurança para ela e seus filhos. Considerando as sugestões e o ponto de vista dos participantes, foi sugerida a mudança de alguns termos que não estavam adaptados para o contexto do Brasil, por exemplo: custódia (guarda compartilhada), tribunal (juizado), contato (visita) e questões relacionadas à guarda compartilhada, divórcio, alienação parental, patrimônio, caso a mulher deixe o relacionamento. O contato e a parceria com a Clínica de Direitos Humanos, do curso de Direito da UFPR, foram fundamentais para responder às demandas das mulheres, dando suporte interdisciplinar a essas questões jurídicas. Foram adicionados os seguintes conteúdos aos módulos de planejamento de segurança, para que a versão brasileira contemplasse as necessidades das mulheres locais:

a) Se a mulher estiver passando por situação de violência por parceiro íntimo, deve procurar um advogado ou a defensoria pública (que disponibiliza advogados com acesso gratuito) para obter informações sobre guarda compartilhada, visita do parceiro com os filhos, alienação parental, direito à pensão para os filhos, garantia de emprego, separação, divórcio, medidas protetivas para a mulher e as crianças, boletim de ocorrência (BO), sendo que este deve ser idealmente municiado de comprovação com provas através de fotos, mensagens, vídeos, etc.

“Por que tenho provas, fotos, vídeos, mas que o judiciário o que ele faz? O juiz [é] amigo do teu ex. Ah! não é meu amigo. São 05 anos assim. Não sei se minha filha está sendo abusada, entreguei na mão de Deus, hoje ela está com 10 anos, agora. Não tem o que fazer [...] eu perdi tudo, porque estava no hospital. Ele assinou o contrato do apartamento... nós estávamos casados, eu paguei metade do apartamento e ele metade... Como [eu] estava no hospital, paguei o apartamento e fiquei sem” (M1).

“Se eu tivesse sabido disso antes né, eu tenho uma casa na Fazenda Rio Grande que ele não colocou no divórcio porque eu não tenho o documento da casa. Igual o carro, também o carro ficou com ele e tive que dar metade da minha moto... estou devendo para ele” (M2).

b) Se for uma criança que está sofrendo violência doméstica, a mulher deve procurar o conselho tutelar da sua área ou a sua unidade básica de saúde para avaliação psicológica da criança e informar a escola, pois a violência doméstica é assustadora para a criança.

c) Para as duas questões apresentadas, o aplicativo EU DECIDO oferece endereços, explicações sobre a função de cada local da rede, horários de funcionamento e itinerário de ônibus, caso a mulher decida procurar o serviço de forma presencial.

d) O plano de segurança dos filhos é uma prioridade para as mulheres-mães. Para as mulheres com filhos, a maioria das participantes enfatizou que os filhos seriam prioridade em comparação, por exemplo, ao bem-estar da mulher.

“Muitas mulheres têm medo do parceiro e deixam de fazer a denúncia por causa dos filhos, elas têm medo de que seu parceiro possa vir agredir seus filhos” (P1 Psicossocial).

e) Conversar com os filhos para realizar um plano de fuga, considerando as idades das crianças (0-3 anos), (7-12 anos), (13-18 anos), a casa (locais de segurança ou onde se esconder), e como acionar vizinhos, conhecidos e/ou serviços de apoio.

f) Alienação parental: um dos pontos que suscitaram dúvidas e que demandaram a inclusão de informação para as mulheres brasileiras foi a alienação parental. Segundo Gardner (1985), a alienação parental pode ser definida como uma perturbação da infância ou adolescência que surge no contexto de uma separação conjugal e cuja demonstração inicial seria uma campanha feita por um dos pais junto à criança, para denegrir, rejeitar e odiar o outro.

g) Caso de emergência: Ensinar os filhos a ligarem para o Disque 190 - Polícia Militar, ensinar a falar um texto como “meu nome é..., moro no endereço tal, minha mãe está sendo machucada”. Orientar os filhos para que não chamem a polícia na frente do agressor. Explicar as funções e como discar para os contatos de emergência: Polícia militar, para emergência ligue 190; Patrulha Maria da Penha para mulheres com medida protetiva, ligue 153; ou em caso de emergências, agressões ligar para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ligue 192.

h) Ter uma rede de apoio, vizinhos, pessoas de confiança para que, em caso de emergência durante uma briga, seus filhos possam procurar imediatamente essa(s) pessoa(s) e ficar com ela(a) até a situação melhorar. Conversar previamente com o(s) vizinho(s) e explicar a situação do relacionamento abusivo, estabelecer códigos para que saibam que você está em perigo.

“Muitas mulheres falam que tem vergonha de contar. E eu sempre incentivo a contar para as pessoas mais próximas, para um vizinho. Porque... Se o vizinho souber e ouvir algum movimento na casa pode chamar a polícia. As pessoas ao redor que possam ajudá-la” (P1 Psicossocial).

i) Avisar a escola dos filhos que estão vivenciando a violência, já que elas podem precisar faltar e perder algumas aulas, caso precisem sair de casa junto com a mãe em situações de escalada da violência.

2) Rede intersetorial: Casa da Mulher Brasileira foi vista como o principal ponto da rede de apoio e serviço especializado para mulheres em situação de violência doméstica e/ou VPI, com atendimento multissetorial em um único espaço: Recepção, Acolhimento e Escuta qualificada, Atendimento psicossocial, Patrulha Maria da Penha articulada com a Delegacia da Mulher, Polícia Militar, Defensoria Pública, e 3º Juizado, Abrigo temporário, e mais recentemente, o Instituto Médico Legal (IML). Ao mesmo tempo, os participantes destacaram outros pontos da rede intersetorial que também precisam estar engajados no apoio às mulheres em situação de VPI.

“No meu ponto de vista, vocês me perdoem, mas a violência faz parte de um problema maldito, que inclui saúde, educação, social, segurança. Nós não podemos falar de segurança sem falar de tudo isso. Então a riqueza no primeiro encontro/escuta é essa, é a gente perceber o que aquela mulher está precisando nesse momento. Fazer um trabalho lá na ponta, nas igrejas que é um grande produtor de violência. Até por causa das crenças limitantes. Nos postos de saúde, que é um dos grandes polos, porque está mais próximo da mulher. Na escola” (P4- Psicossocial).

“A gente tem que pensar que, por exemplo, só em Curitiba, Curitiba tem 75 bairros. Então você tem que pegar tudo o que é possível encontrar naquela comunidade, seja uma escola. Quantas pedagogas, professoras... Então, assim não dá para se limitar. Só a saúde não é suficiente, a escola é aquilo que a pessoa tem mais próximo dela. Às vezes, o pessoal do terceiro setor, as ONGs que de repente estão ali... então não dá para ir fechar só num espaço, né? Quanto mais pessoas estiverem conseguindo ter uma informação melhor” (P2- Psicossocial).

“Até a unidade básica, ela deve... Os profissionais devem ter capacitação. Acho muito importante porque às vezes ela chega com hematoma, alguma

coisa que tem, e a pessoa pode orientar para onde buscar auxílio, em uma conversa. O agente comunitário de saúde é o que está mais próximo da população e muitas vezes conhece, sabe da situação de violência. E aquela unidade pode criar mecanismos para ajudar aquela mulher, porque tem muita coisa que ela não fala ou vai no posto de saúde e não fala” (P4 - Educação).

3) Estratégias de Planejamento de Segurança: O planejamento de segurança foi um tema bastante discutido com as participantes, sendo que elas foram indagadas sobre o que entendiam sobre esse conceito; e quais os principais componentes poderiam integrar um planejamento de segurança. Para elas, o planejamento de segurança deve ser claro, objetivo e com informações atualizadas, para que a mulher perceba que está em um relacionamento abusivo e que encontre a rede de apoio mais próxima de sua casa. A rede de apoio pode ser: rede de proteção social, rede de segurança pública, rede de atenção à saúde, ou a combinação dessas redes, que formam a rede intersetorial. A discussão sobre o planejamento de segurança ainda suscitou os seguintes tópicos:

“A escuta qualificada é importante, porque a mulher precisa se sentir segura para expor sua situação e não se sentir constrangida e que possa contar a sua real situação” (P5- Administrativo).

“É assim, por exemplo, que está ensinando como planejar, eu to vendo que eu tô né [...] primeiro eu tenho que perceber que estou em uma situação de violência, então todos os aplicativos que a gente foi ver, estudou, traz essa questão do planejamento de segurança, que a mulher tem que saber planejar as ações para ela tomar as decisões, essa questão de guardar os documentos já faz parte do planejamento de segurança” (P1- Cópia de Diário de campo).

“A minha posição foi sair de casa da minha casa própria, hoje pago aluguel, saí do meu bairro, não falei para ninguém onde estava morando, não sabem nada, não sabe eu moro, não sabe nada. Infelizmente tive que abrir mão da minha vida da minha casa, porque não tinha outra coisa para fazer, o meu planejamento foi sair de casa, sair e não deixar pista, não deixar rastro” (M2).

“Inicialmente, conhecer mais a pessoa que você está vivendo. Tentar não ter confronto quando estiver sozinha. Tentar sempre estar rodeada de mais pessoas, porque é na intimidade que o agressor é mais incisivo” (M1).

“Então, justamente nessa situação que a mulher está com todos esses turbilhões de emoções. Então alguém que ajude a direcionar, faça um direcionamento né? Isso é importante” (P1- Psicossocial)

“Às vezes fica tudo embolado, mas se a gente se juntar e identificar o que pode fazer, quais são os tratamentos que você tem. Aonde você vai, o que você tem” (P3- Psicossocial).

“Tem os coletivos... Há a rede de mulheres pretas que elas fazem acolhimento e apoio para mulheres que são vítimas de violência. Essas reuniões, fazem palestras, falam também sobre planejamento familiar, psicologia” (P4 - Psicossocial).

4) Rede de Atenção à Saúde Mental: A questão da saúde mental deve ser considerada como primordial, pois a violência rouba a mulher, as repercussões são a longo prazo, causando lesões na vida da mulher. Para a mulher estar preparada para tomar decisões com segurança de sair ou ficar no relacionamento, ela deve passar por um cuidado, um acompanhamento e seguimento por um serviço especializado em saúde mental. O moderador trouxe questões acerca do estresse, da ansiedade, ressaltando que o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é porta aberta e questionando:

O que vocês sabem do CAPS? Por exemplo, eu posso chegar lá no CAPS? Eu estou com um problema, e o CAPS tem em várias regiões de da cidade, não é? Posso chegar lá, ou posso ligar para o CAPS e marcar uma consulta com o médico? Como funciona? (Moderador).

“Não, não é diretamente, não é igual a posição de pedidos, encaminhamento” (P5- Administrativo).

“A porta de entrada é uma unidade básica de saúde. A unidade de saúde muito provavelmente vai ser atendida por um médico generalista. E daí, baseado na sua necessidade, vai fazer o encaminhamento. Porque muitos casos que a gente entende que a violência está sendo, a gente não pode culpar o álcool e as drogas, eles intensificam o problema. Então, o que a gente está tentando a gente? Teria que ter, teríamos que ter um. Protocolo junto com caps por conta do uso do álcool e outras drogas” (P3 - Psicossocial).

“Elas adoecem muito mais, especialmente psicologicamente, ficam mais perdidas. Tem mais dificuldade de sair do ciclo da violência. sabe que ela”. (P2).

“Principalmente, a violência psicológica. Não é, que eu acho. Uma das mais terríveis que tem, é a violência psicológica. Ela deixa marca. Então, o que que eu acho assim é que a primeira coisa é a tomada de consciência da mulher, não é? (P2).

“E essa questão, tentar suicídio. Eu acho também que tem a questão de que ela não quer falar muito, não é? Então ela. Ela só tem aquele estereótipo que ele diz: você é louca, você é um problema. Então contar dos problemas mais pesados né, isso é possível, justamente para não ter esse estigma, né?” (P1 - Psicossocial).

“Tive abuso, sofri abuso psicológico 06 anos, Então assim eu vejo a questão assim, você tem o aluguel em abrigo temporário , eu quando estava sofrendo abuso gravemente, ficava trancada dentro de casa não podia sair, não podia ver a minha família, não podia ver ninguém, era só uma empregada e cuidava dos filhos, era para isso que eu existia e prazer sexual só, e passava fome também, as necessidades minha mãe me

ajudava, me ajudava dinheiro. Quando você está passando por uma situação dessa não que você está cega, mas você está transtornada, cansada, e você tem que sair para um abrigo levar duas crianças pequenas, tem que procurar gente para te ajudar e parece que você é um peso, um empecilho” (M1).

“E quando ele saiu da cadeia o juiz já tinha determinado no divórcio que foi feito tudo por aqui CMBC), eu vim fui acolhida, atendida e recebendo até encaminhamento para psicólogo entendeu, porque é necessário, na verdade ele destruiu minha vida , eu tenho mais vida , eu desconfio de todas as pessoas que chegam perto de mim, tem 03 anos que não me relaciono com ninguém, porque o que ele fez na minha vida foi um desastre, ele me destruiu, eu faço terapia já desde que me separei , aos poucos a gente vai se conhecendo e vai vendo o que a gente passou e o que a gente precisa fazer, por isso fiquei pronta em atender o seu chamado, por que eu acho muito importante a gente falar sobre isso” (M2).

“Porque eu vejo que as mulheres que se calam, que não querem dividir, querem guardar para si ou porque têm vergonha, ou medo de ser julgada ou porque de novo, de novo, ela sofre muito mais” (P1).

“Eu acho que não a questão assim, você pensa, você tem tanto medo, se você não acredita, você sofre violência psicológica, daí você tem que sair da própria casa com seus filhos, para você poder ir para um abrigo, sendo que o cara, não vai nem para prisão, não faz nada, então assim gente é muito difícil , você sair do seu conforto, sabendo que você não tem segurança, para você pegar deixar essa pessoa lá, você sofreu violência, esperar 48hs para sair sua protetiva e ele tem toda mordomia” (M1).

“Estou há 04 anos na terapia, me ajudou bastante pra caramba, eu falo pra minha mãe, na situação dos meus filhos, choro mesmo, sou bastante sentimental, mas fico vendo assim, a gente tem que imaginar que gente não tem força pra nada” (M1)

“Eu iria sugerir aquelas academias ao ar livre. Exercícios Físicos: Diminuição de stress” (P3- Psicossocial).

5) Violência Sexual: Fluxo para atendimento para violência sexual. Um dos pontos sugeridos pelas participantes foi incluir um passo-a-passo sobre o que fazer em casos específicos de violência sexual. Aonde ir primeiro? Quais as medidas garantidas no SUS? Quais provas deveriam juntar para documentar o caso? Se possível, sugeriram que a plataforma traga exemplos de situações dessa natureza.

Exemplificando, a mulher saiu para trabalhar de manhã ou foi a uma balada, e quando estava indo embora, foi estuprada. Existe um fluxo para atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, e ela pode ir direto no hospital. Esse é um serviço de referência tanto no Hospital de Clínicas, como no Hospital Mackenzie (antigo Hospital Evangélico), a mulher será acolhida em um serviço bem estruturado e de porta aberta a qualquer hora do dia ou da noite.

No acolhimento, é preenchida a ficha de notificação de violência para documentar o caso (não para registrar na polícia, mas apenas para o registro epidemiológico do caso) e solicitação dos exames laboratoriais. A enfermeira da unidade faz o contato com a Delegacia e solicita avaliação para vítima de violência, assim, o perito vai até o hospital para realizar exames na mulher. Após realizar a coleta de sangue, se faz a prescrição de medicamentos conforme o protocolo. Após o término do atendimento, a mulher já sai do serviço com consulta agendada para a psicóloga e infectologista. Esse fluxo busca evitar a revitimização.

“A pílula do dia seguinte e a terapia pós exposição (PEP), tem abortamento seguro que a mulher não necessita fazer boletim de ocorrência” (P4).

“Ocorrido nos últimos 6 meses. Não adianta a mulher vir aqui contar, olha 5 anos, ele me arrebentou já prescreveu. A violência sexual não, se a mulher foi violentada quando eu tinha 5 anos e hoje ela tem vinte ela pode vir aqui” (P3).

Quando eu vim dar queixa aqui a gente já estava meio que se separando, eu não quis manter relação sexual com ele, a gente já está se separando eu não quero, aí ele falou assim, você já está dando para outro né? Aí ele me forçou, me enforcou, fez o que ele tinha que fazer, e eu falei não, chega, aí eu chamei a polícia, chegando aqui ele ainda conseguiu reverter a situação, que eu era realmente uma *****, ele tinha me pego traindo ele, e que ele era vítima” (M1).

7) Fatores de Risco: Os fatores de risco aumentam a probabilidade de alguém se tornar a vítima ou o perpetrador de violência sexual e da praticada pelo parceiro íntimo, e sua redução deve, portanto, ser um objetivo-chave dos esforços de prevenção, bem como um conceito integral nos esforços de monitoramento e avaliação de programas. As participantes elencaram alguns fatores de risco, os quais destacamos brevemente abaixo, a partir de suas falas:

a) Educação-baixa escolaridade

Pouquíssima escolaridade, sem renda, sem capacitação profissional, que torna ela ainda muito mais refém de uma situação onde o homem diz aqui quem manda sou eu. E a cultura é bem machista, é quem paga tudo, sou eu e vai ser do jeito que eu quero, né? E daí? Assim, as mais diferentes barbaridades. (P3- Psicossocial).

b) Normas de gênero

“Isso porque a origem do problema da violência é intrafamiliar, é Inter Relacional. E daí? O que acontece? Isso se dá por causa da questão de violência de gênero e da distorção da relação de gênero? Então, por exemplo, o que é atribuído ao homem e o que é atribuído para a mulher, socioculturalmente, que daí o que limita os gêneros, não é? E aí, o que acontece gera desigualdade, gera violência. É que nem isso, né? A mulher tem que ser recatada, né? Mulher tem que casar, né? Ter filhos e se não é estranho, não vai casar. Mulher tem que ser preservada sexualmente, não é mulher? Tem que usar afazeres da casa. Mulher não pode ir para casa para dormir com um cara. Tudo imposto pela cultura. Isso não é natural da espécie. Do perfil, é de uma menina. Mas é imposto socioculturalmente e aí já o homem é o cara que tem que pagar conta, quem paga conta é o homem. Quem tem que sustentar a casa, o homem, se tiver que a guerra vai quem? Os homens” (P3- Psicossocial).

“É bem absurdo, assim as coisas que a gente escuta. Eu estou grávida agora, de uma pessoa que eu conheci há pouco tempo, e quando eu fui dar a notícia, a preocupação dele era se eu ia ficar de licença, como é que eu ia fazer para cuidar. Ele não se preocupou em nenhum momento, ele não assumiu a responsabilidade. Acho que as pessoas não assumem responsabilidade, principalmente os homens, sempre assim, a culpa é só da mulher, a mulher é burra, a mulher aceita, a mulher tem que saber” (M1).

c) Baixo Status Econômico

“Dependendo do nível econômico das mulheres que vêm aqui, tem algumas que não tem condições financeiras nem para as suas necessidades básicas. Mas a gente sabe que a cada 10 mulheres que a gente atende aqui, 8 não tem o que comer. Quer dizer a violência não é uma coisa só. A violência é o todo. A pessoa que se envolve com a violência, está com muita carência. Vai depender muito da escuta, o que essa mulher veio buscar da gente. Então, vai depender de nós, quanto funcionários dar dicas de como ela pode melhorar a sua segurança. E muitas mulheres sequer têm dinheiro, para colocar um crédito no telefone. A exposição delas é bem maior” (P4- Psicossocial).

d) Exposição anterior ao abuso/vitimização

“Eu achava que eu era culpada de tudo. Por ser mulher, por ser mãe. Por ser dona de casa. Foi aí que eu. Falei, não, não mereço isso porque eu não. Me levantei e falei, não preciso trabalhar, preciso me assegurar. De alguma coisa eu sei que o homem não vai suprir as minhas necessidades, nem como mulher, nem como mãe. E desde pequenininho eu acho que vai escola já deviam ensinar as meninas a não aceitar migalhas de homens? E meninos a respeitar as meninas, eu acho que respeito mútuo, sabe? É o que não tem. Minha mãe passou por isso, até hoje. Eu passei e luto até hoje para não passar” (M2).

7) Programas de proteção social:

[Auxílio moradia] “existe, as nossas técnicas é que veem em relação a isso, mas existe sim, quem realmente precisa, daí elas entram em contato, a pessoa sai daqui encaminhada com tudo certo. Mas não tem um programa específico para violência doméstica” (P1- Acolhimento).

[Programa para encaminhamento para emprego]. “As nossas técnicas pedem para a gente colocar ali a pessoa que está desempregada, qual é a sua profissão? O que você fez da última vez, qual trabalho você faz? Daí a gente coloca ali entre parênteses uma observação, desempregada, mas faz isso e isso, daí as nossas elas encaminhar para um trabalho” (P2).

“Mas aqui em Curitiba existe bastante preconceito em relação a isso, em relação a muitas empresas, até porque minha filha nasceu com uma doença eu precisava de um emprego para estabilizar tudo mais, aí corri atrás da agência do trabalhador, com documento com questão a delegacia, para poder ajudar, você fazia entrevista de emprego, comentava alguma coisa a respeito com mulher tá, a sua filha é doente, a então você não pode trabalhar, você tem que cuidar da sua filha, eu preciso sustentar meus filhos para poder sair desse relacionamento abusivo, aí não tem” (M1).

Os fatores de risco desempenham um papel significativo na propensão de alguém se tornar vítima ou perpetrador de violência sexual e praticada pelo parceiro íntimo. A redução desses fatores de risco deve ser uma prioridade nos esforços de prevenção, assim como uma consideração integral nos programas de monitoramento e avaliação. Alguns dos principais fatores de risco identificados são a falta de educação e capacitação profissional, as normas de gênero que perpetuam a desigualdade e a violência, o baixo status econômico que contribui para a vulnerabilidade das mulheres e a exposição prévia ao abuso ou vitimização.

Nos grupos, destacou-se que fatores estão interligados e reforçam a necessidade de abordagens holísticas e integradas para enfrentar a violência. Além disso, a implementação de programas de proteção social é crucial para fornecer suporte às vítimas e ajudá-las a reconstruir suas vidas. No entanto, é importante reconhecer os desafios enfrentados, como o preconceito e a falta de oportunidades de emprego para as vítimas, que podem dificultar sua capacidade de sair de relacionamentos abusivos e obter independência financeira. Sendo essencial promover uma cultura de respeito mútuo, educação de gênero desde cedo e programas abrangentes que abordem os fatores de risco em diferentes níveis da sociedade. Pois somente através de esforços conjuntos, envolvendo governos, instituições, comunidades e indivíduos, poderemos avançar na prevenção e combate à violência de gênero.

4.3. EIXO 3 – APLICAÇÃO PRÉ-TESTE DO PROTÓTIPO EU DECIDO

A partir do que foi traduzido e adaptado transculturalmente nos eixos 1 e 2, incluindo os inputs e sugestões das participantes em cada eixo, chegou-se à versão final dos conteúdos, adaptada ao contexto das mulheres brasileiras. Essa versão final do conteúdo alimentou o protótipo do EU DECIDO. O aplicativo EU DECIDO (FIGURA 10) compõe ainda de mais 02 escalas a Composite Abuse Scale e a Danger Assessment, que já foram traduzidas e adaptadas transculturalmente para o português brasileiro por colegas de nosso grupo de pesquisas (ROCHA et al., 2022; EVANS et al., 2022; MANDERS, et al., 2021).

FIGURA 10 - PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO



FONTE: A autora (2023).

Utilizamos a técnica de GF que foi executada em 03 rodadas. A coleta de dados ocorreu até atingir a saturação, seguindo-se os princípios de Liamputtong (2010) sobre saturação de dados. As 03 rodadas forneceram dados suficientes para

dar conta de todos os aspectos do tema abordado. Após cada rodada os encontros foram transcritos e conferidos, garantindo a fidelidade dos dados.

No eixo 3, a aplicação pré-teste da versão protótipo do EU DECIDO, foi considerada a opinião dos participantes em relação: a) pontos positivos do protótipo e o que mais gostaram no aplicativo; b) pontos que poderiam ser melhorados; c) pontos estão ruins ou confusos; d) avaliação do protótipo em termos de usabilidade; e) elementos gráficos e apresentação; f) considerações finais e sugestões.

A tabela 3 apresenta o perfil das participantes desta etapa. Sendo 06 mulheres em situação de VPI atendidas na CMB, 09 profissionais que realizaram o atendimento na CMB e 05 especialistas da área de violência. A idade média das participantes foi de 49 anos (IC95%: 43,50 – 54,50).

Em relação às mulheres sobreviventes a VPI, a maior parte era branca, possuía ensino médio completo, com filhos e renda mensal de 2 salários-mínimos. Já em relação às profissionais da CMB, a maior parte também era branca, com filhos, ensino superior completo e renda acima de 3 salários-mínimos. Entre as especialistas, prevaleceu a maior parte branca, sem filhos, com pós-graduação e renda acima de 6 salários-mínimos.

TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO EU-DECIDO

ID	IDADE	COR RAÇA	TEM FILHO	ESCOLARIDAD E	TRABALHO	RENDA	ESTADO CIVIL
M1 - G3	38	Parda	Sim	Ensino Superior Completo	trabalho formal	De 1 a 2 salários- mínimos	Solteira
M2 – G1	39	Parda	Sim	Pós-graduação	Outro: Pensão dos filhos	De 1 a 2 salários- mínimos	Separada/Di vorciada
M3 – G2	47	Branca	Sim	Pós-graduação	Trabalho formal	De 3 a 5 salários- mínimos	Separada/Di vorciada
M4 - G2	65	Branca	Sim	Ensino médio completo	Aposentada	De 3 a 5 salários- mínimos	Viúva
M5 – G2	37	Branca	Sim	Pós-graduação	Trabalho formal	De 1 a 2 salários- mínimos	Solteira
M6 - G3	47	Branca	Não	Ensino médio completo	Trabalho informal		Solteira

P1 – G1	63	Branca	Sim	Pós-graduação	Psicóloga	Mais de 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P2 – G3	60	Branca	Não	Pós-graduação	Coordenador a Geral da Casa da Mulher Brasileira	Mais de 10 salários-mínimos	Solteira
P3 – G1	61	Branca	Sim	Pós-graduação	Botão do Pânico	De 3 a 5 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P4 – G1	61	Branca	Sim	Pós-graduação	Assistente Social	Mais de 10 salários-mínimos	Separada/Divorciada
P5 – G3	61	Preta	Sim	Pós-graduação	Psicossocial	De 6 a 10 salários-mínimos	Viúva
P6 – G1	51	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	De 3 a 5 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P7 – G1	52	Branca	Sim	Ensino Superior Completo	Botão do Pânico	De 6 a 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
P8 – G3	30	Parda	Sim	Ensino Superior Completo	Guarda-Municipal	De 3 a 5 salários-mínimos	União estável não formal/morando junto
P9 – G1	34	Branca	Sim	Ensino Superior incompleto	Guarda-Municipal	De 1 a 2 salários-mínimos	
E1 – G2	47	Branca	Sim	Pós-graduação	Especialista - Professora	De 6 a 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
E2 – G1	50	Branca	Não	Pós-graduação	Especialista-Professora	Mais de 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
E3 – G2	50	Branca	Não	Pós-graduação	Especialista-Professora	Mais de 10 salários-mínimos	Casada ou união estável formalizada
E4 –	32	Branca	Não	Pós-graduação	Pesquisador	De 3 a 5	Solteira

G3					a/Advogada	salários- mínimos	
E5 – G2	40	Parda	Sim	Pós-graduação	Especialista - Estudante	De 1 a 2 salários- mínimos	Casada ou união estável formalizada

M: Mulher vítima de Violência por parceiro íntimo.
P: Profissional da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba.

Fonte: Autora (2023).

4.3.1. Considerações iniciais

Quanto aos pontos positivos da versão protótipo, os participantes relataram que o aplicativo EU DECIDO é uma ferramenta inovadora para o enfrentamento da violência contra as mulheres. O aplicativo facilita a percepção das mulheres que estão em situação de violência, pois muitas naturalizam a violência, e disponibiliza informações sobre os tipos de violência, legislação, direitos sociais e dispõe de recursos como a localização da rede de serviços e de apoio mais próximos de sua casa com endereços, números de telefone, itinerários de ônibus, ferramentas de tomada de decisão (escalas/questionários), planejamento de segurança individualizado e personalizado, propõe a construção do plano de ação de acordo com suas prioridades.

Outra função destacada pelos profissionais da CMB é que o aplicativo, quando estiver disponibilizado, pode ser usado como ferramenta no processo de trabalho através da estratificação de risco para feminicídio, principalmente no atendimento de mulheres com baixa escolaridade e casos em que as mulheres se apresentem psicologicamente fragilizadas.

“Eu acho que um ponto importante pra mulher quando ela está respondendo essas perguntas que ela consegue se perceber. Tem perguntas ali que são bem pontuais que fazem ela refletir talvez pontos que ela não estava se percebendo, isso é bem interessante” (P1-1ª rodada)

“Talvez esse fosse um trabalho que se eu tivesse mais alguém, tipo se fosse aqui no caso a mulher que chega aqui para ser atendida, como elas são encaminhadas, e aí sim responder esse questionário como se fosse uma ferramenta do terapeuta, do psicólogo e não por independência, entendeu?” (M1-1ª rodada)

“E elas têm, a gente vê assim que quando elas vêm sozinhas, a gente pergunta ‘olha se veio com alguém?’ é... A primeira coisa que a gente vê é a escolaridade. Infelizmente, infelizmente é fundamental incompleto, quando muito se consegue escrever o nome” (P4-1ª rodada)

“Ah eu achei que tá bem comunicativo ali. As telas iniciais já explicam bem ali no começo? Tem 4 passos ali que ela vai ver, vai entender pelo menos o que com figurinhas né, querendo ou não, como as imagens ajudam mais” (M1-2ª rodada)

“É uma ferramenta. Se vocês me permitirem, muitas vezes vão me utilizar disso aqui na minha escuta. Ah, é importante, né porque elas vão ter mais acesso, vão saber como, como se posicionar” (P2 - 1ª rodada).

Dessa forma, o aplicativo tem se mostrado uma ferramenta valiosa ao fornecer informações relevantes e apoio para as mulheres em situação de violência doméstica. Entre os outros pontos destacados pelas participantes está a inclusão da violência digital, a importância das dicas fornecidas visando garantir a segurança e o bem-estar em emergências (FIGURA 11). Também foi ressaltado o acesso às informações sobre o aborto legal em casos de violência sexual, considerado um aspecto relevante. A relevância do aplicativo na promoção do planejamento de saída e na interrupção do ciclo de violência também foi mencionada, destacando-se o apoio e orientação fornecidos pela Patrulha Maria da Penha. Além disso, a conscientização sobre a violência patrimonial, como a restrição de acesso a bens e informações financeiras, foi destacada como uma informação importante para as mulheres que buscam ajuda, como podemos ver nas frases abaixo:

“Eu gostei bastante dessa aba com informação, os informativos, eu achei incrível vocês terem adicionado a questão da violência digital também. Que era algo que eu não esperava, que tivesse sido descrito dessa forma esse tipo de situação” (E1-3ª rodada).

“Mas eu gostei muito das dicas, tá principalmente aquele kit que todo mundo deve ter, que não só pessoas que passam por situação de violência devem ter, mas o kit com os documentos da criança, com os nossos próprios documentos e um kit de remédios tá, porque são remédios de uso contínuo que a gente não vai achar em qualquer lugar que a gente for, nem na casa que a gente vai na emergência, a gente tem que ter essa mochilinha, tá? É? Seja com itens básicos, né, para criança, itens básicos para mulheres. Para nós, vai com uma lingerie, um chinelinho, sei lá, qualquer coisa” (P1-3ª rodada).

“Eu também achei essas partes muito boas do aplicativo, e outra questão importante que eu achei na parte de informativos também, que eu fiquei me debruçando também mais sobre essa parte ali. Sobre o acesso a situações de aborto legal no caso de violência sexual. Isso eu achei bem legal” (E1-3ª rodada).

“Eu gostei das informações, das dicas. As pessoas não têm informação daquilo, nunca tinha pensado nesse plano de fuga também” (P3-3ª rodada).

“Exatamente por isso que esse aplicativo é tão importante, porque ele é um planejamento de saída né, de rompimento de ciclo de violência e saída, porque quando a mulher, tudo na vida da gente tem que tem que planejar. Eu quero trocar um móvel, sei lá, tudo na vida da gente é o planejamento, e isso também é um planejamento, né? Mas você tem que ter cabeça boa para conseguir chegar a esse planejamento, e muita vez está tão fragilizada que realmente está fragilizada, que você não consegue, não tem discernimento para isso. Por isso é tão importante a orientação ao que essa casa se proponha. A patrulha Maria da Penha se propõe, é muito importante esse aparato que a gente tem, né? Para conduzir todo esse processo. Para incentivar essa mulher e não deixar esmorecer. E está tudo bem, voltou com ele? Tá beleza, vou estar aqui quando você resolver voltar, né? porque a gente sabe que todo mundo tem um tempo. Tem gente que não precisa de ajuda nenhuma” (P1-3ª rodada).

“Sim, até por exemplo essa concentração de bens que é justamente isso, não deixar comprar ali, não deixar ter acesso, por exemplo, a dados básicos de conta conjunta. Gente tem muitas mulheres que chegam na linha de frente, tem conta conjunta, mas não sabe, não tem noção do extrato, não tem noção de nada” (E1-3ª rodada).

“Assim, para informação, é de você ver se realmente está sofrendo abuso ou não, para relatar, ver se você está sendo ameaçada, ou se você estaria né no seu relacionamento, eu acho importante, eu daria cinco. Eu preciso mais segurança. Eu fiquei lendo ali e tipo a ta bom, ta, mas e a ajuda? Eu preciso de ajuda” (M1).

FIGURA 11 – PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO



FONTE: A Autora (2022).

4.3.2. Pontos a serem melhorados

As participantes sugerem que a linguagem deve ser acessível, facilitando o entendimento das mulheres com baixa escolaridade. As escalas/questionários ficaram longos, com muitos pontos parecidos e áreas de sobreposição, assim como a necessidade de interligação do aplicativo à rede de proteção.

“Com palavras mais simples que talvez não seja tão completo assim, mas que dá um resultado mais tipo, busque ajuda, busque um profissional. Alguma coisa assim, porque se não, em vez de você tá ajudando, você vai deixar a pessoa mais confusa e ela também não vai concluir” (P1).

“Ela não vai entender que nem a gente anotou aqui, não é nas drogas, né? Tá lá escrito anfetaminas, elas vão dizer meu Deus, o que que é isso? Agora se tiver lá é cocaína, crack, daí ela vai falar assim, eu consumo esse. Você já foi na biqueira, assim. Porque são esses os dialetos delas. Não adianta eu colocar a palavra florida que elas não vão saber” (P4).

“Eu acho que incluir a questão dos filhos, algumas perguntas do tipo é, no relacionamento o seu companheiro, ele usa de alguma forma a criança para te atingir?” (M1-3ª rodada).

“Essa questão da prioridade eu fiquei um pouco confusa, a flecinha pra cá quer dizer que eu tenho mais prioridade? Ou quer dizer que eu tenha menos naquele negócio? As flecinhas ficaram confuso, talvez mostre a prioridade que eu tenha com os filhos, ou a prioridade com. Eu acho que ficou confuso” (P4-3ª rodada).

“Uma coisa que eu tiraria é esse último questionário que pergunta se a gente está ajudando, não é? Mas é um questionário que a gente só está respondendo, respondendo e está seguindo e ele está entrando na contagem da porcentagem que a gente tem que responder para ter o plano. Então assim, a gente tá respondendo uma coisa que a gente não viu ainda. Eu só coloquei, não, não, não. Eu, eu não acho que aqui é o lugar dele. Se ele for existir, talvez seja, vão lá no final quando apresentou todos, ó, todos e o meu plano de ação, isso lá por último, não fazer parte do que é pré-requisito pra sair o plano, porque não eu não tenho plano ainda. [participantes concordam] eu acho que isso é uma coisa que deixa... E desculpa ali no caso, qual seria qual é o mais importante desses questionários? Colocar na ordem de importância, digamos assim, já que a mulher de repente passa, possa está ali numa situação complicada. Qual seria a graduação entre eles? Qual era o mais...acho que é de lesão cerebral, né? (E1-2ª rodada).

4.3.3. Pontos ruins ou confusos

Os participantes relataram que os questionários são extensos, levando algumas mulheres a desistirem de preencher todas as escalas. Também foi

mentionado que alguns tópicos são parecidos. Sugestões foram feitas para tornar os questionários mais concisos e com linguagem objetiva, adaptada ao vocabulário das mulheres. Alguns participantes se confundiram com as perguntas e respostas, especialmente em relação às opções de concordância e discordância. Houve uma sugestão para incluir números de emergência na página inicial do aplicativo. Também foi destacado que, no início do abuso, as mulheres podem não perceber a situação e se sentir perdidas, sendo sugerida a inclusão de um aviso simples com informações básicas e dicas no aplicativo.

“Isso, porque eu achei muito longo mesmo” (P3).

“Alguns tópicos são um pouco parecidos” (P1).

“A sugestão que eu falei era essa mesmo de deixar ele mais enxuto. Assim, dando uma linguagem mais objetiva, não é? De acordo com o vocabulário das mulheres, né? Nossa, porque realmente as nossas não vão entender isso, né?” (P2).

“É demorado para preencher. É, mas eu acho positivo porque a mulher vai se dando conta de várias coisas ali sozinha. Vamos imaginar num contexto uma pessoa que não tem nenhuma informação sobre isso. Talvez ela não preenchesse tudo de uma vez só. Ela entre, saia, desista. Mas se ela persistir aqui, persistir, vai ter uma informação completa também. rodada as participantes problematizam quando as mulheres se percebem que estão em um relacionamento abusivo o que fazer para se sentir segura?” (M1-2ª rodada).

“Eu me confundi um pouco, porque, como o meu relacionamento abusivo foi há muito tempo atrás, então algumas perguntas já não são pertinentes ao meu meu estado atual. Então eu me senti assim, meio perdida nas minhas respostas” (P1: 3ª rodada).

“ficou confuso, porque a gente tá no atual que não é isso, mas tem que colocar porque lá atrás, uma vez teve, mas foi lá atrás” (P2-3ª rodada).

“A é ter um tiquinho para você saber que já respondeu todas as perguntas” (M2-3ª rodada).

“A gente tem até medo da pessoa pegar um negócio desse” (M2-3ª rodada).

“Eu acho que ali, no final que começou umas respostas de concordo ou discordo, fui entender no meio que era, discordo e daí eu fui respondendo. Não sei das perguntas que foi, mas eu achei bem confusa essa parte aí de concordo, discordo. Depois que eu fui entender a pergunta” (P2-3ª rodada).

“Podia ter um campo, ligações de emergência” (M1-3ª rodada).

“É tipo na página inicial assim, tipo guarda municipal 153, polícia 190” (E-3ª rodada).

“No começo do abuso a gente não percebe a gente não sabe. A gente vai se achando louca, realmente vai ficando louca, mas ajuda, ajuda muito. Você começa, espera aí, me deixa ver aquele aplicativo, aí vem aqui, fala, não está errado. A gente acaba se acostumando com aquela violência. Eu estava acostumada, eu achava normal” (M2-3ª rodada).

“Talvez planejamento é uma palavra. mais, né? Algo simples. Né? “Se você procura uma ajuda imediata, disque o número tal. Esse aplicativo é para você se preparar ou sei lá se dá conta de uma situação que você não está ainda preparada para tomar uma decisão.” Não sei só um vocabulário assim, bem simples, com essas informações básicas. Dicas básicas. Um aviso” (E2-2ª rodada).

4.3.4. Usabilidade

A usabilidade desse aplicativo de segurança contra a violência contra a mulher é fundamental para que seja eficaz e de fácil utilização em momentos de emergência. Um design intuitivo e simples permite que a mulher acesse rapidamente recursos essenciais. Além disso, a funcionalidade de localizar a rede de proteção em tempo real possibilita buscar ajuda imediata. O aplicativo oferece informações úteis sobre serviços de apoio, abrigos temporários e órgãos de assistência, conectando as mulheres a recursos essenciais para buscar ajuda e suporte em momentos de vulnerabilidade.

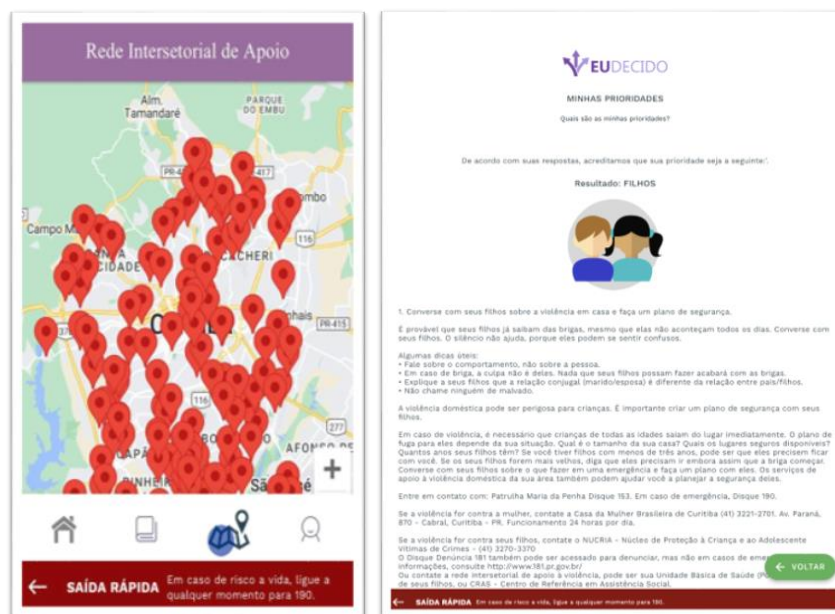
“Mas eu achei o nome muito simpático, porque na vida da gente, a vida da gente é feita de caminhos, não é? Então eu tenho que escolher se eu vou para direita e para a esquerda, se eu vou voltar ou não. Eu decido assim, eu estou te dando é várias informações...então você está constatando, mas a decisão sempre vai ser sua. No final, quem vai decidir? Sempre vai ser você, não é? Então quando eu falar, eu vou conscientizar. A gente quer assistente social, não existe... ninguém conscientiza ninguém, porque conscientizar consciência é algo muito pessoal. Eu posso te dar todas as informações possíveis. Agora, a decisão sempre vai ser sua. Que nem as mulheres perguntam ‘que que você acha que eu posso fazer? Então, qual é sua opinião? Me dar um conselho’ não, porque quem está vivendo a situação não somos nós. Quem está vivendo. o que a gente quer dar informações, é da caminhos, mas a decisão sempre é dela. Não, eu não quero registrar o boletim, OK. Chega moída arrebitada quebrada. Eu não quero prejudicá-lo” (P4).

“Sim as várias possibilidades, não é verdade? Vários caminhos, vários caminhos” (P3).

A apresentação das várias possibilidades e caminhos que estão disponíveis para as mulheres em situações de violência respeita a individualidade de cada uma. Os comentários dos participantes refletem a visão das entrevistadas sobre a importância de o aplicativo fornecer informações e opções (FIGURA 12), mas não

impor decisões a pessoas que estão buscando ajuda ou orientação. As assistentes sociais mencionam que a vida é feita de escolhas e caminhos, e que cada indivíduo é responsável por tomar suas próprias decisões.

FIGURA 12 – PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO



FONTE: A autora (2023).

4.3.5. Layout

Um layout intuitivo e simples é fundamental para garantir que a mulher tenha acesso rápido aos recursos essenciais disponíveis no aplicativo de segurança contra a violência (FIGURA 13). Através de uma interface fácil de usar, a simplicidade do design também reduz qualquer confusão ou estresse adicional. Um layout intuitivo torna o aplicativo acessível a um público mais amplo, independentemente do nível de habilidade tecnológica. Todas as mulheres devem ser capazes de utilizar o aplicativo com facilidade, independentemente de sua experiência com dispositivos móveis. De acordo com as participantes: “Bem bonito, bem legal” (P1). “Parabéns, muito bonito” (P3). “Alegre” (P2).

FIGURA 13 - PROTÓTIPO APLICATIVO EU-DECIDO



FONTE: A autora (2023).

4.3.6. Comentários gerais

“Eu só queria comentar uma coisa que eu fiquei pensando enquanto a experiência de vocês. que talvez esse aplicativo, ele seja justamente para os casos, é..de feminicídio. E que já chegam...” (P3).

“Casos graves... E inclusive salvar a vida dela. Acho que 95% são pessoas, é doméstica, diaristas” (P2).

“Então uma sugestão, é, mais pra frente, se você puder desenvolver isso a partir do momento que a mulher preencheu isso, que isso vai automaticamente com o e-mail de preferência do pessoal dela e mais algum outro de emergência. Vocês possam ter convênio não sei quem ou um e-mail de família. Porque corre o risco de a mulher imprimir isso e ninguém tem acesso a isso se acontecer algo com ela. Pelo menos é uma prova de que ela estava passando por alguma coisa que ela buscou saber de algo. Porque às vezes, a mulher passa tudo em silêncio, nem na delegacia vem nada. E no momento de intimidade dela, ela responde um questionário desses. É porque o agressor tem acesso a tudo até o teu e-mail entende” (M1).

Nos grupos, foram destacados vários pontos relevantes sobre o aplicativo "Eu Decido". Entre eles, ressaltou-se a importância de falar a língua das pessoas para motivá-las a usar o aplicativo, considerando a linguagem acessível para diversos públicos. A duração dos questionários também foi abordada, com a sugestão de torná-los mais concisos e a possibilidade de permitir que as usuárias voltem atrás durante o preenchimento.

"Quanto mais conseguir falar a língua das pessoas, mas elas vão se sentir motivadas a usar" (E3-2ª rodada).

"Poderia prever quanto tempo leva para cada questionário. Você tem 10 minutos" (E1-2ª rodada).

"O próximo que você preenche, vamos supor que eu estou com o tempo e aí eu preencho o primeiro. Aí terminou e tem um botão voltar, mas poderia ter um pró. 'Deixa eu voltar' para a pessoa voltar para a pessoa sair. Já tenho saído lá e o próximo para ela sair para o para o seguinte" (E2).

"Tem essa informação aqui né? Colocar no começo. Daí quem quiser deixa o questionado. Quando você tem orientação aqui da leitura, aí se você, ó, digas se você quer, se você acha que fosse tar sofrendo o relacionamento abusivo, aperte esse botão e faça sua avaliação" (E2-2ª rodada).

"Eu senti um pouquinho de falta assim, de saber qual que eu preencho. Eu tô no tempo todo, eu estou entrando, talvez um tique em cima ou deixar ele sombreado" (E3-2ª rodada).

Discutiu-se a necessidade de encaminhamento sigiloso e a disponibilização de opções de ajuda, como terapeutas, delegacias, familiares ou amigos íntimos, reconhecendo a importância de oferecer apoio diversificado para atender às diferentes necessidades das mulheres em situação de violência.

"Porque assim, você pode colocar lá, é... encaminhar em sigilo, porque daí ela vai estar tranquila e mandato. Você não bota a palavra sigilo, ela vai dizer não, não manda não, porque ela já está com medo, entendeu? É uma sugestão" (P1).

"Daí você pode gerar e enviar para um terapeuta, não sei que, dar várias opções: Delegacia, terapeuta, familiar, amigo íntimo. Para que isso não caia só para ela" (P1).

"Mas eu tenho meus traumas, eu tenho uma ansiedade do dia a dia, isso aqui quando me vejo que eu estou em uma situação, eu travo. E eu vejo hoje, beleza, OK, vamos implantar um aplicativo, assim vamos ótima para mostrar com mulher. Só que a gente também precisa de seguranças, preciso de cuidado num aplicativo desses, porque não adianta nada a gente mostrar, ó, você está sofrendo um relacionamento abusivo. Mas não tem a segurança que a gente precisa no ato da situação, seja em qualquer situação. Fala, seja, poxa, ele me ameaçava de faca e eu com 2 crianças

recém-nascido. Que eu faço. Se eu tiver um botão ali eu sei que se apertar o botão, alguém está vindo, e eu fico de boa” (M1- 2ª rodada).

Foi enfatizada a importância da rede intersetorial e a falta de comunicação entre os serviços, destacando a necessidade de uma abordagem integrada para fornecer suporte efetivo. A repetição da história pelas mulheres ao buscar ajuda em diferentes momentos foi mencionada, ressaltando a necessidade de um atendimento psicológico contínuo para reduzir o impacto psicológico.

“Além do que é um questionamento nosso, aqui é sempre essa questão de quantas vezes a mulher conta a mesma história. Quantas vezes” (P2).

“E os serviços não se comunicam. Nem bom dia a gente dá um para o outro. Não é, porque às vezes a gente não conhece as pessoas, não estou aqui. Mas as vezes você chega aqui, não dá bom dia para as pessoas, porque você não conhece. A gente conhece aqui o nosso nucleozinho, porque ainda é mínimo, não é? Então é óbvio que a gente conhece, mas eu, por exemplo, mais de 50% da delegacia eu não conheço A, a defensoria eu não conheço ninguém. A Vara, conheço a maior psicóloga. E uma pessoa do cartório, nem sequer as pessoas da patrulha a gente conhece. Então, é realmente desconectado. Isso aí é maravilhoso, né? Mas uma realidade, talvez...outra. A casa é uma referência hoje em Curitiba” (P2).

“Nós fazemos a primeira escuta, daí ela conta, relata. . Daí quando a gente encaminha para a delegacia, ela fala, ‘mas eu vou ter que repetir o que eu falei lá para você de novo?’ Porque se vê realmente são 4, são 4 momentos, então o desgaste da pessoa naquela situação” (P3).

”Eu que já passei pelas audiências, tudo. A gente passa por uma agressão que é essa que a gente tem que pedir socorro. E depois, querendo ou não, também são cargas psicológicas passar por toda essa triagem, por todas as, até a audiência para mim é o pior dia. Porque parece que você revive coisas que você viveu lá atrás, que você queria nunca mais lembrar, né?” (M1)

“E depois imprime. Então seria a funcionalidade de imprimir um formulário e de permitir um profissional com vários formulários. Eu acho que isso pode, pelo jeito, pode provocar uma qualidade de trabalho” (E1-1ª rodada).

O aplicativo foi descrito como uma estratégia de intervenção, não para casos de emergência, mas para auxiliar as mulheres em situação de risco iminente, proporcionando informações, orientações e recursos para um planejamento de segurança eficaz. Também foram abordados temas sensíveis, como a violência sexual, a dificuldade de compreender a violência vivida e a ressocialização dos agressores. Destacou-se a necessidade de uma cultura da paz e a importância de fornecer segurança e cuidado por meio do aplicativo.

“Talvez planejamento é uma palavra mais, né, algo simples. Né? “Se você procura uma ajuda imediata, disque o número tal. Esse aplicativo é para você se preparar ou sei lá se dá conta de uma situação que você não está ainda preparada para tomar uma decisão.” Não sei só um vocabulário assim, bem simples, com essas informações básicas. Dicas básicas. Um aviso” (E2-2ª rodada)

“Por isso que é tão importante os grupos, né? Não vou falar de ressocialização, porque ninguém se ressocializa. É grupos reflexivos para autores de violência, para eles saberem também que eles não podem fazer mais isso, não para eles voltarem com as parceiras, mas para eles não fazerem o mais mulheres serem violentadas e para ele também ter um relacionamento saudável, saber que aquilo que ele aprendeu na casa dele, na escola dele, no mundo dele, não é correto, porque muitos abusadores vivem, né?” (P1-3ª rodada).

“O machismo, o machismo atinge o homem também, não atinge só as mulheres. O homem, o homem não chora. Homem, sabe, tem que ser forte. Um homem tem que ser o provedor. Tudo isso é uma pressão imensa. Também na cabeça deles, não dá para dizer que só um lado sofre” (M2-3ª rodada).

“Eu acredito que a gente só vai romper essa violência, não só a violência contra a mulher, mas qualquer tipo de violência. Quando a gente tiver isso, a cultura da paz dentro da primeira infância, dentro da escola. A cultura da paz” (P1-3ª rodada).

4.3.7. Análise dos grupos focais

Após as análises das transcrições da última rodada dos grupos focais, foram consideradas algumas sugestões pelos participantes para solucionar as demandas e direcionado para cada profissional da área responsável para realizar os ajustes, conforme demonstrado no Quadro 9.

QUADRO 9 - RESULTADOS DA ETAPA 3: GRUPOS FOCALIS 1, 2 E 3

SUGESTÕES PARA DESENVOLVEDOR DO APLICATIVO E EQUIPE		
SUGESTÕES	COMENTÁRIOS SIGNIFICATIVOS	ENCAMINHAMENTOS
Foi sugerido que a barra “Ferramentas” em “Prioridades” seja orientada por porcentagem. Ex.: para a mulher com filhos, a importância dos filhos é de 90%, enquanto a do bem-estar é de 80%.	M1 - “essa questão da prioridade eu fiquei um pouco confusa, a flechinha pra cá quer dizer que eu tenho mais prioridade? Ou quer dizer que eu tenha menos naquele negócio? As flechinhas ficaram confusas, talvez mostre a prioridade que eu tenha com os filhos, ou a prioridade com. Eu acho que ficou confuso”.	Luiz Augusto (Desenvolvedor do Eu Decido)

	M - <i>“Colocar depois da saída rápida um jogo. Então, como eles [agressores] gostam de controle, apesar deles tirarem o celular, quando não estão perto, querem que você tenha para te controlar, entendeu? Então eu acho que é uma nossa. Acho que a segurança é bem legal. Então, mas deve ser difícil de se colocar? Né? Não sei como funciona?”</i>	
Foi sugerido que, em caso de ameaça, a vítima, além da alternativa da “Saída Rápida”, possa ser direcionada para um jogo virtual, como estratégia de segurança.	M - <i>“Colocar depois da saída rápida um jogo. Então, como eles gostam de controle, apesar deles tirarem o celular, quando não estão perto, querem que você tenha para te controlar, entendeu? Então eu acho que é uma nossa. Acho que a segurança é bem legal. Então, mas deve ser difícil de se colocar? Né? Não sei como funciona?”</i>	Luiz Augusto
Em relação à “Rede de Apoio”, foi sugerido que os contatos de emergência, como Polícia Militar (190), SAMU (192), Guarda Municipal (153), etc., fossem colocados em destaque com ativação da discagem telefônica automática ao clicar sobre o número. Também inclui endereços e horários de linhas de ônibus.	P1 - <i>“Então uma sugestão, é, mais pra frente, se você puder desenvolver isso a partir do momento que a mulher preencheu isso, que isso vai automaticamente com o e-mail dê preferência do pessoal dela e mais algum outro de emergência. Vocês podem ter convênio, não sei quem ou um e-mail de família. Porque corre o risco da mulher imprimir isso e ninguém tem acesso a isso se acontecer algo com ela. Pelo menos é uma prova de que ela estava passando por alguma coisa que ela buscou saber de algo. Porque às vezes, a mulher passa tudo em silêncio, nem na delegacia vem nada. E no momento de intimidade dela, ela responde um questionário desses”</i>	Luiz Augusto
Foi sugerido que, conforme as escalas e instrumentos forem preenchidos, seja checado/sinalizado o que já foi respondido.	M2 - <i>“aaa e ter um tiquinho para você saber que já respondeu todas as perguntas, porque”</i>	Luiz Augusto
Foi sugerido que, caso seja necessário cessar a navegação no aplicativo por motivos de segurança, por exemplo, as informações sejam salvas para que não seja preciso recomendar o preenchimento.	M3: <i>“a única coisa que eu senti falta foi no final a opção de salvar, só tem a opção de voltar. Aí você fica, mas será que salvou mesmo?”</i>	Luiz Augusto
Foi sugerida a estratificação do	E2- <i>Umas coisas aqui importantes é</i>	Luiz Augusto

risco. Ex.: se o risco for maior, sinalizar com a cor vermelha.	<i>que existem aqui realmente perguntas que são muito propícias. Sabe qual é a tipificação da violência do momento? Esse escore pode conectar com aquilo. A estratificação de risco do Manchester.</i>	
Foi sugerido destacar informações como “Tipos de violência”, “Legislação”, “Boletim de ocorrência” e “Rede de apoio” na sessão inicial do aplicativo.	E2 - <i>“colocar os números de emergências polícia, casa da mulher brasileira, tela inicial do aplicativo.”</i> M: <i>“Podia ter um campo, ligações de emergência.”</i> PJ: <i>“é, tipo na página inicial assim, tipo guarda municipal 153, polícia 190”</i> P: <i>“uma coisa que chame atenção, de emergência.”</i>	Luiz Augusto
Foi sugerido que, após o preenchimento dos questionários, o resultado seja enviado para alguém em que a mulher confie.	M1: <i>“Então se fosse não só para o dela, para o email dela, mas que também desembocam pra algum outro lugar, entendeu?”</i>	Luiz Augusto
Foi sugerido que a linguagem utilizada nos questionários seja simplificada.	P3 - <i>“Isso, porque eu achei muito longo mesmo, nossa, extenso.”</i> P2 - <i>“Muito extenso.”</i> P2 - <i>“A sugestão que eu falei era essa mesmo de deixar ele mais enxuto. Assim, dando uma linguagem mais objetiva, não é? De acordo com o vocabulário das mulheres, né? Nossa, porque realmente as nossas não vão entender isso, né?”</i> P1 - <i>“Algumas perguntas parecem ser repetidas.”</i>	Rozeli, Marcos e Rita
Foi sugerido que o aplicativo esteja interligado com um órgão de proteção social e que, conforme o resultado, a mulher possa ser monitorada. Além disso, sugere-se que a rede de atenção à saúde seja sinalizada caso a mulher passe por atendimento.	P1 - <i>“Então uma sugestão, é, mais pra frente, se você puder desenvolver isso a partir do momento que a mulher preencheu isso, que isso vai automaticamente com o e-mail dê preferência do pessoal dela e mais algum outro de emergência”.</i>	Luiz Augusto
Foi sugerido que o tempo para o preenchimento do cadastro seja otimizado.		Luiz Augusto
Foi sugerido que as informações dispostas sejam claras e atualizadas, principalmente sobre os locais da rede, endereços, telefones e horários de atendimento.		Jainy e Maryana

Fonte: a Autora (2023).

A percepção da vergonha e o receio de julgamento muitas vezes impedem as mulheres de buscar ajuda, tornando o aplicativo uma ferramenta crucial para superar esses obstáculos iniciais. Proporcionar um ambiente seguro, privado e sigiloso é essencial para encorajar as mulheres a darem o primeiro passo em direção à busca de ajuda.

Quanto à extensão dos questionários, é vital simplificar o conteúdo para garantir que as mulheres não desistam durante o processo. Especialmente considerando o estado emocional abalado em que muitas mulheres podem estar ao buscar ajuda, a simplicidade e a concisão são fundamentais.

Além disso, a sugestão de utilizar o aplicativo como uma ferramenta para profissionais, auxiliando na sistematização do processo de trabalho e estratificação de risco, é uma abordagem valiosa. Isso pode não apenas facilitar a tomada de decisões pelos profissionais, mas também tornar o aplicativo uma ferramenta mais integrada nos serviços prestados.

Caso haja mais informações específicas ou pontos específicos que você gostaria de discutir ou ajustar, por favor, sinta-se à vontade para compartilhar.

5 DISCUSSÃO

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é um desafio no Brasil. Apesar do sistema de proteção social, como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015) nº 13.104, de 9 de março de 2015, e a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2011), ainda existem lacunas contributivas para as mortes por feminicídio. Esses crimes geralmente derivam de episódios repetidos de VPI, caracterizados por comportamentos que causam danos físicos, sexuais ou psicológicos dentro de uma relação íntima, perpetrados por cônjuges ou parceiros atuais e passados.

Para compreender a problemática da violência contra as mulheres, é necessário considerar o conceito de gênero. De acordo com a OMS (2012), o gênero destaca o patriarcado, as relações de poder hierárquico e as construções de masculinidade e feminilidade como fatores predominantes e generalizados do problema. Essas construções resultam no controle das mulheres e geram desigualdade estrutural, configurando um sistema patriarcal e machista em que o homem exerce dominação e controle sobre a mulher, tratando-a como sua propriedade.

Joana Pedro (2005), estudiosa que enfoca os movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, destaca como esses movimentos têm contribuído para a construção de categorias de gênero. Segundo a autora, o movimento feminista é composto pelas lutas das mulheres por tratamento social igualitário em relação aos homens, buscando também uma explicação para a subordinação da mulher. No Brasil, esse movimento ficou caracterizado como uma questão política, e o uso da palavra "gênero" possui uma trajetória alinhada à perspectiva da teoria do movimento feminista, fundamentada na luta pelos direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito.

Diante desse cenário, este estudo propôs a construção de uma intervenção preventiva, adaptação transcultural e planejamento de segurança online para mulheres em situação de VPI. O planejamento de segurança online é uma estratégia promissora para evitar a escalada da VPI e tem sido testado em vários modelos e configurações em países de alta e baixa renda. Um exemplo é o aplicativo online, desenvolvido para auxiliar as mulheres que vivenciam a VPI a identificar suas prioridades de segurança e criar um plano de ação personalizado. Esse aplicativo

também se conecta à rede de proteção à mulher para monitoramento (GLASS, 2010).

É importante ressaltar que o planejamento de segurança é uma abordagem inédita no Brasil. Neste estudo, não se limitou à simples tradução do conteúdo de planejamento de segurança do inglês para o português brasileiro, mas também incluiu a discussão desse conteúdo com mulheres sobreviventes e profissionais da área. A pesquisa-ação participante foi fundamental para criar um conteúdo relevante às necessidades das mulheres brasileiras. O feedback dos participantes foi essencial para o desenvolvimento de um conteúdo personalizado, inclusive desafiando a equipe de pesquisa a incluir um comitê especializado em direito para revisá-lo, uma necessidade que inicialmente não estava prevista no estudo.

O aplicativo original foi desenvolvido nos Estados Unidos, onde mulheres testaram o aplicativo myPlan App (GLASS et al., 2015) para apoio à tomada de decisão e planejamento de segurança em seus relacionamentos abusivos. A adaptação desse aplicativo para outros países ocorreu anteriormente no Quênia, um país de baixa renda (DECKER et al., 2020; WOOD et al., 2019), portanto em contexto mais próximo do brasileiro. O app também foi adaptado para outros grupos, como mulheres universitárias (GLASS et al., 2021), imigrantes e refugiadas (WeWomen) e indígenas (OurCicle myplan) (SABRI et al., 2019). Também foi adaptado com versões inclusivas para grupos minoritários (mulheres LGBTQ+, indígenas, com deficiência) presentes nas versões do Canadá (iCan) (FORD-GILBOE et al., 2017), EUA (IRIS) (EDEN et al., 2015), Nova Zelândia (Isafe) (KOZIOL-MCLAIN et al., 2015), Austrália (I-decide) (TARZIA et al., 2016).

Essas ferramentas de auxílio à segurança online têm como objetivo não apenas ajudar as mulheres sobreviventes brasileiras, mas também compreender suas vantagens, incertezas, barreiras e sugestões percebidas pelas principais partes interessadas, incluindo os profissionais que prestam serviços às sobreviventes e as próprias sobreviventes.

No primeiro eixo, as etapas de tradução e adaptação das escalas são fundamentais para garantir a efetividade dos aplicativos de planejamento de segurança destinados a mulheres em situação de VPI. Nesse sentido, as entrevistas cognitivas desempenharam um papel fundamental na avaliação das questões traduzidas e na compreensão de cada item, como demonstrado em versões

adaptadas do aplicativo (DECKER et al., 2020; EDEN et al., 2015; FORD-GILBOE et al., 2017; KOZIOL-MCLAIN et al., 2015; SABRI et al., 2019; TARZIA et al., 2016; WOOD et al., 2019).

Para que esses aplicativos sejam eficazes no contexto brasileiro e alcancem mulheres com menor nível socioeconômico e educacional, foram ressaltadas as adaptações dos tempos verbais e dos termos utilizados, a fim de torná-los mais próximos do modo coloquial de conversação (ROCHA, et al., 2022). Essas adaptações visam tornar o aplicativo mais acessível e aplicável no Brasil (BEATON, et al., 2000; FERREIRA et al., 2014).

Ao analisar as estratégias de segurança para mulheres em situação de VPI, identificam-se diversos desafios, tais como a falta de conhecimento e reconhecimento sobre a violência, a falta de recursos financeiros, o acesso à moradia, a rede de apoio, o impacto da religião, a rede de assistência e a função de cada instituição, a dependência emocional e financeira do parceiro, a segurança dos filhos e dos animais domésticos, os riscos relacionados à tomada de decisão e às estratégias de segurança, e a falta de confiança nos setores de assistência jurídica e de saúde (SCHRAIBER et al., 2002; DUTTON, GOODMAN, 2005; WHO, 2012; GLASS et al., 2010; EVANS et al., 2022b). Essas barreiras são semelhantes às encontradas no planejamento de segurança em países de baixa renda (TAHERKHANI, 2021), entre mulheres refugiadas, imigrantes, indígenas (SABRI et al., 2019), mulheres rurais (RIDDELL, FORD-GILBOE, LEIPERT, 2008), e mulheres encarceradas (LEONE, BEEBLE, 2022).

Estudos realizados por Messing et al. (2017) analisaram diversas estratégias de segurança para mulheres vítimas de VPI, como o acesso a serviços comunitários, intervenções legais e restrições ao agressor, e seu efeito nas ações abusivas. Os resultados indicaram que as ações de proteção mais eficazes estavam diretamente relacionadas a formas mais graves de violência. Os pesquisadores ressaltaram que o planejamento de segurança por si só, sem estratégias subsequentes, como o gerenciamento de riscos individualizados, não reduz a ocorrência de abuso e violência. A existência de abrigos para mulheres e medidas protetivas foram apontadas como formas de reduzir a VPI, mas destacou-se a importância de o sistema de justiça possuir mecanismos de proteção para que essas medidas sejam efetivas (STACEY et al., 2017).

As escalas e questionários utilizados nesse contexto têm o benefício de promover a reflexão da mulher sobre seu relacionamento, além de fornecer informações que auxiliam na identificação de relações abusivas. Eles se tornam instrumentos de educação e promoção de segurança contra o feminicídio, permitindo que a mulher considere os motivos que a fazem permanecer no relacionamento, estabeleça prioridades e compreenda a importância de buscar apoio profissional e os recursos disponíveis para sua decisão (ANDERSON, RENNER, BLOOM, 2013; EDEN et al., 2015; EVANS et al., 2022B; GLASS et al., 2010; GOODMAN et al., 2003; GRAHAM ID, 1995; SABRI et al., 2019; TARZIA et al., 2016).

As ferramentas de auxílio à tomada de decisão representam estratégias inovadoras nesse contexto. A contribuição das escalas ressalta a fragilidade do sistema brasileiro em fornecer recursos de segurança para as mulheres, não apenas aquelas em situação de VPI. As mulheres brasileiras vivem em um país com altos índices de feminicídio, e ainda não há uma política efetiva que promova estratégias de segurança e divulgação da rede de atendimento de forma otimizada para as sobreviventes de VPI (EVANS, et al., 2022b; JOHNSON, 2020; VALENZUELA, et al., 2022; VASCONCELOS, et al., 2022).

As ferramentas de auxílio à tomada de decisão de segurança online têm o objetivo de reduzir o conflito decisório decorrente do sentimento de desinformação ou incerteza em relação às prioridades pessoais ou valores associados a uma decisão. Estudos demonstraram que o uso dessas ferramentas para informar decisões complexas enfrentadas por pessoas que estão diante de escolhas difíceis, como decisões relacionadas ao fim da vida, curso de tratamento para doenças crônicas e segurança em relacionamentos abusivos, pode ser eficaz (GLASS et al., 2017; STACEY et al., 2017).

Quanto ao planejamento das entrevistas, foi importante ter clareza sobre o objetivo a ser alcançado, conhecimento prévio do conteúdo, agendamento da entrevista com data e horário, garantia do sigilo das informações fornecidas pela entrevistada, estabelecimento do contato com os dirigentes do cenário da pesquisa, preparação do ambiente para a pesquisa e criação de um ambiente acolhedor. Essas estratégias foram especialmente relevantes para a abordagem de temas sensíveis e densos, como a violência (DECKER et al., 2020; EDEN et al., 2015;

FORD-GILBOE et al., 2017; KOZIOL-MCLAIN et al., 2015; SABRI et al., 2019; TARZIA et al., 2016; WOOD et al., 2019).

É importante destacar que, de acordo com o discutido no Capítulo 2, essas formas de violência podem ser reduzidas por meio de programas e políticas bem elaborados e eficazes. Fatores como exposição a maus-tratos na infância, testemunhar violência parental, atitudes para garantir consistência entre diferentes locais e investigadores foram considerados relevantes tanto para a perpetração quanto para a vitimização. A intervenção baseada no protocolo de prevenção de abuso de McFarlane e Parker (1994a), desenvolvida a partir do modelo de empoderamento de Dutton, incluiu em cada sessão os seguintes componentes de segurança: desenvolvimento de um plano de segurança, incluindo proteção e cópia de documentos importantes, criação de cópias das chaves de casa e do carro, estabelecimento de um código com familiares e amigos, entre outros (GROSSI, et al., 2012b, p. 269).

O estudo de Tarzia et al. (2017) realizou um ensaio clínico randomizado controlado com o objetivo de comparar dois grupos de mulheres em relacionamentos abusivos. O grupo experimental recebeu um auxílio de decisão de segurança online, enquanto o grupo controle não recebeu intervenção adicional. Os auxílios de decisão forneceram informações relevantes sobre segurança pessoal, opções disponíveis e estratégias de proteção. Os resultados mostraram que as mulheres que utilizaram os auxílios de decisão online tiveram maior probabilidade de tomar ações para melhorar sua segurança em comparação com o grupo controle. Além disso, as participantes do grupo experimental relataram maior satisfação com as decisões tomadas e maior sensação de controle sobre sua própria segurança. Esse estudo ressalta a importância das ferramentas de auxílio à tomada de decisão no contexto da violência por parceiro íntimo, mostrando que tais ferramentas podem ser eficazes para informar e capacitar as mulheres a tomar decisões mais seguras e autônomas em relação aos relacionamentos abusivos.

De acordo com Yazdy et al. (2022), as consequências da violência por parceiro íntimo na saúde mental das vítimas são múltiplas, incluindo o desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e ideação suicida. Destacam assim a importância de abordagens integradas e individualizadas para apoiar as vítimas e melhorar sua qualidade de vida,

principalmente em relação ao uso da tecnologia. Os autores destacam que o aplicativo desempenha um papel importante ao fornecer informações, recursos e apoio às vítimas de violência por parceiro íntimo. Ele permite que as vítimas tomem decisões informadas, melhorem sua segurança e se sintam mais capacitadas no processo. Essa ferramenta inovadora tem o potencial de fazer uma diferença significativa na vida das vítimas, fornecendo-lhes acesso a recursos e apoio essenciais quando mais precisam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizou um rigoroso processo de tradução e adaptação transcultural do conteúdo de uma plataforma de planejamento de segurança e apoio à tomada de decisão para mulheres em situação de VPI. Os conteúdos incluíram sete escalas (Dados Demográficos, Relacionamento Perigoso, Abuso Tecnológico, Lesão Cerebral, Conflito Decisório, Escala de Estratégias e Comportamento de Segurança), juntamente com as estratégias de planejamento de segurança. Todo esse conteúdo traduzido foi submetido a especialistas, mulheres vítimas de violência e profissionais que as atendem, permitindo que eles expressassem suas opiniões e sugestões de forma participativa e dialógica. As sugestões foram em sua maioria incorporadas à versão final do conteúdo brasileiro, incluindo novas informações que não estavam presentes na versão estrangeira. Esse conjunto de informações alimentou o protótipo da plataforma Eu Decido, que também foi pré-testado neste estudo.

As categorias emergentes dos grupos focais incluíram: a) esclarecimento de questões legais se as mulheres decidirem deixar um relacionamento abusivo (por exemplo, divórcio/patrimônio, paternidade compartilhada) e como acessar um advogado com recursos limitados; b) o planejamento de segurança deve ser claro, conciso e conter informações atualizadas da rede intersetorial, evitando que os usuários se desloquem para lugares inadequados; c) o planejamento de segurança precisa conectar as mulheres aos serviços especializados, onde pessoal capacitado possa ouvi-las e apoiá-las; d) O Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CMB) tem um papel central no cuidado aos sobreviventes, e o planejamento de segurança pode fortalecê-lo, retroalimentando-o.

Apesar dos avanços significativos alcançados neste estudo, algumas limitações devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a amostra utilizada para o pré-teste do protótipo da plataforma Eu Decido foi relativamente pequena, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, embora as opiniões e sugestões dos especialistas, mulheres vítimas de violência e profissionais que as atendem tenham sido incorporadas ao conteúdo da plataforma, é importante reconhecer que as necessidades e experiências das mulheres em situação de

violência podem variar amplamente, e nem todas as demandas individuais podem ser contempladas de forma abrangente.

Outra limitação está relacionada à acessibilidade e disponibilidade dos recursos tecnológicos necessários para a utilização efetiva do aplicativo. Nem todas as mulheres têm acesso a smartphones ou internet de qualidade, o que pode restringir o alcance e a utilidade da plataforma para aquelas que mais necessitam.

Além disso, é fundamental ressaltar que o aplicativo não substitui a assistência e o apoio presencial fornecidos por profissionais capacitados. Embora seja uma ferramenta valiosa para o planejamento de segurança, é importante que as mulheres em situação de violência também tenham acesso a serviços especializados, onde possam receber atendimento personalizado e apoio emocional.

Por fim, o estudo demonstra o potencial do aplicativo como uma estratégia promissora para o planejamento de segurança e prevenção do feminicídio, mas ainda são necessárias mais pesquisas e avaliações para verificar sua eficácia em diferentes contextos e populações. É essencial que o desenvolvimento e aprimoramento da plataforma continuem a ser conduzidos com base em evidências e feedback contínuo das mulheres usuárias, a fim de garantir que ela seja uma ferramenta verdadeiramente útil e eficaz no combate à violência contra as mulheres no Brasil.

Identificamos que o planejamento de segurança pode evitar uma escalada para o feminicídio. A pesquisa-ação participante mostrou-se essencial para materializar um conteúdo de planejamento de segurança sob medida, adaptado às necessidades das mulheres brasileiras, e a versão protótipo do aplicativo se mostrou viável. A tradução e adaptação transcultural dos questionários e escalas seguiram um protocolo rigoroso. Os conteúdos estão disponíveis para outros pesquisadores a fim de fomentar futuras pesquisas sobre a VPI no Brasil. Simultaneamente, foi sistematizada uma estratégia de planejamento.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, D.F.; GOMES, V.L.O.; FONSECA, A.D.; GOMES, G. C. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p.121-27, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Cv7FCDggKS3vRJ4yQG8HrBM/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun 2022. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015001770013>.
- ALVAREZ, S. E; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (ed.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2000. 538 p.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BENNETT, C.; GRAHAM, I. D. KRISTJANSSON, E.; KEARING, S. A., et al. Validation of a preparation for decision making scale. **Patient Educ Couns**, v. 78, n. 1, p. 130-3, jan. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19560303/>. Acesso em: 23 jul 2022. <http://doi.org/10.1016/j.pec.2009.05.012>.
- BLACK, M. C. Intimate Partner Violence and Adverse Health Consequences: Implications for Clinicians. **Am J Lifestyle Med**, v. 5, n. 5, p. 428–39, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1559827611410265#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em: 12 out 2022. <https://doi.org/10.1177/1559827611410265>.
- BORGES, C. J.; MUNARI, D. B.; BRANCO, V. C.; DIAS, P. C. S., et al. Pesquisa participante baseada na comunidade: fundamentos, requisitos e desafios ao pesquisador. **Rev Enf UFSM**, v. 9, n. e48, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/32536/pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023. <https://doi.org/10.5902/2179769232536>.
- BRASIL. Decreto nº 8.086. Institui o Programa Mulher: .Viver sem Violência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 8.086, 30 ago. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 1.973. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 1.973, 1 ago. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 11.340, 7 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 10.778, 24 nov. 2003.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 13.104, 09 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 14.188, 28 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva: Instrutivo Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_a_utoconvocada_2ed.pdf. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez.2012;

BURJALÉS-MARTÍ, M. D.; RIGOL-CUADRA, M. A.; ANGUIANO-CARRASCO, C.; MARTORELL-POVEDA, A., et al. Scale for the study of nursing students' perception of intimate partner violence: Adaptation and validation. **Nurse Education Today**, v. 65, p. 17–22, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0260691718300972?via%3Dihub>. Acesso em: 18 out 2022. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2018.02.025>.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.

CAMPBELL, J., WEBSTER, D. W., GLASS, N. The Danger Assessment: validations of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 4, p. 653-674, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260508317180>. Acesso em: 23 jul 2021. <https://doi.org/10.1177/0886260508317180>.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do

tempo, 2019. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CARVALHO, A. A.; SOUZA, M. F. P. Aplicativos de enfrentamento à violência contra a mulher: uma análise das iniciativas brasileiras. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 44, p. 537-558, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/13249/8445>. Acesso em: 23 jul. 2021. <http://doi.org/10.3895/cgt.v14n44.13249>.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Sexual violence prevention**: beginning the dialogue. Atlanta: CDC; 2004

COSTA, A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, A.; MELO, H. P.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (Org.). Ministério da Educação. SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Olhares Feministas. Brasília: Ministério da Educação e UNESCO; 2007. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000009510.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

COSTA, M. C. Pesquisadora Avalia Atuações da Fundação Rockefeller e da Canadense IDRC no Brasil e propõe nova relação com Agências Internacionais. **Jornal da Unicamp**, Universidade Estadual de Campinas, 19 de julho a 1º de agosto de 2004. 1 p. Disponível online: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju259pag08.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

CROWELL, N., BURGESS, A. W. (Ed.) **Understanding violence against women**: panel on research on violence against women. Washington (DC): National Academy Press; 1996.

CÚRIA, B. G., GONÇALVES, V. D., ZAMORA, J. C., RUOSO, A. L., et al. Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra a Mulher por Parceiro Íntimo. **Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)**, v. 40, e189184, p.1-19, maio. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V8jcXqbrLxts8r5jqzQ8LPv/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul 2021. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003189184>.

DAVIES, J., LYON, E. **Safety planning with battered women**: Complex lives/difficult choices. Thousand Oaks: Sage; 1998.

DUTTON, M. A. Complexity of women 's response to violence: Response to Briere and Jordan. **J Interpers Violence**, v. 1, n. 11, p. 1277–1282, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15534330/>. Acesso em: 16 jun 2022.

DUTTON, M. A. **Empowering and Healing the Battered Woman**: A model Assessment and Intervention. New York: Springer; 1992.

EATON, W. W.; SMITH, C.; YBARRA, M.; MUNTANER, C., et al. Center for Epidemiologic Studies Depression Scale: Review and revision (CESD and CESD-R). In: MARUISH, M. E. (Ed.). **The use of psychological testing for treatment planning and outcomes assessment**: Instruments for adults. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Publishers; 2004. p. 363–77.

EDEN, K. B.; PERRIN, N. A.; HANSON, G. C.; MESSING, J. T.; BLOOM, T. L., et al. Use of online safety decision aid by abused women: effect on decisional conflict in randomized controlled trial. **Am J Prev Med**, v. 48, n. 4, p. 372-83, abr. 2015. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0749379714005649>. Acesso em: 12 jun 2022. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2014.09.027>.

EVANS, D. P.; HALL, C. D. X.; ROCHA, R. W. G.; PRADO, A. M., et al. "These Questions Have Everything That Happens to me": Analysis of a Femicide Risk Assessment Tool for Abused Women in Brazil. **Journal of Family Violence**, v. 37, p. 547–57, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-021-00313-1>. Acesso em: 23 out. 2022.

FARIA, L.; COSTA, M. C. Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. **Dados**, v. 49, n. 1, p. 159-191, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xD4vghfkR5RDb3RCGdQ6z3j/?lang=pt#>. Acesso em: 28 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000100007>.

FORD-GILBOE, M.; VARCOE, C.; SCOTT-STOREY, K.; WUEST, J., et al. A tailored online safety and health intervention for women experiencing intimate partner violence: the iCAN Plan 4 Safety randomized controlled trial protocol. **BMC Public Health**, v. 17, n. 273, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5360053/>. Acesso em: 24 out 2022. <http://doi.org/10.1186/s12889-017-4143-9>.

FONSECA, A. C. D.; LEIVAS, P. G. C. (Orgs.). **Direitos humanos e saúde**: volume 1. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA; 2018.

GLASS, N. E.; CLOUGH, A.; MESSING, J. T.; BLOOM, T. Longitudinal Impact of the myPlan App on Health and Safety Among College Women Experiencing Partner Violence. **J Interpers Violence**, v. 37, p. 13-14, jul. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33576291/>. Acesso em: 30 jul 2022. <http://doi.org/10.1177/0886260521991880>.

GLAUBER, A.; RANDEL, J.; PICARD, P. Tech abuse in teen relationships study. **Research Findings**. 2007. Disponível em: <https://www.breakthecycle.org/sites/default/files/pdf/survey-lina-tech-2007.pdf>. Acesso em: 16 ago 2022.

GOLDENBERG, M.; PRIORE, M. D.; RIBEIRO, D.; BEAUVOIR, S. L. B., et al. **O segundo sexo 70 anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 2019.

GRAHAM, I. D.; O'CONNOR, A. M. **User Manual – Preparation for Decision Making Scale** [documento na Internet]. Ottawa: Ottawa Hospital Research Institute; 1995. Disponível em: http://decisionaid.ohri.ca/docs/develop/User_Manuals/UM_PrepDM.pdf. 3 f.

GREEN, L. W.; GEORGE, M. A.; DANIEL, M.; FRANKISH, C. J., et al. **Study of participatory research in health promotion**: review and recommendations for the development of participatory research in health promotion in Canada. Vancouver: Royal Society of Canada; 1995.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade, Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998.

HEGARTY, K.; BUSH, R.; SHEEHAN, M. The Composite Abuse Scale: Further development and assessment of reliability and validity of a multidimensional partner abuse measure in clinical settings. **Violence and Victims**, v. 20, n. 5, p. 529–547, 2005. Disponível em: <https://connect.springerpub.com/content/sgrvv/20/5/529>. Acesso em: 16 ago 2022. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.2005.20.5.529>.

HEISE L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMÖLLER, M. Ending violence against women. **Popul Rep**, v. 27, n. 4, p. 1-43, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306257623_Ending_violence_against_women. Acesso em: 13 out 2022.

HEISE, L. Violence against women-Global organizing for change. In: EDLESON, J. L., EISIKOVITS, Z. C. (Ed). **Future interventions with battered women and their families**. Thousand Oaks: SAGE; 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2017**. São Paulo: IPEA; 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. São Paulo: IPEA; 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA; 2021.

ISRAEL, B.A.; ENG, E.; SCHULZ, A. J.; PARKER, E. A.; SATCHEL, D. (Ed). **Methods of community based participatory research**. 2 ed. San Francisco (CA): Jossey-Bass; 2013.

ISRAEL, B. A.; SCHULZ, A. J.; PARKER, E. A.; BECKER, A. B. Assessing Partnership Approaches to Improve Public Health. **Annu Rev Public Health**, V. 19, p. 173-202, 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9611617/>. Acesso em: 28 jun. 2023. <http://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.19.1.173>.

JOHNSON, S. **The Guardian**: 'We wrap services around women': Brazil's innovative domestic violence centre. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/may/12/we-wrap-services-around-women-brazils-innovative-domestic-violence-centre>. Acesso em: 25 out. 2022.

KITA, S.; HARUNA, M.; HIKITA, N.; MATSUZAKI, M., et al. Development of the Japanese version of the Woman Abuse Screening Tool-Short. **Nursing and Health Sciences**, v. 19, p. 35-43, jul. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nhs.12298>. Acesso em: 18 out. 2022. <https://doi.org/10.1111/nhs.12298>.

KOZIOL-MCLAIN, J.; VANDAL, A. C.; WILSON, D.; NADA-RAJA, S., et al. A web-based intervention for abused women: The New Zealand isafe randomized controlled trial protocol. **BMC Public Health**, v. 15, n. 56, p. 1-8, jan. 2015. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-015-1395-0>. Acesso em: 10 out. 2022. <http://doi.org/10.1186/s12889-015-1395-0>.

KOZIOL-MCLAIN, J.; VANDAL, A. C.; WILSON, D.; NADA-RAJA, S., et al. Efficacy of a Web-Based Safety Decision Aid for Women Experiencing Intimate Partner Violence: Randomized Controlled Trial. **J Med Internet Res**, v. 19, n. 12, e426, jan. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29321125/>. Acesso em: 12 out. 2022. <http://doi.org/10.2196/jmir.8617>.

LIAMPUTTONG, P. **Qualitative research methods**. 4th ed. Oxford: Oxford University Press; 2013.

MAFTEI, A.; DĂNILĂ, O. Give me your password! What are you hiding? Associated factors of intimate partner violence through technological abuse. **Current Psychology**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12144-021-02197-2>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MANDERS O, XAVIER HALL C, VERTAMATTI M, EVANS D, CAMPBELL J. "We need to use words that we'd use in Brazil, right?" A community-based content validation of a translated femicide risk assessment instrument. **Violence Against Women**. v.28, n. 11, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10778012211051397>. Acesso em: 04 abr. 2023, <https://doi.org/10.1177/10778012211051397>.

MARCACINE, K. O., ABUCHAIM, E. S. V., ABRAHÃO, A. R., et al. Prevalência de violência por parceiro íntimo relatada por puérperas. **Acta Paul Enferm.**, v. 26, n. 4, p.395-400, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/xRcX95pHDqdHKvYPw94GxPn/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000400015>.

MARGANSKI, A.; MELANDER, L. Intimate partner violence victimization in the cyber and real world: Examining the extent of cyber aggression experiences and its association with in-person dating violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 33, n. 7, p. 1071–1095, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260515614283>. Acesso em: 02 abr. 2023. <https://doi.org/10.1177/0886260515614283>.

MCCAULEY, J.; KERN, D. E.; KOLODNER, K.; DILL, L., et al. The "Battering Syndrome": prevalence and clinical characteristics of domestic violence in primary

care internal medicine practices. **Ann Intern Med**, v. 123, p. 737-46, 1995. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/abs/10.7326/0003-4819-123-10-199511150-00001>. Acesso em: mês abreviado 2022. <https://doi.org/10.7326/0003-4819-123-10-199511150-00001>.

MCFARLANE, J.; CAMPBELL, J. C.; WATSON, K. Intimate partner stalking and femicide: urgent implications for women's safety. **Behav Sci Law**, v. 20, n. 1-2, p. 51-68, 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12030246/>. Acesso em: 02 abr. 2023. <https://doi.org/10.1002/bsl.477>.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciênc. saúde colet.**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDfYB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. 266 p. Brasília: SPM, 2009.

MUISE, A.; CHRISTOFIDES, E.; DESMARAIS, S. . More information than you ever wanted: Does Facebook bring out the green-eyed monster of jealousy? **CyberPsychology & Behavior**, v. 12, v. 4, p. 441-4, aug. 2009. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/cpb.2008.0263>. Acesso em: 10 out. 2022. <https://doi.org/10.1089/cpb.2008.0263>.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

PINHEIRO, Ana Alice Costa. **Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México, 1981.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. Dossiê Teoria Política Feminista. **Rev. Sociol. Polit**, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>.

PINTO, L. W.; MENDES, C. H. F.; NASCIMENTO, M; CAMPOS, D; In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. **Novas e velhas faces da violência no Século XXI**: Visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p.203-222.

RADLOFF, L. S. The CES-D scale: A self-report depression scale for research in the general population. **Applied Psychological Measurement**, v. 1, n. 3, p. 385–40, 1977. Disponível em: <https://conservancy.umn.edu/bitstream/handle/11299/98561/v01n3p385.pdf>. Acesso em: 08 ago 2022.

ROCHA R. W. G.; OLIVEIRA, D. C. de; LIEBEL, V. A.; PALLU, P. H. R., et al. Translation and Cross-Cultural Adaptation Protocol of Abuse Questionnaires: The Brazilian Portuguese Version of the Composite Abuse Scale (CAS). **Violence Against Women**, v. 28, n. 5, p. 1171-1187, abr. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34074162/>. Acesso em: 07 ago 2022. <http://doi.org/10.1177/10778012211013901>.

SARDENDERG, C. Políticas de Enfrentamento da Violência Contra Mulheres no Brasil: Construção e Desmonte, **Rev. Est. de Políticas Públicas**, v. 4, n. 2, p. 77-98, jul./nov., 2018. Disponível em: <https://revistaestudiospoliticaspublicas.uchile.cl/index.php/REPP/article/view/51738/5378>. Acesso em: 19 jul 2021. <http://dx.doi.org/0719-6296.2018.51738>.

SCHRAIBER, L. B.; LATORRE, M. R. D. O.; FRANÇA JR, I.; SEGRI, N. J., et al. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Rev. Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 658-66, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Fzfcdfhdwsw8VPJRpH73Kr/?lang=pt>. Acesso em: 20 out 2022. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 20 maio 2022.

SCOTT, A. J.; LLOYD, R.; GAVIN, J. The Influence of Prior Relationship on Perceptions of Stalking in the United Kingdom and Australia. **Criminal Justice and Behavior**, v. 37, n. 11, p. 1185–1194, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0093854810378812>. Acesso em: 02 abr. 2023. <https://doi.org/10.1177/0093854810378812>.

SCRIMSHAW, S. **Anthropological approaches for programme improvement**. Los Angeles: University of California, 1987.

SIGNORELLI, M. C. **Mudaram as estações...nada mudou**: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense. 2011. 194f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, São Paulo, 2011.

SIGNORELLI, M.C., COSTA DA SILVA, V.L., EVANS, D.P. et al. Feasibility of an Online-Based Safety Decision Aid for Brazilian Women Living with Intimate Partner Violence: Findings from Participatory-Action Research in a One Stop Center. **J Fam Viol.** v. 38, p. 433-446, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-022-00409-2>. Acesso em: 04 abr. 2023. <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00409-2>.

SILVA, V. L. C.; PRADO, S. M.; SIGNORELLI, M. C. Plataforma online para apoio à tomada de decisão e planejamento de segurança para mulheres vivendo com violência doméstica no brasil: bases teórico-metodológicas e resultados preliminares. **Guaju**, Matinhos, v. 5, n. 2, p. 99-113, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/70501/40127>. Acesso em: 27 jul 2021.

SPONG, S.; WATERS, R. Community-based participatory research in counselling and psychotherapy. **European Journal of Psychotherapy & Counselling**, v. 17, n. 1., p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642537.2014.996170>. Acesso em: 30 jun. 2023. <https://doi.org/10.1080/13642537.2014.996170>.

STACEY, D.; LÉGARÉ, F.; COL, N. F.; BENNETT, C. L., et al. Decision aids for people facing health treatment or screening decisions. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 4, n. CD001431, 2017. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD001431.pub4/full>. Acesso em: 30 jul. 2022. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD001431.pub4>.

TARZIA, L.; MURRAY, E.; HUMPHREYS, C.; GLASS, N., et al. I-Decide: online intervention drawing on the psychosocial readiness model for women experiencing domestic violence. **Women's Health Issues**, v. 26, n. 2, p. 108-16, mar./apr. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26362841>. Acesso em: 12 jun. 2022. <http://doi.org/10.1016/j.whi.2015.07.011>.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M. J. M.; TOLEDO, R. F. Metodologia Participativa e Pesquisa-Ação na Área da Saúde. **Int J Act Res**, 8(2):142-58, 2012. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/41410/ssoar-ijar-2012-2-thiolle et al-Participatory Methodology and Action Research.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jun. 2023.

TOKUNAGA, R. S. Social networking site or social surveillance site? Understanding the use of interpersonal electronic surveillance in romantic relationships. **Computers in Human Behavior**, v. 27, n.2, p. 705–71, mar. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0747563210002724>. Acesso em: 16 out 2022. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2010.08.014>.

TOLEDO, R. F.; JACOBI, P. R. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educ. Soc.**, v. 34, n. 122, p. 155-173, jan.-mar.

2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/GQXTGfPMhWpFktxq8dLW6ny/abstract/?lang=pt#>.
 Acesso em: 20 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000100009>.

UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. **Convention on the Elimination of All forms of Discrimination against women**. New York: UN Women; 2009. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>. Acesso em: 20 out 2022.

VASCONCELOS, M. F. F., SILVA, J. F., RODRIGUEZ, A. M. M., WARMLING, D (Orgs.). Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Saúde Pública. Curso de Atenção Integral à Saúde das Mulheres - Modalidade à Distância. **Gênero e vulnerabilidades na saúde das mulheres**. Florianópolis: UFSC, 2017.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. Revista Ártemis, v. XXVII, n. 1, p. 89-114, jan-jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/46700>. Acesso em: 20 mar 2023.

VOS, T.; ASTBURY, J.; PIERS, L. S.; MAGNUS, A., et al. Measuring the impact of intimate partner violence on the health of women in Victoria, Australia. **Bull World Health Organ**, v. 84, n. 9, p. 739-44, sep. 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2627471/>. Acesso em: 20 out. 2022. <http://doi.org/10.2471/blt.06.030411>.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Secretaria Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. OPAS/OMS. Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: OPAS/OMS; 2015.

WALLERSTEIN, N. AUERBACH, E. **Problem-Posing at Work**: English for Action. 2 ed. Edmonton: Grass Roots Press; 2004.

WALLERSTEIN, N.; GIATTI, L. L.; BÓGUS, C. M.; AKERMAN, M., et al. Shared participatory principles and methodologies: perspectives from the USA and Brazil-45 Years after Paulo Freire's "Pedagogy of the oppressed". **Societies (Basel)**, v. 7, n 2, p. 1-21, jun. 2017. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4698/7/2/6/htm>. Acesso em: 20 jun. 2023. <http://doi.org/10.3390/soc7020006>.

WARD, M.; SCHULZ, A. J.; ISRAEL, . A.; RICE, K., et al. A conceptual framework for evaluating health equity promotion within community-based participatory research partnerships. **Eval Program Plann**, v. 30, n. 70, p. 25-34, out 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0149718917303166?via%3DiHub>. Acesso em: 24 jun. 2023. <http://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2018.04.014>.

WESTPHAL, M.F.; BOGUS, C. M.; FARIA, M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Bol. Oficina Saint. Panam.**, v. 120, n.6, p. 472-481, 1996. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/15464>. Acesso em: 12 out 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ethical and safety recommendations for intervention research on violence against women**: Building on lessons from the WHO publication 'Putting women first: Ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women'. Geneva: Who; 2016. 43 f.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on violence prevention 2014**. Geneva: WHO, 2014. 274 f.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing intimate partner and sexual violence against women**: taking action and generating evidence. Washington: WHO; 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Violence and Health Report 2002**. 357 f. Geneva: WHO, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global and regional estimates of violence against women**: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Geneva, Switzerland; 2013. 51 f.

YAZDY, N. S.; TALAEI, A.; EBRAHIMI, M., IVARI, A. G., et al. "Be my Voice" to break social stigma against domestic violence: The underestimated role of smartphone applications in protecting victims in developing countries. **Front Psychiatry**, v. 13, n. 954602, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35990047/>. Acesso em: 13 maio 2023.

APÊNDICE 1 – ETAPA 2: GRUPO FOCAL – PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA

MÓDULO FILHOS

1. Converse com seus filhos sobre a violência em casa e faça um plano de segurança.

É provável que seus filhos já saibam das brigas, mesmo que elas não aconteçam todos os dias. Converse com seus filhos. O silêncio não ajuda, porque eles podem se sentir confusos.

Algumas dicas úteis:

- Fale sobre o comportamento, não sobre a pessoa.
- Em caso de briga, a culpa não é deles. Nada que seus filhos possam fazer acabará com as brigas.
- Explique a seus filhos que a relação conjugal (marido/esposa) é diferente da relação entre pais/filhos.
- Não chame ninguém de malvado.

A violência doméstica pode ser perigosa para crianças. É importante criar um **plano de segurança** com seus filhos.

Em caso de violência, é necessário que crianças de todas as idades saiam do lugar imediatamente. O plano de fuga para eles depende da sua situação. Qual é o tamanho da sua casa? Quais os lugares seguros disponíveis? Quantos anos seus filhos têm?

Se você tiver filhos com menos de três anos, pode ser que eles precisem ficar com você. Se os seus filhos forem mais velhos, diga que eles precisam ir embora assim que a briga começar. Converse com seus filhos sobre o que fazer em uma emergência e faça um plano com eles. Os serviços de apoio à violência doméstica da sua área também podem ajudar você a planejar a segurança deles.

Entre em contato com: Patrulha Maria da Penha Disque **153**. Em caso de emergência, Disque **190**.

Se a violência for contra a mulher, contate a Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR. Funcionamento 24 horas por dia.

Se a violência for contra seus filhos, contate o NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - (41) 3270-3370

O Disque Denúncia **181** também pode ser acessado para denunciar, mas não em casos de emergência. Mais informações, consulte <http://www.181.pr.gov.br/>

Ou contate a rede intersetorial de apoio à violência, pode ser sua Unidade Básica de Saúde (Postinho), Escola de seus filhos, ou CRAS - Centro de Referência em Assistência Social.

Caso possa, converse com um advogado(a) sobre sua situação e suas alternativas. Algumas possibilidades de atendimento jurídico gratuito, são:

Defensoria Pública do Paraná - Rua José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300

Mapa do Acolhimento - <https://www.mapadoacolhimento.org/>

Converse com seus filhos sobre como a polícia protege as pessoas. Ensine os seus filhos a ligar para **153** para chamar ajuda em caso de violência doméstica. Pratique com eles o que precisam falar quando ligarem para pedir ajuda. “Meu nome é _____. Meu endereço é _____ e minha mãe está sendo machucada.” Diga para seus filhos não desligarem o telefone. Assim, os serviços podem ouvir o que está acontecendo e encontrar vocês.

Ensine seus filhos a nunca usar o telefone para pedir ajuda na frente do seu parceiro(a). Isso colocaria vocês em risco. Se possível, eles devem usar o celular em um local seguro. Se não puderem usar um telefone residencial ou um celular, ensine eles a ir na casa de um vizinho, mas apenas se isso for seguro.

Obs: O número **190** é da polícia militar, mas não atende chamadas de crianças.

Planos de segurança específicos conforme a idade da criança

Para crianças de 6 a 12 anos:

- Em momento seguro, longe de seu agressor, monte um plano de fuga e treine com seus filhos: como fugir, para onde fugir, o que fazer em caso de brigas.
- Desenhe um mapa ou a planta da sua casa com seus filhos. Marque um local/cômodo onde eles possam ir quando a violência começar. Esse local precisa ter um telefone ou celular ao alcance deles.
- Coloque uma lanterna e números de telefone importantes em um lugar que seus filhos conheçam e possam pegar em caso de emergência.
- Deixe claro para os seus filhos que ir para um local seguro não significa apenas se esconder. Precisa ser um lugar seguro até a briga acabar. Eles podem trancar a porta ou fechá-la.
- Você também pode mandar seus filhos irem para um vizinho, parente ou amiga de confiança. Confirme se eles se sentem confortáveis com essas pessoas.
- Recomende que seus filhos façam algo para tentar se distrair ou encontrar conforto. Exemplos: Algumas crianças têm um bicho de pelúcia que traz conforto; outras podem ser ensinadas a fazer exercícios de respiração/relaxamento.

Para crianças/adolescentes de 13 a 18 anos:

- Crianças mais velhas são mais capazes de entender a gravidade da situação e buscar segurança. Ainda assim, é importante conversar sobre locais seguros e adultos de confiança para quem pedir ajuda.
- Nessa idade, pode ser que seus filhos sintam que podem ou devem proteger você. Fale com eles, respeite os sentimentos deles, mas peça para colocarem a segurança deles em primeiro lugar.

2. Encontre um lugar para mandar seus filhos caso seu parceiro(a) fique violento.

A violência entre adultos pode ser perigosa para crianças. Se eles tiverem idade suficiente, pode ser melhor pedir para seus filhos saírem de casa quando seu

parceiro(a) ficar violento. Converse com seus filhos e façam uma lista de adultos com quem eles se sentem seguros. Pode ser um vizinho, parente ou amiga de confiança, mas de preferência alguém próximo que responda rapidamente.

Depois que você e seus filhos escolherem uma ou mais pessoas de confiança, pergunte a essas pessoas se elas estão dispostas e preparadas para cuidar dos seus filhos em caso de emergência. Confirme se os seus filhos sabem o telefone, endereço e como chegar à casa dessas pessoas de confiança. Pratiquem o plano de segurança, inclusive o plano de fuga.

É importante deixar um dinheiro com seu(s) filho(s) para pagar o transporte, ou um cartão de transporte coletivo.

3. Se os seus filhos têm contato com seu parceiro(a), encontre uma maneira segura de praticar o plano.

Algumas mulheres querem que os filhos tenham contato com o ex-parceiro(a). Isso também pode ser exigido por lei. O contato pode ser por telefone, mensagem de texto, online ou encontros presenciais. Às vezes, o parceiro(a) pode abusar da mulher ou das crianças durante o contato. Por isso é importante pensar na segurança em todos os contatos entre filhos e o parceiro(a). Por exemplo, os encontros podem ser em áreas públicas, ou com supervisão. É possível que seus filhos tenham medo ou fiquem nervosos antes das visitas do ex-parceiro(a).

Os serviços de apoio à violência doméstica podem ajudar você e seus filhos a:

- Entender seus sentimentos;
- Identificar problemas de segurança relacionados aos contatos com o parceiro(a);
- Desenvolver maneiras de gerenciar riscos.

Algumas mulheres têm medo porque acreditam que as crianças correm muito risco de serem machucadas durante o contato com o ex-parceiro(a). Se o seu parceiro(a) abusou ou ameaçou machucar seus filhos, você pode pedir judicialmente que seja negado o contato ou que se permita apenas visitas supervisionadas. Em algumas regiões há programas e lugares para visitas seguras ou contato supervisionado. Uma advogada, defensoria pública ou serviço de apoio à violência doméstica pode aconselhar você sobre como o judiciário ou a polícia podem ajudar a proteger seus filhos.

Procure a Defensoria Pública Estadual, que tem a função de prestar assistência jurídica gratuita. As mulheres podem ter acesso a orientações sobre seus direitos que lhes são assegurados como sua integridade, guarda de filhos, pensão alimentícia, acesso a programas sociais, entre outros. A Defensoria fica na Rua José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba, telefone (41)3219-7300.

Caso disponha de recursos, consulte um advogado(a) ou entre em contato com o Mapa do Acolhimento via site <https://www.mapadoacolhimento.org/>, que o atendimento é gratuito.

Outra possibilidade é buscar atendimento jurídico gratuito nos Núcleos de Prática Jurídica das universidades:

Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR: Bloco Vermelho da PUCPR (Bloco 5 – Escola de Direito). Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho – Curitiba/PR. Telefone: (41) 3271-1957. Atendimento pessoalmente: 2ª a 6ª feira, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 22h15.

Núcleo de Prática Jurídica da UNIBRASIL: Av Senador Souza Naves, 470 - Alto da Rua XV, Curitiba – PR, CEP 80045-060. Telefone: (41) 3015-2510. E-mail: npj@unibrasil.com.br

Núcleo de Prática Jurídica da UNICURITIBA: Rua Desembargador Westphalen, 2.005, Rebouças. Telefones: 55 (41) 3213-8820, (41) 99255-2816. Email: npj.secretaria@unicuritiba.edu.br. Atendimento: 2ª a 6ª das 8 às 12h e das 14 às 22h15 | sábados das 8 às 12h

Núcleo de Prática Jurídica Universidade Positivo: Rua Professor Viriato Parigot de Souza 5030, Campo Comprido. Telefone: (41) 3317-3185. Site: <https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/nossas-unidades/>

Núcleo de Prática Jurídica da FAE em Curitiba: Rua 24 de Maio, 135 - Centro, Curitiba - PR, 80230-080. Telefone: (41) 2105-4845. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 8h às 17h30.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

4. Ajude seus filhos a lidar com a violência em casa.

A violência doméstica pode ser assustadora para crianças. Crianças são afetadas de maneiras diferentes. Alguns serviços de violência doméstica oferecem apoio ou aconselhamento para crianças que viram ou ouviram suas mães serem violentadas. Você pode tentar entrar em contato com os serviços abaixo:

Unidade Básica de Saúde (postinho): Procure a Unidade Básica de Saúde mais próxima de você ou aquela em que você tem cadastro. Se não tiver cadastro em nenhuma Unidade Básica de saúde, você pode ligar no número 156 para saber qual é sua Unidade.

Na Unidade Básica você poderá conversar com profissionais de saúde e contar que você está em uma situação de violência, assim os profissionais poderão orientá-la de forma segura sobre as atitudes possíveis e encaminhamentos necessários.

Caso seus filhos também estejam sofrendo violência, procure conversar com a Escola, e explicar a situação. O Conselho Tutelar de sua região pode ajudar seus filhos, assim como o NUCRIA, que fica na Av. Vicente Machado, 2560 - Campina do Siqueira, Curitiba - Tel (41) 3270-3370

O Disque **100** é uma linha telefônica de abrangência nacional gratuita que funciona 24 horas por dia para denunciar e buscar ajuda em casos de violação de direitos humanos, incluindo violação dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes e população LGBT. De modo que podem ser relatadas violência doméstica e

alienação parental, por exemplo. Enquanto o Disque **181** (denúncia) é uma linha telefônica em nível estadual (Paraná). A linha confidencial **180** (violência contra mulher - a partir de telefones fixos) pode ser usada em todo o país.

Há vários recursos online que você e seus filhos podem ver para lidar com as emoções relacionadas à violência doméstica. Consulte páginas das redes sociais sobre o tema como, por exemplo, o instagram <https://www.instagram.com/justiceirasoficial>

Se você se separar ou se divorciar do seu parceiro(a), talvez seja difícil seus filhos entenderem e se adaptarem. Dependendo da idade dos seus filhos, existem materiais impressos e online para ajudar durante a separação e o divórcio. Eles explicam o que está acontecendo em uma linguagem fácil de entender. Como mãe, você pode buscar acompanhamento da Rede intersetorial, incluindo Unidades de Saúde, CRAS e escolas de seus filhos.

5. Tome decisões sobre guarda compartilhada dos filhos, visitas e pensão.

Caso se separe do seu parceiro(a), vocês precisarão tomar decisões sobre como cuidar dos filhos. Vocês precisam ter um “acordo de criação dos filhos” por escrito (via judicial), que descreva como vocês vão dividir as responsabilidades e o tempo com as crianças.

Orientação:

Se você e seu parceiro(a) concordarem sobre como cuidar dos filhos, esse acordo precisa ser feito com a ajuda de um advogado(a). O juiz poderá exigir que o seu parceiro(a) siga o acordo.

Se você e seu parceiro(a) não concordarem busque o auxílio de um advogado(a). O juiz tomará sua decisão observando o que é melhor para seus filhos.

Caso você e seu parceiro(a) não tenham recursos para pagar um advogado(a), busque a Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300) ou entre em contato com o Mapa do Acolhimento via site <https://www.mapadoacolhimento.org/>, que o atendimento é gratuito.

Outra possibilidade é buscar atendimento jurídico gratuito nos Núcleos de Prática Jurídica das universidades:

Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR: Bloco Vermelho da PUCPR (Bloco 5 – Escola de Direito). Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho – Curitiba/PR. Telefone: (41) 3271-1957. Atendimento pessoalmente: 2ª a 6ª feira, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 22h15.

Núcleo de Prática Jurídica da UNIBRASIL: Av Senador Souza Naves, 470 - Alto da Rua XV, Curitiba – PR, CEP 80045-060. Telefone: (41) 3015-2510. E-mail: npj@unibrasil.com.br

Núcleo de Prática Jurídica da UNICURITIBA: Rua Desembargador Westphalen, 2.005, Rebouças. Telefones: 55 (41) 3213-8820, (41) 99255-2816. Email:

npj.secretaria@unicuritiba.edu.br. Atendimento: 2ª a 6ª das 8 às 12h e das 14 às 22h15 | sábados das 8 às 12h

Núcleo de Prática Jurídica Universidade Positivo: Rua Professor Viriato Parigot de Souza 5030, Campo Comprido. Telefone: (41) 3317-3185. Site: <https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/nossas-unidades/>

Núcleo de Prática Jurídica da FAE em Curitiba: Rua 24 de Maio, 135 - Centro, Curitiba - PR, 80230-080. Telefone: (41) 2105-4845. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 8h às 17h30.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

Fique tranquila, em casos de violência doméstica, muitas vezes pode ser feita uma exceção para que você não precise ter contato com seu (ex) parceiro(a), nem nas audiências.

Junte o máximo possível de provas (como mensagens, áudios, vídeos, imagens, testemunhas etc.) que podem ser utilizadas a seu favor nesse processo.

Juízes e juízas tomam decisões com base no que consideram o melhor para seus filhos. Hoje a tendência é a guarda compartilhada, e mesmo que esta não ocorra, é comum haver visitas; caso haja riscos para seus filhos, você terá que explicar ao juiz sua situação e preocupações de segurança relacionadas às crianças. Alguns parceiros usam os filhos contra a mãe. Você deverá buscar auxílio jurídico adequado para o caso concreto.

É possível que esses pedidos demorem para ser atendidos. Enquanto isso, você pode obter ordens judiciais provisórias (temporárias). Caso seu parceiro(a) desobedeça ao acordo, pode ser solicitado, judicialmente, a obrigação de cumprimento, se necessário, com atuação policial inclusive.

Seus filhos também têm direito à pensão. Esse é o dinheiro que o pai ou mãe paga para atender as necessidades diárias dos filhos. Os valores podem variar de acordo com as necessidades da criança e renda dos pais. Não existe data limite para solicitação da pensão, mas observe que não existe pensão retroativa, apenas pagamento de valores atrasados de pensão já concedida, limitados aos últimos 2 anos. É importante entrar em contato com o CRAS de sua região assim que você se separar, porque você também pode ter direito a benefícios sociais (como Auxílio Brasil, Vale Gás etc.).

O ideal sempre é buscar auxílio jurídico para identificar o que é melhor para cada caso. Por exemplo, caso já tenha guarda compartilhada ou unilateral em acordo judicial, há diversas providências a serem tomadas, exemplos:

- Caso haja um horário específico para devolução da criança e esta não é entregue, é cabível chamar a polícia;
- Caso o processo esteja em trâmite, é possível protocolar no próprio processo informando novas ocorrências, dando ciência ao juiz e solicitando providências;

- É possível entrar em contato com o conselho tutelar/ministério público para informar situações que prejudiquem as crianças.
- Entrar com uma nova ação.

Quando há violência contra criança, é possível estender a medida protetiva da mulher à criança. Esse pedido pode ser feito na delegacia/ação em trâmite e o juiz irá analisar com urgência.

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

As ordens judiciais provisórias podem ser solicitadas através de liminares, serão peticionadas ao juiz por advogados e defensores públicos. Então, será necessário o auxílio jurídico.

No caso de alienação parental, é possível entrar com ação, denunciar ao conselho tutelar, registrar BO na delegacia, bem como no disque 100. Nesse caso, também cabe as liminares para ordem judicial provisória.

6. Converse com a escola ou creche dos seus filhos sobre a situação em casa.

A violência doméstica pode ser muito perturbadora. Talvez seus filhos precisem faltar na escola ou creche e os funcionários queiram saber o motivo. Pode ser constrangedor ou estranho falar sobre isso, mas se a escola ou creche souber da situação na sua casa, pode ser melhor para você e seus filhos. Por exemplo, eles podem alertar a polícia se os seus filhos não forem para a escola conforme planejado. Você também precisa avisar a equipe caso tenha uma medida protetiva e seu parceiro(a) não possa ter contato com os filhos. Assim, eles não vão deixar seu parceiro(a) buscar as crianças na escola ou creche.

7. Peça uma medida protetiva para proteger seus filhos.

Se você teme pela segurança dos seus filhos, pode incluí-los na sua medida protetiva. Ao pedir uma medida protetiva, vão perguntar se você acredita que a sua segurança ou a segurança dos seus filhos está em risco por causa do seu parceiro(a). Junte todas as provas possíveis (fotos, áudios, vídeos, testemunhas etc) que possam comprovar a situação, pois juízes e juízas tomam as decisões baseadas em evidências.

Para mais informações, entre em contato com serviços de assistência jurídica abaixo:

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Funciona 24 horas.

Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300)

Mapa do <https://www.queroseracolhida.mapadoacolhimento.org/#block-9906>

Acolhimento:

Outra possibilidade é buscar atendimento jurídico gratuito nos Núcleos de Prática Jurídica das universidades:

Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR: Bloco Vermelho da PUCPR (Bloco 5 – Escola de Direito). Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho – Curitiba/PR. Telefone: (41) 3271-1957. Atendimento pessoalmente: 2ª a 6ª feira, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 22h15.

Núcleo de Prática Jurídica da UNIBRASIL: Av Senador Souza Naves, 470 - Alto da Rua XV, Curitiba – PR, CEP 80045-060. Telefone: (41) 3015-2510. E-mail: npj@unibrasil.com.br

Núcleo de Prática Jurídica da UNICURITIBA: Rua Desembargador Westphalen, 2.005, Rebouças. Telefones: 55 (41) 3213-8820, (41) 99255-2816. Email: npj.secretaria@unicuritiba.edu.br. Atendimento: 2ª a 6ª das 8 às 12h e das 14 às 22h15 | sábados das 8 às 12h

Núcleo de Prática Jurídica Universidade Positivo: Rua Professor Viriato Parigot de Souza 5030, Campo Comprido. Telefone: (41) 3317-3185. Site:

<https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/nossas-unidades/>

Núcleo de Prática Jurídica da FAE em Curitiba: Rua 24 de Maio, 135 - Centro, Curitiba - PR, 80230-080. Telefone: (41) 2105-4845. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 8h às 17h30.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

8. Em caso de boletim de ocorrência para proteção à criança, encontre ajuda.

Em situações de violência doméstica, parentes, amigos ou membros da comunidade podem denunciar a violência para proteger a criança. Uma vez feita a denúncia, o conselho tutelar é obrigado a investigar. Talvez um assistente social venha entrevistar você, seus filhos e sua família, para determinar se os seus filhos estão em risco.

Se o conselho tutelar entrar em contato, você tem o direito de perguntar:

- Por que estão entrando em contato?
- O que eles pretendem fazer?
- Com quem eles querem falar (caso seja você ou seus filhos, pergunte onde e quando? - explique a situação para que seu agressor não participe da conversa)
- O que eles estão considerando e quando você será informada do resultado da investigação?

O conselho tutelar vai colaborar com você para garantir a segurança e o bem-estar dos seus filhos. A prioridade deles é a segurança física e psicológica das crianças, eles irão ajudar você e seus filhos a ficarem juntos, mas longe da violência. Se necessário, eles podem tomar medidas contra o seu parceiro(a).

Em caso de violência contra crianças e adolescentes menores de 18 anos, há vários canais para dar entrada nas denúncias. Podem ser feitas ao Conselho Tutelar, às Polícias Civil e Militar, bem como ao Ministério Público. Qualquer pessoa pode fazer e após isso o caso será investigado. Podem ser noticiadas também aos serviços de disque-denúncia (Disque 100, nacional; Disque 181, estadual; e Disque 156, municipal). Mais detalhes: <https://mppr.mp.br/pagina-5648.html>

Você tem direito de buscar aconselhamento jurídico imediatamente após uma denúncia ser feita ao conselho tutelar. Os seguintes serviços de conselho tutelar podem ajudar você:

Conselho Tutelar de Curitiba Regional Matriz - Av. São José, 875 - Cristo Rei, Curitiba - Tel: (41) 3262-6124

Conselho Tutelar de Curitiba Rua da Cidadania CIC - R. MANOEL VALDOMIRO DE MACEDO, 2460, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba - Tel.: (41) 3221-2909

Conselho Tutelar Bairro Novo - R. Lupionópolis, S/N, Sítio Cercado, Curitiba
Telefone: (41) 3289-1272

Conselho Tutelar Boa Vista. Av. Paraná, 3600, Bacacheri, Curitiba – Telefone: (41) 3313-5705

Conselho Tutelar Boqueirão. Rua da Cidadania Boqueirão, Sala 36 - Av. Mal. Floriano Peixoto, 8430, Boqueirão, Curitiba - Telefone: (41) 3313-5560

Conselho Tutelar Cajuru. R. Enga. Enedina Alves Marques, 167, Cajuru, Curitiba – Telefone: (41) 3267-7888

Conselho Tutelar Pinheirinho. Rua da Cidadania Pinheirinho, Sala 19, Av. Winston Churchill, 2033 - Capão Raso, Curitiba – Telefone: (41) 3313-5607

Conselho Tutelar Portão - Rua da Cidadania Fazendinha-Portão, Sala 52. R. Carlos Klemtz, 1700, Fazendinha, Curitiba – Telefone: (41) 3245-8096

Conselho Tutelar Santa Felicidade - Rua da Cidadania Santa Felicidade, Loja 17C. R. Santa Bertilla Boscardin, 213, Santa Felicidade, Curitiba –Telefone: (41) 3221-2562

Conselho Tutelar Tatuquara. Av. Pero Vaz de Caminha, 560 Tatuquara, Curitiba – Telefone: (41) 3289-6174

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

9. Busque fazer uma consulta jurídica com profissional do Direito e ajuda na Casa da Mulher Brasileira

Uma sugestão é buscar apoio de profissionais do Direito (advogados(as) ou defensoria pública) para conhecer seus direitos e possibilidades, em busca de aconselhamento especializado.

Caso tenha sofrido violência, o primeiro passo é buscar apoio na Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (CMB), que funciona 24 horas, todos os 7 dias da semana na Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - Tel: (41) 3221-2701.

Na Casa da Mulher Brasileira você passará pelo apoio psicossocial onde poderá tirar dúvidas e ser orientada por psicólogas e assistentes sociais. Na sequência poderá registrar o Boletim de Ocorrência (BO), caso decida por essa alternativa, na Delegacia da Mulher que funciona dentro da Casa.

Poderá contar com apoio da Defensoria Pública e também poderá solicitar a medida protetiva. Caso o juiz decida, poderá disponibilizar a você um “Botão do Pânico”, que serve para ser acionado em caso de violência. Ao ser acionado, a Polícia chega onde você estiver em até 10 minutos. Ele funciona com sinal de localização GPS para a polícia localizar você.

Na Casa da Mulher Brasileira você também poderá ter acesso ao abrigo de passagem (Alojamento temporário) por até 72 horas, para você e também para seus filhos menores e animais de estimação. Lembre-se: você não está sozinha!

MÓDULO SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Fale com um serviço confidencial para mulheres em relacionamentos perigosos

Para muitas mulheres, conversar com alguém pode ajudar. Você pode conversar com algumas pessoas confidencialmente. Elas podem informar sobre serviços e recursos que podem ajudar. Um bom número para encontrar ajuda é o Disque **180**.

O número **180** atende somente ligações por telefone fixo.

Serviços de apoio à violência doméstica como a Casa da Mulher Brasileira ajudam mulheres que queiram conversar com alguém sobre o relacionamento. Os funcionários também podem ajudar as mulheres a encontrar outros serviços.

Se você estiver em crise, entre em contato com os seguintes serviços:

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba – Aberta 24 horas. Tel: (41) 3221-2701

Se não estiver em crise, mas quer falar com alguém sobre suas opções de segurança, seu relacionamento ou qualquer outra preocupação, entre em contato com os seguintes serviços:

UNIDADES DE SAÚDE: Você pode contar à sua enfermeira(o) ou médica(o) da sua Unidade Básica de Saúde (postinho) sobre seu relacionamento, se você se sentir segura. Esses profissionais podem ajudar a cuidar melhor de você.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Os CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) de sua região/bairro ou CREAS (Centros de Referência Especializada em Assistência Social) dispõem de profissionais capacitados que também podem ajudar a cuidar de você.

POLÍCIA E SERVIÇOS DE APOIO À VÍTIMA: A violência por parceiro(a) é crime. Isso inclui agressão física ou sexual, ameaças ou perseguição. Você pode chamar a polícia se estiver em perigo por causa do seu parceiro(a). A polícia ajudará você a ficar segura e pode denunciar ou prender seu parceiro(a). Você pode entrar em contato com os números **190** (Polícia Militar) ou **153** (Guarda Municipal).

REDE DE SERVIÇOS CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL: Alguns serviços de emergência de hospitais têm enfermeiras para ajudar mulheres que foram vítimas de violência sexual. Você pode entrar em contato com os serviços de apoio abaixo:

Maternidade Hospital de Clínicas: Atendimento às vítimas de violência sexual maiores de 12 anos. Endereço: Rua General Carneiro 181- Alto da Glória, Curitiba - Tel: (41) 3360-1826, 24hs por dia.

Hospital Universitário Evangélico: Atendimento às vítimas de violência sexual maiores de 12 anos. Endereço: Alameda Augusto Stelfeld 1908- Bigorrrilho-Curitiba. Tel: (41) 3240-5120, 24hs por dia.

Hospital Infantil Pequeno Príncipe: Atendimento exclusivo à violência sexual para menores de 12 anos. Endereço: Rua Desembargador Motta 1070 - Água Verde, Curitiba - Tel: (41) 3310-1187 - 24hs por dia.

Em caso de emergência (quando não há violência sexual), você pode procurar a Unidades de Pronto Atendimento (UPA) mais próxima de sua residência:

UPA Boa Vista: Av. Paraná 3654 - Bacacheri - CEP - 82510-000 telefone: 3251-1013

UPA Boqueirão: Rua Professora Maria Assumpção, 2590- Boqueirão- CEP - 81670-040 telefone: 3217-1259

UPA Campo Comprido: Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 3495- Campo Comprido - CEP- 81210-000 telefone: 3373-4955

UPA Cajuru: Rua Eng. Benedito Mário da Silva, 555- Cajuru- CEP- 82970-000 - telefone: 3226-4069

UPA CIC: Rua Senador Accioly Filho, 3370- Cidade Industrial - CEP- 81350-200
telefone: 3314-5058

UPA Fazendinha: Rua Carlos Klemtz, 1883- Fazendinha- CEP - 81020-430
telefone: 3314-5112/3314-5111

UPA Pinheirinho: Rua Leon Nicolas, 2081- Pinheirinho- CEP: 81150-140 -
telefone:3212-1471

UPA Sítio Cercado: Dr.Levy Buquera,_700_- Sítio Cercado_- CEP- telefone:3378-
6052

UPA Tatuquara: Rua Jorn. Emílio Zolá Florengano, 835- Tatuquara - telefone:3348-
0616

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados
sem prévio aviso.

SUPORTE JURÍDICO: Saiba mais sobre seus direitos e opções para se proteger da
violência. Para mais informações, entre em contato com algum dos serviço de
assistência jurídica abaixo:

Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel: (41)
3219-7300

Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Rua do
Rosário, 144 - 8º andar - Centro, Curitiba - PR. Tel: (41) 3338-1832. Horário: 9 às
17h.

Mapa do Acolhimento:
<https://www.queroaseracolhida.mapadoacolhimento.org/#block-9906>

Informações adicionais podem ser obtidas na página da Procuradoria da Mulher da
Câmara Municipal de Curitiba:
<https://www.curitiba.pr.leg.br/institucional/procuradoria-da-mulher> ou também na
página de denúncias do Governo Federal: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-e-buscar-ajuda-a-vitimas-de-violencia-contramulheres>

Para mais informações, entre em contato com serviços de assistência jurídica
abaixo:

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral,
Curitiba - PR. Funciona 24 horas.

Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41)
3219-7300)

Mapa do Acolhimento:
<https://www.queroaseracolhida.mapadoacolhimento.org/#block-9906>

Outra possibilidade é buscar atendimento jurídico gratuito nos Núcleos de Prática Jurídica das universidades:

Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR: Bloco Vermelho da PUCPR (Bloco 5 – Escola de Direito). Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho – Curitiba/PR. Telefone: (41) 3271-1957. Atendimento pessoalmente: 2ª a 6ª feira, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 22h15.

Núcleo de Prática Jurídica da UNIBRASIL: Av Senador Souza Naves, 470 - Alto da Rua XV, Curitiba – PR, CEP 80045-060. Telefone: (41) 3015-2510. E-mail: npj@unibrasil.com.br

Núcleo de Prática Jurídica da UNICURITIBA: Rua Desembargador Westphalen, 2.005, Rebouças. Telefones: 55 (41) 3213-8820, (41) 99255-2816. Email: npj.secretaria@unicuritiba.edu.br. Atendimento: 2ª a 6ª das 8 às 12h e das 14 às 22h15 | sábados das 8 às 12h

Núcleo de Prática Jurídica Universidade Positivo: Rua Professor Viriato Parigot de Souza 5030, Campo Comprido. Telefone: (41) 3317-3185. Site:

<https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/nossas-unidades/>

Núcleo de Prática Jurídica da FAE em Curitiba: Rua 24 de Maio, 135 - Centro, Curitiba - PR, 80230-080. Telefone: (41) 2105-4845. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 8h às 17h30.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

Você também pode encontrar ajuda em outros serviços da comunidade, como igrejas, comunidades religiosas e centros de saúde feminina.

Veja outras partes deste plano de segurança para encontrar mais informações sobre esses serviços.

2. Se você está pensando em se machucar, ligue para uma linha confidencial de ajuda sobre suicídio.

Você não está sozinha. Muitas mulheres em relacionamentos abusivos já pensaram em se machucar. Seus filhos que também presenciam situações violentas também podem pensar em se machucar. Há pessoas disponíveis para te ajudar. Você pode ligar para **Disque 188** (ligação gratuita de todo território nacional, 24h por dia) ou acessar <https://www.cvv.org.br/>. Este site disponibiliza um chat e outros recursos para apoio.

O **Centro de Valorização à Vida** (CVV) também funciona 24 horas por dia na Rua Carneiro Lobo, 35 - Água Verde - Curitiba.

3. Fale com uma amiga ou parente de confiança

Para muitas mulheres, conversar com alguém pode ajudar. Amizade e apoio são importantes para o seu bem-estar. Tente se conectar com pessoas mais abertas e

prestativas. Por exemplo, pense em quem entenderá e respeitará suas decisões. Escolha alguém que manterá em segredo o que você disser.

4. Controle o estresse, a ansiedade, a tristeza ou a depressão, os problemas para dormir ou a sensação de cansaço ou exaustão.

Se você está estressada e ansiosa, algumas coisas podem ajudar. Práticas de relaxamento ou exercícios físicos podem ser boas maneiras de relaxar e afastar a mente de preocupações e tensões. É uma pausa para sua mente e seu corpo, além de ajudar a controlar o estresse. Sempre que passar por situações estressantes, respire fundo e conte até 10. Ler, ouvir música calma ou caminhar na natureza também pode ajudar.

O exercício físico é outra maneira muito boa de aliviar o estresse. O exercício produz hormônios chamados “endorfinas” que melhoram o humor e o bem-estar. Pense em entrar na academia ou praticar um esporte em grupo. Também há muitas coisas que você pode fazer em casa para melhorar sua saúde, incluindo pular corda, correr no local, subir escadas, fazer flexões, abdominais e treinamentos de resistência leves. Às vezes, a sensação de estresse, ansiedade e depressão pode durar muito tempo. Nesse caso, é muito útil falar com um terapeuta sobre seus sentimentos. Vários locais de trabalho oferecem serviços gratuitos aos funcionários para lidar com questões pessoais, como as próprias universidades que possuem as clínicas-escola e você pode entrar em contato para solicitar ajuda.

Você também pode encontrar serviços de apoio psicossocial na rede de CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e o encaminhamento é feito através de sua Unidade Básica de Saúde. O município de Curitiba possui uma rede estruturada para cuidado da saúde mental, com unidades CAPS em vários bairros. Para conhecer um pouco sobre essa rede: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/campanha-de-saude-mental/1278>

5. Converse com outras mulheres que passaram por isso.

Algumas mulheres acham útil conversar com outras mulheres que sofreram violências. Pode ser bom ouvir as histórias de mulheres que mudaram de vida e aprenderam com as experiências. Às vezes, apenas saber que alguém entende o que você está passando já é algo positivo.

Algumas ONGs (Organizações Não-Governamentais) e coletivos de mulheres têm grupos de apoio para mulheres. Procure fazer contato com esses grupos para compartilhar experiências e também trocar estratégias para superar a violência.

Algumas sugestões:

@justicadesaia <https://www.instagram.com/p/CWdzHU9lcmQ/>

@justiceirasoficial <https://www.instagram.com/justiceirasoficial/>

Grupo Mulheres do Brasil <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>

Rede de Mulheres Negras do Paraná: <https://rmnpr.org.br/>

6. Fale com um médico(a) ou outro profissional de saúde.

Se possível, é bom encontrar com um médico(a) ou outro profissional de saúde e fazer consultas regulares. Com o tempo, essa pessoa conhecerá você e sua saúde, podendo ajudar você a lidar com seu parceiro(a). Essa pessoa também pode

detectar sinais e sintomas de problemas de saúde relacionados ao estresse, como **depressão, insônia, cansaço e dor**. Tratar essas coisas ajuda a evitar problemas de saúde mais graves.

Você pode contar ao médico(a) ou profissional de saúde sobre o seu relacionamento. Como profissionais de saúde, eles precisam manter essas informações confidenciais. Essas informações podem ajudar esses profissionais a entender melhor sua situação. Se você achar isso seguro, esses profissionais podem ajudar você:

- Ouvindo.
- Registrando sua condição de saúde e ferimentos em seu prontuário. Esse registro pode servir como prova das violências para ter acesso a alguns serviços se você for ao juizado.
- Ajudando você a encontrar serviços na sua comunidade.

Você pode procurar Clínicas - Escolas das Faculdades de Psicologia em Curitiba:

UNIANDRADE - Dr. Muricy

Endereço: Rua João Scuissiato, 01 Bairro: Santa Quitéria

Telefone: (41) 3219-4248

UNIBRASIL: Clínica Integrada de Saúde

Endereço: Avenida Victor Ferreira do Amaral, 2.446 Bairro: Tarumã

Telefone: (41) 3267-9108

Clínica de Psicologia de Centro Universitário FAE- Grupo Educacional Bom Jesus

Endereço: Rua 24 de Maio, 135 Bairro: Centro

Telefones: (41) 2105-4826/ (41) 2105-4815

Clínica de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Endereço: Rua Rockefeller, 1450 Bairro: Rebouças

Telefone: (41) 3271-1663/ (41) 3271-1591

Clínica de Psicologia da universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Endereço: Rua Sidney Antônio Rangel dos Santos, 238 bairro: Santo Inácio

Telefone: (41) 3331-7846/ (41) 3331-7836

Clínica de Psicologia da Universidade Dom Bosco - campus Marumby

Endereço: Avenida Presidente Wenceslau Braz, 1172 Bairro: Guaíra

Telefones: (41) 3213-5273

Centro de Psicologia Aplicada - UFPR

Endereço: Praça Santos Andrade, 50 (Prédio Histórico) – 1º andar da Psicologia, sala 112.

Telefone: (41) 3310-2614

E-mail: centrodepsicologia@ufpr.br

Horário de Atendimento: Das 8h30 às 14h30 com Edvaldo da Silva Amaral e das 14h30 às 20h30 com Wagner da Cruz.

Centro de Psicologia Universidade Positivo

Endereço: R. Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 - Cidade Industrial De Curitiba, Curitiba - PR, 81280-330
 Telefone: (41) 3317-3169
 E-mail: centrodepsicologia@universidadepositivo.com.br

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

7. Coisas que você pode fazer para melhorar a dor física.

Lidar com a dor física é um desafio. Manter-se ativa, relaxar, tomar remédios, fazer tratamentos e consultar um especialista em dor pode ajudar. Também pode ser útil consultar um profissional de saúde regularmente e registrar os sintomas para você pensar sobre o que melhora ou piora a dor.

8. Formas de obter ajuda relacionada ao uso de drogas ou álcool.

Algumas mulheres usam álcool e drogas para diminuir a dor física ou emocional da violência atual ou do passado. Isso pode prejudicar a saúde e a vida diária.

Procure ajuda de serviços especializados como Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA) e alguns programas de tratamento ajudam as pessoas a parar de usar drogas ou álcool.

Outros serviços ajudam a reduzir o uso de drogas e álcool **com mais segurança**. Esses serviços são chamados de serviços de redução de danos. Até pequenas mudanças podem ajudar a reduzir os danos causados por drogas ou álcool.

O que funciona para uma pessoa pode não funcionar para outra. Pense sobre o que é **o melhor para você**.

Caso você sinta que precisa de ajuda, os grupos abaixo podem ser uma boa opção:

- Alcoólicos Anônimos (AA) de Curitiba: Avenida Vicente Machado, 738 - Sobrado 1 - Batel - Curitiba PR - (41)3222-2422. O AA possui inclusive reuniões online e com grupos só de mulheres, a programação completa pode ser consultada no link: <https://www.aapr.org.br/ESL/>

- Narcóticos Anônimos (NA): O NA possui vários grupos de apoio, que se reúnem semanalmente em diversos bairros de Curitiba, ou também por meio de reuniões online. Os horários e locais das reuniões estão disponíveis aqui: <https://www.na.org.br/grupos>. Caso prefira atendimento por telefone: (41)99777-0209 (Aceita mensagens de WhatsApp). Maiores informações em <https://www.na.org.br/>

- Centros de Atenção Psicossocial Territorial em Álcool e Droga (CAPS AD): Os Caps são serviços de saúde comunitários do Sistema Único de Saúde destinados, especificamente, a prestar acompanhamento às pessoas com problemas relacionados ao uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas. As unidades estão localizadas nos seguintes endereços:

- Caps AD Bairro Novo: Al. Nossa Senhora do Sagrado Coração, 771 - Pinheirinho, Curitiba-PR. Telefone: (41) 3349-7644/3227-4309. email:

sms@sms.curitiba.pr.gov.br. site: www.saude.curitiba.pr.gov.br. Período de funcionamento: Manhã, tarde (diariamente, das 7h às 19h).

- Caps AD Boa Vista: R. Holanda, 288 - Bacacheri, Curitiba - PR. Telefone: (41) 3257-1932. email: sms@sms.curitiba.pr.gov.br. Site: www.saude.curitiba.pr.gov.br. Período de funcionamento: Integral (diariamente, 24 hrs).
- Caps AD Cajuru: R. General Adalberto Gonçalves de Menezes, 435 - tarumã, Curitiba - PR. Telefone: (41) 3296-5800/99276-5334. email: sms@sms.curitiba.pr.gov.br. Site: www.saude.curitiba.pr.gov.br. Período de funcionamento: Integral (Diariamente, 24 horas).
- Caps AD CIC: R. Eduardo Sprada, 4459 - Campo Comprido, Curitiba - PR. Telefone: (41) 3285-1126. email: sms@sms.curitiba.pr.gov.br. Site: www.saude.curitiba.pr.gov.br. Período de funcionamento: Manhã, Tarde (Segunda a Sexta-feira, das 7h às 19h)
- Caps Ad Portão: Avenida Iguaçu, 3681- Villa Izabel, Curitiba - PR. Telefone: (41) 3343-5660/3343-4589. email: sms@sms.curitiba.pr.gov.br. Site: www.saude.curitiba.pr.gov.br. Período de Funcionamento: Integral (Diariamente, 24 horas).

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

9. Se o seu parceiro(a) ou ex machucar você, encontre um profissional de saúde

Encontre atendimento de saúde o mais rápido possível. Você pode ir ao seu médico(a) ou profissional de saúde, um pronto-socorro (UPA) ou um ambulatório. Tente ir com alguém de confiança ou sozinha. Se você precisa ir com seu parceiro(a), peça para o médico(a) ou enfermeiro(a) examinar você sem o parceiro(a) na sala.

Algumas mulheres acham útil conversar sobre a violência com um profissional de saúde. Se você achar isso seguro, esses profissionais podem ajudar você:

- Ouvindo.
- Registrando seus ferimentos. Esse registro pode servir como prova das violências para ter acesso a alguns serviços se você denunciar seu parceiro e for ao juizado.
- Ajudando você a tratar outros problemas de saúde, como depressão ou ansiedade.
- Ajudando você a encontrar serviços na sua comunidade.

Se você estiver gravemente ferida, ligue para SAMU 192.

10. Encontre apoio na sua comunidade religiosa

Muitas mulheres que sofreram violência se sentem sozinhas ou desmotivadas. Muitas encontram significado e força na religiosidade. Se você pertence a uma comunidade religiosa (igreja, templo, terreiro etc.), converse com alguém de confiança. Outras mulheres podem apoiar você:

- Ouvindo, falando e dando suporte;
- Ajudando você a encontrar serviços locais;
- Dando carona ou deixando você usar um celular;
- Ajudando você com alimento, roupas ou abrigo.

Algumas pessoas olham com reprovação a separação ou não entendem muito sobre violência e seus conselhos não são úteis. Talvez essas pessoas pressionem você a continuar no relacionamento por causa da sua religião. Mas lembre: você é quem decide se um conselho é útil ou não para você.

MÓDULO SENTIMENTOS PELO MEU PARCEIRO

1. Converse com seu parceiro(a) sobre como procurar ajuda.

Se for seguro fazer isso, tente conversar com seu parceiro(a) sobre como procurar ajuda. Se ele(a) aceitar que tem um problema e quiser mudar de comportamento. O Disque 180 tem serviços telefônicos confidenciais para pedir ajuda, suporte ou aconselhamento. Em alguns (poucos) lugares é possível encaminhar seu parceiro para um grupo de reflexão para homens autores de violência. As vezes isso pode ser determinado pelo juiz que analisar o seu caso. Os grupos para homens não estão disponíveis em todos locais, mas são para homens que são violentos em um relacionamento e querem mudar de comportamento. Os participantes conversam, compartilham experiência e ajudam uns aos outros para serem homens, parceiros e pais melhores.

Talvez seu parceiro(a) não queira admitir que precisa de ajuda e negue que tem um comportamento violento. Mas a única pessoa que pode fazer seu parceiro(a) mudar de comportamento é ele(a) mesmo. Lembre-se: você não tem culpa pelos atos violentos do seu parceiro(a).

Se você tem um relacionamento com uma mulher: A Casa da Mulher Brasileira oferece suporte, ajuda e aconselhamento para pessoas em todos os tipos de relacionamento. Não deixe de entrar em contato, caso precise de ajuda:

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR. Funcionamento 24 horas por dia.

2. Converse sobre o seu relacionamento com um mentor(a), parente ou alguém de confiança (alguém que seu parceiro(a) respeita e admira)

Talvez não seja seguro falar com seu parceiro(a) sobre o comportamento violento dele(a). Se houver um mentor(a), parente ou alguém de confiança que seu parceiro(a) respeita e admira, você pode tentar pedir para essa pessoa falar com seu parceiro(a). Essa pessoa pode pedir para seu parceiro(a) pensar sobre como o comportamento está afetando você e seus filhos e recomendar que seu parceiro(a) busque ajuda, muitas vezes com suporte profissional. Talvez seu parceiro(a) ouça se outra pessoa falar sobre o problema. Sempre confirme se essa opção é segura, porque seu parceiro(a) pode ficar com raiva de você ter contado para outra pessoa.

3. Converse com seu parceiro(a) sobre fazer terapia de casal ou individual (se isso for seguro)

Caso se sinta segura para fazer isso, você pode sugerir que seu parceiro(a) procure terapia para lidar com o comportamento violento. A maioria dos terapeutas e psicólogos têm experiência em lidar com violência doméstica de maneira sensata e sem julgamento. Se o seu parceiro(a) não está disposto a aceitar que tem um problema, talvez aceite participar de uma terapia de casais com você. É bom falar com o(a) terapeuta com antecedência para informar sobre a violência, porque a terapia de casais nem sempre é a solução adequada. O(A) terapeuta precisa fazer uma avaliação de risco antes de definir a melhor abordagem.

4. Fale com um(a) profissional com experiência em violência doméstica ou linha de apoio (Disque 180) sobre como você se sente em relação ao seu parceiro(a)

Amar alguém que machuca você pode ser muito difícil. Talvez você se sinta dividida entre o que sente pelo seu parceiro(a) e sua própria segurança e bem-estar. Pode ser bom falar sobre esses sentimentos com um(a) terapeuta ou profissional com experiência em violência doméstica. Isso pode ajudar a descobrir se o relacionamento ainda é bom para você.

A Casa da Mulher Brasileira oferece atendimento psicológico, caso queira conversar com uma psicóloga ou assistente social sobre seu caso. Mesmo que não queira fazer a denúncia à polícia, essas profissionais poderão conversar e fornecer orientações.

Mulheres em relacionamentos homoafetivos (lésbicas, bissexuais) também podem sofrer violência doméstica. As centrais de atendimento à mulher e a Casa da Mulher Brasileira oferecem suporte, ajuda e aconselhamento para pessoas em todos os tipos de relacionamento. Mulheres trans também são atendidas pela Casa.

Não deixe de entrar em contato, caso precise de ajuda:

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR. Funciona 24 horas.

O Disque **180** é uma linha telefônica de abrangência nacional gratuita que funciona 24 horas por dia para denunciar e buscar ajuda em casos de violência doméstica.

O Disque **188** é uma linha telefônica de abrangência nacional gratuita que funciona 24 horas por dia para auxiliar nos casos em que você tenha pensamentos suicidas e precise de apoio emocional.

Mapa do Acolhimento, que oferece atendimento psicológico e jurídico gratuito - <https://www.queroseracolhida.mapadoacolhimento.org/#block-9906>

Outra possibilidade é buscar atendimento psicológico gratuito nos Núcleos de Prática em Psicologia das universidades:

Centro de Psicologia Aplicada - UFPR

Endereço: Praça Santos Andrade, 50 (Prédio Histórico) – 1º andar da Psicologia, sala 112.

Telefone: (41) 3310-2614

E-mail: centrodepsicologia@ufpr.br

Horário de Atendimento: Das 8h30 às 14h30 com Edvaldo da Silva Amaral e das 14h30 às 20h30 com Wagner da Cruz.

UNIANDRADE - Dr. Muricy

Endereço: Rua João Scuissiato, 01 Bairro: Santa Quitéria

Telefone: (41) 3219-4248

UNIBRASIL: Clínica Integrada de Saúde

Endereço: Avenida Victor Ferreira do Amaral, 2.446 Bairro: Tarumã

Telefone: (41) 3267-9108

Clínica de Psicologia de Centro Universitário FAE- Grupo Educacional Bom Jesus

Endereço: Rua 24 de Maio, 135 Bairro: Centro

Telefones: (41) 2105-4826/ (41) 2105-4815

Clínica de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Endereço: Rua Rockefeller, 1450 Bairro: Rebouças

Telefone: (41) 3271-1663/ (41) 3271-1591

Clínica de Psicologia da universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Endereço: Rua Sidney Antônio Rangel dos Santos, 238 bairro: Santo Inácio

Telefone: (41) 3331-7846/(41) 3331-7836

Clínica de Psicologia da Universidade Dom Bosco - campus Marumby

Endereço: Avenida Presidente Wenceslau Braz, 1172 Bairro: Guaíra

Telefones: (41) 3213-5273

Centro de Psicologia Universidade Positivo

Endereço: R. Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 - Cidade Industrial De Curitiba, Curitiba - PR, 81280-330

Telefone: (41) 3317-3169

E-mail: centrodepsicologia@universidadepositivo.com.br

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

5. Separe seus sentimentos pelo seu parceiro(a) do que você sente em relação ao comportamento dele(a).

É importante diferenciar seus sentimentos pelo seu parceiro(a) e como você se sente com o comportamento dele(a). Você ainda pode amar seu parceiro(a), mas odiar como ele faz você se sentir ou como ele(a) se comporta com você ou seus filhos. Lembre-se de que todas as pessoas têm alguns pontos positivos e são capazes de dar e receber amor, mesmo quem é violento ou controlador. Mas isso

não significa que o comportamento do seu parceiro(a) seja aceitável ou possa ser perdoado.

Às vezes, é bom escrever uma lista de sentimentos sobre seu parceiro(a) como pessoa, e outra lista com os comportamentos dele(a) e como você se sente. Você tem medo ou sente que está sendo controlada? Esses sentimentos são tão sérios quanto o amor ou a preocupação que você tem pelo seu parceiro(a). Confie em você mesma. Há um motivo para você estar se sentindo assim. A única pessoa que pode fazer seu parceiro(a) mudar de comportamento é ele mesmo.

Conversar com um(a) profissional com experiência em violência doméstica também pode ajudar a lidar com esses sentimentos.

6. Se você está pensando em voltar para um relacionamento que possivelmente seja violento, discuta um plano alternativo com alguém de confiança.

Às vezes, você quer voltar mesmo sabendo que terminar o relacionamento foi a decisão certa. Principalmente se você estiver se sentindo sozinha e triste, você vai se lembrar das partes boas do relacionamento, não das ruins.

Se você está pensando em voltar a um relacionamento perigoso, é bom discutir seus planos com alguém de confiança. É importante que essa pessoa seja de confiança, sensata, equilibrada e que possa te escutar sem julgar você. Saber o ponto de vista de outra pessoa pode ajudar você a descobrir se quer mesmo voltar ao relacionamento ou não. Lembre-se: mesmo ouvindo a opinião de outras pessoas, ao final, só você pode decidir o que é melhor para você.

O momento em que um relacionamento termina ou muda pode ser muito triste e estressante. Mesmo se o relacionamento não era saudável, pode haver uma sensação de perda. Isso é completamente normal e é importante reservar um tempo para o luto. Se você acha que está tendo dificuldade para deixar seus sentimentos para trás, pode ser bom falar com um(a) terapeuta ou profissional com experiência em violência doméstica. Eles provavelmente vão sugerir algumas estratégias para lidar com o luto e o término, para você seguir em frente.

7. Evite lugares e situações em que você possa ver seu parceiro(a) ou se lembrar do que você sentia por ele(a).

Se você abandonou um relacionamento violento e está preocupada com sua segurança, é bom evitar lugares onde seu parceiro(a) possa estar. Talvez seu parceiro(a) esteja procurando oportunidades para falar com você ou assediar você, então mude sua rotina por um tempo.

Se você está se sentindo sozinha ou vulnerável, é bom evitar lugares especiais que você costumava frequentar com seu parceiro(a). Isso pode trazer de volta memórias dolorosas que deixarão você triste com o término do relacionamento. Se você perceber que está sentindo muita falta do seu ex-parceiro(a), use esses momentos para conversar com amigos ou parentes que você gosta e que apoiam você.

MÓDULO RECURSOS

1. Encontre um alojamento seguro e acessível

Pode ser difícil encontrar alojamento acessível, caso precise sair de casa. Pense nas melhores opções para a situação em que você se encontra.

Abrigos

Abrigos são um lugar seguro e confidencial para você e seus filhos ficarem temporariamente. Fazer uma pausa para descansar e pensar pode ajudar a decidir o que fazer em relação à violência que você tem vivenciado no relacionamento.

Se você e seus filhos precisam de um lugar seguro para ficar por até 12 meses, considere um alojamento temporário. O alojamento temporário é útil se:

- Você está em um abrigo, mas precisa encontrar um lugar para ficar por um período mais longo;
- Você deixou seu parceiro, mas ainda não encontrou outro lugar permanente para ficar, ou;
- Você está esperando o divórcio ou um acordo de separação.

Existem abrigos temporários em Curitiba, cujos endereços não são divulgados aqui por questões de segurança. Caso precise, procure atendimento na Casa da Mulher Brasileira de Curitiba para ser encaminhada a um abrigo público. As vagas são limitadas e todas passam por uma avaliação, buscando manter a mulher segura. Em algumas situações, por segurança, você poderá ser encaminhada a abrigos em outros municípios.

Na Casa da Mulher Brasileira você também poderá ter acesso ao abrigo de passagem (Alojamento temporário) por até 72 horas, para você, e também para seus filhos menores e animais de estimação. Lembre-se: você não está sozinha!

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR. Funciona 24 horas por dia.

Considere também ficar na casa de um familiar ou amigos, inclusive em outra cidade, caso possível.

Abrigos públicos

A lista de espera pode ser longa e o processo complexo. Quando ligar para saber mais informações, diga que você está em risco de violência. Assim, você terá prioridade para uma vaga em abrigo. A maioria dos abrigos podem ajudar você a encontrar um alojamento temporário. Para aumentar sua chance de encontrar um alojamento, inscreva-se em mais de um lugar.

Para ir para um abrigo a mulher deve passar pela Casa da Mulher Brasileira.

Aluguel particular

Em alguns lugares você pode receber uma ajuda de custo para pagamento de aluguel temporário. As profissionais da Casa da Mulher Brasileira irão fazer a avaliação do caso, e caso considerem sua situação vulnerável e haja recursos, irão apoiá-la na obtenção desse auxílio.

Outros auxílios:

Em caso de risco iminente de violência, você também poderá obter outras formas de auxílio financeiro emergencial junto à Casa da Mulher Brasileira, como auxílio

passagem para deslocamento para a casa de familiares em outros municípios ou estados.

Outras formas de aumentar sua segurança quando for se mudar:

- Retire o nome do seu parceiro(a) de contas compartilhadas;
- Se possível e se considerar seguro, altere senhas que ele tenha acesso, desde contas bancárias até e-mails.
- Caso tenha dificuldades financeiras, visite um(a) assistente social para saber mais informações sobre benefícios sociais. Acesse o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) mais próximo de sua casa e pergunte sobre o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) e outros programas de ajuda

2. Encontre ajuda para procurar trabalho ou para receber benefícios se não puder trabalhar

Há recursos disponíveis para ajudar você a encontrar trabalho. As profissionais da Casa da Mulher Brasileira podem ajudar a te encaminhar para a agência do trabalhador. O Sistema Nacional de Empregos (SINE) possui alguns serviços para ajudar você a procurar um emprego.

Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR.

Você também pode:

- Usar contatos de pessoas próximas para buscar emprego.
- Inscrever-se em um curso rápido em centros comunitários locais para atualizar seu currículo e saber como fazer uma entrevista de emprego.
- Crie um perfil no LinkedIn (se for seguro) para divulgar suas habilidades e experiência. O LinkedIn é uma plataforma para contatos profissionais e busca de emprego. (<https://www.linkedin.com/>)
- Verificar o centro comunitário/associação de bairro de sua região para saber se são oferecidos cursos de desenvolvimento profissional. Alguns desses centros oferecem cursos de informática, contabilidade, cabeleireira, manicure, entre outros.
- Pesquise oportunidades de emprego na sua área. As Ruas da Cidadania em Curitiba possuem agências do Sistema Nacional de Empregos (SINE), que podem ajudá-la a encontrar um emprego. Os endereços e telefones encontram-se abaixo: Consulte o endereço/telefone do Sistema Nacional de Empregos (SINE) ou AGÊNCIA DO TRABALHADOR mais próximo de você:

AGÊNCIA DO TRABALHADOR

Rua Pedro Ivo, 503 - Centro, Curitiba - PR, 80010-020

Tel: (41) 3883-2200

SINE Municipal Curitiba

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE BAIRRO NOVO

Endereço: R. TIJUCAS DO SUL, 1700 - Rua da Cidadania Bairro Novo

Bairro: Sítio Cercado, Curitiba - PR

Telefone: (41) 3221-2810

Email: sbairronovo@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE BOA VISTA

Endereço: AV. PARANÁ, 3600 - Rua da Cidadania Boa Vista

Bairro: Bacacheri, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3313-5665
Email: sboavista@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE BOQUEIRÃO
Endereço: AV. MAL. FLORIANO PEIXOTO, 8430 - Rua da Cidadania Boqueirão
Bairro: Boqueirão, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3313-5526
Email: sboqueirao@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE CAJURU
Endereço: AV. PREF. MAURÍCIO FRUET, 2150 - Rua da Cidadania Cajuru
Bairro: Cajuru, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3221-2314
Email: scajuru@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE CIC
Endereço: R. MANOEL VALDOMIRO DE MACEDO, 2460 - Rua da Cidadania CIC
Bairro: Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3221-2901
Email: scic@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE FAZENDINHA
Endereço: R. CARLOS KLEMTZ, 1700 - Rua da Cidadania Fazendinha
Bairro: Fazendinha, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3350-3794
Email: sfazendinha@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE MATRIZ
Endereço: R. MONSENHOR CELSO, 35
Bairro: Centro, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3225-6539
Email: smatriz@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE PINHEIRINHO
Endereço: AV. WINSTON CHURCHILL, 2033 - Rua da Cidadania Pinheirinho
Bairro: Capão Raso, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3313-5429
Email: spinheirinho@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE SANTA FELICIDADE
Endereço: R. SANTA BERTILLA BOSCARDIN, 213 - Rua da Cidadania Santa Felicidade
Bairro: Santa Felicidade, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3258-6905
Email: ssantafelicidade@curitiba.pr.gov.br

UNIDADE DE ATENDIMENTO SINE TATUQUARA
Endereço: R. OLIVARDO KONOROSKI BUENO, S/N - Rua da Cidadania Tatuquara

Bairro: Tatuquara, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3221-2643
Email: statuquara@curitiba.pr.gov.br

CENTRAL DE VAGAS – Atendimento ao Empregador
Endereço: R. EDUARDO SPRADA, 4520
Bairro: CIC, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3250-7436 / 3250-7464 / 3250-7914
Email: vagas@curitiba.pr.gov.br

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

3. Se você decidir se separar ou se divorciar, busque aconselhamento jurídico para saber seus direitos.

A decisão de terminar um relacionamento é difícil. A separação é uma decisão de não viver mais juntos. O divórcio é o término de um casamento no papel., Pense no que for melhor para você!

Para formalizar a separação ou divórcio, é necessário procurar um(a) **advogado(a)**, de preferência especialista em Direito de família, que pode ajudar vocês a terminarem de maneira justa. Outra opção é pedir a ajuda de um mediador.

Caso você não tenha recursos para pagar um advogado(a), busque a Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300) ou entre em contato com o Mapa do Acolhimento via site <https://www.mapadoacolhimento.org/>, que o atendimento é gratuito.

Se você não tem renda ou tem uma renda muito pequena e possui dificuldade de se sustentar após a separação ou divórcio, é possível que você solicite uma **pensão alimentícia ao ex-parceiro(a)**. É o dinheiro que um dos cônjuges dá ao outro após o término de um relacionamento. Essa pensão é excepcional, não obrigatória, temporária e tem o objetivo de garantir a subsistência ao parceiro menos favorecido com o fim do matrimônio, até que tenha condições de prover o seu próprio sustento. Você também tem direito de dividir os **bens** após a separação ou divórcio. Você pode solicitar a ajuda de um advogado(a) ou defensor(a) público. Você também pode ter direito sobre a **aposentadoria** do seu parceiro(a). É bom aprender mais sobre suas opções antes de tomar uma decisão. Para mais informações, entre em contato com o serviço de assistência jurídica:

Defensoria Pública do Paraná - Rua José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300

Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Rua do Rosário, 144 - 8º andar - Centro, Curitiba - PR. Tel: (41) 3338-1832. Horário: 9 às 17h.

Mapa do Acolhimento - site <https://www.mapadoacolhimento.org/>, que o atendimento é gratuito.

Outra possibilidade é buscar atendimento jurídico gratuito nos Núcleos de Prática Jurídica das universidades:

Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR: Bloco Vermelho da PUCPR (Bloco 5 – Escola de Direito). Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho – Curitiba/PR. Telefone: (41) 3271-1957. Atendimento pessoalmente: 2ª a 6ª feira, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 22h15.

Núcleo de Prática Jurídica da UNIBRASIL: Av Senador Souza Naves, 470 - Alto da Rua XV, Curitiba – PR, CEP 80045-060. Telefone: (41) 3015-2510. E-mail: npj@unibrasil.com.br

Núcleo de Prática Jurídica da UNICURITIBA: Rua Desembargador Westphalen, 2.005, Rebouças. Telefones: 55 (41) 3213-8820, (41) 99255-2816. Email: npj.secretaria@unicuritiba.edu.br. Atendimento: 2ª a 6ª das 8 às 12h e das 14 às 22h15 | sábados das 8 às 12h

Núcleo de Prática Jurídica Universidade Positivo: Rua Professor Viriato Parigot de Souza 5030, Campo Comprido. Telefone: (41) 3317-3185. Site: <https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/nossas-unidades/>

Núcleo de Prática Jurídica da FAE em Curitiba: Rua 24 de Maio, 135 - Centro, Curitiba - PR, 80230-080. Telefone: (41) 2105-4845. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 8h às 17h30.

Informações adicionais podem ser obtidas na página da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Curitiba: <https://www.curitiba.pr.leg.br/institucional/procuradoria-da-mulher>

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

4. Proteja seu dinheiro e encontre assistência financeira

Mulheres que podem se sustentar financeiramente têm mais opções de segurança. Seu parceiro(a) pode descobrir o que você tem feito se vocês tiverem contas conjuntas.

Dicas para proteger suas finanças

- Saiba o que você tem (contas bancárias, dinheiro, bens, apólices de seguros, sociedade em empresas, ações, etc.).
- Esteja ciente de possíveis dívidas (por exemplo, dívidas de cartão de crédito, empréstimos, inclusive empréstimos feitos em seu nome pelo seu parceiro, etc.).
- Saiba o número da conta e as informações para acessar suas contas bancárias.
- Tente manter cópias de documentos financeiros importantes fora de casa. Isso inclui cópias do imposto de renda dos últimos 5 a 7 anos. Um local seguro para deixar esses documentos pode ser com uma amiga, parente ou no cofre de um banco. Se o seu parceiro(a) é quem cuida desses documentos, faça cópias com cuidado e envie para uma pessoa de confiança.
- Isso é planejamento de segurança!

Como ter independência financeira

- Se você não estiver trabalhando fora de casa, pense em buscar um emprego ou fazer algum curso de formação profissional ou ser voluntária para conseguir experiência.
- Aumente sua classificação de crédito. Para isso, faça um cartão de crédito no seu nome e pague a fatura dentro do prazo.
- Abra uma conta bancária no seu próprio nome.
- Comece a economizar, mesmo que seja R\$10 por semana.
- Se não for seguro economizar dinheiro, considere guardar vale-presentes. Tente comprar um cartão-presente de R\$10 ou mais toda semana em um mercado. Você pode usar esses vales mais tarde para comprar alimentos, roupas ou utensílios domésticos.

Seu parceiro(a) pode tentar controlar suas finanças, especialmente se ele(a) achar que você está pensando em ir embora.

Se você está pensando em se separar do seu parceiro(a):

- Economize dinheiro suficiente para se sustentar por alguns meses. Pode demorar meses ou mais para você começar a receber a pensão, encontrar um emprego ou receber auxílio.
- Conheça os seus direitos sobre questões financeiras, incluindo propriedade de bens. Fale com um advogado(a), se possível.
- Retire todo ou parte do seu dinheiro de conta bancária conjunta. Se o seu parceiro(a) esvaziar a conta, você não terá acesso ao dinheiro.
- Assim que você sair, mude todas as senhas para números que seu parceiro(a) não sabe. Evite usar o seu aniversário ou o dos seus filhos.
- Retire seu nome de contas bancárias conjuntas, contas de serviços, aluguéis e cartões de crédito. Assim, você não precisará pagar dívidas do seu parceiro(a). Mesmo assim, você precisará pagar o que você já deve.
- Se for preciso, encontre um especialista que saiba lidar com aconselhamento financeiro, ou para ajudar a lidar com dívidas, empréstimos, etc. Converse também com o(a) gerente do seu banco.

Para mais informações, entre em contato com o serviço de assistência jurídica:

Defensoria Pública do Paraná - Rua José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300

5. Faça treinamentos ou estude

Há várias maneiras de fazer treinamentos profissionais ou estudar, há opções gratuitas e outras com preços acessíveis. Como exemplos há cursos de informática, secretariado, manicure, cozinheira, entre outras qualificações.

Como opções gratuitas:

Instituto Federal do Paraná: <https://reitoria.ifpr.edu.br/>

Campus Curitiba: Rua João Negrão, 1285. Rebouças. Curitiba - (41)3535-1606 | (41) 3535-1651

Caso não tenha completado o Ensino Básico, procure a escola pública mais próxima de sua casa. Há opções de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos técnicos que podem te qualificar para obter trabalho e renda.

Como opções com preços acessíveis:

SENAC PR - <https://www.pr.senac.br/>

R. André de Barros, 750 - Centro, Curitiba - PR - Tel: 0800 643 6 346

SENAI PR - <https://www.senaipr.org.br/>

Av. Com. Franco, 1341 - Jardim Botânico, Curitiba - PR, Tel: (41) 3271-7910/3271-7777

Caso tenha sofrido violência doméstica, a Casa da Mulher Brasileira pode ajudar você no encaminhamento para fazer cursos e obter formação profissional. Atendimento: (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

6. Crie uma caixa postal particular para receber correspondência

Se o seu parceiro(a) for muito controlador, é possível que ele tente abrir correspondências com o seu nome. Crie uma caixa postal particular para receber correspondências sem que seu parceiro(a) saiba. Qualquer correspondência, como extratos bancários, cartas pessoais ou confirmação de consultas médicas podem ser enviadas para essa caixa postal.

Se você está pensando em ir embora e não sabe se terá um endereço fixo em um futuro próximo, uma caixa postal é uma boa maneira de garantir que você ainda receberá sua correspondência.

O aluguel de uma caixa postal é pago. Para maiores informações, busque a agência dos correios mais próxima. Ela pode ser usada também para guardar documentos e só a pessoa tem acesso.

7. Fale confidencialmente com seu chefe sobre o comportamento do seu parceiro(a)

Seu parceiro(a) pode tentar colocar seu emprego em risco. Ele pode fazer isso de várias maneiras, incluindo:

- importunando você, colegas de trabalho ou seu chefe;
- escondendo as chaves do seu carro ou pegando seu cartão de transporte público para que você se atrase;
- exigindo que você cuide das crianças para que não possa trabalhar.

Esse tipo de comportamento é uma forma de controlar suas finanças. É bom falar confidencialmente com seu chefe para explicar a situação e garantir que seu parceiro(a) não coloque seu emprego em risco. Muitos locais de trabalho têm políticas para apoiar mulheres que sofrem violência doméstica e financeira.

Algumas empresas oferecem ações voltadas à mulheres em situação de violência doméstica, como o Magazine Luiza. Consulte mais informações em <https://magalu.canaldamulher.com.br/>

MÓDULO SEGURANÇA

1. Mantenha-se segura caso você decida terminar com seu parceiro(a).

Deixar seu parceiro(a) pode ser perigoso, mesmo que você vá embora por pouco tempo.

Seu parceiro(a) provavelmente ficará mais violento quando souber que você está pensando em ir embora. Alguns parceiros continuam violentos depois que a mulher vai embora. Você estará correndo mais risco no momento da separação.

Se estiver planejando ir embora, não conte para o seu parceiro(a). Pode ser perigoso se ele/a souber onde você está hospedada. Consulte o seu plano de segurança de emergência para saber mais.

Ligue para Disque **180** ou para o serviço de apoio à violência doméstica para receber ajuda sobre como fugir em segurança:

Em caso de emergência, você deverá ligar para a polícia no Disque **190**.

Se não for uma emergência, você também pode ligar para a Casa da Mulher Brasileira (41) 3221-2701, e profissionais podem dar orientações sobre como você pode proceder.

No descumprimento da medida protetiva, a mulher pode ligar para a Patrulha Maria da Penha (Disque **153**).

Uma demora para atendimento pode significar até a morte antes do socorro chegar. Por isso, recomendamos planejar sua segurança com **antecedência**.

Sua segurança é o principal, até mesmo depois do término do relacionamento. Para algumas mulheres, a perseguição é um problema sério. Veja as *Dicas para lidar com a perseguição* para saber mais informações.

Você corre muito perigo se o seu parceiro(a):

- for muito ciumento e controlador;
- for violento fisicamente e na hora do sexo;
- tiver acesso a uma arma;
- ameaçar você de morte.

Como planejar uma fuga segura

- O lugar mais seguro para você ir depois de terminar com um parceiro(a) violento é um abrigo.
- Se estiver sofrendo violência doméstica (e NÃO for uma emergência), ligue para a Casa da Mulher Brasileira (41) 3221-2701 para receber ajuda sobre como fugir em segurança.
- Se você mora em uma cidade pequena ou na área rural, pense em sair da região por um tempo.
- Não diga ao seu parceiro(a) que você está planejando ir embora. Se vocês moram juntos, tente ir embora quando seu parceiro(a) não estiver em casa.
- Consulte o seu plano de segurança de emergência para saber como se preparar para ir embora.
- Algumas ONGs (Organizações Não-Governamentais) e coletivos de mulheres têm grupos de apoio para mulheres. Procure fazer contato com esses grupos para compartilhar experiências e também trocar estratégias para superar a violência e como montar um plano de segurança.
- Algumas sugestões:

- @justicadesaia <https://www.instagram.com/p/CWdzHU9lcmQ/>
- @justiceirasoficial <https://www.instagram.com/justiceirasoficial/>
- Grupo Mulheres do Brasil <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>
- Rede de Mulheres Negras do Paraná: <https://rmnpr.org.br/>

Segurança após a separação

- Se o seu parceiro(a) souber onde você está hospedada, isso pode aumentar o perigo.
- Diga para seus amigos, parentes e colegas de trabalho não falarem seu novo endereço a ninguém sem sua permissão.
- Peça para os provedores de serviço não colocarem seu endereço nos formulários que seu parceiro verá, como acordos de custódia ou documentos de divórcio.
- Avisar a escola de seus filhos (caso tenha) para que seu endereço ou telefone não sejam divulgados, principalmente para o autor da agressão.
- Ver seu parceiro(a) pode ser perigoso. Por segurança, o contato com seus filhos deve ser em um local público ou por intermédio de outra pessoa.
- Leve a perseguição a sério. Anote toda vez que algo acontecer. Entre em contato com a polícia ou peça ajuda aos serviços de apoio à violência doméstica.
- Veja as dicas para lidar com a perseguição para saber mais informações.

Como as ameaças do seu parceiro(a) afetam sua segurança.

Se o seu parceiro(a) ameaçar ou tentar matar você, isso é um sinal de perigo. Na maioria dos assassinatos por parceiro(a), o agressor havia feito ameaças em voz alta, por mensagem de texto ou por escrito. Às vezes, esse parceiro também ameaçou a mulher com uma arma letal.

Se o seu parceiro ameaçar te matar, leve essa ameaça a sério. Ninguém ameaça matar outra pessoa por brincadeira. Se o seu parceiro ameaçou matar você, isso é muito grave e é contra a lei. Confie na sua intuição. Ligue para a polícia (190 - em caso de emergência) e/ou peça ajuda a um serviço de apoio à violência doméstica para se manter segura.

Como o ciúme do seu parceiro(a) afeta sua segurança.

Um parceiro(a) ciumento é aquele que:

- Segue você ou liga para o seu telefone para monitorar você a qualquer hora do dia ou da noite.
- Não deixa você falar ou sair com amigos, amigas, colegas de trabalho, parentes ou vizinhos(as).
- Acusa você de dar em cima de outras pessoas ou acusa você de ter um caso.

Essas coisas fazem você ter mais dificuldade para pedir ajuda e apoio de outras pessoas. O ciúme não é amor e pode fazer você se sentir sozinha, com medo ou insegura.

Parceiros ciumentos às vezes dizem às mulheres: “Se eu não posso ficar com você, ninguém pode” ou “Se você não for minha, não será mais de ninguém”. Esses comentários precisam ser levados a sério. Parceiros muito controladores e ciumentos podem ser perigosos se o relacionamento estiver em risco. Isso pode

acontecer quando a mulher planeja ir embora ou se separar do parceiro(a). O parceiro(a) pode perseguir, importunar ou violentar você de outras maneiras.

Ligue para o Disque **180** ou para o serviço de apoio à violência doméstica (41 - 3221-2701) para falar sobre o ciúme do seu parceiro(a). Esses profissionais podem ajudar você a decidir se deve chamar a polícia (Disque 190) ou pedir uma medida protetiva.

Na Casa da Mulher Brasileira você passará pelo apoio psicossocial (atendimento diurno) onde poderá tirar dúvidas e ser orientada por psicólogas e assistentes sociais. Na sequência poderá registrar o Boletim de Ocorrência (BO), caso decida por essa alternativa, na Delegacia da Mulher que funciona dentro da Casa.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

2. Saiba como se proteger em casa se o seu parceiro(a) ficar violento.

Você pode fazer várias coisas para ficar mais segura em casa caso seu parceiro(a) fique violento:

- Se possível, instale alarmes de fumaça e detectores de monóxido de carbono;
- Tenha um plano de fuga em caso de incêndio;
- Mantenha seu celular com você quando estiver em casa e programe 190 na discagem rápida;
- Se a briga for inevitável, tente ir para um cômodo com uma saída, mas não no banheiro, na cozinha, na garagem ou em qualquer lugar com objetos que possam ser usados como armas;
- Pratique como sair de casa com segurança. Identifique qual porta, janela ou escada seria a melhor saída;
- Faça um molho extra de chaves e prepare uma mochila. Esses objetos devem ficar escondidos, mas em um lugar de fácil acesso se você precisar fugir rapidamente;
- Identifique um vizinho(a) com quem você possa conversar sobre a violência e peça para essa pessoa chamar a polícia se ouvir algo na sua casa;
- Invente um código para usar com filhos, parentes ou amigos(as), para quando você precisar chamar a polícia;
- Pense em um lugar seguro para ir se precisar sair de casa (mesmo que isso pareça improvável), faça um planejamento e com segurança;
- Todos os cartórios de Curitiba estão aptos para atender mulheres em situação de violência. Basta desenhar na sua mão uma letra X em vermelho (com batom, por exemplo) e chegar em algum cartório que os profissionais irão acolhê-la;
- **NÃO COMENTE SUAS IDEIAS COM O AGRESSOR(A) OU PESSOAS QUE PODEM CONTAR A ELE(A), NÃO FALE DA SUA INTENÇÃO DE SE SEPARAR, MANTENHA SIGILO.**

3. Converse com amigos e parentes para ter um lugar onde você possa ficar se decidir deixar seu parceiro(a)

Algumas mulheres ficam com uma amiga ou parente de confiança quando decidem deixar o parceiro(a). É bom pensar em alguém com quem você poderia ficar se

decidir ir embora. Fale com essa pessoa antes para confirmar se ela está disposta a ajudar você. Lembre-se de que terminar com seu parceiro(a) pode ser perigoso. O perigo pode ser maior se o seu parceiro(a) souber onde você está ficando. Aqui estão algumas maneiras de aumentar sua segurança:

- Tente ir embora quando seu parceiro(a) não estiver em casa.
- Não diga ao seu parceiro(a) que você está planejando ir embora.
- Se possível, fique em um lugar em que seu parceiro não encontrará você.
- Fique apenas com pessoas que apoiam suas decisões.
- Evite ficar com alguém que possa contar ao seu parceiro(a) onde você está. Até mesmo parentes podem acabar contando seu segredo.

4. Peça uma medida protetiva.

Você pode pedir uma medida protetiva no Juizado Local (via Casa da Mulher Brasileira). Se você precisar de proteção imediatamente, peça uma medida protetiva. Se você sente que a segurança dos seus filhos está em risco, eles podem ser incluídos na medida protetiva.

As medidas protetivas incluem condições para impedir que seu parceiro(a) ataque você. Se o seu parceiro(a) violar as condições de uma medida protetiva, a polícia será acionada.

Caso o juiz decida, poderá disponibilizar a você um “Botão do Pânico”, que serve para ser acionado em caso de violência. Ao ser acionado, a Polícia chega onde você estiver em até 10 minutos. Ele funciona com sinal de localização GPS para a polícia localizar você.

Para mais informações, entre em contato com o serviço de assistência jurídica abaixo:

Defensoria Pública do Paraná - Rua José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300

Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Rua do Rosário, 144 - 8º andar - Centro, Curitiba - PR. Tel: (41) 3338-1832. Horário: 9 às 17h.

Informações adicionais podem ser obtidas na página da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Curitiba:
<https://www.curitiba.pr.leg.br/institucional/procuradoria-da-mulher>

Caso você já tenha sofrido violência doméstica e esteja com medida protetiva, pode solicitar encaminhamento à defensoria pública por meio da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba (41) 3221-2701. Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR).

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

Para solicitar a medida protetiva você deverá realizar cadastro na recepção da Casa da Mulher Brasileira, você passará pelo apoio psicossocial onde poderá tirar dúvidas e ser orientada por psicólogas e assistentes sociais. Na sequência poderá registrar o Boletim de Ocorrência (BO), caso decida por essa alternativa, na Delegacia da Mulher que funciona dentro da Casa.

O autor da violência deve estar ciente da medida protetiva.

Outras dicas úteis:

- Se você estiver sofrendo violência ou ameaças, registre. Quando pedir uma medida protetiva, envie esse registro à polícia ou ao juizado. Cuidado: guarde o registro em um lugar que seu parceiro(a) não encontre.
- Registre provas da violência (mensagens, áudios, vídeos, imagens, testemunhas, etc),
- Atualmente é possível fazer o Boletim de Ocorrência (BO) de violência inclusive pela internet aqui no Paraná, pelo endereço: <https://www.policiacivil.pr.gov.br/servicos/Servicos/Boletins-de-Ocorrencia/Registrar-Boletim-de-Ocorrencia-de-violencia-domestica-e-familiar-contramulher-ZVNkAZre> . Entretanto, para solicitar uma medida protetiva, o BO deve ser feito presencialmente. Nesse caso, também não há um único lugar específico, pode ser tanto nas delegacias quanto na Casa da Mulher Brasileira. O Disque 180 auxilia a encaminhar ao órgão competente mais próximo para o caso concreto pelo endereço: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-e-buscar-ajuda-a-vitimas-de-violencia-contramulheres>
- Leia sobre os tipos de medidas restritivas para ver se cumprem o que você precisa.
- Fale com o(a) profissional local de apoio à violência doméstica sobre qual a medida protetiva indicada para você.
- A mulher deve levar sempre consigo o documento da medida protetiva.

5. Mude as fechaduras e/ou melhore a segurança da sua casa.

Garanta que a sua casa seja o mais segura possível. Mesmo que você tenha uma medida protetiva ou seu parceiro(a) tenha saído da casa porque quis, é importante proteger sua casa. Você pode fazer essas alterações sozinha ou pedir para alguém de confiança ajudar você. Se você paga aluguel, peça para o proprietário fazer essas alterações:

- Mude as fechaduras de portas e janelas ou instale cadeados;
- Substitua as portas de madeira por portas de metal;
- Use uma haste de metal ou madeira no trilho de portas de correr para impedir que elas sejam abertas;
- Tranque o portão da garagem. Se você tiver um tag de portão, mude o código ou troque o cadeado;
- Instale luzes externas sensíveis a movimentos;
- Apare arbustos e árvores perto da sua casa.

6. Se decidir deixar seu parceiro(a), vá para um abrigo para mulheres.

Deixar seu parceiro(a) pode ser perigoso, mesmo que você vá embora por pouco tempo. Abrigos para mulheres são um lugar seguro e confidencial para você e seus filhos ficarem temporariamente. Uma pausa para descansar e pensar ajuda a decidir o que fazer a seguir.

Os abrigos oferecem acomodação segura para mulheres e crianças em situação de violência e também oferecem suporte às mulheres com apoio emocional, assistência jurídica, ajuda para encontrar moradia permanente e receber benefícios de renda. Cada abrigo é único. Cada um pode oferecer diferentes tipos de ajuda. A equipe da maioria dos abrigos pode ajudar você:

- Ouvindo sua história sem julgá-la;

- Falando o que você precisa para se manter segura;
- Dando informações sobre ajuda jurídica, habitacional, financeira, entre outros;
- Explicando como o “sistema” funciona: qual o papel da polícia, vara de família, assistência judiciária, habitação pública, proteção à criança, etc.;
- Conectando você a serviços como aconselhamento, assistência social, serviços de saúde ou assistência jurídica;
- Colaborando com você para encontrar moradia;
- Ajudando você a solicitar uma medida protetiva ou custódia temporária das crianças para você;
- As crianças enquanto estão na casa de passagem (por 48hs) não vão para a escola. Em abrigos mais permanentes vão.

Alguns abrigos também têm grupos de apoio para mulheres. Alguns têm programas para ajudar crianças que viram a mãe sofrendo violências ou para ajudar parceiros(as) abusivos.

Dicas para buscar ajuda em um abrigo

Caso esteja sofrendo violência, entre em contato com a Casa da Mulher Brasileira para acessar um desses abrigos abrigos pelo número (41) 3221-2701, ou presencialmente na Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR.

Se você mora em uma cidade pequena ou no interior, pode ser mais seguro sair da área e ficar em um abrigo em outra comunidade.

Os quartos dos abrigos costumam ser pequenos. Leve apenas o que você e seus filhos precisam. Há espaços para as mulheres se encontrarem. Muitas mulheres acham útil conversar com outras mulheres que sofreram violências.

Se você é uma mulher indígena, pode ter acesso a um abrigo específico para mulheres e crianças indígenas. Esses abrigos costumam atender toda a família.

A Casa da Mulher Brasileira atende todo tipo de mulher, inclusive mulheres imigrantes, estrangeiras, com deficiências, de minorias sexuais, etc.

7. Pense na sua segurança quando usar um celular ou rede social.

Os(as) parceiros(as) controladores podem encontrar formas de monitorar o seu celular. Algumas coisas podem ajudar você a se manter segura.

Celulares

- Tenha um celular próprio. Considere comprar um telefone celular pré-pago ou outro celular que seu parceiro(a) não conheça. Verifique as configurações do celular. Se o seu celular tiver um GPS, seu parceiro(a) pode usá-lo para rastrear você. Considere desligar o celular quando não estiver usando ou abandoná-lo quando decidir sair do relacionamento.
- Salve contatos importantes e de emergência com nomes anônimos.
- Alguns celulares permitem o uso de dois chips (cartões com números diferentes). Isso pode ajudar a manter um número secreto para utilizar em caso de emergência.

Smartphones

- Seu parceiro pode usar seu smartphone para monitorar você se ele(a) tiver instalado um aplicativo de rastreamento. Aplicativos de rastreamento são difíceis de detectar, porque podem ser totalmente escondidos. Lembre-se de que muitos

celulares não podem ser rastreados quando estão desligados. **A opção mais segura é parar de usar seu smartphone e comprar um celular pré-pago ou outro celular que seu parceiro(a) não conheça.**

Segurança nas redes sociais. (Twitter, Facebook, Instagram, blogs etc.).

- Apague tudo do seu perfil que indique onde você mora. Defina o seu perfil como privado e não adicione ninguém sem conhecer.
- Troque senhas de redes sociais e plataformas as quais seu parceiro possa ter acesso.
- Não poste atualizações de status com sua localização.
- Não publique seu número de telefone online.
- Confirme se você não tem postagem com a geolocalização ativada no Instagram, Facebook ou em outros aplicativos. Uma foto com geolocalização tem informações sobre onde a foto foi tirada. Verifique suas próprias fotos e as fotos que seus amigos postaram. Mesmo que seu perfil seja privado, suas fotos podem continuar públicas se foram postadas por outra pessoa.
- Fale com as pessoas com quem você convive sobre os riscos que o parceiro(a) representa para sua segurança. Explique como seu parceiro(a) pode usar as redes sociais para encontrar informações suas. Peça para as pessoas não publicarem nada que tenha informações sobre sua localização. Diga para as pessoas não darem suas informações de e-mail, telefone ou endereço. Peça para as pessoas pedirem um nome e um número para que você possa retornar a chamada.

8. Proteja-se no trabalho

Muitas vezes a violência não para quando você sai para o trabalho. Seu parceiro(a) ou ex pode tentar impedir você de ir ao trabalho ou atrapalhar seu trabalho.

Seu parceiro(a) pode esconder as chaves do carro, ficar com o dinheiro/cartão do ônibus ou da gasolina, mentir para seus colegas de trabalho, entre outras coisas. Isso pode prejudicar seu desempenho, concentração e estabilidade no trabalho.

A violência no local de trabalho é definida como qualquer ação prejudicial ou ameaça que uma pessoa pratica contra outra no local de trabalho. É responsabilidade da empresa contratante garantir a segurança de seus funcionários no ambiente de trabalho.

Nem sempre é fácil falar com seu empregador. Veja se sua empresa tem um **Programa de Assistência ao Funcionário**. Se tiver, entre em contato para receber aconselhamento antes de falar com seu chefe.

Se a empresa não tem um programa de assistência ao funcionário ou algo parecido, aqui estão algumas coisas que você pode fazer para aumentar sua segurança no trabalho. Você também pode **planejar essas ações com seu supervisor, gerente ou empregador** se isso funcionar para você.

Você pode usar esta lista de **Ações de segurança no trabalho** para se planejar.

Ações de segurança no trabalho

Continue falando

- Fale sobre sua situação com algumas pessoas de confiança;
- Mantenha essas pessoas atualizadas sobre novas medidas, ameaças e outras informações importantes que elas precisem saber para ajudar você;
- Dê a elas uma foto ou descreva seu ex/parceiro(a);

- Se você tiver uma medida protetiva, mencione seu local de trabalho e entregue uma cópia para seu chefe.

Continue se movendo

- Mova sua estação de trabalho para um local mais seguro e visível;
- Peça para mudar sua vaga de estacionamento para uma mais perto das portas do edifício;
- Mude suas horas de trabalho se tiver uma rotina fixa;
- Escolha um caminho diferente para ir ao trabalho;
- Em alguns casos, peça para ser transferida.

Tela e registro

- Peça para alguém filtrar suas chamadas ou peça um identificador de chamadas;
- Salve todos os atos violentos e e-mails e mensagens de voz com ameaças;
- Retire seu nome e número dos diretórios automatizados da empresa;

Planeje com antecedência e não fique sozinha

- Peça para o segurança ou outra pessoa acompanhar você do seu local de trabalho até o carro ou ponto de ônibus;
- Peça para duas pessoas ficarem a postos para, caso seja necessário, ligar para a emergência;
- Use um código para avisar outras pessoas quando você precisar de ajuda;
- Saiba onde ficam as saídas para evitar ser encurralada;
- Mantenha perto de você objetos que podem ser usados para protegê-la;
- Carregue um criador de ruído, como um alarme ou apito;

Serviços de apoio à violência doméstica da sua área também podem ajudar você a planejar sua segurança no trabalho.

9. Depois que se separar do seu parceiro(a), proteja-se em casa

- Instale alarmes de fumaça e detectores de monóxido de carbono; Tenha um plano de fuga em caso de incêndio;
- Mantenha suas cortinas fechadas à noite.
- Compre escadas de corda para escapar pelas janelas do segundo andar. Guarde-as no cômodo em que provavelmente será mais fácil usá-las.
- Instale uma trava de segurança na parte interna das portas externas, como ferrolhos que você pode fechar separados da fechadura.
- Considere comprar um cão de guarda que possa alertar quando houver pessoas na parte de fora da casa.
- Envie uma foto do seu parceiro(a) para o proprietário da casa ou para um vizinho de confiança. Peça para essa pessoa avisar, ou ligar para a polícia se virem seu parceiro(a) perto da sua casa.
- Você tem um “cômodo seguro” em casa para se proteger e com sinal de celular? Pode ser o banheiro ou a lavanderia. Instale uma fechadura para tornar esse lugar mais seguro para você e seus filhos esperarem a polícia chegar.
- Retire da área externa da casa qualquer utensílio de jardim, como foices, pás ou escadas.

- Se tiver um galpão externo, mantenha-o trancado. Instale fechaduras em todas as portas da casa que não tenha.
- Avise o síndico, se morar em condomínio. Se tiver uma medida protetiva, deixe uma cópia na portaria do prédio.

10. Como lidar com perseguição ou contato indesejado

A perseguição (*stalking*) é ilegal no Brasil. A perseguição é um comportamento repetido que pode incluir:

- Vigiar você ou controlar aonde você vai;
- Ameaçar você, seus filhos, parentes, animais de estimação ou amigos (pessoalmente, por telefone, e-mail ou mensagens de texto);
- Vandalizar seu bens;
- Outro contato indesejado ou perturbador que cause medo.

Esses atos não são um sinal de amor: são abusos e uma tentativa de demonstrar poder. A perseguição geralmente ocorre quando uma mulher abandona um parceiro(a) abusivo.

O que você pode fazer para lidar com a perseguição ou contatos indesejados?

- Chame a polícia (Em caso de emergência, Disque **190**). Diga o que está acontecendo com você. Explique que seu parceiro(a) foi violento com você e que você está com medo. A polícia avaliará a situação e ajudará você a entender suas opções.
- Ligue para uma linha direta de suporte à violência doméstica (Disque 153 - horário comercial). Isso pode ajudar você a pensar sobre suas opções e entrar em contato com os serviços, se quiser.
- Fale com uma amiga, colega de trabalho ou parente de confiança. Peça para essa pessoa ajudar você a observar sinais de perseguição.
- Faça anotações detalhadas sobre a perseguição. Datas, horários, lugares, ações e ameaças são mais fáceis de explicar e lembrar quando forem anotados. Mantenha essas informações em um só lugar (por exemplo, em um caderno). Se você decidir mostrar à polícia, eles poderão identificar o padrão.
- Guarde todas as mensagens, e-mails, presentes, cartas ou anotações enviadas pelo seu parceiro(a).
- Guarde uma lista de números de emergência em vários locais.
- Preste atenção em situações que podem parecer coincidências. Não baixe a guarda. Esteja sempre ciente dos riscos para a sua segurança.
- NÃO concorde em ter contato com uma pessoa que você acha que pode estar perseguindo você. Se o seu parceiro(a) ou ex aparecer na sua casa, não o deixe entrar. Se ele(a) continuar ligando para você, considere mudar seu número de telefone. Cada situação é diferente, mas a perseguição pode evoluir para um abuso físico ou sexual e pode levar a ferimentos graves ou até mesmo à morte.
- Se o seu parceiro(a) tem contato com seus filhos, procure opções que evitem que você entre em contato com seu parceiro(a). Consulte as estratégias da seção de segurança e bem-estar das crianças para saber mais.
- A Patrulha Maria da Penha funciona no período comercial para as mulheres com medida protetiva, no período noturno aciona a guarda municipal . Disque 153.

11. Mantenha seus animais de estimação seguros.

Muitas vezes, as mulheres em situação de violência se preocupam com a segurança dos seus animais de estimação ou criação. Elas não podem sair porque tem medo que os animais sejam machucados. É bom planejar um local seguro onde os animais possam ficar por um tempo. Pense em algum lugar que seu parceiro não encontrará. Se você for ficar em um abrigo para mulheres, às vezes a equipe pode ajudar a levar seus animais para um local seguro. Eles geralmente trabalham com programas de segurança para animais de estimação que cuidam dos animais enquanto você está no abrigo.

Prepare os seguintes itens:

- Registro de saúde do animal de estimação (por exemplo, carteira de vacinação).
- Prova de que você é a dona do animal.
- Tigelas, brinquedos, comida, um cobertor favorito etc.
- Caixinha de transporte se o seu animal de estimação for um gato ou outro animal pequeno

A Casa da Mulher Brasileira de Curitiba também dispõe de espaço para seu PET, caso precise sair de casa e ficar no alojamento de passagem (Até 48 horas). (41) 3221-2701, Av. Paraná, 870 - Cabral, Curitiba - PR.

OBS: Os locais e instituições mencionadas podem ter seus atendimentos alterados sem prévio aviso.

12. Mantenha um diário de todos os incidentes que aconteceram

É uma boa ideia manter um diário ou registro particular das violências que acontecerem. Registre o fato, o dia e a hora sempre que houver alguma agressão. Assim, você pode lembrar o que realmente aconteceu. Manter um diário pode ser útil se você for ver a polícia ou um serviço de suporte à violência doméstica. No entanto, mesmo que você não esteja pronta para denunciar a violência ou contar para alguém, é importante manter um registro para mais tarde. Você também pode documentar lesões, inclusive tirando fotos. Guarde o diário em um lugar secreto que seu parceiro(a) não encontre.

No momento de registro de um Boletim de Ocorrência (BO) você deverá apresentar todas essas DATAS, HORAS e provas (áudios, fotos, vídeos, mensagens etc). Se tiver tudo registrado em um diário, leve este diário junto quando decidir fazer a denúncia.

Uma primeira etapa é registrar o BO, mas para que o processo seja encaminhado à justiça é preciso que ele seja REPRESENTADO para obtenção da MEDIDA PROTETIVA. Em qualquer caso de agressão, seja física ou psicológica, a mulher pode fazer o BO.

Seção 1 - Tipos de violência contra a mulher

1.1 Violência Física

São ações violentas praticadas com o uso de força física propositalmente, não-acidental, com o objetivo de ferir, causar dor e sofrimento, deixando (ou não) marcas visíveis no corpo.

Exemplos: tapas; chutes; beliscões; torções; empurrões; arremesso de objetos; estrangulamentos; queimaduras; perfurações; mutilações; sacudir e apertar os braços; sufocamento; ferimentos causados por queimaduras ou por arma de fogo (incluindo as situações de bala perdida) ou ainda por ferimentos por arma branca.

1.2 Violência Psicológica

São ações ou omissões que causam danos emocionais e diminuição da autoestima, com o objetivo de causar medo ou controlar comportamentos, crenças e decisões da vítima.

Exemplos: humilhação; intimidação; manipulação; ridicularização; ameaça direta ou indireta; isolamento (proibir de realizar suas atividades, de ter contato com amigos e familiares); constrangimento; perseguição; exploração; violação de sua intimidade; distorção ou emissão de fatos (gaslighting); negar a verdade; limitação do direito de ir e vir; ou qualquer outra conduta que cause prejuízo à saúde psicológica ou ao desenvolvimento pessoal da mulher.

1.3 Violência Sexual

São ações que forcem uma pessoa a fazer ou presenciar ato sexual (físico ou verbal) que não deseja. É violência sexual também o uso da sexualidade da mulher para ganho de dinheiro ou por vingança.

Exemplos: Estupro; assédio; abuso incestuoso; obrigar a pessoa a fazer atos sexuais que causam desconforto; se negar a usar preservativo; retirar o preservativo durante o ato sexual sem a permissão do(a) parceiro(a); proibir o uso de métodos contraceptivos; forçar a mulher a abortar; forçar matrimônio, gravidez ou prostituição.

1.4 Violência Econômica ou Patrimonial

São ações que causam dano, perda ou destruição de objetos, pertences, bens, documentos pessoais, materiais de trabalho, dinheiro ou qualquer patrimônio da pessoa. É violência econômica também o ato de controlar o dinheiro ou bens do(a) companheiro(a) sem consentimento.

Exemplos: Controlar o dinheiro recebido pela mulher; forçar explicar qualquer gasto, proibir a pessoa de usar seus bens e dinheiro; deixar de pagar pensão alimentícia ou de ajudar nos gastos básicos para a sobrevivência da família de propósito, com o objetivo de controlar a pessoa; estelionato; furto e extorsão.

1.5 Violência Verbal

São ações com uso de palavras agressivas, com o objetivo de ridicularizar, humilhar, manipular e/ou ameaçar o(a) parceiro(a).

Exemplos: julgamentos e críticas agressivas; xingamentos; humilhação; manipulação; ridicularização; comentários agressivos; críticas à aparência; insultos disfarçados de piada; bullying; menosprezo pessoal e profissional; desprezo pelas realizações e desrespeito à liberdade de opinião.

1.6 Violência Moral

São ações que incluem calúnia (quando afirma falsamente que a mulher praticou crime que ela não cometeu), difamação (quando atribui à mulher fatos que afetam a sua reputação) ou injúria (quando realiza ofensas à dignidade da mulher).

Exemplos: acusar a mulher de traição, fazer críticas não verdadeiras, acusar a pessoa publicamente de ter praticado crime; expor a vida íntima; fazer xingamentos em público; falar coisas que não são verdadeiras sobre ela para outras pessoas e desvalorizar a mulher pelo seu modo de se vestir ou por sua conduta.

1.7 Violência Digital

São ações que envolvem a invasão de privacidade, exposição sexual e assédio na internet, no ambiente virtual e em redes sociais, com o objetivo de agredir, perseguir, ridicularizar ou assediar.

Exemplos: publicação de imagens ou vídeos íntimos em sites e redes sociais sem consentimento ou por meio de chantagem emocional ou financeira; estupro virtual (quando o agressor realiza violência psicológica, ameaças e chantagens para obrigar a mulher a despir-se em uma chamada de vídeo, por exemplo); perseguição on-line; invasão da privacidade; envio de mensagens indesejadas nas redes sociais; exposição de fatos e boatos sobre a vítima na internet.

1.8 Tráfico de pessoas

É o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o agrupamento de pessoas por meio de ameaças, uso de força, engano, fraude ou abuso de autoridade, com o objetivo de comercializar, escravizar e explorar. Essa exploração pode ser sexual, trabalhista ou pela extração de órgãos.

1.9 Negligência/Abandono

É o abandono do fornecimento das necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da mulher.

1.10 Assédio

Assédio Moral – É a repetição de gestos, palavras (escritas ou orais) e/ ou comportamentos que podem ferir a integridade física ou psíquica de uma pessoa no ambiente de trabalho.

Exemplos de Assédio Moral: ameaçar ou amedrontar constantemente; humilhar; desmoralizar publicamente; forçar a demissão; isolar a mulher no ambiente de trabalho; impossibilitar ou punir as gestantes de comparecer em consultas médicas; exigir que mulheres não engravidem; não permitir que mulheres grávidas sigam recomendações médicas; desvalorizar constantemente as opiniões técnicas nas áreas de conhecimento que a mulher atua; ignorar a presença feminina e criar constrangimento ou exposição da intimidade.

Assédio Sexual – É o constrangimento por meio de palavras, gestos ou atos, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Nesses casos, o assediador usa de sua posição hierárquica superior ou sua influência para obter o que deseja.

Exemplos de Assédio Sexual: contar piadas pejorativas à sexualidade e/ou com cunho obsceno e sexual; compartilhar fotos ou desenhos de cunho sexual;

"brincadeiras" sexistas; fazer comentários constrangedores e/ ou de cunho sexual; assobiar, fazer gestos ou emitir sons de cunho sexual; tocar, beijar, abraçar ou enconstar na pessoa sem o consentimento dela; fazer ameaças diretas ou indiretas para conseguir favores sexuais; perseguir ou tentar controlar uma pessoa; insultar ou realizar xingamentos de cunho sexual; convidar uma pessoa repetidamente para manter relações sexuais ou para saídas; levantar questões inapropriadas sobre a vida sexual de alguém e enviar mensagem ou fazer ligações telefônicas de natureza sexual.

Seção 2 - Legislação

2.1 Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

Criminaliza a violência doméstica contra a mulher e aponta as formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. A lei indica a responsabilidade que cada órgão público tem para amparar a mulher que está sofrendo a violência.

2.2 Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015)

Determina que o feminicídio (assassinato quando envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher) é crime hediondo.

2.3 Lei da Violência Psicológica (Lei 14.188/2021)

Determina que o agressor seja afastado imediatamente do domicílio ou local de convivência com a mulher em casos de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da vítima de violência doméstica e familiar e/ou psicológica, ou de seus filhos.

2.4 Lei do Minuto Seguinte (Lei 12.845/2013)

Garante o direito ao atendimento obrigatório, emergencial e integral às vítimas de violência sexual, como o atendimento imediato pelo Sistema Único de Saúde (SUS), amparo médico, psicológico e social. Também informa medidas de prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis.

2.5 Lei Mariana Ferrer (Lei 14.425/2021)

Criminaliza atos que ferem a dignidade moral e psicológica de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos judiciais.

2.6 Lei 13.882/19

Garante prioridade para a matrícula dos filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na escola mais próxima de seu domicílio, ou a transferência para essa instituição.

Seção 3 - Direitos Sociais

3.1 Boletim de ocorrência - o que é? Para que serve?

É um documento oficial que formaliza para a polícia informações sobre o acontecimento de um delito, para que ocorra a investigação dos atos narrados. Conterá a descrição do fato, horários, locais, objetos, pessoas envolvidas e demais informações relevantes. Serve para solicitar inclusive a medida protetiva de urgência nas delegacias.

3.1.2 Representação do BO - o que é? Para que serve?

A representação é a manifestação da vontade da vítima para iniciar uma ação penal, entretanto, os crimes decorrentes de violência doméstica não necessitam de representação, o próprio boletim de ocorrência é o suficiente para iniciar a ação proposta pelo Ministério Público.

3.2 Medida protetiva - o que é? para que serve?

Medidas protetivas são ordens judiciais emergenciais que buscam proteger a mulher em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade, promovendo sua integridade e saúde física, mental e psicológica. Não é necessária audiência entre as partes para o juiz autorizar a medida protetiva.

Podem ser solicitadas diretamente na Delegacia de Polícia, ao Ministério Público e Defensoria Pública e duram enquanto houver risco à mulher, sendo que qualquer mulher em situação de violência pode pedir medida protetiva.

Envolve manter a mulher em uma distância segura do agressor, inclusive de seus familiares, incluindo o afastamento do agressor do lar ou local de convivência, restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor, restrição ou suspensão de visitas aos filhos menores de idade pelo agressor, entre outros.

3.3 Ajuda de custo para moradia/aluguel

É o auxílio para mulheres em situação de violência doméstica com objetivo de ajudá-la a se afastar da convivência com o agressor. Está disponível em alguns municípios.

3.4 Botão do pânico - o que é? para que serve?

É um botão que pode ser físico ou virtual disponibilizado para mulheres que possuam medidas protetivas de urgência, que estejam sob grave risco, concedidas através da Lei Maria da Penha. Serve para acionar a Polícia Militar de forma imediata, fornecer acesso a geolocalização e prestar atendimento de emergência.

3.5 Aborto seguro em casos de violência sexual

Mulheres que engravidam em decorrência de um estupro têm direito ao aborto legal, conforme determinação do artigo 128, inciso II do Código Penal. Nestes casos, a vítima ou seu representante legal deve dar o consentimento para a realização do procedimento, que deve sempre ser realizado por um(a) médico(a).

Em Curitiba, os hospitais que contam com um serviço de aborto legal são: Hospital de Clínicas da UFPR - Setor da Maternidade (Anexo A) e Hospital Universitário Evangélico Mackenzie.

Maternidade Hospital de Clínicas: Atendimento às vítimas de violência sexual maiores de 12 anos. Endereço: Rua General Carneiro 181- Alto da Glória, Curitiba - Tel: (41) 3360-1826, 24hs por dia.

Hospital Universitário Evangélico: Atendimento às vítimas de violência sexual maiores de 12 anos. Endereço: Alameda Augusto Stelfeld 1908- Bigorrrilho-Curitiba. Tel: (41) 3240-5120, 24hs por dia.

Hospital Infantil Pequeno Príncipe: Atendimento exclusivo à violência sexual para menores de 12 anos. Endereço: Rua Desembargador Motta 1070 - Água Verde, Curitiba - Tel: (41) 3310-1187 - 24hs por dia.

Se você mora no interior do Paraná, procure a Unidade Básica de Saúde mais próxima da sua casa para obter informações.

É importante saber que você **não precisa registrar Boletim de Ocorrência** do estupro ou solicitar autorização judicial para ter acesso ao aborto legal, mas é recomendado que você realize o registro do BO.

Em caso de suspeita de gravidez procure atendimento o mais rápido possível. Quanto mais rápido, menor é a possibilidade de surgirem eventuais percalços no acesso ao aborto legal.

Em caso de negativa para o aborto legal, entre imediatamente em contato com um advogado(a) de sua confiança.

Caso você não tenha recursos para pagar um advogado(a), busque a Defensoria Pública do Paraná (R. José Bonifácio, 66 - Centro, Curitiba - Tel (41) 3219-7300) ou entre em contato com o Mapa do Acolhimento via site <https://www.mapadoacolhimento.org/>, que o atendimento é gratuito.

Seção 4 - Conheça a rede de Curitiba

4.1 Casa da Mulher Brasileira - o que é? Para que serve?

É um local criado para oferecer um atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica. É um serviço que revoluciona o modelo de enfrentamento à violência de gênero, pois integra, amplia e articula todos os serviços do governo oferecidos às mulheres em situação de vulnerabilidade. Funciona 24 horas todos os dias.

4.2 CRAS e CREAS - o que é? para que serve?

Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) são unidades de serviços de proteção social especial (média complexidade), para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são unidades de execução dos serviços de Proteção Social Básica destinados à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede

4.3 Delegacia da Mulher - o que é? para que serve?

Registra B.O. (Boletim de Ocorrência), faz proteção e investigação dos crimes de violência, feminicídio e violência sexual.

4.4 Patrulha Maria da Penha - o que é? para que serve?

Guardas Municipais especializados(as) que realizam o acompanhamento das mulheres que já receberam medida protetiva, em visitas periódicas.

4.5 Unidades Básicas de Saúde e UPAs - o que são? para que servem?

Unidade Básica de Saúde (UBS ou “postinhos”) - São a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para outros serviços, como emergências e hospitais. Nas UBS é possível: ter acesso a ações de promoção, prevenção e tratamento relacionados à saúde da mulher, criança, saúde mental, planejamento familiar, prevenção a câncer, pré-natal e cuidado de doenças crônicas (ex: diabetes e hipertensão); fazer curativos, inalações, vacinas, coletar exames laboratoriais; receber tratamento odontológico e medicação básica; ser encaminhado para atendimentos especializados.

Unidade de Pronto Atendimento (UPA) - Caracterizam-se por atender usuários do SUS sob demanda espontânea, onde cada pessoa é submetida a uma triagem inicial, para avaliação e classificação de risco, o que determina o atendimento segundo a gravidade do risco.

4.6 Hospitais de Referência em Violência Sexual (HC e Evangélico)

Hospital de Clínicas - vítimas homens e mulheres maiores de 12 anos

Hospital Universitário Evangélico - vítimas mulheres maiores de 12 anos

4.7 Hospital de Referência à Violência contra criança (HPP)

Hospital Pequeno Príncipe - no caso de crianças até 11 anos

4.8 Conselho Tutelar - o que é? para que serve?

É um órgão público que protege e defende as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que estão em situação de risco. Dentre suas atribuições está o encaminhamento de denúncias ao Ministério Público, a imposição de medidas protetivas, como o acolhimento institucional, além da requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, direcionados a crianças e adolescentes.

4.9 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - o que é? para que serve?

Os Caps são serviços de saúde comunitários do Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar acompanhamento psicológico, com atendimento prioritário às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo pessoas com problemas relacionados ao uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas. Para conhecer um pouco sobre essa rede:

<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/campanha-de-saude-mental/1278>

4.10 Mapa do Acolhimento - o que é? para que serve?

É uma plataforma da sociedade civil que presta auxílio a mulheres vítimas de violência através de uma rede articulada de psicólogas e advogadas que atuam de forma voluntária com serviços jurídicos e atendimentos psicológicos gratuitos.

Seção 5 - O que fazer em casos de Violência Sexual?

Procure antes de tudo um atendimento na área de saúde para evitar uma gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs/HIV). É importante que você faça isso em **até 72 horas após a violência sexual**.

Esse primeiro atendimento pode ser realizado em qualquer Unidade Básica de Saúde (UBS) ou de Pronto-Atendimento (UPA). Caso seja necessário, você deve ser encaminhada para um atendimento especializado.

O serviço realizará a administração emergencial de medicamentos próprios para anticoncepção e de profilaxia para evitar ISTs.

Para mais informações, consulte a cartilha a seguir:

https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/protocolo_apsvs_ultimaversao.pdf

Seção 6 - Cartilhas oficiais para aprofundamento das temáticas:

Ligue 180: Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher:

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>

MARIA DA PENHA EM AÇÃO: Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino. Link:

https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Cartilha_Maria_da_Penha_em_Acao.PDF

“Mulher, Vire a Página”. Link:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/vire_a_pagina.pdf

Informativo Vítima CEVID-TJPR. Link:

<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/0/Flyer+v%C3%ADtima2.pdf/7459ccee-4249-c26a-a416-706d9fc961a7>

Informativo CEVID TJPR. Link:

https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/0/FlyerCEVID_alta.pdf/91a12f83-64ff-6634-d840-89d34d98c6e6

APÊNDICE 2 – ETAPA 3: GRUPO FOCAL – APLICAÇÃO PROTÓTIPO EU
DECIDO (PERGUNTAS NORTEADORAS)

ROTEIRO GRUPO FOCAL 21/07/22 14:00HS

CASA DA MULHER BRASILEIRA

PRÉ-TESTE DA VERSÃO PROTÓTIPO DO EU DECIDO

1) Quais os pontos positivos da versão atual do aplicativo?

- O que você mais gostou?

2) Quais os pontos que poderiam melhorar na versão atual do aplicativo?

- O que pode melhorar?

- Precisa incluir alguma coisa?

3) Quais pontos estão ruins ou confusos? Há algo que seria melhor se fosse eliminado?

- O que você menos gostou?

-Há algo que seria melhor se fosse eliminado?

4) Como vocês avaliam o protótipo em termo de usabilidade?

- Foi mais fácil de usar?

-De 1 a 5 quanto foi fácil?

5) Como vocês avaliam os elementos gráficos e apresentação?

- O que você achou da organização das informações?

6) Que outras sugestões e comentários, podem fornecer à nossa equipe para melhorar a versão protótipo

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Marcos Claudio Signorelli, Rozeli Maria Mateus Vicelli – da Universidade Federal do Paraná, e Dabney Page Evans – da Emory University (EUA) estamos convidando o(a) Senhor(a), mulher atendida, ou profissional da “Casa da Mulher Brasileira” do município de Curitiba, a participar de um estudo intitulado Violência e Saúde: Desafios e Potencialidades da Rede de Atenção.

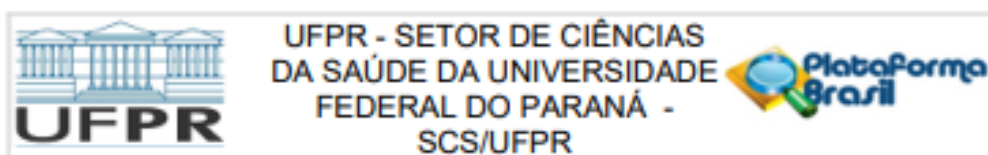
- a) O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios e potencialidades que envolvem o atendimento inter setorial de atenção e serviços à mulher vítima de violência.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário participar do preenchimento de um questionário junto a um(a) pesquisador(a).
- c) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao constrangimento que alguma das perguntas do questionário possa gerar.
- d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser de constrangimento relacionado a resposta ao questionário.
- e) Espera-se que você tenha benefícios indiretos participando da pesquisa, como a partir da análise dos resultados, possa existir desenvolvimento e aprimoramento dos serviços e políticas públicas de saúde voltadas à essa temática.
- f) Os pesquisadores Marcos Cláudio Signorelli, Rozeli Maria Mateus Vicelli, Dabney Page Evans, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados pelos telefones (41) 991538166 e (41) 991 939712 (respectivamente), e-mails: signorelli.marcos@gmail.com, rozelimateusv@gmail.com e devan01@emory.edu (respectivamente), endereço comercial: Rua Pe Camargo, 280, 7 andar – Departamento de Saúde Coletiva (permanência segundas e quartas feiras das 08:00h às 12:30h) ou por telefone celular ou fixo (41) 3360-7279, no horário comercial (08:00 às 17:00h), para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. O seu atendimento está garantido e não será interrompido caso você desista de participar.
- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (coordenador(a) da Casa da Mulher Brasileira ou representante da Secretaria de Saúde do Município, do Estado ou Ministério da Saúde). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.
- i) O material obtido através do questionário será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado em máquinas próprias para essa finalidade ao término do estudo, dentro de 5 anos.
- j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (resposta ao questionário no local de atendimento) não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.
- k) Você terá a garantia de que problemas como constrangimento de resposta no decorrer do questionário pelo estudo serão tratados no local onde acontece a pesquisa.
- l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.
- m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim e sem que esta decisão afete meu atendimento. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, ____ de _____ de 2021.

Participante do Estudo

ANEXO 1 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DA EMENDA**

Título da Pesquisa: Violência e saúde: desafios e potencialidades da rede de atenção

Pesquisador: Marcos Claudio Signorelli

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 89411818.4.0000.0102

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.897.966

Apresentação do Projeto:

Trata-se de emenda ao projeto de pesquisa intitulado "Violência e Saúde: desafios e potencialidades da Rede de Atenção" sob a coordenação e orientação da Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli e coorientação do Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná, com a participação das mestrandas Amanda de Cássia Azevedo da Silva, Raíza Wallace Guimarães da Rocha e Vera Lúcia Costa da Silva.

Os pesquisadores solicitaram emenda ao CEP para realizar a tradução e adaptação transcultural de outro instrumento, denominado Danger Assessment (DA) utilizando a mesma metodologia adotada para a CAS e a inclusão da Dra. Dabney Evans na equipe da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral "Analisar os desafios e potencialidades da rede intersetorial de atenção às mulheres vítimas de violência."

Objetivos Específicos

"- Investigar o perfil e as principais demandas das mulheres em situação de violência para com a rede intersetorial de atenção."

"- Analisar os desafios e potencialidades no atendimento dos profissionais da rede intersetorial de atenção às mulheres em situação de violência."

"- Traduzir, adaptar e validar instrumentos internacionais de identificação de violência contra a mulher para possível utilização nos serviços da rede intersetorial brasileira;"

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

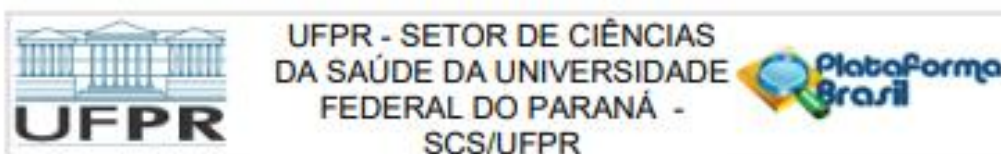
CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



Continuação do Parecer: 3.097.900

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 04 de Março de 2020

Assinado por:
 Ilana Kassouf Silva
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cosmetica.saude@ufpr.br